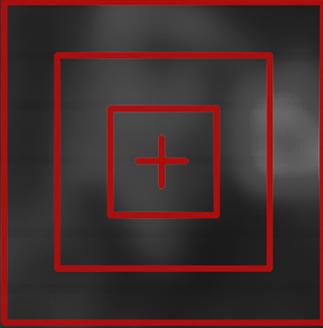


Marianne Sousa Barbosa
(Organizadora)

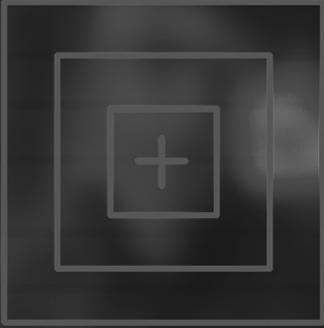


CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

3

Marianne Sousa Barbosa
(Organizadora)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 O autor

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do

Paraná

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências sociais aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Marianne Sousa Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea 3 / Organizadora Marianne Sousa Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-2935-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.357242810>

1. Ciências sociais. I. Barbosa, Marianne Sousa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Movida pelo desejo do saber, a *Atena Editora* lança o terceiro volume de *Ciências Sociais Aplicadas: desafios e perspectivas para a sociedade contemporânea*. A obra nos apresenta uma série de pesquisas e estudos desenvolvidos por pesquisadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as que, através de seus olhares, nos fornecem experiências acadêmicas e científicas de grande valor. A coletânea é destinada a todos/as os/as leitores/as que buscam aprender sobre temas diversos através de uma leitura prazerosa e instigante.

Os temas abordados, em cada capítulo, perpassam por áreas diversas das ciências sociais aplicadas, presentes na sociedade contemporânea, a saber: um estudo sobre a avaliação dos objetivos do desenvolvimento sustentável; uma investigação que reflete sobre a convergência da gestão de dados e da *jurimetria* para a otimização de processos e decisões no judiciário; uma pesquisa que explora a relação entre a segurança pública e a assistência aos desamparados; uma reflexão teoria sobre a proeminência do conceito de *cidadania sacrificial* para o exame do neoliberalismo; um outro estudo demonstrando a representação gráfica como uma forma de evidenciar visualmente as atividades realizadas pelo NASDESIGN, núcleo de pesquisa integrante da UFSC; uma pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Católica de Moçambique apresentando uma compreensão sobre as contribuições das atividades realizadas por algumas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula, no período de 2023 a 2024; uma análise das características familiares, socioeconômicas e de desenvolvimento humano dos alunos que ingressam no Instituto Tecnológico de Huatabampo, no México; uma abordagem sobre a complexidade do processo de teorização, a relação entre teoria e prática e a influência dos discursos teóricos na pesquisa educacional; um estudo reflexivo sobre os temas da releitura histórica do Chile (ditadura de Pinochet), o regime ditatorial e o papel da narradora feminina, a parti da obra *Jamais o fogo nunca*; uma pesquisa sobre a organização do conhecimento e da informação, onde os autores contextualizam as transformações na organização de documentos e conceitos, no âmbito da Ciência da Informação; leitura e escrita: identidades na caatinga; e, uma reflexão sobre as mídias através das perspectivas de Dominique Wolton.

A presente Coletânea se configura como mais uma obra de impacto, organizada e publicada pela *Atena Editora*, contemplada com o Prêmio Jabuti em 2024, empresa líder em divulgação do conhecimento acadêmico e científico na atualidade. Convidamos todos/as os/as leitores/as a conhecerem, através de uma leitura enriquecedora e tênue, estudos e reflexões capazes de ampliar nossos horizontes de conhecimento.

Boa leitura!

Marianne Sousa Barbosa

CAPÍTULO 1	1
AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ODS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DO <i>COPENHAGEN CONSENSUS</i>	
Cícero Coelho de Escobar Priscila Marita Rodrigues Douglas Machado Marita Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428101	
CAPÍTULO 2	19
A CONVERGÊNCIA DA GESTÃO DE DADOS E DA JURIMETRIA: OTIMIZANDO PROCESSOS E DECISÕES NO JUDICIÁRIO	
Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes Fernanda Rabelo de Souza Fransimar dos Santos Cruz Shirley dos Santos Ferreira Maria Naiza Martins Silva Mariza Santos Cajé Damares Socorro Fontes de Oliveira Hamilton Sobral Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428102	
CAPÍTULO 3	34
A INTERSEÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS	
Rafael Moura de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428103	
CAPÍTULO 4	48
A PROEMINÊNCIA DO CONCEITO DE CIDADANIA SACRIFICIAL PARA O EXAME DO NEOLIBERALISMO: DO <i>HOMO OECONOMICUS</i> AO CAPITAL EMPRESARIAL, NACIONAL E PÓS-NACIONAL	
Bruno de Oliveira Cruz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428104	
CAPÍTULO 5	65
COMUNICAÇÃO VISUAL NA PESQUISA ACADÊMICA: TORNANDO ACESSÍVEIS AS ATIVIDADES DE UM NÚCLEO DE PESQUISA UNIVERSITÁRIO	
Larissa Bauer Leone	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428105	
CAPÍTULO 6	79
CONTRIBUTO DAS ACTIVIDADES DAS ONG'S NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE NAMPULA – MOÇAMBIQUE (2023-2024)	
Domingos Francisco Jasse Luís Fernando Alfacio Filimone Gabriel	

Hipólito da Graça Elias Branquinho
 Rivaldo Victor Sales
 Jamaldine Raja Ali

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428106>

CAPÍTULO 7 96

EL NIVEL SOCIOECONÓMICO DE LOS ESTUDIANTES COMO FACTOR SIGNIFICATIVO EN LA DESERCIÓN ESCOLAR EN LA UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA

Misael Enríquez Félix
 Félix Jonathan Díaz Tuyub
 Cira María Pérez Torres
 Diana Plavlova Parra González
 Luis Ignacio Riosmena Gaxiola
 Karina Guadalupe Flores Hoyos
 Manuel Héctor García Palomares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428107>

CAPÍTULO 8 111

FORTALECIMIENTO DEL SUSTENTO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO EN LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA. UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ACCIÓN TEORIZADORA Y LA INTERDISCIPLINARIEDAD

José-Luis Anta Félez
 Carlos E. Massé Narváez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428108>

CAPÍTULO 9 129

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA FEMININA EM *JAMAIS O FOGO NUNCA* DE DIAMELA ELTIT

Wanice Garcia Barbosa
 Ellen Sâmila dos Santos Marinho
 Ana Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3572428109>

CAPÍTULO 10..... 146

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO: UMA JORNADA DO ANTIGO AO DIGITAL

José Arivaldo Moreira Prado
 Valéria Aparecida Bari

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35724281010>

CAPÍTULO 11 163

LEITURA E ESCRITA: IDENTIDADES NA CAATINGA

José Arivaldo Moreira Prado
 Valéria Aparecida Bari
 Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35724281011>

CAPÍTULO 12..... 180

O TECER DOS FIOS COMUNICATIVOS: UM CONVITE À REFLEXÃO DAS MÍDIAS SOB AS PERSPECTIVAS DE WOLTON

Francisca Oleniva Bezerra da Silva

Joneide do Nascimento Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.35724281012>

SOBRE A ORGANIZADORA 189

ÍNDICE REMISSIVO 190

AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ODS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DO COPENHAGEN CONSENSUS

Data de submissão: 20/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Cícero Coelho de Escobar

Universidade Federal de Pelotas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Priscila Martta Rodrigues

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos
Programa de Pós-Graduação Em Engenharia Mecânica

Douglas Machado Martta Rodrigues

Universidade Federal do Rio Grande
Licenciatura em Matemática

RESUMO: Neste artigo, revisamos os esforços promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relatórios recentes indicam que o mundo não está no caminho certo para cumprir os 17 ODS até 2030. Nesse contexto, apresentamos os esforços do *Copenhagen Consensus*, que utiliza análises de custo-benefício para priorizar 12 intervenções globais. Demonstramos que essas 12 intervenções podem ter um impacto positivo e mais realista. Essa abordagem

pragmática pode auxiliar no alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável, especialmente para a parcela mais pobre do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2030, Custo-Benefício, Pobreza, Sustentabilidade.

EVALUATION OF THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS) THROUGH THE PERSPECTIVE OF THE COPENHAGEN CONSENSUS

ABSTRACT: In this article, we review the efforts promoted by the United Nations (UN) since the transition from the Millennium Development Goals (MDGs) to the Sustainable Development Goals (SDGs). Recent reports indicate that the world is not on track to achieve the 17 SDGs by 2030. In this context, we present the efforts of the *Copenhagen Consensus*, which employs cost-benefit analyses to prioritize 12 global interventions. We demonstrate that these 12 interventions can have a positive and more realistic impact. This pragmatic approach can aid in achieving the sustainable development goals, especially for the world's poorest populations.

KEYWORDS: Agenda 2030, Cost-Benefit, Poverty, Sustainability.

1 | INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, o desenvolvimento global tornou-se uma prioridade para as Nações Unidas, intensificado pela adesão de novos membros. Esse foco inicial em erradicar a fome evoluiu com a criação do Programa Mundial de Alimentos e do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Capital, refletindo a necessidade de uma abordagem coordenada para enfrentar problemas globais, como a fome, através do desenvolvimento econômico sustentado (McArthur, 2014; Okado; Quinelli, 2016).

Na década de 1970, a ONU consolidou esse compromisso ao adotar a Declaração sobre o Estabelecimento de um Novo Programa para o Desenvolvimento Econômico e Social, que preparou o terreno para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Formulados em 2000, os ODM tinham como metas a erradicação da pobreza extrema, a melhoria da educação, a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento de desafios ambientais, evidenciando uma evolução contínua no foco das metas globais (Mcarthur, 2014; Mibielli; Barcellos, 2014).

Embora os ODM fossem mais enxutos, consistindo em oito objetivos e 18 metas entre 2000 e 2015, conseguiram alguns avanços, como a redução pela metade da mortalidade infantil (UN 2015a). Esse sucesso relativo demonstrou a eficácia de um enfoque mais direcionado e pragmático, o que, por sua vez, levou à necessidade de uma nova abordagem mais abrangente e ambiciosa. Em resposta, a partir de 2015, os ODM foram sucedidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 expandiu o número de objetivos para dezessete e abordou novas questões emergentes, como desigualdade econômica e mudanças climáticas, refletindo uma compreensão de que os desafios globais são interconectados e exigem a participação de todos os setores da sociedade (McArthur, 2014; UN, 2015a; UN, 2016).

Nesse contexto, o *Copenhagen Consensus*, um *think tank* dinamarquês, critica a abordagem dos ODS, argumentando que a falta de priorização pode comprometer a eficácia das metas. Sugere que áreas como saúde e educação básica oferecem melhores retornos sobre investimento e propõem uma abordagem mais pragmática, priorizando intervenções eficientes e de impacto mensurável para evitar desperdícios e garantir que os esforços se traduzam em benefícios reais para o desenvolvimento global.

O objetivo deste artigo é fornecer um panorama sobre a evolução dos ODS, explorando sua transição a partir dos ODM e analisando a eficácia de suas metas através da perspectiva do *Copenhagen Consensus*. Inicialmente, discutiremos um breve histórico e a evolução das iniciativas de desenvolvimento global, destacando os avanços e desafios enfrentados ao longo do tempo. Em seguida, examinaremos a análise crítica das metas dos ODS, incluindo a avaliação do progresso até 2023 e as críticas sobre a exequibilidade dos objetivos propostos. Finalmente, abordaremos as recomendações do *Copenhagen Consensus* para otimizar os recursos e implementar soluções com maior impacto,

oferecendo uma visão prática para superar as barreiras e alcançar resultados mais eficazes para os problemas globais prioritários.

2 | BREVE HISTÓRICO DOS ODS

Desde o início da década de 1960, o desenvolvimento tornou-se um tema central para a ação das Nações Unidas, especialmente com a admissão de 17 novos membros, a maioria países recém-independentes que mudaram drasticamente a composição da ONU. A preocupação inicial era a redução da fome mundial, levando à campanha “Liberdade da Fome” lançada pela FAO em 1960. Esforços subsequentes, como a criação do Programa Mundial de Alimentos e o estabelecimento do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Capital, refletiram uma crescente conscientização sobre a necessidade de ações coordenadas para promover o desenvolvimento econômico como solução fundamental para desafios como a fome global (McArthur, 2014; Hickmann et al., 2023).

No início dos anos 1970, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração sobre o Estabelecimento de um Novo Programa para o Desenvolvimento Econômico e Social, marcando um compromisso renovado com metas de desenvolvimento sustentável (McArthur, 2014; Hickmann et al., 2023). Esta declaração lançou as bases para iniciativas subsequentes focadas na erradicação da pobreza, melhoria da saúde global e promoção da educação. Na sequência dessas discussões, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos em setembro de 2000 durante a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, onde 189 países adotaram a Declaração do Milênio, comprometendo-se a alcançar oito metas principais até 2015 (Okado; Quinelli, 2016; Hickmann et al., 2023). Essas metas incluíam erradicar a pobreza extrema e a fome, alcançar a educação primária universal, promover a igualdade de gênero, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento. Esses objetivos foram subdivididos em 21 metas e 60 indicadores oficiais (Okado; Quinelli, 2016).

Com o término dos ODM em 2015, a comunidade internacional reconheceu os sucessos alcançados, mas também identificou áreas que ainda precisavam de atenção, pois o programa não estava imune à críticas (Mibielli; Barcellos, 2014). Para construir sobre os progressos e enfrentar os novos desafios emergentes, foram elaborados os ODS, adotados durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que inclui os ODS, expandiu as metas de oito para dezessete, abordando questões como desigualdade econômica, inovação, mudanças climáticas, consumo sustentável e paz e justiça (Hickmann et al., 2023; UN, 2016).

Enquanto os ODM focavam principalmente em questões básicas de desenvolvimento nos países em desenvolvimento, os ODS adotam uma abordagem mais holística e universal,

aplicando-se a todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (Kumar et al., 2016). Eles enfatizam a interdependência entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, e a participação de diversos atores, incluindo governos, setor privado e sociedade civil (Jong; Vijge, 2021). Assim, a transição dos ODM para os ODS reflete um reconhecimento da necessidade de uma agenda de desenvolvimento mais abrangente e integrada, que possa abordar de forma mais eficaz os desafios complexos e interconectados do mundo moderno. Uma característica particular aos ODS é que são universais, aplicando-se a todos os países, independentemente do nível de desenvolvimento, e enfatizam a participação de diversos atores, incluindo governos, setor privado e sociedade civil (Hickmann et al., 2023).

Na preparação para decidir as metas globais que culminaram nos ODS, a ONU realizou uma grande pesquisa de opinião pública da história, conhecida como “My World Survey” (UM, 2015b). Essa iniciativa teve como objetivo coletar opiniões de cidadãos ao redor do mundo sobre suas prioridades para o futuro desenvolvimento global. A pesquisa foi uma parte crucial do processo de elaboração dos ODS, garantindo que as metas refletissem as reais necessidades e aspirações das pessoas. A “My World Survey” foi lançada em 2013 e coletou respostas até o final de 2015. A pesquisa esteve disponível *online* e em papel, em vários idiomas, permitindo ampla participação. Quase 10 milhões de pessoas de diversos países e contextos sociais contribuíram, oferecendo uma visão global das prioridades e preocupações da população mundial. A pesquisa pediu aos cidadãos de todo o mundo que votassem em 06 das 16 questões que são mais importantes para eles e suas famílias. Apesar da tendência crescente pelo interesse midiático voltado ao aquecimento global e mortes envolvendo desastres naturais, a opção “ação contra a mudança climática” ficou em 16º lugar entre as 16 (fig. 1). A prioridade das pessoas foi em temas de educação, saúde e trabalho.



Figura 1: Porcentagem de prioridades escolhidas na pesquisa My World Survey (2015) Fonte: Adaptado de UN (2015a).

Ao longo dos anos, estudos globais com entrevistados frequentemente destacaram o aquecimento global como um desafio de menor importância em comparação com outros problemas globais. No entanto, recentemente, devido ao aumento significativo da atenção voltada para as questões climáticas, inclusive incentivada pelos ODS, sua relevância tem aumentado substancialmente (Lomborg, 2020).

3 | AVALIAÇÃO DOS ODS ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DO *COPENHAGEN CONSENSUS*

Em setembro de 2023, Malekpour e colaboradores escreveram um artigo na *Nature* resumindo ao grande público o relatório global sobre desenvolvimento sustentável da ONU (UN, 2023). Uma das principais conclusões é que estávamos no meio do caminho em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O texto alerta de que o mundo não estava no caminho certo para alcançar nenhum dos 17 ODS até 2030. Se o progresso continuar no ritmo atual, prevê-se que até o final desta década haverá 575 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza, 600 milhões enfrentando fome e 84 milhões de crianças e jovens fora da escola. A tabela 1 apresenta o progresso de algumas das metas dos ODS em dois cenários distintos: um reflete a distância em que o mundo se encontrava em relação às metas até 2023, enquanto o outro descreve o progresso alcançado de 2020 a 2023. A análise da tabela 1, realizada em conjunto com dados da literatura (UN, 2015a; Malekpour et al., 2023; Sachs et al., 2023), evidencia que poucas metas dos ODS estavam caminho certo até aquele momento (2023), com destaque para o acesso a redes móveis (ODS 9.C.1) e uso da internet (ODS 18.8.1) (visando simplicidade, não inseridos na tabela 1). Além disso, muitas outras metas mostraram progresso limitado ou nenhum progresso, incluindo questões cruciais como pobreza, água potável segura e conservação dos ecossistemas. Adicionalmente, oito metas foram avaliadas como em deterioração, sendo elas: redução das emissões de gases de efeito estufa, subsídios a combustíveis fósseis e número de detentos não julgados; crescimento econômico sustentável, cobertura vacinal, pesca sustentável e segurança alimentar; e prevenção da extinção de espécies.

ODS	Meta	Distância do Alvo (2023)	Mudança entre 2020 e 2023
1	1.1 Erradicar a pobreza extrema	Muito longe	Piorou
	1.2 Implementar sistemas de proteção social	Longe	Sem mudança
2	2.1 Erradicar a fome	Muito longe	Piorou
	2.2 Garantir segurança alimentar	Longe	Sem mudança
3	3.1 Reduzir mortalidade materna	Muito longe	Piorou
	3.2 Reduzir mortalidade infantil	Longe	Sem mudança
4	4.1 Garantir educação primária	Muito longe	Piorou
	4.2 Garantir desenvolvimento infantil	Muito longe	Piorou
5	5.1 Acabar com a discriminação contra mulheres	Muito longe	Piorou
	5.2 Eliminar violência de gênero	Muito longe	Piorou
6	6.1 Garantir acesso a água potável	Muito longe	Piorou
	6.2 Garantir acesso a saneamento e higiene	Muito longe	Piorou
7	7.1 Garantir acesso a energia limpa e acessível	Muito longe	Piorou
8	8.1 Sustentar crescimento econômico	Longe	Sem mudança
	8.5 Alcançar emprego pleno e produtivo	Longe	Sem mudança
9	9.1 Desenvolver infraestrutura sustentável	Longe	Sem mudança
	9.5 Aumentar pesquisa e desenvolvimento	Longe	Sem mudança
10	10.2 Reduzir desigualdades entre países	Muito longe	Piorou
11	11.1 Garantir moradia segura e acessível	Muito longe	Piorou
12	12.c Remover subsídios a combustíveis fósseis	Muito longe	Piorou
13	13.2 Reduzir emissões globais de gases de efeito estufa	Longe	Sem mudança
14	14.4 Garantir pesca sustentável	Longe	Sem mudança

15	15.1 Conservar áreas de biodiversidade terrestre	Longe	Sem mudança
	15.5 Prevenir extinção de espécies	Muito longe	Piorou
16	16.1 Reduzir homicídios	Muito longe	Piorou
	16.3 Reduzir taxas de prisão sem julgamento	Muito longe	Piorou
17	17.8 Aumentar o uso da internet	Muito longe	Piorou

Tabela 1: Progresso de algumas das metas dos ODS em dois cenários distintos: a distância em que o mundo se encontrava em relação às metas até 2023, e o progresso alcançado de 2020 a 2023. Fonte: Adaptado de Malekpour et al. (2023), Sachs et al. (2023) e UN (2023).

O cenário para o Brasil também recebeu atenção em recente relatório elaborado pelo IPEA (2024a). O instituto apresentou marcadores para sinalizar as mudanças ocorridas entre 2016 e 2022 (último ano com informações disponíveis), e apenas 14 metas das 169 (menos de 9%) tinham sido atingidas. Por exemplo, as estimativas não mostram qualquer progresso duradouro na redução da pobreza extrema nos últimos dez anos (meta 1.2), conforme a linha internacional de \$2,15 per capita por dia, que, em valores de 2022, equivale a aproximadamente R\$ 200,00 per capita por mês (IPEA, 2024b). No entanto, de acordo com o relatório, esse cenário pode ter sido impactado pela pandemia de Covid-19.

Nesse contexto de observação e monitoramento crítico aos ODS é que o *Copenhagen Consensus* tem atuado. É um projeto iniciado em 2004 pelo economista Bjørn Lomborg, reunindo especialistas para avaliar e priorizar soluções para problemas globais, como pobreza, saúde e mudança climática, com base em critérios de custo-benefício (Lomborg, 2018). O objetivo é identificar as intervenções mais eficazes e com maior impacto positivo, considerando as restrições de recursos, baseadas em análises econômicas de custo-benefício (Lomborg, 2023a). A análise custo-benefício tem sido reconhecida há muito tempo como uma ferramenta valiosa que pode orientar os tomadores de decisão para escolhas mais informadas e eficazes, dadas as constantes limitações de recursos (Boardman et al., 2018). Se realizada de maneira adequada, considera cuidadosamente todos os custos e benefícios de uma política, não apenas aqueles que são mais visíveis. Também garante que os benefícios e custos possam ser comparados explicitamente e de forma transparente, com uma ponderação consistente entre o presente e o futuro (Boardman et al., 2018).

Uma das críticas do projeto é que, ao lado de metas nobres e cruciais, há muitas outras que são consideravelmente menos prementes, como a promoção turismo sustentável e a garantia de espaços públicos verdes para pessoas com deficiência. Defendem que não há problema em querer promover tais políticas, mas colocar essas promessas no mesmo nível de metas mais urgentes é desconcertante em um mundo onde cerca de 9% da população mundial ainda passam (FAO, 2023), outras milhões são acometidas por doenças infecciosas (Asma et al. 2019), crianças sofres com imensas desigualdades em

qualidade e acesso à educação (Dandler; Pfaff, 2021) e pessoas ainda sofrem com falta de acesso à energia (Katoch et al., 2023). Por exemplo, ter acesso à eletricidade é definido nas estatísticas internacionais como ter uma fonte de eletricidade que possa fornecer iluminação básica, carregar um telefone ou alimentar um rádio por 4 horas por dia. Em 2029, haviam cerca de 760 milhões de pessoas sem condições de satisfazer esses critérios (Ritchie, 2019).

Outras metas dos ODS prometem resultados positivos, mas sem fornecer um plano claro de como alcançá-los, como é o caso da meta “emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, incluindo jovens e pessoas com deficiência”. Não é como se a maioria dos líderes políticos não estivesse ciente da importância de criar empregos. Se houvesse uma maneira simples e eficaz de cumprir essa meta, já teria sido implementada (Lomborg, 2023). Da mesma forma, os ODS insistem na necessidade de “promover sociedades pacíficas”. A paz é desejável, mas sem alguma inovação política para torná-la mais viável, isso apenas reitera um desejo secular sem muita clareza em como seria possível alcançar (Lomborg, 2023). Algumas metas podem ser alcançadas, mas a um custo extremamente alto. Por exemplo, os ODS prometem “sistemas de proteção social para todos”, o que essencialmente significa implementar um sistema básico de bem-estar em todos os países, incluindo provisões para deficiência e velhice. No entanto, não se leva em conta que isso custaria muito mais de um trilhão de dólares por ano até 2030, mesmo excluindo os países ricos (Lomborg, 2023b). Não é que muitas dessas metas não sejam nobres, mas as promessas de resolver tudo e para todos ao mesmo tempo é, segundo os proponentes do *Copenhagen Consensus*, uma ambição hercúlea com grandes chances de falhas (Lomborg, 2023a; Lomborg, 2023b).

Portanto, o *Copenhagen Consensus* ecoa as críticas e as preocupações lançada por outros pesquisadores em relação a exequibilidade dos ODS. Deixa explícito que se o mundo continuar com as tendências atuais — excluindo a estagnação anômala causada pela Covid-19 em 2020-21 — atingiremos a marca de 100% dos ODS apenas após 2078, quase meio século de atraso (Lomborg, 2023a; Lomborg, 2023b). Mais relevante ainda, é a desigualdade no atraso no cumprimento das metas entre os países. Países de renda média-baixa estarão <apenas> 38 anos atrasados, enquanto os países de baixa renda estarão quase um século atrasados. Já os países de alta renda estarão incrivelmente 150 anos atrasados (Lomborg, 2023^a; Lomborg, 2023b). A tabela 2 mostra com maior detalhamento as projeções documentadas pelo autor, tendo em base as informações contidas no “Relatório de Desenvolvimento Sustentável: Implementação do Estímulo aos ODS”(Sachs et al., 2023).

ODS	Ano de realização
Indústria, Inovação e Infraestrutura	2034
Erradicação da Pobreza	2037
Trabalho Decente e Crescimento Econômico	2046
Educação de Qualidade	2052
Energia Acessível e Limpa	2061
Fome Zero	2071
Saúde e Bem-estar	2080
Água Limpa e Saneamento	2089
Igualdade de Gênero	2101
Paz, Justiça e Instituições Eficazes	2127
Parcerias para a Realização dos Objetivos	2147
Vida na Água	2220
Cidades e Comunidades Sustentáveis	2226
Redução das Desigualdades	2235
Vida Terrestre	Nunca
Consumo e Produção Responsáveis	Nunca
Ação Contra a Mudança Global do Clima	Nunca

Tabela 2: Os 17 ODS e o ano projetado para alcançar, com base nas tendências de 2015-19 para países de renda média-baixa. “Nunca” significa que os indicadores estão se afastando do objetivo. Fonte: Adaptado de Sachs et al. (2023) e Lomborg (2023a).

Na tabela 2, a ‘metade mais pobre do mundo’ se refere a países de baixa e média-baixa renda, categorizados pelo Banco Mundial como países onde cada pessoa, em média, ganha menos de US\$ 1.085 por ano ou apenas cerca de US\$ 3 por dia (FAO, 2023; Lomborg, 2023b). Para comparação, em 2023, a renda média diária na China foi de US\$ 33 e nos países de alta renda foi superior a US\$ 130 (Lomborg, 2023b). Nos países de renda média-baixa, as pessoas ganham até quase US\$ 12 por dia (Nos países de renda média-baixa, as pessoas ganham até quase US\$ 12 por dia (Lomborg, 2023b).

Como tentativa de evitar o cenário mostrado na tabela 2, os colaboradores do *Copenhagen Consensus* argumentam que é essencial e possível priorizar as ações globais com base em análises de custo-benefício para garantir que os recursos limitados sejam utilizados de maneira eficiente. Dessa forma, é proposta uma abordagem mais focada e pragmática, destacando que, ao concentrar os esforços nos problemas que podem ser resolvidos de forma mais eficaz e com maior impacto, é factível alcançar resultados significativamente melhores. Nesse sentido, um dos aspectos que mais os pesquisadores do *Copenhagen Consensus* enfatizam é que muitas das 169 metas dos ODS são ideias

em que o custo supera muito os eventuais benefícios, portanto, na prática, trarão grande empecilho para o seu cumprimento.

À medida que o mundo já passou da metade do caminho para os ODS, a proposta é maximizar, em termos de custo-benefício, as melhores estratégias para alcançar esses compromissos. Para isso, um time de economistas pesquisadores que trabalha em parceria com o *Copenhagen Consensus* produziu 12 soluções principais a se focar para os seguintes problemas: Tuberculose (Pretorius et al., 2023), educação (Angrist et al., 2023), saúde materna e neonatal (Madise et al. 2023), pesquisa e desenvolvimento agrícola (Rosegrant et al., 2023), malária (Shretta; Anye, 2023), *e-procurement* (Bosio; Hayman; Dubosse, 2023) (compras eletrônicas pelo governo), nutrição (Larsen; Hoddinott; Razvi, 2023), segurança na posse da terra (Byamugisha; Dubosse, 2023), doenças crônicas (Watkins; Ahmed; Pickersgill, 2023), comércio (Feyrer et al., 2023), imunização infantil (Patenaude; Sriudomporn; Mak, 2023) e migração qualificada (Maskus, 2023). Portanto, priorizar estes problemas não são opostas necessariamente aos ODS; na verdade, algumas são quase idênticas. No entanto, a crítica endereçada aos ODS diz respeito a falta de foco e o excesso de promessas, sugerindo que muitos desses objetivos podem ser irrealistas e não priorizam os investimentos de maneira eficaz.

Segundo o levantamento do *Copenhagen Consensus*, um conjunto de investimento focado em soluções rápidas e práticas seria uma viável alternativa, podendo resultar em mudanças significativas. Cada uma das doze propostas de intervenções teria um custo e um benefício, sendo todas elas apresentando uma relação custo-benefício maior ou igual a 18 (tabela 3), sendo saúde materna e imunização infantil destacando-se como as melhores relações. Além disso, com um investimento anual de aproximadamente US\$ 41 bilhões ao longo de um período de 7 anos (2023 a 2030), seria possível salvar 4,2 milhões de vidas anualmente, melhorando a situação financeira da metade mais pobre do mundo em mais de um trilhão de dólares, quase eliminando a tuberculose e reduzindo em 1,5 milhão o número de mortes por doenças crônicas (Lomborg, 2023a). De modo geral, todas as intervenções propostas, apesar de terem custos relativamente baixos, demonstram uma grande eficácia em termos de vidas salvas.

	Custo anual (bilhões de dólares)	Vidas salvas anualmente (milhões)	Relação custo- benefício
Tuberculose	6,2	0,6	46
Educação	9,8	0,5	65
Saúde materna e neonatal	4,9	1,4	87
P&D agrícola	5,5	n.e.	33
Malária	1,1	0,2	48
e-procurement	0,076	n.a	125
Nutrição	1,4	0,018	18
Segurança na posse da terra	1,8	n.e.	21
Doenças crônicas	4,4	1,5	23
Comércio	1,7	n.e.	95
Imunização infantil	1,7	n.e.	101
Migração qualificada	2,8	n.e.	20
Total	41	4,2	
Média dos custo-benefícios			56

n.e.: não estimado

Tabela 3 Custos anuais em 2023 em dólares dos EUA e vidas salvas, média ao longo do período de 2023 a 2030. Fonte: Adaptado de Lomborg (2023a).

Implementar todas as 12 propostas teria um custo anual de US\$ 41 bilhões, enquanto que os benefícios totais (econômicos + sociais) alcançariam US\$ 2,1 trilhões (Lomborg, 2023a; Lomborg, 2023b). Isso implica que cada dólar investido resultará em notáveis US\$ 56 de retorno, ou seja, a relação benefício-custo, é de 56 (fig. 2). Gastar \$41 bilhões pode parecer muito, então é útil colocar isso em contexto. Para os 4,1 bilhões de pessoas na metade mais pobre do mundo, esse valor representa um aumento de apenas \$8,50 por ano por pessoa (Lomborg, 2023b). Além disso, os \$35 bilhões são um custo modesto em comparação aos \$211 bilhões que os governos ricos gastam anualmente em ajuda ao desenvolvimento (Lomborg, 2023b).

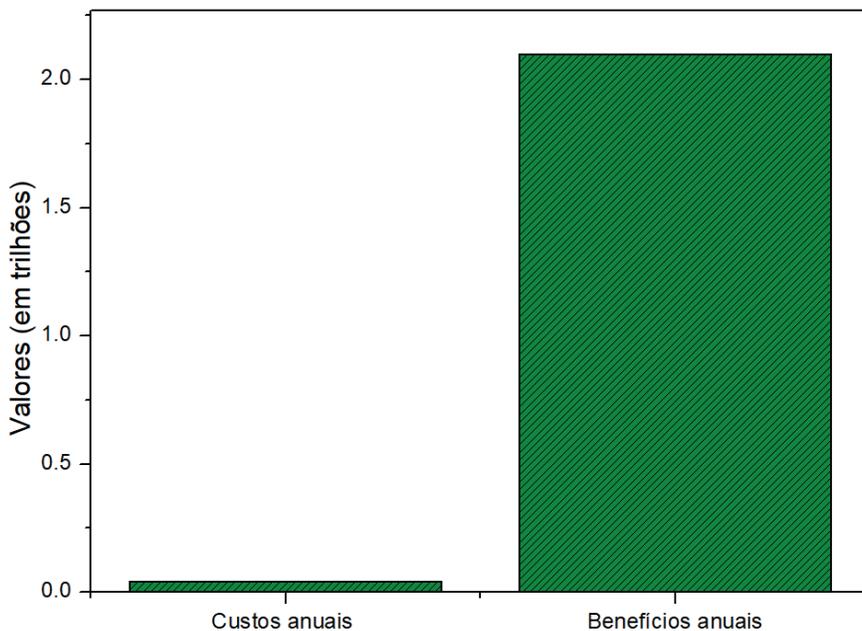


Figura 2: Relação benefício-custo para implementar as 12 soluções propostas pelo *Copenhagen Consensus*.

Para ilustrar um exemplo, os ODS estabelecem metas ambiciosas para reduzir as taxas de mortalidade materna e neonatal até 2030. A meta inicial de saúde dos ODS visa reduzir a mortalidade materna global para 0,07% (meta 3.1), um objetivo desafiador que requer uma queda significativa nas taxas de mortalidade, quase quatro vezes mais rápida do que durante os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Madise et al., 2023). No entanto, os progressos até agora têm sido insuficientes, com a taxa de mortalidade materna estagnada desde 2015 (Madise et al., 2023). Alcançar essa meta implicaria uma redução significativa no número de mortes maternas anuais, de aproximadamente 300.000 para menos de 100.000 até 2030, apesar dos nascimentos globais esperados permanecerem estáveis (Madise et al., 2023). Similarmente, a meta para a mortalidade neonatal, abaixo de 1,2% até 2030, é considerada desafiadora, com o progresso atual sugerindo que esse objetivo só será alcançado em 2060 (Lomborg 2023b), resultando em uma redução anual mais modesta nas mortes neonatais do que o esperado.

Para identificar as políticas mais eficazes na redução das mortes maternas e neonatais, os pesquisadores utilizaram a ferramenta *Lives Saved Tool*, capaz de avaliar o impacto de intervenções como o Cuidado Obstétrico e Neonatal de Emergência Básico e a expansão dos serviços de Planejamento Familiar em 55 países de baixa e média-baixa renda, os quais juntos respondem por 90% das mortes maternas e neonatais globais (Lomborg, 2023b). O custeio dessas intervenções inclui despesas diretas do setor

de saúde com medicamentos, suprimentos e pessoal médico, além dos custos indiretos suportados pelas mulheres, como transporte e perda de salários. Embora frequentemente negligenciados nos orçamentos, esses custos pessoais são componentes significativos dos custos das políticas, e foram contemplados pelos autores (Madise et al., 2023). O pacote sugerido requer um investimento anual de 3,2 bilhões de dólares e proporcionará benefícios avaliados em 278 bilhões de dólares por ano, através da redução de mortes e do incremento do crescimento econômico. Além disso, gerará um benefício demográfico equivalente a 25 bilhões de dólares por ano. Para cada dólar investido, os benefícios sociais e econômicos são estimados em 87 dólares, resultando em uma relação custo-benefício de 87 (Madise et al., 2023).

Em outro tópico relevante, a subnutrição infantil apresenta dados preocupantes: globalmente, 22% das crianças com menos de 5 anos (140 milhões) tinham baixa estatura e 6,7% (45 milhões) estavam em estado de emagrecimento (WHO 2020). Os altos índices de baixa estatura e mortalidade infantil fazem com que os países de baixa e média renda, especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia, enfrentem a maior carga desses problemas (Canton, 2021). No estudo sobre subnutrição infantil realizado pelo *Copenhagen Consensus* (Larsen; Hodinott; Razvi, 2023), foi analisado o custo-benefício de três intervenções nutricionais: 1) fornecimento de suplementos lipídicos pequenos e baseados em nutrientes (SLP) para crianças de 6 a 23 meses; 2) Promoção da Alimentação Complementar (PAC) para crianças de 6 a 23 meses; 3) fornecimento de suplementos de múltiplos micronutrientes (MN) e cálcio (Ca) para mulheres grávidas. De todas análises de relação custo-benefício combinadas as três abordagens, as mais altas foram para a suplementação de MN para grávidas substituindo ferro e ácido fólico, resultando um valor de 37,5 na relação custo-benefício (ou seja, para cada dólar investindo, haveria um retorno de 37,5 dólares).

Os colaboradores do *Copenhagen Consensus* discutem que, apesar de muitos objetivos ODS serem altamente desejáveis, alguns, como alcançar a paz mundial, carecem de caminhos eficazes para sua realização. O time de economistas que trabalhou com o *think tank Copenhagen Consensus* colaboraram para explorar maneiras eficientes de reduzir o risco de conflitos, mas descobriram que mesmo políticas dispendiosas têm eficácia limitada nesse sentido (Lomborg, 2023b). A única política identificada como significativa foi o envio de forças de paz após a assinatura de tratados de paz, capaz de reduzir a probabilidade de regiões frágeis voltarem a conflitos, embora seus custos sejam consideráveis. A relação benefício-custo estimada foi de aproximadamente \$5 por dólar investido, destacando-se como uma política benéfica, mas que não atende ao critério de custo-benefício de \$15 estabelecido como mínimo necessário para merecer atenção prioritária (Lomborg, 2023b). Enquanto várias políticas são consideradas medianas e algumas até contraproducentes, apenas as doze acima destacadas (tabela 3) mostraram por oferecer retornos acima desse critério (Lomborg 2022a; Lomborg, 2023b).

Com relação ao tema das mudanças climáticas, os proponentes do *Copenhagen Consensus* não incluíram na lista as políticas climáticas, pois os custos atuais geralmente proporcionam retornos econômicos menores do que \$15 para cada dólar investido (Lomborg, 2023b). No entanto, reconhecem como uma preocupação global séria, uma vez que o fato de os custos superarem os benefícios não implica em perda de relevância. Por exemplo, destacam que medidas como a implementação de um imposto global eficiente sobre carbono, se forem bem implementadas, conseguem \$2 em benefícios para cada dólar gasto (Lomborg, 2023b). Em adição a isso, outra política climática eficaz seria aumentar o investimento em pesquisa e desenvolvimento verde para tornar a futura descarbonização muito mais barata, o que poderia gerar \$11 em benefícios climáticos para cada dólar gasto (Lomborg, 2020).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1960, o desenvolvimento sustentável tem sido um tema central para a ação das Nações Unidas, com um foco inicial na redução da fome mundial e a subsequente criação de programas voltados ao desenvolvimento econômico sustentável. A transição dos ODM para os ODS refletiu a necessidade de uma abordagem mais abrangente e integrada, envolvendo diversos atores globais e abordando questões interdependentes de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Apesar dos avanços alcançados até 2015, o progresso em direção aos ODS tem sido desigual e, em muitos casos, insuficiente. Relatórios recentes indicam que o mundo não está no caminho certo para alcançar nenhum dos 17 ODS até 2030. O *Copenhagen Consensus*, ao aplicar uma análise de custo-benefício, sugere que uma priorização focada e pragmática das metas pode resultar em impactos mais significativos e eficientes. Intervenções específicas, como a melhoria da saúde materna e neonatal, imunização infantil e combate à tuberculose, apresentam um excelente retorno sobre o investimento, destacando a importância de estratégias bem direcionadas.

Portanto, embora os ODS sejam ambiciosos e nobres, a abordagem sugerida pelo *Copenhagen Consensus* de priorizar ações com base em análises de custo-benefício pode proporcionar um caminho viável para alcançar os objetivos globais de desenvolvimento de forma mais eficaz. As críticas e sugestões levantadas enfatizam a necessidade de uma alocação mais eficiente de recursos, maximizando os benefícios sociais e econômicos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Em última análise, a adaptação dessas estratégias pode ser essencial para superar os desafios complexos e interconectados do desenvolvimento sustentável no mundo moderno.

REFERÊNCIAS

AKIMOTO, K.; SANO, F.; TEHRANI, B. S. The analyses on the economic costs for achieving the nationally determined contributions and the expected global emission pathways. *Evolutionary and Institutional Economics Review*, v. 14, p. 193-206, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.26>

ANGRIST, N.; AURINO, E.; PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. *et al.* Improving Learning in Low- and Lower-Middle-Income Countries. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 55-80, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.26>

ASMA, S.; LOZANO, R.; CHATTERJI, S.; SWAMINATHAN, S. *et al.* Monitoring the health-related Sustainable Development Goals: lessons learned and recommendations for improved measurement. *The Lancet*, v. 395, 11/01 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(19\)32523-1/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(19)32523-1/abstract)

BOARDMAN, A.; GREENBERG, D.; VINING, A.; WEIMER, D. *Cost-Benefit Analysis: Concepts and Practice*, 5th edition. New York: Cabridge Press, 2018

BOSIO, E.; HAYMAN, G.; DUBOSSE, N. The Investment Case for E-Government Procurement: A Cost-Benefit Analysis. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 81-107, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.10>

BYAMUGISHA, F. F. K.; DUBOSSE, N. The Investment Case for Land Tenure Security in Sub-Saharan Africa: A Cost-Benefit Analysis. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 272-300, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.14>

CANTON, H. United Nations Children's Fund—UNICEF. *In: The Europa Directory of International Organizations 2021*: Routledge, 2021. p. 160-172.

COPENHAGEN CONSENSUS CENTER. Disponível em: <https://copenhagenconsensus.com/>. Acesso em: 10 sept. 2024.

DANLER, C.; PFAFF, K. The impact of an unequal distribution of education on inequalities in life expectancy. *Population Health*, v. 16, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2021.100954>

DE JONG, E.; VIJGE, M. J. From Millennium to Sustainable Development Goals: Evolving discourses and their reflection in policy coherence for development. *Earth System Governance*, v. 7, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.esg.2020.100087>

FEYRER, J.; TYAZHELNIKOV, V.; ALEMAN-CASTILLA, B.; WONG, B. Benefit-Cost Analysis of Increased Trade: An Order-of-Magnitude Estimate of the Benefit-Cost Ratio. *Journal of Benefit-Cost Analysis*, v. 14, p. 108-135, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.12>

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/445c9d27-b396-4126-96c9-50b335364d01>

HICKMANN, T.; BIERMANN, F.; SPINAZZOLA, M.; BALLARD, C. *et al.* Success factors of global goal-setting for sustainable development: Learning from the Millennium Development Goals. *Sustainable Development*, v. 31, p. 1214-1225, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/sd.2461>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024a. **Ipea lança segunda edição dos Cadernos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2024**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15159-ipea-lanca-segunda-edicao-dos-cadernos-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 10 sept. 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2024b. **Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 1: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares**. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14124/1/Agenda_2030_ODS_1_Acabar_com_a_pobreza_em_todas_suas_formas.pdf. Acesso em: 10 sept. 2024.

KATOCH, O. R.; SHARMA, R.; PARIHAR, S.; NAWAZ, A. Energy poverty and its impacts on health and education: a systematic review. **International Journal of Energy Sector Management**, v. 18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJESM-10-2022-0007>

KUMAR, S.; KUMAR, N.; VIVEKADHISH, S. Millennium Development Goals (MDGs) to Sustainable Development Goals (SDGs): Addressing Unfinished Agenda and Strengthening Sustainable Development and Partnership. **Indian Journal of Community Medicine**, v. 41, p. 1-4, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4746946/>

LARSEN, B.; HODDINOTT, J.; RAZVI, S. Investing in Nutrition: A Global Best Investment Case. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 235-254, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.22>

LOMBORG, B. *Prioritizing Development: A Cost Benefit Analysis of the United Nations' Sustainable Development Goals*. Cambridge University Press, 2018.

LOMBORG, B. Welfare in the 21st century: Increasing development, reducing inequality, the impact of climate change, and the cost of climate policies. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 156, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.119981>

LOMBORG, B. Save 4.2 Million Lives and Generate \$1.1 Trillion in Economic Benefits for Only \$41 Billion: Introduction to the Special Issue on the Most Efficient Policies for the Sustainable Development Goals. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.32>

LOMBORG, B. *Best Things First: The 12 Most Efficient Solutions for the World's Poorest and Our Global SDG Promises*. Copenhagen Consensus Center, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.24>

MADISE, N.; NANDI, A.; WONG, B.; RAZVI, S. Achieving Maternal and Neonatal Mortality Development Goals Effectively: A Cost-Benefit Analysis. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 206-234, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.24>

MALEKPOUR, S.; ALLEN, C.; SAGAR, A.; SCHOLZ, I. *et al.* What scientists need to do to accelerate progress on the SDGs. **Nature**, v. 621, p. 250-254, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-02808-x>

MASKUS, K. E. A Benefit-Cost Analysis of Increased International Migration of Skilled Labor in Africa and the World. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 301-336, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.15>

MCARTHUR, J. The Origins of the Millennium Development Goals. **SAIS Review of International Affairs**, v. 34, p. 5-24, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27000954>

- MIBIELLI, P.; BARCELLOS, F. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs): uma avaliação crítica. **Sustainability in Debate**, v. 5, p. 222-244, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v5n3.2014.11176>
- UNITED NATIONS (UN). **Global Sustainable Development Report 2023**. Disponível em: <https://sdgs.un.org/gsdr/gsdr2023>
- UNITED NATIONS (UN), 2015a. **UN global survey for citizens, capturing voices, priorities and views**. Disponível em: <http://data.myworld2015.org/>
- UNITED NATIONS (UN), 2015b. **Sustainable Development Goals, FACT SHEET 2015**. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/8326Factsheet_SummitPress_Kit_final.pdf
- UNITED NATIONS (UN). **The sustainable development goals report 2016**. Disponível em: <https://mdgs.un.org/sdgs/report/2016/The%20Sustainable%20Development%20Goals%20Report%202016.pdf>
- OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, p. 111-129, 2016. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.18224/baru.v2i2.5266>
- UNITED NATIONS (UN). **Levels and trends in child malnutrition: UNICEF/WHO/The World Bank Group joint child malnutrition estimates: key findings of the 2020 edition**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240003576>
- PATENAUDE, B.; SRIUDOMPORN, S.; MAK, J. Sustainable Development Goal Halftime Project: Benefit-Cost Analysis Using Methods from the Decade of Vaccine Economics Model. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 136-180, 2023. DOI: 10.1017/bca.2023.11 Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.11>
- PRETORIUS, C.; ARINAMINPATHY, N.; MANDAL, S.; SAHU, S. *et al.* One Million Lives Saved Per Year: A Cost–Benefit Analysis of the Global Plan to End Tuberculosis, 2023–2030 and Beyond. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 337-354, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.13>
- RITCHIE, H. **Access to Energy**. 2019. Disponível em: <https://ourworldindata.org/energy-access>.
- ROSEGRANT, M. W.; WONG, B.; SULSER, T. B.; DUBOSSE, N. *et al.* Benefit–Cost Analysis of Increased Funding for Agricultural Research and Development in the Global South. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 181-205, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.27>
- SACHS, J. D.; LAFORTUNE, G.; FULLER, G.; DRUMM, E. **Sustainable development report 2023: Implementing the SDG Stimulus**. Disponível em: <https://sdgtransformationcenter.org/reports/sustainable-development-report-2023>
- SHRETTA, R.; NGWAFORANYE, R. An Investment Case for the Scale-up and Use of Insecticide-Treated Nets Halfway into the SDG Targets. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, p. 16-54, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/bca.2023.23>
- WATKINS, D.; AHMED, S.; PICKERSGILL, S. Best Investments in Chronic, Noncommunicable Disease Prevention and Control in Low- and Lower–Middle-Income Countries. **Journal of Benefit-Cost Analysis**, v. 14, 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0046958020927885>

YANG, P.; YAO, Y.-F.; MI, Z.; CAO, Y.-F. *et al.* Social cost of carbon under shared socioeconomic pathways. **Global Environmental Change**, v. 53, p. 225-232, 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.10.001>

CAPÍTULO 2

A CONVERGÊNCIA DA GESTÃO DE DADOS E DA JURIMETRIA: OTIMIZANDO PROCESSOS E DECISÕES NO JUDICIÁRIO

Data de submissão: 20/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/5544481320922328>

Fernanda Rabelo de Souza

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/2893860826992882>

Fransimar dos Santos Cruz

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/0490119640432061>

Shirley dos Santos Ferreira

Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/4656296484656197>

Maria Naiza Martins Silva

Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/9329338275962484>

Mariza Santos Cajé

Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/8958478137530495>

Damares Socorro Fontes de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/8252053424442816>

Hamilton Sobral Carvalho

Fundação Getúlio Vargas
<http://lattes.cnpq.br/5774217104674126>

RESUMO: Este estudo, por meio de uma revisão narrativa de literatura, analisa como a integração da gestão de dados com a jurimetria pode melhorar o funcionamento do Judiciário, otimizando processos e decisões. A investigação discutiu como essa integração e a análise de indicadores métricos podem aprimorar a tomada de decisões jurídicas por meio da análise quantitativa de dados. Utilizando uma abordagem qualitativa e de natureza básica, foram examinados trabalhos dos últimos cinco anos na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e em livros de autores renomados sobre Jurimetria, Gestão de Dados e Ciência da Informação (CI), com foco na informação jurídica. Os resultados indicam que a aplicação conjunta de jurimetria e gestão de dados cria indicadores eficazes para a gestão estratégica do sistema jurídico. A análise de dados processuais, por exemplo, permite medir a eficiência dos processos,

a produtividade dos profissionais e a qualidade das decisões judiciais. Conclui-se que a jurimetria, aliada à gestão de dados, tem grande potencial para transformar o sistema jurídico, promovendo uma justiça mais eficiente, transparente e baseada em evidências. No entanto, é necessário superar desafios como o desenvolvimento de uma metodologia e epistemologia próprias para a jurimetria e a adaptação do Direito às novas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Jurimetria; gestão de dados; ciência da informação; informação jurídica.

THE CONVERGENCE OF DATA MANAGEMENT AND JURIMETRICS: OPTIMIZING PROCESSES AND DECISIONS IN THE JUDICIARY

ABSTRACT: This study, through a narrative literature review, analyzes how the integration of data management with jurimetrics can improve the functioning of the Judiciary, optimizing processes and decisions. The investigation discussed how this integration and the analysis of metric indicators can enhance legal decision-making through the quantitative analysis of data. Using a qualitative and basic approach, works from the last five years were examined in the Information Science Database (Brapci), the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), and books by renowned authors on Jurimetrics, Data Management, and Information Science (IS), focusing on legal information. The results indicate that the joint application of jurimetrics and data management creates effective indicators for the strategic management of the legal system. The analysis of procedural data, for example, allows measuring the efficiency of processes, the productivity of professionals, and the quality of judicial decisions. It is concluded that jurimetrics, combined with data management, has great potential to transform the legal system, promoting a more efficient, transparent, and evidence-based justice. However, challenges such as the development of a specific methodology and epistemology for jurimetrics and the adaptation of Law to new technologies need to be overcome.

KEYWORDS: Jurimetrics; data management; information science; legal information.

1 | INTRODUÇÃO

A convergência das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) com a Internet propiciou uma transformação no modo como os dados são tratados, culminando no surgimento do Big Data. Essa nova realidade se caracteriza por um volume massivo de dados, complexidade sem precedentes e ubiquidade da informação, demandando abordagens inovadoras para sua análise e gestão eficiente.

De acordo com Moresi (2000), a globalização consolidou a importância da informação como um componente essencial nos processos decisórios, especialmente quando é reconhecida como crítica e otimizada para uso, destacando seu valor estratégico. Ao mesmo tempo, as organizações também se empenharam em fomentar uma cultura enraizada na economia da informação e do conhecimento, integrando ativos tangíveis e intangíveis em seus processos (Valentim, 2008).

A Sociedade em Rede de Castells (2011) é caracterizada pela interdependência

entre sociedade e tecnologia. A conectividade virtual impulsiona a transformação social e, ao mesmo tempo, é moldada pelas interações humanas.

A automação de processos, embora essencial para a otimização, gera um desafio: o gerenciamento de grandes volumes de dados. Para extrair valor desses dados, é necessária uma governança eficaz e ferramentas analíticas robustas. Davenport e Kim (2014) destacam o potencial estratégico da análise de dados para aprimorar a tomada de decisões e alcançar vantagem competitiva, um importante diferencial para o sucesso organizacional em um cenário de constante geração de dados.

A explosão de dados jurídicos demanda ferramentas como a jurimetria para análise precisa e preditiva, otimizando o sistema e embasando decisões. Segundo Albuquerque (2023), a jurimetria possibilita análises preditivas, enquanto Barbosa e Lyra (2019) destacam a importância da padronização terminológica para a qualidade dos dados.

A implementação da jurimetria no campo jurídico, apesar de promissora, enfrenta desafios como a complexidade dos dados, a privacidade e a diversidade de infraestruturas tecnológicas nos escritórios de advocacia (Okamoto; Trecenti, 2022). Diante dessa problemática, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a integração de gestão de dados e análise de indicadores métricos, por meio da jurimetria, pode otimizar a tomada de decisão e a eficiência em escritórios de advocacia, considerando os desafios de segurança e privacidade de dados no contexto digital?

Este estudo, por meio de uma revisão narrativa de literatura, teve por objetivo analisar como a integração da gestão de dados com a jurimetria pode aprimorar o funcionamento do Judiciário, otimizando processos e decisões. Mais especificamente, a pesquisa buscou compreender como a análise de dados, a identificação de padrões e a previsão de resultados, possíveis através da jurimetria, podem contribuir para decisões mais estratégicas e eficazes no âmbito judicial.

Para traçar um panorama abrangente da relação entre Jurimetria, Gestão de Dados e Ciência Da Informação (CI), foi realizada uma revisão narrativa da literatura. A análise de trabalhos publicados nos últimos cinco anos na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), além de obras de referência, permitiu identificar os principais autores, contribuições e tendências na área. A flexibilidade fornecida pela revisão narrativa possibilitou a inclusão de diversas perspectivas e abordagens metodológicas, ampliando a compreensão sobre o estado da arte da pesquisa.

2 | DESVENDANDO AS PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES DA GESTÃO DE DADOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A gestão de dados, campo interdisciplinar que surgiu da explosão de dados na era digital, utiliza ferramentas e técnicas para analisar grandes volumes de informação,

transformando-os em insights e impulsionando a inovação (Freire; Freire, 2019). Sua finalidade principal é extrair conhecimento valioso de dados estruturados e não estruturados, otimizando processos e algoritmos.

A união entre gestão de dados e jurimetria impulsiona a tomada de decisões mais precisas em diversos setores, como saúde, finanças e marketing. A análise de dados permite personalizar serviços, otimizar processos e prever tendências, gerando valor para empresas e sociedade.

A gestão de dados, segundo Pierson (2019), extrai conhecimento de grandes volumes de dados, desde a coleta até a visualização. Empresas como a Netflix utilizam essa disciplina para personalizar recomendações, demonstrando seu valor estratégico. Para o autor,

Provost e Fawcett (2019) destacam dois aspectos fundamentais do poder da análise de dados. Primeiro, ela revela *insights* ocultos em dados complexos, desvendando padrões e tendências que métodos tradicionais não detectariam, possibilitando decisões mais informadas e estratégicas. Segundo, em decisões repetitivas e de grande escala, até pequenos ganhos de precisão resultam em melhorias significativas, otimizando processos e reduzindo erros. Em ambos os casos, a gestão de dados impulsiona a inovação, identificando novas oportunidades e criando soluções mais eficazes, inclusive no campo jurídico.

Davenport e Prusak (1999) descrevem a transformação de dados brutos em conhecimento estratégico: os dados são contextualizados para gerar informação, que por sua vez é interpretada para gerar conhecimento. Kalita, Bhattacharyya e Roy (2024) enfatizam a importância da interação entre dados, informação e conhecimento para a gestão de dados eficaz, como demonstrado em sua estrutura (Figura 1).



Figura 1 – Camadas intermediárias de conversão: dados, informação e conhecimento

Fonte: Adaptado de Kalita, Bhattacharyya e Roy (2024).

A imagem mostra um diagrama de pirâmide ilustrando as etapas de conversão de dados em conhecimento, com diversas fontes de informação alimentando a base. O fluxo informacional varia conforme a organização, setor e processos específicos. Kalita, Bhattacharyya e Roy (2024) explicam que a nuvem na base destaca a diversidade de fontes de dados brutos, que podem ser provenientes de sistemas internos, integração de dados, fontes externas e interações digitais, entre outros. Esta base é fundamental para as outras camadas da pirâmide.

A camada da informação, conforme descrita pelos autores, é onde os dados brutos são organizados, estruturados e limpos para se tornarem significativos e utilizáveis. Este processo inclui categorização, contextualização e condensação dos dados, dando-lhes significado. Davenport e Prusak (1999) acrescentam dois elementos: o cálculo, que utiliza análises matemáticas e estatísticas para extrair padrões relevantes, e a correção de erros e inconsistências, assegurando a confiabilidade da informação antes da atribuição de significado. Assim, a camada da informação serve como ponte entre dados brutos e conhecimento, preparando o caminho para a geração de conhecimento estratégico.

No topo da pirâmide está o conhecimento, resultado da interpretação da informação e da experiência. Kalita, Bhattacharyya e Roy (2024) descrevem esse processo como uma análise sistemática da informação, enriquecida pela capacidade cognitiva humana. Aqui, a informação obtém significado e contexto, permitindo decisões embasadas e a geração de novas ideias. Entre as camadas da informação e do conhecimento, ocorre a atribuição de

valor aos dados, transformando-os em conhecimento útil e acionável. Assim, o conhecimento representa o ápice da pirâmide, onde a informação se converte em sabedoria e ação.

Os autores Reis e Carvalho (2022) sublinham a premência da educação em dados, que ultrapassa simplesmente a compreensão e interpretação de informações, incluindo também a habilidade de coletar, processar e utilizar dados de maneira eficaz. O papel essencial do bibliotecário de dados é agir como um facilitador na busca, tratamento e aproveitamento da informação, contribuindo para maximizar o potencial dos dados disponíveis. Conforme argumentam, é importante reconhecer a conexão entre CI e gestão de dados, evidenciando a necessidade de uma rede conceitual múltipla para compreender e utilizar plenamente o potencial dos dados na sociedade contemporânea.

Santos e Sena (2022) destacam que os bibliotecários estão ampliando sua atuação para contribuir com a educação em dados, especialmente nos campos da Ciência dos Dados e gestão de dados. Esses campos estão diretamente relacionados ao fluxo de informação. Ou seja, na área da CI, a biblioteconomia de dados não se limita apenas aos dados de pesquisas científicas. Conforme os autores, “As organizações utilizam dados em seus modelos de negócio e operações para geração de informação e tomadas de decisão” (Santos; Sena, 2022, p. 33).

Menezes e Lage (2020) enfatizam a importância da gestão de dados na área jurídica, destacando sua integração com várias áreas do conhecimento para melhorar os processos legais. Eles mencionam ferramentas como Jurimetria, Estatística Experimental e Computação Cognitiva como essenciais para transformar dados em informações úteis para decisões legais. Santos e Arrabal (2023) abordam a fusão entre ciência de dados, Inteligência Artificial (IA) e gestão de dados como fundamentais para as decisões judiciais, visando aprimorar a ação humana. Essa combinação amplia a diversidade, amplitude e velocidade das operações, buscando otimizar os processos de informação no contexto jurídico e aumentar a eficiência e precisão na tomada de decisões.

Ademais, a gestão de dados desempenha um papel fundamental no campo jurídico, especialmente diante da crescente judicialização nos meios digitais. Na próxima seção, serão exploradas em detalhe a importância e as aplicações da jurimetria na prática jurídica contemporânea, com ênfase em sua relevância frente a esse fenômeno.

2.1 Jurimetria

No ambiente empresarial competitivo atual, a tomada de decisão precisa ser ágil e precisa. Wisniewski e Shafti (2020) destacam a importância do Big Data e da gestão de dados, impulsionando a integração de técnicas quantitativas. A análise de grandes volumes de dados revela padrões e tendências, auxiliando gestores em decisões rápidas e eficazes, baseadas em evidências. Os autores defendem a combinação da análise quantitativa com a experiência e a intuição, resultando em decisões estratégicas mais assertivas.

Originária dos EUA, a jurimetria, termo que une “jus” (direito) e “metria” (medida), surgiu em 1949 com o advogado Lee Loevinger. Seu marco legal ocorreu em 1959 com a publicação do periódico “*Modern Uses of Logic in Law*” pela *American Bar Association*, que posteriormente evoluiu para o “*Jurimetrics, the Journal of Law, Science and Technology*” em 1966, tornando-se uma plataforma fundamental para o desenvolvimento e a disseminação da jurimetria (Mattos, 2021).

Okamoto e Trecenti (2022) destacam a jurimetria como um campo em constante evolução, otimizado por métodos estatísticos, matemáticos e computacionais para análise de dados provenientes de diversas fontes de informação, incluindo dados jurídicos e aqueles que subsidiam seus processos. Eles observam a natureza interdisciplinar da jurimetria, porém ressaltam a falta de uma metodologia e epistemologia próprias, resultando em definições metodológicas focadas em suas aplicações práticas.

Para situar a jurimetria no campo do conhecimento jurídico, os autores identificam três elementos essenciais: taxonomia, método e objeto de estudo (Figura 2).



Figura 2 – Elementos que situam a jurimetria no campo do conhecimento jurídico

Fonte: Elaborado a partir de Okamoto e Trecenti (2022).

A imagem esclarece como a jurimetria, conforme proposto por Okamoto e Trecenti (2022), é situada no campo do conhecimento jurídico por meio de três elementos: taxonomia, objeto de estudo e método. A taxonomia classifica a jurimetria como uma disciplina do conhecimento, indo além da simples aplicação de métodos quantitativos, e propõe uma forma particular de compreender o Direito, com suas próprias epistemologias e metodologias. O método, essencial na jurimetria, envolve o uso de ferramentas estatísticas e matemáticas para analisar dados jurídicos, identificando padrões e tendências. O objeto de estudo foca no funcionamento da ordem jurídica, incluindo a atuação dos tribunais, operadores do direito e da Administração Pública.

Magalhães e Vieira (2020) destacam que a jurimetria, aliada a tecnologias disruptivas e gestão de dados, oferece soluções inovadoras para profissionais do Direito. A jurimetria permite uma tomada de decisão embasada na análise quantitativa de dados judiciais, promovendo uma justiça mais eficiente e transparente. Por sua vez, Nunes (2020) define a jurimetria como uma disciplina que utiliza metodologia estatística para investigar o funcionamento da ordem jurídica, restaurando elementos de causalidade em diversos contextos sociais, econômicos e geográficos. O autor define a jurimetria como: “Disciplina do conhecimento que utiliza a metodologia estatística para investigar o funcionamento de uma ordem jurídica” (Nunes, 2020, p. 115).

A virtualização do sistema judicial gerou um grande volume de dados, tornando a jurimetria uma ferramenta vital para análise e geração de informação estratégica, auxiliando gestores na tomada de decisões (Esteves, 2021). Szewczyk e Loguercio (2019) ressaltam que a jurimetria possibilita o aproveitamento desses dados para otimizar alocação de recursos, gestão de processos e previsão de demanda, contribuindo para análise de cenários jurisprudenciais.

Silva (2022) destaca a jurimetria como uma metodologia fundamental para lidar com a morosidade processual, um desafio complexo no Poder Judiciário. A análise quantitativa de dados jurídicos, viabilizada pela jurimetria, permitiu a implementação do relatório “Justiça em Números” pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), oferecendo uma visão realista do cenário judiciário com informações sobre casos novos, processos baixados e outros indicadores relevantes.

A complexidade da questão se torna evidente ao considerarmos a imensidão de dados do sistema judiciário, estruturado em cinco segmentos: Justiça Comum (Estadual e Federal) e Justiça Especial (Trabalho, Eleitoral e Militar), totalizando mais de 15 mil unidades (CNJ, 2023). Essa dimensão e diversidade reforçam a importância da jurimetria como instrumento de análise e gestão para buscar soluções efetivas para a crise quantitativa.

A jurimetria enriquece as questões dogmáticas do Direito ao oferecer uma análise quantitativa das demandas judiciais, contribuindo para uma gestão mais eficiente e embasada em evidências. Leitão, Andrade e Leitão (2022, p. 106) destacam que essa abordagem possibilita a “identificação dos fatos sociais que permeiam a decisão, tanto antes quanto depois, ou seja, o que deu ensejo àquelas demandas e a repercussão de seus desfechos”, enquanto Siqueira, Moreira e Vieira (2023) afirmam que ela permite não apenas identificar padrões, mas também reconhecer e investigar fenômenos jurídicos complexos, suas causas e consequências.

A jurimetria busca soluções desjudicializantes e desburocratizantes por meio de bancos de dados com relatórios, contribuindo para a otimização do sistema judiciário (Araújo; Meneses, 2020). Ao mesmo tempo, promove a segurança jurídica e o accountability ao parametrizar e analisar decisões judiciais e ações de agentes públicos, garantindo transparência, previsibilidade e fortalecendo a responsabilização (Luzivotto; Garcia, 2020).

Assim, se firma como ferramenta imprescindível para a modernização e aperfeiçoamento do sistema jurídico.

Além disso, a jurimetria é destacada como ferramenta para avaliar a eficácia de políticas públicas, decisões judiciais e leis (Menezes; Barros, 2017). Práticas como a análise de impacto regulatório quantificam os efeitos, permitindo um diagnóstico objetivo do sistema jurídico. Isso ajuda a identificar e resolver problemas, melhorando a qualidade das políticas públicas e a eficiência legal, garantindo sua eficácia e atendimento das necessidades sociais.

A Jurimetria utiliza métodos quantitativos para transformar dados jurídicos contribuindo diretamente com a eficiência processual, produtividade e qualidade das decisões judiciais (Amariles, 2016), permitindo uma gestão mais estratégica e embasada em evidências. Esses indicadores métricos, antes apenas para quantificação, agora orientam estrategicamente a otimização dos fluxos de trabalho, a identificação de melhorias e a tomada de decisões embasadas em evidências concretas.

2.2 Indicadores métricos da informação jurídica

A jurimetria, ao aplicar métodos quantitativos e estatísticos aos dados jurídicos, fornece os dados vitais que alimentam a matriz de indicadores. Através da análise de dados processuais, é possível extrair indicadores relevantes para a gestão do Judiciário. Concentrando-se em duas áreas-chave, jurimetria e análise de dados gerenciais, é possível criar uma matriz de indicadores que resultam na gestão de resultados (Watanabi, 2013).

Watanabi (2013) descreve a gestão de resultados como um ciclo composto por diagnóstico, planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e melhoria. Ele destaca que os indicadores jurimétricos são essenciais nesse processo, fornecendo dados quantitativos sobre eficiência, produtividade e qualidade das decisões judiciais, possibilitando uma avaliação precisa do desempenho do sistema judiciário.

A Advocacia Geral da União (AGU, 2022) destaca a dificuldade de desenvolver uma matriz de indicadores eficaz para avaliar a performance no contexto jurídico. Isso envolve a definição de parâmetros, como a quantidade de tarefas, tempo de conclusão e relação entre esforço e resultado, considerando influências externas. O uso de indicadores permite um acompanhamento preciso das rotinas, oferecendo informações cruciais para decisões estratégicas.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou uma matriz de desempenho para avaliar o Sistema Judiciário Nacional. A matriz é composta por indicadores que monitoram o progresso em relação a metas estratégicas. Essa ferramenta permite identificar áreas que precisam de atenção e aprimorar a gestão administrativa e a governança do sistema judicial. Em outras palavras:

São mecanismos que auxiliam na orientação dos órgãos do judiciário em

relação ao alcance dos macrodesafios estabelecidos. A intenção é que esses indicadores apontem e forneçam panorama do Poder Judiciário ao longo dos anos de vigência da Estratégia (CNJ, 2023, p. 9).

Oliveira e Soares (2022) situam os indicadores de informação nas Ciências Sociais, utilizando métodos quantitativos para correlacionar aspectos da vida social em recortes amostrais. Para eles, os indicadores compreendem medida, métrica e indicador. A medida coleta dados brutos para quantificar um fenômeno, como o número de processos em tramitação. A métrica aplica fórmulas para transformar os dados brutos em valores relativos, permitindo comparações em porcentagens ou taxas. O indicador, como síntese da medida e métrica, fornece informação inteligível para a tomada de decisão, sendo claro, conciso e relevante.

O STJ (2016) categoriza indicadores em organizacionais e gerenciais, todos alinhados às metas estratégicas. A construção desses indicadores envolve a definição clara do que se quer medir, a fim de atender aos propósitos e a identificação dos pontos-chave para garantir a precisão da mensuração.

A Tabela de Macrodesafios e Indicadores de Desempenho do CNJ é essencial para a gestão estratégica do Judiciário no Brasil. Instituída pela Resolução CNJ nº 325/2020 e baseada na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, essa ferramenta permite o monitoramento contínuo dos macrodesafios e do progresso em direção às metas estabelecidas (ver Quadro 1).

Perspectiva Sociedade	
Foco	Garantir o acesso à justiça, a proteção dos direitos fundamentais e a efetividade da prestação jurisdicional
Macrodesafios	Combater a morosidade e o acúmulo de processos, ampliar o acesso à justiça para grupos vulneráveis, fortalecer mecanismos de resolução de conflitos, promover a justiça restaurativa e aumentar a confiança da sociedade no Judiciário.
Benefícios	Celeridade processual, redução de custos, maior segurança jurídica, promoção da paz social.
Perspectiva Processos Internos	
Foco	Aprimorar a gestão administrativa, promover a governança, otimizar processos internos e fortalecer a infraestrutura.
Macrodesafios	Modernizar a gestão de pessoas, aprimorar gestão orçamentária e financeira e fortalecer a segurança institucional.
Benefícios	Maior eficiência operacional, redução de custos, melhoria da qualidade dos serviços, maior transparência e <i>accountability</i> .

Perspectiva Aprendizado e Crescimento	
Foco	Investir no desenvolvimento e capacitação de magistrados e servidores e aprimorar a comunicação com a sociedade.
Macrodesafios	Fortalecer a formação e o desenvolvimento profissional, incentivar a pesquisa e produção de conhecimento e o cesso à informação
Benefícios	Maior qualificação dos profissionais, aprimoramento da capacidade de resposta e engajamento.

Quadro 1 – Perspectivas dos Macrodesafios estabelecidos pelo CNJ

Fonte: Adaptado do CNJ (2020, p. 11-18 p).

O quadro acima apresenta uma análise tridimensional dos Macrodesafios, oferecendo uma visão da missão do Poder Judiciário, demonstrando que a busca pela excelência exige uma atuação integrada em diversas frentes. As três perspectivas estão interconectadas e se complementam. A eficiência dos Processos Internos é fundamental para que o Judiciário possa atender às demandas da Sociedade com celeridade e qualidade. O Aprendizado e Crescimento contribuem para a melhoria dos Processos Internos e para o atendimento mais efetivo às necessidades da Sociedade. Portanto, o sucesso do Judiciário depende da atuação integrada e sinérgica em todas as três dimensões.

Monteiro e Duarte (2016) enfatizam que os indicadores de desempenho são essenciais para avaliar a gestão da informação e analisar cada etapa, especialmente em organizações que valorizam a informação estratégica. Eles advogam pela democratização do acesso à informação, racionalizando dados dispersos e atribuindo valor, considerando suas características fundamentais: qualidade, valor e custo, com foco nas necessidades dos usuários.

Oliveira e Cunha (2020) alertam para a limitação das métricas quantitativas convencionais na avaliação da eficiência do sistema judicial, enfatizando a necessidade de considerar as particularidades individuais dos casos e dos envolvidos. Eles defendem uma interpretação mais crítica e contextualizada na aplicação da tecnologia para o monitoramento do Judiciário, visando maior segurança jurídica e eficácia. A participação interdisciplinar e o aprimoramento dos métodos de coleta e análise de dados são fundamentais nesse processo.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da revisão narrativa de literatura revelaram as interconexões entre gestão de dados, jurimetria e indicadores métricos da informação jurídica, como discutido por diversos autores nas bases pesquisadas.

A gestão de dados emergiu como um elemento transformador na sociedade

contemporânea, impulsionada pela ampliação do *Big Data* e caracterizada por seu enfoque interdisciplinar. A interseção entre gestão de dados, jurimetria e métricas da informação jurídica é uma área em constante evolução que tem transformado a maneira como entendemos e gerenciamos o sistema judicial.

A junção da gestão de dados com a jurimetria permite a criação de métricas mais sofisticadas para a informação jurídica, que vão além da simples contagem. Ao analisar não apenas a quantidade, mas também a qualidade e o impacto das informações, é possível avaliar a eficiência de processos, identificar padrões e até prever resultados judiciais.

A análise de indicadores métricos, baseada na jurimetria, revela-se fundamental para a eficiência e qualidade do sistema judicial. Ao monitorar o desempenho e subsidiar a tomada de decisões, essas métricas contribuem para a otimização de processos, como demonstra a análise do tempo médio de duração dos processos e da taxa de reversão de decisões.

A transformação de dados brutos em informações estratégicas por meio da Jurimetria revoluciona a gestão do sistema jurídico. Embora ofereça vantagens como a tomada de decisões mais eficientes, desafios como a complexidade dos dados e a privacidade devem ser considerados.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência entre gestão de dados, jurimetria e indicadores métricos da informação jurídica impulsiona uma transformação no sistema jurídico. A gestão de dados fornece a base tecnológica, enquanto a jurimetria aplica métodos quantitativos para analisar o funcionamento do sistema jurídico. Essa união resulta na criação de indicadores métricos essenciais para uma gestão judiciária mais eficiente, transparente e baseada em evidências.

A jurimetria, aliada à gestão de dados, revoluciona a gestão jurídica ao oferecer indicadores que vão além da quantificação, permitindo identificar gargalos, avaliar o desempenho e embasar decisões estratégicas, promovendo assim a eficiência e a accountability.

A interseção entre gestão de dados, jurimetria e indicadores métricos abre caminho para uma justiça mais justa e eficiente. Para que os benefícios dessa convergência sejam maximizados, é primordial garantir que a transformação seja conduzida de forma ética e responsável, levando em conta as particularidades do contexto jurídico e promovendo a democratização do acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA GERAL DE UNIÃO. **Saiba como novos indicadores de desempenho jurídico aprimoram a atuação da AGU**. Brasília: AGU, maio 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/saiba-como-novos-indicadores-de-desempenho-juridico-aprimoram-atuacao-da-agu>. Acesso em 10 maio 2024.

ALBUQUERQUE, Otávio dos Santos. A aplicação da jurimetria para o aprimoramento da prestação jurisdicional. **Revista Judicial Brasileira**, Brasília, ed. esp., p. 19-38, jul./dez. 2023. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/182162/aplicacao_jurimetria_aprimoramento_albuquerque.pdf. Acesso em 5 maio 2024.

AMARILES, David Restrepo Transnational legal indicators: the missing link in a new era of law and development policy. In: FORTES, Pedro, BORATTI, Larissa, PALACIOS, Andres e DALY, Tom (eds.). **Law and policy in Latin America: Transforming Courts, Institutions, and Rights**. Palgrave Macmillan, 2016. p. 95-111.

ARAÚJO, Caroline Dantas Godeiro de; MENESES, Érica Baptista Vieira de. Contribuições da jurimetria para a administração da justiça. **Revista Novatio**, 2020. Disponível em: http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais/images/pdf/REVISTA_NOVATIO/08_REVISTA_NOVATIO_1a_EDICAO_ARTIGO_06.pdf. Acesso em: 22 abril 2024.

BARBOSA, Wellington Luiz; LYRA, Roberto Shayer. **Governança de dados: gestão inteligente de dados**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Vanancio Majer. 6. ed. 14. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 720 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2023**. Brasília: CNJ, 2023. 326 p. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/08/justica-em-numeros-2023.pdf>. Acesso em 20 abril 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Monitoramento da estratégia nacional do Poder Judiciário 2021-2026**. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/05/documento-monitoramento-da-estrategia-nacional.pdf>. Acesso em 20 abril 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original182343202006305efb832f79875.pdf>. Acesso em 20 abril 2024.

DAVENPORT, Thomas H; KIM, Jinho. Tradução de Afonso Celso da Cunha. **Dados demais: como desenvolver habilidades analíticas para resolver problemas complexos, reduzir riscos e decidir melhor**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora LTDA., 2014. 199 p.

DAVENPORT, Thomas; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**. Tradução de Lenke Peres. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 237 p.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. Ciência de Dados e Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 29, p. 3-4, jul./set.2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/48414> .Acesso em 30 abril 2024.

KALITA, Jugal; BHATTACHARYYA, Dhruva; ROY, Swarup, **Fundamentals of data science: theory and practice**. San Diego, CA: Elsevier, 2024.

LEITÃO, Andre Studart; ANDRADE, Denise Almeida de; LEITÃO, Denise Almeida de. Jurimetria e mediação: contribuições possíveis para a aferição do desempenho e para o aperfeiçoamento do meio equivalente de resolução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário. **Revista do Direito Brasileira**, Florianópolis, SC, v.33, n. 12, p. 101-116, set./dez. 2022. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/7376/6771>. Acesso em 25 abril 2024.

LUZIVOTTO, Juliana Cristina; GARCIA, Gilson Piqueras. A jurimetria e sua aplicação nos tribunais de contas: análise de estudo sobre o Tribunal de Contas da União (TCU). **Revista Controle**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 46-73, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/585/463>. Acesso em 20 abril 2024.

MAGALHÃES, Diego de Castilho Suckow; VIEIRA, Ana Lúcia. Direito, tecnologia e disrupção. **Revista CNJ**, Brasília, v. 4, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/192/1/Direito%2C%20tecnologia%20e%20disrup%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 20 março 2022].

MATTOS, Guilherme. Advocacia estratégica: a aplicação da jurimetria com a tecnologia. **Análise**, nov. 2021. Disponível em: <https://analise.com/opiniao/advocacia-estrategica-a-aplicacao-da-jurimetria-com-a-tecnologia>. Acesso em 20 abril 2024.

MENEZES, Adriana Aparecida; LAGE, Ricardo Kalli. Jurimetria: a ciência de dados aplicada ao sistema de precedentes do código de processo civil. **Revista Jurídica Facesf**, Belém de São Francisco, PE, v. 2, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/revistajuridicafacesf/article/view/36>. Acesso em 20 abril 2024.

MENEZES, Daniel; BARROS, Gisele Porto. Breve análise sobre a jurimetria, os desafios para sua implementação e as vantagens correspondentes. **Duc. In. Altum**, v. 9, n. 19, set./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/667>. Acesso em 12 maio 2024.

MONTEIRO, Samuel Alves; DUARTE, Emeide Nóbrega. Indicadores de qualidade como instrumento de avaliação da Gestão da Informação. **Folha de rosto em biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2016 Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/53>. Acesso em 12 maio 2024.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/ci/a/pzj7MLqJc6jX5zHLxH5PFwq/>. Acesso em 12 maio 2024.

NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria: como a estatística pode reinventar o direito**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; CUNHA, Luciana Gross. Os indicadores sobre o judiciário brasileiro: limitações, desafios e o uso da tecnologia. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 16, n. 1. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/rdgv/a/RvqncfcBvkKNhpdZYVRX93x/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 maio 2024.

OLIVEIRA, George Fredman Santos; SOARES, Ana Paula. Reflexões para a pesquisa em desenvolvimento de indicadores de acesso à informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 27, n. 2, p. 446-465, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44271>. Acesso em 12 maio 2024.

OKAMOTO, Ricardo Feliz; TRECENI, Julio. **Metodologia de pesquisa jurimétrica**. São Paulo: Associação Brasileira de Jurimetria, 2022.

SANTOS, José Carlos Francisco dos; ARRABAL, Alejandro Knaesel. A juscibernética no século 21. **Revista Bonijuris**, ano 35, ed. 683, p. 104-112, ago./set. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B5DPSA>. Acesso em 12 maio 2024.

PIERSON, Lilian. **Data science para leigos**. Tradução de Eveline Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019. 384 p.

PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom. **Data science para negócios: o que você precisa saber sobre mineração de dados e pensamento analítico de dados**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2016. 408 p.

REIS, Makson de Jesus; CARVALHO, Telma de. Ciência de dados e ciência da informação: evolução e paradigmas da ciência. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 7, 2022. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/user/setLocale/en_US?source=%2Finformacaoempauta%2Farticle%2Fview%2F78490. Acesso em 12 maio 2024.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos e SENA, João Victor Moraes. Em: BOTEGA, Leonardo Costa, SEGUNDO, José Eduardo Santarem e Sant'Ana, orgs. **Acesso a dados e a ciência da informação: aplicações, tendências e reflexões**. Tupã, SP: UNESP, 2022. p. 28-44.

SILVA, Rodrigo Guedes da. **Direito digital: introdução da inteligência artificial aplicada no processo de tomada de decisões no Poder Judiciário Brasileiro**. 2022. 23 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/e26db73e-8b83-48d5-a4fe-61ec09d1d96f/download>. Acesso em 12 maio 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Construindo e gerenciando indicadores: guia metodológico**. Brasília, DF: STJ, 2016. 94 p.

SZEWCZYK, Susana Beatris Oliveira; LOGUERCIO, Rochele de Quadros. Saber estatístico: uma forma de olhar para as produções acadêmicas do PROFMAT. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 33, n. 63, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bolema/a/9PPHdnjL7VqGRgC7bBNB3CM/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 12 maio 2024.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação e conhecimento em organizações complexas. In: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. p. 11-25.

WATANABE, Eduardo, 2013. A gestão por resultados da Procuradoria-Geral da União. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília, n. 27, p. 98-126, abr. 2013. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/EAGU/issue/view/83/155>. Acesso em 12 maio 2024.

A INTERSEÇÃO ENTRE SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS

Data de submissão: 17/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Rafael Moura de Almeida

RESUMO: A segurança pública cidadã e a assistência aos desamparados são temas essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Este artigo busca explorar a relação entre essas áreas, analisando a importância de uma abordagem integrada para a promoção do bem-estar social e do exercício pleno da cidadania. Na seção sobre Direitos Humanos e Segurança Pública, destacam-se obras como "Direitos Humanos: Coisa de Polícia" de Ricardo Brisola Balestrieri e "A Era dos Direitos" de Norberto Bobbio. A Constituição Federal de 1988 também é mencionada como um marco legal fundamental nessa discussão. A seção sobre a Guarda Municipal e Segurança Pública aborda as obras de Claudio Frederico de Carvalho, Kildare Gonçalves Carvalho e Bismael Batista de Moraes. Esses autores discutem a atuação das guardas municipais, ressaltando a importância da proximidade com a comunidade, da complementaridade com as demais forças de segurança e do respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. No tópico sobre Acesso à Justiça

e Prevenção à Violência, é explorado o trabalho de Moema Dutra Freire, que reflete sobre o projeto Justiça Comunitária e sua relação com a prevenção da violência. O Manual de Direitos Humanos de Bruna Pinotti Garcia e Rafael Lazari também é referenciado, evidenciando a importância do acesso à justiça na promoção da segurança e na prevenção de violações dos direitos humanos. Na seção sobre História da Cidadania e Participação Social, a obra "História da Cidadania" de Jaime Pinsky é mencionada, juntamente com o livro "UPP social: ações sociais para a consolidação da pacificação" de Ricardo Henriques e Sílvia Ramos. Esses autores abordam a importância da participação social na consolidação da cidadania e na promoção da segurança. Por fim, a seção sobre Educação, Democracia e Direitos Humanos destaca a obra de M.V.B. Soares, que aborda a relação entre educação, democracia e direitos humanos. O Manual de Direitos Humanos de Bruna Pinotti Garcia e Rafael Lazari também é referenciado nessa seção, enfatizando a importância da educação na promoção da cidadania e na garantia dos direitos humanos. Ao final do artigo, é realizada uma conclusão que reforça a importância da abordagem

integrada entre segurança pública cidadã, assistência aos desamparados, participação social e educação para a construção de uma sociedade mais segura, justa e solidária. É ressaltada a importância da participação cidadã, da colaboração entre diferentes atores e da avaliação contínua das políticas implementadas para garantir o respeito aos direitos humanos e a melhoria das práticas adotadas.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança pública, cidadania, assistência aos desamparados, direitos humanos, participação social, educação.

ABSTRACT: Citizen public safety and assistance to the homeless are essential themes for building a fairer and more inclusive society. This article seeks to explore the relationship between these areas, analyzing the importance of an integrated approach to promoting social well-being and the full exercise of citizenship. In the section on Human Rights and Public Security, works such as "Human Rights: Police Thing" by Ricardo Brisola Balestreri and "The Era of Rights" by Norberto Bobbio stand out. The 1988 Federal Constitution is also mentioned as a fundamental legal framework in this discussion. The section on the Municipal Guard and Public Security addresses the works of Claudio Frederico de Carvalho, Kildare Gonçalves Carvalho and Bismael Batista de Moraes. These authors discuss the performance of municipal guards, emphasizing the importance of proximity to the community, complementarity with other security forces and respect for the fundamental rights of citizens. In the topic on Access to Justice and Prevention of Violence, the work of Moema Dutra Freire is explored, which reflects on the Community Justice project and its relationship with the prevention of violence. The Human Rights Manual by Bruna Pinotti Garcia and Rafael Lazari is also referenced, highlighting the importance of access to justice in promoting security and preventing human rights violations. In the section on the History of Citizenship and Social Participation, the work "History of Citizenship" by Jaime Pinsky is mentioned, along with the book "UPP social: social actions for the consolidation of pacification" by Ricardo Henriques and Silvia Ramos. These authors address the importance of social participation in consolidating citizenship and promoting security. Finally, the section on Education, Democracy and Human Rights highlights the work of M.V.B. Soares, which addresses the relationship between education, democracy and human rights. The Human Rights Manual by Bruna Pinotti Garcia and Rafael Lazari is also referenced in this section, emphasizing the importance of education in promoting citizenship and guaranteeing human rights. At the end of the article, a conclusion is made that reinforces the importance of an integrated approach between citizen public security, assistance to the homeless, social participation and education for the construction of a safer, fairer and more solidary society. The importance of citizen participation, collaboration between different actors and continuous evaluation of the policies implemented to guarantee respect for human rights and the improvement of adopted practices are highlighted.

KEYWORDS: Public safety, citizenship, assistance to the homeless, human rights, social participation, education.

1 | INTRODUÇÃO

A segurança pública é um tema de grande relevância na sociedade contemporânea, pois está diretamente relacionada ao bem-estar, à qualidade de vida e ao exercício

dos direitos dos cidadãos. Ao mesmo tempo, a assistência aos desamparados é uma preocupação social fundamental, visando garantir condições dignas de vida e o respeito à dignidade humana. Nesse contexto, é imprescindível discutir a relação entre a segurança pública cidadã e a assistência aos desamparados, buscando compreender como essas áreas podem se complementar e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A segurança pública é uma responsabilidade do Estado, que deve assegurar a proteção dos cidadãos e a manutenção da ordem pública. No entanto, a concepção de segurança vai além da mera repressão e controle do crime. Ela envolve a promoção de um ambiente seguro, no qual os indivíduos possam desfrutar de seus direitos e liberdades fundamentais. Nesse sentido, é essencial adotar uma abordagem centrada no respeito aos direitos humanos, na prevenção do crime e na promoção da justiça social.

Por outro lado, a assistência aos desamparados diz respeito àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, enfrentando dificuldades diversas, como a falta de moradia, alimentação adequada, acesso à saúde e educação. Garantir a assistência aos desamparados é um imperativo ético e humanitário, pois visa proporcionar condições mínimas para que essas pessoas possam exercer sua cidadania plenamente e superar sua situação de vulnerabilidade.

No entanto, é importante ressaltar que a segurança pública cidadã e a assistência aos desamparados não devem ser compreendidas como áreas independentes e isoladas. Pelo contrário, elas estão intrinsecamente interligadas, uma vez que a insegurança e a exclusão social estão frequentemente relacionadas. A falta de segurança pode ser um fator determinante para o aumento da vulnerabilidade social, enquanto a assistência adequada pode contribuir para a prevenção da violência e o fortalecimento da coesão social.

Nesse contexto, este artigo propõe uma reflexão sobre a importância da segurança pública cidadã e da assistência aos desamparados como pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Para tanto, serão exploradas diferentes perspectivas teóricas, bem como experiências práticas que evidenciam a interdependência dessas áreas e seus potenciais contribuições para a promoção do bem-estar social e do exercício pleno da cidadania.

2 | DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

A relação entre direitos humanos e segurança pública é de extrema relevância para a construção de uma sociedade justa e equitativa. Nesta seção, serão apresentadas algumas obras que abordam esse tema, fornecendo embasamento teórico para a compreensão dessa interação complexa.

De acordo com Balestreri (1998)¹, os direitos humanos são questões intrínsecas

¹ BALESTRERI, Ricardo Brisola. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.

à atuação policial. O autor argumenta que a efetiva promoção e proteção dos direitos humanos são fundamentais para o fortalecimento das instituições de segurança pública e para o estabelecimento de uma relação de confiança entre a polícia e a sociedade. Essa perspectiva ressalta a importância da formação e capacitação dos agentes de segurança, bem como da promoção de uma cultura institucional pautada pelos direitos humanos.

Por sua vez, Bobbio (2004)² discute a era dos direitos como uma conquista histórica da humanidade. Ele argumenta que os direitos humanos são fundamentais para a proteção da dignidade humana e para a construção de uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade. Nesse contexto, a segurança pública desempenha um papel essencial na garantia desses direitos, uma vez que a violência e a criminalidade representam ameaças à sua realização plena.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988)³ é uma referência fundamental para a compreensão dos direitos humanos e sua relação com a segurança pública. Segundo o texto constitucional, é dever do Estado promover a segurança pública, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos. A Constituição estabelece diretrizes para a atuação dos órgãos de segurança, visando garantir a preservação da ordem pública com respeito à dignidade humana.

Carvalho (2009)⁴ destaca a importância do Direito Constitucional na compreensão dos direitos fundamentais e seu reflexo na segurança pública. A teoria do Estado e da Constituição proporciona subsídios para a análise da relação entre os direitos humanos e a atuação dos órgãos de segurança, enfatizando a necessidade de equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e a promoção do bem comum.

Silva (2005)⁵ complementa essa discussão ao tratar do curso de Direito Constitucional Positivo. O autor explora as bases conceituais e jurídicas dos direitos humanos consagrados na Constituição, destacando a sua importância na construção de uma sociedade justa e inclusiva. Ele ressalta a necessidade de que a segurança pública seja exercida dentro dos limites estabelecidos pela Constituição, garantindo a proteção dos direitos humanos.

Os direitos humanos e a segurança pública estão intrinsecamente relacionados. A proteção dos direitos fundamentais é essencial para a efetivação da segurança pública cidadã, na qual a atuação dos agentes de segurança respeita os direitos e a dignidade de todos os cidadãos. A compreensão dessas interações é fundamental para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam uma sociedade mais justa, segura e respeitadora dos direitos humanos.

A relação entre direitos humanos e segurança pública é um tema complexo e de grande importância para o funcionamento adequado de uma sociedade democrática.

2 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

3 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Acesso em 10 JUL 2023, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

4 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo. 15. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

5 SILVA, Jose Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 26 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

Nessa seção, será aprofundada a discussão sobre a interação entre esses dois conceitos, com base nas obras de Balestreri (1998)⁶, Bobbio (2004)⁷, Carvalho (2009)⁸ e Silva (2005)⁹.

Balestreri (1998) destaca que os direitos humanos devem ser considerados como parte essencial do trabalho policial, sendo fundamentais para a construção de uma relação de confiança entre a polícia e a sociedade. O autor argumenta que a atuação policial deve estar pautada pelo respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, de forma a garantir uma segurança pública que esteja em conformidade com os princípios democráticos. Nesse sentido, a formação e capacitação dos agentes de segurança são fundamentais para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto da segurança pública¹⁰.

Bobbio (2004), ao discutir a era dos direitos, enfatiza a importância dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa e igualitária. Segundo o autor, os direitos humanos são essenciais para garantir a dignidade e a liberdade das pessoas, e a segurança pública desempenha um papel crucial na proteção desses direitos. A violência e a criminalidade representam ameaças à efetivação dos direitos humanos, tornando-se necessário um trabalho conjunto entre as instituições de segurança e a sociedade para combater essas ameaças de forma respeitosa e responsável¹¹.

Carvalho (2009), por sua vez, ressalta a importância do Direito Constitucional na compreensão dos direitos fundamentais e sua relação com a segurança pública. A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios e diretrizes que devem nortear a atuação dos órgãos de segurança, visando garantir a proteção dos direitos humanos e a preservação da ordem pública. Dessa forma, a segurança pública deve ser exercida dentro dos limites estabelecidos pela Constituição, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos.¹²

Silva (2005) complementa essa discussão ao tratar do curso de Direito Constitucional Positivo. O autor destaca que os direitos humanos consagrados na Constituição são essenciais para a construção de uma sociedade justa e inclusiva. Nesse sentido, é fundamental que a segurança pública seja exercida de forma a garantir a proteção dos direitos humanos, assegurando o respeito à dignidade de todos os cidadãos.¹³

Portanto, a relação entre direitos humanos e segurança pública envolve a promoção e proteção dos direitos fundamentais no âmbito da atuação policial e da legislação constitucional. Os direitos humanos devem ser considerados como parte integrante da atividade policial, visando garantir uma segurança pública que esteja em consonância com

6 BALESTRERI, Ricardo Brisola. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.

7 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

8 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo. 15. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

9 SILVA, Jose Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 26 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

10 BALESTRERI, Ricardo Brisola. Direitos Humanos: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.

11 BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

12 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo. 15. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

13 SILVA, Jose Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 26 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

os princípios democráticos e a proteção dos direitos dos cidadãos. A segurança pública desempenha um papel crucial na proteção dos direitos humanos, uma vez que a violência e a criminalidade podem representar ameaças à sua efetivação. É importante respeitar os limites estabelecidos pela Constituição e garantir que a segurança pública seja exercida dentro desses parâmetros. Assim, a segurança pública deve ser pautada pelo respeito aos direitos humanos, assegurando a dignidade de todos os cidadãos.

3 | GUARDA MUNICIPAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Carvalho (2009) destaca a importância do Direito Constitucional na análise da atuação da Guarda Municipal e sua relação com a segurança pública. Segundo o autor, a Constituição Federal estabelece as bases legais para a criação e o funcionamento das guardas municipais, atribuindo-lhes competências específicas na proteção do patrimônio, do meio ambiente e da segurança dos cidadãos. Essa atuação deve ocorrer em conformidade com os princípios constitucionais e as leis municipais vigentes, garantindo-se o respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos¹⁴.

Carvalho e Moraes abordam de forma mais específica a relação entre a Guarda Municipal e a segurança pública. Eles destacam que a Guarda Municipal desempenha um papel complementar às demais forças de segurança, atuando principalmente na proteção do patrimônio e na prevenção de infrações administrativas. Essa atuação é pautada pela proximidade com a comunidade local, o que permite uma maior interação e cooperação na resolução de problemas e na promoção da segurança. Além disso, os autores ressaltam a importância de uma formação adequada dos guardas municipais, incluindo treinamento específico para o exercício de suas atribuições.¹⁵

Oliveira e Lazari¹⁶ abordam a atuação da Guarda Municipal sob a perspectiva dos direitos humanos. Eles destacam que a atuação da Guarda Municipal deve ser pautada pelo respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, garantindo-se uma atuação preventiva e com foco na proteção dos direitos humanos. Isso implica em ações que promovam a segurança comunitária, o respeito à diversidade, a mediação de conflitos e a promoção da cidadania. Dessa forma, a Guarda Municipal contribui para a construção de uma segurança pública cidadã, na qual os direitos e a dignidade dos indivíduos são preservados¹⁷.

Em suma, a Guarda Municipal desempenha um papel importante na segurança pública em âmbito municipal, atuando de forma complementar às demais forças de segurança. A atuação da Guarda Municipal deve ser embasada no Direito Constitucional e nas leis municipais, respeitando-se os direitos fundamentais dos cidadãos. Além disso, é fundamental que a atuação da Guarda Municipal esteja alinhada aos princípios dos direitos

14 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo.

15 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

16 Ibdid

17 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

humanos, garantindo-se uma abordagem preventiva e focada na proteção dos direitos e da dignidade das pessoas.¹⁸

A atuação da Guarda Municipal na segurança pública é um tema complexo e multidimensional, que requer uma análise aprofundada das competências legais e dos princípios orientadores¹⁹. Carvalho (2009) ressalta que a atuação da Guarda Municipal deve estar fundamentada no Direito Constitucional e nas leis municipais, que estabelecem as atribuições específicas dessas instituições²⁰. Segundo o autor, a Constituição Federal confere às guardas municipais a responsabilidade pela proteção do patrimônio, do meio ambiente e da segurança dos cidadãos²¹. É fundamental que essa atuação ocorra em consonância com os princípios constitucionais, garantindo-se o respeito aos direitos fundamentais dos indivíduos²².

Carvalho e Moraes destacam a complementaridade da atuação da Guarda Municipal em relação às demais forças de segurança²³. Essa complementaridade se evidencia na proteção do patrimônio público e na prevenção de infrações administrativas, áreas em que a Guarda Municipal desempenha um papel fundamental²⁴. A proximidade com a comunidade local é um aspecto-chave dessa atuação, possibilitando uma maior interação e cooperação no enfrentamento dos problemas de segurança²⁵. Os autores ressaltam a importância de uma formação adequada dos guardas municipais, que inclua treinamento específico para o exercício de suas atribuições, a fim de garantir uma atuação eficaz e em conformidade com os princípios legais²⁶.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, Oliveira e Lazari enfatizam que a atuação da Guarda Municipal deve ser pautada pelo respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos²⁷. Isso implica em uma atuação preventiva e focada na proteção dos direitos humanos, promovendo a segurança comunitária, o respeito à diversidade, a mediação de conflitos e a promoção da cidadania²⁸. Dessa forma, a Guarda Municipal contribui para a construção de uma segurança pública cidadã, na qual os direitos e a dignidade das pessoas são preservados²⁹.

Diante disso, é fundamental que a atuação da Guarda Municipal seja permeada por uma abordagem que considere tanto os aspectos legais e constitucionais quanto os princípios dos direitos humanos. Essa abordagem integrada e equilibrada permite uma

18 MORAES, Bismael Batista de. A Guarda Municipal e a Segurança Pública.

19 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo.

20 Ibdid.

21 Ibdid.

22 Ibdid.

23 MORAES, Bismael Batista de. A Guarda Municipal e a Segurança Pública.

24 Ibdid.

25 Ibdid.

26 Ibdid.

27 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

28 Ibdid.

29 Ibdid.

atuação mais eficiente e alinhada com as necessidades e expectativas da comunidade. Além disso, é importante destacar a importância de mecanismos de accountability e transparência na atuação da Guarda Municipal, garantindo a responsabilização por eventuais abusos ou violações dos direitos dos cidadãos³⁰.

Em síntese, a atuação da Guarda Municipal na segurança pública é complexa e requer um embasamento sólido no Direito Constitucional, nas leis municipais e nos princípios dos direitos humanos. Complementar às demais forças de segurança, a Guarda Municipal desempenha um papel crucial na proteção do patrimônio público e na prevenção de infrações administrativas. Para tanto, é essencial que a atuação seja guiada por uma formação adequada e por uma abordagem preventiva, respeitando-se os direitos fundamentais e promovendo a cidadania e a segurança comunitária.

4 | ACESSO À JUSTIÇA E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

O acesso à justiça e a prevenção à violência são temas fundamentais no contexto da promoção dos direitos humanos e da construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Freire³¹ discute o acesso à justiça e a prevenção à violência a partir do projeto Justiça Comunitária. A autora oferece reflexões importantes sobre a importância de tornar a justiça mais acessível à comunidade, especialmente às camadas mais vulneráveis da população. O projeto Justiça Comunitária busca promover uma justiça mais próxima da realidade das pessoas, envolvendo a participação ativa da comunidade na solução de conflitos e na prevenção da violência. Nesse contexto, o acesso à justiça é entendido como um direito fundamental que deve ser assegurado a todos os cidadãos, contribuindo para a promoção da pacificação social.

Oliveira e Lazari³² abordam o tema do acesso à justiça no contexto mais amplo dos direitos humanos. O manual de direitos humanos destaca a importância do acesso à justiça como um dos pilares fundamentais na efetivação desses direitos. O acesso à justiça envolve não apenas o acesso físico aos tribunais e à assistência jurídica, mas também a capacidade de compreender e exercer os direitos, bem como a garantia de um sistema judiciário justo e imparcial. Além disso, o manual destaca a importância da prevenção à violência como uma forma de evitar a violação dos direitos humanos, por meio de políticas públicas que promovam a segurança, a justiça e a igualdade.

Em suma, o acesso à justiça e a prevenção à violência são aspectos interligados na busca pela promoção dos direitos humanos e pela construção de uma sociedade mais justa e pacífica. O acesso à justiça deve ser entendido como um direito fundamental que garanta a todos os cidadãos a possibilidade de buscar proteção e reparação em caso de

30 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo.

31 FREIRE, Moema Dutra. Acesso à Justiça e Prevenção à violência: Reflexões a partir do projeto Justiça Comunitária.

32 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

violação de direitos. A prevenção à violência, por sua vez, envolve a adoção de políticas públicas que visem evitar a ocorrência de conflitos e violações de direitos, promovendo a segurança e a pacificação social.

5 | HISTÓRIA DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A compreensão da história da cidadania e da participação social é fundamental para a análise do desenvolvimento dos direitos e da participação dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Pinsky³³ apresenta uma visão abrangente da história da cidadania, explorando desde suas origens na Grécia Antiga até os movimentos sociais contemporâneos. O autor discute como a noção de cidadania evoluiu ao longo do tempo, passando por diferentes contextos políticos, sociais e culturais. Ele destaca a importância das lutas sociais e dos movimentos populares na conquista e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais ao redor do mundo. A obra proporciona uma visão histórica que nos permite compreender a construção gradual e complexa da cidadania ao longo dos séculos.

Henriques e Ramos³⁴ abordam a temática da participação social a partir do contexto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. O livro enfoca as ações sociais realizadas para a consolidação da pacificação em áreas antes dominadas pelo tráfico de drogas. Os autores analisam o papel da participação social nesse processo, destacando como a mobilização comunitária e a participação ativa dos cidadãos são fundamentais para a construção de uma segurança pública mais efetiva e para a promoção da cidadania. O livro oferece exemplos concretos de como a participação social pode contribuir para a transformação e o fortalecimento das comunidades.

Em síntese, a compreensão da história da cidadania e da participação social é essencial para a análise dos direitos e da atuação dos cidadãos na sociedade. A história da cidadania nos ensina sobre as lutas e conquistas ao longo do tempo, demonstrando como os direitos civis, políticos e sociais foram sendo conquistados e ampliados. Já a participação social desempenha um papel importante na consolidação da cidadania, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa na tomada de decisões e na construção de políticas públicas. Ambas as obras fornecem uma perspectiva histórica e concreta sobre esses temas, enriquecendo nosso entendimento sobre a cidadania e a participação social.

6 | EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

A relação entre educação, democracia e direitos humanos é de fundamental importância para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitadora dos

33 PINSKY, Jaime. *História da Cidadania*. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

34 HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. *UPP social: ações sociais para a consolidação da pacificação*. Rio: a hora da virada.

direitos de todos os indivíduos.

Soares³⁵ discute a relação entre educação, democracia e direitos humanos, destacando a importância da educação como um instrumento essencial para o fortalecimento da democracia e a promoção dos direitos humanos. A autora ressalta que a educação é uma ferramenta fundamental para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, enfatiza-se a importância da educação para o desenvolvimento de valores democráticos, respeito à diversidade e promoção de uma cultura de direitos humanos.

Oliveira e Lazari³⁶, em seu manual de direitos humanos, abordam a importância da educação como um dos pilares para a promoção e proteção dos direitos humanos. O manual destaca que a educação desempenha um papel fundamental na disseminação de conhecimentos sobre os direitos humanos, na conscientização das pessoas sobre a importância desses direitos e na formação de cidadãos comprometidos com a defesa dos direitos de todos. A educação é vista como um meio para combater a discriminação, a intolerância e a violência, promovendo uma cultura de respeito, inclusão e igualdade.

Em resumo, a relação entre educação, democracia e direitos humanos é intrínseca. A educação desempenha um papel vital na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de participar ativamente na vida democrática e na defesa dos direitos humanos. Ela contribui para o fortalecimento da democracia ao desenvolver valores democráticos, promover a igualdade, a inclusão e o respeito à diversidade. Além disso, a educação desempenha um papel essencial na disseminação do conhecimento sobre os direitos humanos e na criação de uma cultura de direitos humanos, combatendo a discriminação e a violência.

A educação em direitos humanos vai além da mera transmissão de conhecimentos teóricos³⁷. Ela busca desenvolver habilidades e competências nos indivíduos, como a capacidade de empatia, o pensamento crítico, a resolução pacífica de conflitos e o respeito à diversidade³⁸. Por meio de abordagens pedagógicas participativas e inclusivas, a educação em direitos humanos promove a reflexão e o diálogo, incentivando os estudantes a se envolverem ativamente na defesa dos direitos humanos³⁹.

Além disso, a educação em direitos humanos pode ser aplicada em diversos contextos, desde o ambiente escolar até a comunidade em geral⁴⁰. Ela pode ser integrada nos currículos escolares, nas políticas públicas e nas práticas educacionais, contribuindo para a formação de uma consciência coletiva sobre a importância e a relevância dos

35 SOARES, M. V. B. Educação, Democracia e Direitos Humanos.

36 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

37 Ibid.

38 PINSKY, Jaime. História da Cidadania. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

39 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

40 PINSKY, Jaime. História da Cidadania. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

direitos humanos⁴¹. A educação em direitos humanos também pode ser promovida por organizações da sociedade civil, por meio de projetos e iniciativas que visam capacitar e sensibilizar as pessoas em relação aos direitos humanos⁴².

Ao promover a educação em direitos humanos, é possível fortalecer a participação social e o engajamento cidadão^[^1]. Os indivíduos, ao compreenderem seus direitos e responsabilidades, tornam-se agentes de mudança em suas comunidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitadora dos direitos fundamentais^[^2]. A educação em direitos humanos, portanto, desempenha um papel fundamental na consolidação da democracia, na promoção da igualdade e na busca por uma sociedade mais inclusiva⁴³.

É importante ressaltar que a educação em direitos humanos não se restringe apenas à transmissão de conhecimentos formais, mas também envolve práticas e experiências concretas que permitem aos indivíduos vivenciarem os princípios e valores dos direitos humanos⁴⁴. Por meio de projetos, debates, atividades práticas e experiências de aprendizagem vivenciais, os indivíduos são encorajados a agir de acordo com os princípios dos direitos humanos em suas relações cotidianas^[^1].

Portanto, a educação em direitos humanos desempenha um papel central no fortalecimento da cidadania e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao capacitar os indivíduos a compreenderem, respeitarem e defenderem os direitos humanos, essa abordagem educacional contribui para o fortalecimento da participação social, a transformação de atitudes e comportamentos, e a construção de um mundo mais humano, solidário e respeitoso com a dignidade de cada pessoa⁴⁵.

7 | CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, examinamos diversos aspectos relacionados à segurança pública, cidadania e assistência aos desamparados, embasados em uma variedade de fontes bibliográficas relevantes. A partir dessa análise, podemos concluir que a segurança pública e a assistência aos desamparados são questões complexas e interconectadas que demandam uma abordagem holística e baseada nos direitos humanos.

No que diz respeito à segurança pública, observamos a necessidade de políticas e ações que busquem garantir a proteção dos cidadãos, ao mesmo tempo em que respeitam seus direitos fundamentais. A atuação das forças policiais deve ser pautada pela legalidade, transparência e *accountability*, a fim de evitar abusos e violações dos direitos humanos. Além disso, é essencial promover a prevenção do crime, por meio de políticas sociais, investimento em educação, criação de oportunidades e fortalecimento dos laços

41 Ibid.

42 OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. Manual de Direitos Humanos: volume único.

43 Ibid

44 PINSKY, Jaime. História da Cidadania. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

45 PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

comunitários.

No âmbito da cidadania, ressaltamos a importância de fortalecer os direitos e a participação dos cidadãos. A construção de uma sociedade democrática e inclusiva requer a promoção da igualdade, o combate à discriminação e a garantia de oportunidades para todos. A educação em direitos humanos desempenha um papel central nesse processo, capacitando os indivíduos a compreenderem, respeitarem e defenderem seus direitos e os direitos dos outros. A participação ativa dos cidadãos na tomada de decisões, o envolvimento nas questões públicas e o fortalecimento da sociedade civil são essenciais para uma cidadania plena e efetiva.

Quanto à assistência aos desamparados, é fundamental adotar uma abordagem humanitária e solidária. Os desamparados são pessoas vulneráveis que enfrentam dificuldades múltiplas e necessitam de suporte social, econômico e emocional. Políticas públicas voltadas para a inclusão social, acesso a serviços básicos, moradia adequada e empregabilidade são cruciais para ajudar essas pessoas a superar sua situação de vulnerabilidade. Além disso, é importante promover a solidariedade e a empatia em toda a sociedade, estimulando ações individuais e coletivas que contribuam para a redução da desigualdade e o cuidado com os mais necessitados.

Por fim, destacamos a necessidade de uma abordagem integrada e multidisciplinar para enfrentar os desafios da segurança pública, cidadania e assistência aos desamparados. É imprescindível uma cooperação efetiva entre os diversos atores sociais, incluindo o Estado, organizações da sociedade civil, instituições educacionais e a população em geral. Somente por meio de um esforço conjunto e comprometido será possível avançar na construção de uma sociedade mais segura, justa e solidária.

Dessa forma, ao considerar os diferentes aspectos envolvidos na segurança pública, cidadania e assistência aos desamparados, reforçamos a importância de promover políticas e práticas fundamentadas nos princípios dos direitos humanos. Essa abordagem não apenas garante a proteção e o respeito aos direitos individuais, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa, participativa e comprometida com a dignidade e o bem-estar de todos os cidadãos.

Ademais, é fundamental reconhecer que a segurança pública, a cidadania e a assistência aos desamparados são temas dinâmicos e em constante evolução. Novos desafios surgem a cada dia, exigindo respostas adaptáveis e eficientes por parte dos governos, instituições e da sociedade como um todo. Nesse sentido, é imprescindível manter um diálogo contínuo, uma análise crítica das políticas existentes e a busca por soluções inovadoras e sustentáveis.

A participação da população é um elemento central nesse processo. Os cidadãos devem ser incentivados a contribuir ativamente na formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à segurança, cidadania e assistência aos desamparados. A promoção de espaços de diálogo, consultas públicas e canais de participação efetiva é

essencial para fortalecer a democracia e garantir que as necessidades e perspectivas dos diversos segmentos da sociedade sejam consideradas.

Além disso, é crucial que os governos e instituições trabalhem em parceria com organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e setor privado. A colaboração entre esses atores pode ampliar o impacto das ações, potencializar recursos e conhecimentos, e favorecer a implementação de programas mais abrangentes e eficazes. Somente por meio de uma abordagem integrada e colaborativa será possível enfrentar os desafios complexos e multidimensionais relacionados à segurança pública, cidadania e assistência aos desamparados.

É relevante destacar também a importância do monitoramento e da avaliação das políticas implementadas. A mensuração dos resultados e o acompanhamento dos indicadores permitem identificar os sucessos, as lacunas e os ajustes necessários para aprimorar as intervenções e alcançar os objetivos propostos. Esse processo de avaliação contínua contribui para a transparência, a prestação de contas e a melhoria das práticas adotadas.

Em suma, a segurança pública, a cidadania e a assistência aos desamparados são áreas interligadas que exigem uma abordagem integrada, baseada nos direitos humanos e centrada nas necessidades e aspirações da população. A busca por soluções efetivas demanda o envolvimento ativo de todos os setores da sociedade, a promoção da participação cidadã, a colaboração entre os diferentes atores e a adoção de práticas inovadoras e sustentáveis. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais segura, justa e solidária, na qual os direitos de todos sejam respeitados e assegurados.

REFERÊNCIAS

BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos**: Coisa de Polícia. Passo Fundo: Paster Editora, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Acesso em 10 jul 2023, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

CARVALHO, Claudio Frederico de. O que você precisa saber sobre a Guarda Municipal e nunca teve a quem perguntar. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/guardapatrimonialbarueri/livros/teste>>. Acesso em: 10 de jul 2023

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**: Teoria do Estado e da Constituição, Direito Constitucional Positivo. 15ª ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

MORAES, Bismael Batista de. **A Guarda Municipal e a Segurança Pública**. Ano I, n°. 1, Jul./Dez. 1999.

OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia; LAZARI, Rafael de. **Manual de Direitos Humanos**: volume único. 3ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017.

FREIRE, Moema Dutra. **Acesso à Justiça e Prevenção à violência: Reflexões a partir do projeto Justiça Comunitária**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6450/1/2006_Moema%20Dutra%20Freire.pdf>.

SOARES, M. V. B. **Educação, Democracia e Direitos Humanos**. In: Jornal da Rede. São Paulo: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, Maio de 1997.

PINSKY, Jaime. **História da Cidadania**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

A PROEMINÊNCIA DO CONCEITO DE CIDADANIA SACRIFICIAL PARA O EXAME DO NEOLIBERALISMO: DO *HOMO OECOMICUS* AO CAPITAL EMPRESARIAL, NACIONAL E PÓS-NACIONAL

Data de submissão: 29/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Bruno de Oliveira Cruz

RESUMO: A presente reflexão teórica tem a finalidade de salientar a proeminência do conceito de cidadania sacrificial – elaborada pela cientista política estadunidense Wendy Brown – para o escrutínio crítico do neoliberalismo. Defende-se que Wendy Brown teve a habilidade de conjugar e, ao mesmo tempo, superar duas das tradições filosóficas que se atracaram na empreitada de examinar os efeitos deletérios do neoliberalismo: as filosofias marxistas e foucaultianas. O texto discorre sobre como Wendy Brown conseguiu identificar contribuições e insuficiências do (neo) marxismo e do Foucault nessa análise crítica da dominação neoliberal. Se, por um lado, o marxismo fitou sua análise nas instituições e corolários econômicos, negligenciando os efeitos de uma nova razão governamental e produção dos sujeitos (biopolítica), por outro lado, Foucault desconsiderou os inéditos poderes do capital global enquanto força histórica e social. Assim, o artigo faz uma breve incursão sobre o modo como essas tradições filosóficas compreenderam o neoliberalismo, para o fim de destacar

a relevância do exame da Brown. Nessa finalidade, o presente trabalho destaca o conceito de cidadania sacrificial, que define o sujeito contemporâneo tanto como capital humano de si mesmo (concepção adjacente à ideia de *homo oeconomicus*, trabalhada por Foucault) quanto como capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional (perspectiva próxima da reflexão marxista). O texto conclui que a crítica de Wendy Brown é imprescindível porque consegue discorrer sobre as relações controversas entre o capital individual e o capital macroestrutural e, sobretudo, porque denuncia o quanto o neoliberalismo dilacera hábitos e ações políticas baseadas em uma cidadania agonística, desdemocratizando a vida e a reduzindo ao jogo concorrencial de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Cidadania Sacrificial; Desdemocratização.

THE PROMINENCE OF THE CONCEPT OF SACRIFICIAL CITIZENSHIP FOR THE EXAMINATION OF NEOLIBERALISM: FROM *HOMO OECOMICUS* TO BUSINESS, NATIONAL AND POST-NATIONAL CAPITAL

ABSTRACT: The present theoretical reflection aims to highlight the prominence of the concept of sacrificial citizenship – elaborated by the American political scientist Wendy Brown – for the critical scrutiny of neoliberalism. It is argued that Wendy Brown had the ability to conjugate and, at the same time, overcome two of the philosophical traditions that stood in the enterprise of examining the deleterious effects of neoliberalism: Marxist and Foucaultian philosophies. The text discusses how Wendy Brown was able to identify the contributions and insufficiencies of (neo)Marxism and Foucault in this critical analysis of neoliberal domination. If, on the one hand, Marxism focused its analysis on economic institutions and corollaries, neglecting the effects of a new governmental reason and the production of subjects (biopolitics), on the other hand, Foucault disregarded the unprecedented powers of global capital as a historical and social force. Thus, the article makes a brief incursion into the way in which these philosophical traditions understood neoliberalism, in order to highlight the relevance of Brown's examination. To this end, the present work highlights the concept of sacrificial citizenship, which defines the contemporary subject both as human capital of itself (a conception adjacent to the idea of *homo oeconomicus*, worked out by Foucault) and as human capital for a company, nation or post-national constellation (a perspective close to Marxist reflection). The text concludes that Wendy Brown's critique is essential because it manages to discuss the controversial relations between individual capital and macrostructural capital and, above all, because it denounces how much neoliberalism lacerates habits and political actions based on an agonistic citizenship, dedemocratizing life and reducing it to the competitive game of the market.

KEYWORDS: Neoliberalism; Sacrificial Citizenship; De-democratization.

1 | INTRODUÇÃO

Enquanto um fenômeno que despontou como política econômica no século XX e teve seus efeitos dilatados das relações sociais estruturais às microestruturais, o neoliberalismo se notabilizou como um relevante objeto de pesquisa pela crítica especializada. No entanto, o fato de existir um consenso quanto à necessidade de se ter o neoliberalismo como um verdadeiro fenômeno digno da atenção da ciência contemporânea não significa que as abordagens metodológicas sejam uníssonas. Existem diversas escolas econômicas, sociológicas, históricas e filosóficas que se aventuraram nesse desafio atual e imprescindível para se pensar as controvérsias do mundo moderno, em dimensões diversificadas, como as noções de trabalho, direito, Estado, cidadania, economia, democracia e tantos outros assuntos afetados pela dinâmica do neoliberalismo.

Historicamente, uma das primeiras formas de se vislumbrar o neoliberalismo se deu pelo enfoque da política econômica. Embora tal perspectiva tenha sua importância, existem outros modos de se investigar o neoliberalismo. Obstante de uma trivial tradição econômica, o neoliberalismo se expande para os mais heterogêneos espaços de socialidade, podendo

ser avistado também como governabilidade de corpos disponíveis ao sacrifício, decorrente de uma lógica específica da biopolítica.

Duas tradições filosóficas se sobressaem na empreitada de analisar o neoliberalismo: a marxista e a foucaultiana. Uma visão precipitada poderia ver essas duas tradições como inconciliáveis ou discrepantes. Seguramente, existem aspectos epistêmicos (talvez) intransponíveis, mas isso não significa que tais abordagens não possam ser utilizadas mutuamente, especialmente considerando o caráter complexo e multifacetado do neoliberalismo. Esse objeto exige um tratamento contrastado, para o fim de não reduzir o fenômeno apenas uma ou outra coisa.

Por tais razões é que o presente artigo se apropria da abordagem da cientista política estadunidense Wendy Brown, ao não tratar as tradições do marxismo e da filosofia foucaultiana como abordagens “opostas ou redutíveis à compreensão materialista *versus* ideacional do poder e da mudança histórica”, na medida em que realiza a empregabilidade mútua “por apresentarem diferentes dimensões das transformações neoliberais que têm ocorrido em todo o mundo nas últimas décadas.” Em outras palavras, “ambas as abordagens contribuem para a compreensão das características do neoliberalismo realmente existente e de nossa atual conjuntura” (BROWN 2019, p. 32).

O aspecto singular do tratamento teórico dado ao neoliberalismo pela Wendy Brown, conjugando tradições do conhecimento com perfis epistêmicos distintos, se revela em sua concepção filosófica e política intitulada de “cidadania sacrificial”, uma cidadania imanente à dominação neoliberal (apolítica e talhada ao sacrifício). No artigo “Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade”, redigido em 2013, que esboça argumentos estruturados no livro “*Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*”, Wendy Brown desenvolve uma noção ímpar de sujeito neoliberalizado, definindo-o por dois encargos atribuídos pelo capitalismo vigente: ser capital humano de si mesmo e ser capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional.

Assim, tendo como referência as reflexões da cientista política Wendy Brown, o presente artigo buscará analisar o neoliberalismo a partir da noção de cidadania sacrificial. Para tanto, a reflexão fará uma incursão sobre os modos distintos de se compreender o neoliberalismo, centrando nos aportes marxistas e foucaultianos, para o fim de destacar a importância da maneira como Wendy Brown escrutina metodologicamente tal fenômeno.

2 | O MARXISMO E A NOVA ETAPA DO CAPITALISMO

Não há dúvidas de que o marxismo constitui uma das tradições filosóficas mais empenhadas em avaliar os efeitos deletérios do neoliberalismo para a sociedade contemporânea. Sabe-se que não é possível falar em marxismo (no singular), pois este congrega uma infinidade de pensadores, que muitas vezes se desencontram em termos teóricos e políticos. Por isso, costuma-se afirmar que o que há em comum entre os marxistas

é método: o materialismo histórico.

Karl Heinrich Marx e Friedrich Engels viveram uma faceta específica do capitalismo: o industrial. Isso se deve ao fato de que tanto Marx quanto Engels nasceram e morreram no século XIX. Dada a dinâmica transformativa do capital, não se pode apreender/transportar a interpretação do capitalismo novecentista para explicar (integralmente) a realidade do século XX e dos dias atuais sem as devidas ponderações e mediações históricas. O capitalismo é o modo de produção triunfante, mas não é o mesmo em toda a história. Por isso, já no início do século XX, o pensamento marxista se renovou e percebeu que a realidade concreta exigia aparatos teóricos mais sofisticados e adequados ao tempo em que a história do capitalismo se desenvolvia.

O neoliberalismo é um dos eventos que levaram o marxismo a rejuvenescer suas compreensões sobre o “novo” capitalismo, que agora não é “somente” industrial, mas é também financeiro e (ainda mais) globalizado. É humanamente inexequível descrever com exatidão como a totalidade dos pensadores marxistas esquadriharam teoricamente o neoliberalismo, mas é possível estabelecer linhas gerais desse empreendimento. Esse é o objetivo desse capítulo.

O geógrafo marxista David Harvey (2008, p. 12) assevera que o neoliberalismo é, antes de tudo, uma teoria de ações políticas e econômicas que pretende defender que o bem-estar da humanidade só pode ser eficazmente angariado com a liberação das liberdades e habilidades empreendedoras individuais no cerne de uma estrutura institucional qualificada por robustos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Para Harvey, a tarefa do Estado é justamente garantir um ambiente propício para o desenvolvimento dessas práticas. A intervenção do Estado se restringiria a assegurar a integridade e o desempenho dos mercados ou, até mesmo, criá-los por ação própria.

Na obra “Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal”, partindo-se da ideia de que a crise mundial das sociedades atuais tem relação direta com a crise do Estado de bem-estar social e do denominado “socialismo real”, o professor José Paulo Netto (1995, p. 77) faz uma reflexão particular em relação à ofensiva neoliberal e ao Estado (mínimo) contemporâneo, asseverando que o neoliberalismo constitui “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.” Não se trata de um Estado mínimo aleatório, mas aquele que busca eliminar os recursos reguladores que limitam qualquer elemento democrático de controle do capital, direcionando-o aos interesses particulares de classe: um Estado mínimo que é máximo para o capital (NETTO, 1995, p. 81).

Enquanto prática e ideologia política e econômica, o neoliberalismo se alastrou globalmente e agenciou diversos Estados contemporâneos, desde os criados após a falência da União Soviética às democracias fundadas na compreensão pretérita de Estado do bem-estar social, cuja implementação (como política de Estado) foi tanto de forma

voluntária quanto até mesmo violenta, produzindo transformações no discernimento político de diversas instituições (universidades, meios de comunicações, instituições financeiras etc.), tornando-se, portanto, “hegemônico como modalidade de discurso”, afetando “tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2008, p. 12-13). Harvey (2008, p. 13-14) considera o neoliberalismo como um processo de “destruição criativa”, pois, ao mesmo tempo que desestabiliza formas tradicionais de poder (a exemplo da soberania de Estado), modifica os poderes decorrentes das divisões do trabalho, das relações societárias, do fomento ao bem-estar social, do *modus operandi* das tecnologias, das formas de consciência etc.

No livro “A Crise do Neoliberalismo”, Gérard Duménil e Dominique Lévy (2014, p. 11) argumentam que o neoliberalismo constitui um inédito estágio do capitalismo que se alçou na esteira da crise estrutural de 1970. Assim, ele manifesta a estratégia das classes dominantes aliadas ao setor financeiro de robustecer sua hegemonia e alastrar suas concepções de política e sociedade a nível global. Trata-se, portanto, de uma forma de imperialismo, operada a partir de finalidades de classe que beneficiam uma burguesia – nacional e internacional –, as quais marcam essa nova ordem social, uma nova configuração de poder de classe (DUMÉNIL e LÉVY, 2014, p. 18-19).

Em termos históricos, a crise gerada pelo neoliberalismo representa a quarta crise estrutural do capitalismo desde o fim do período novecentista. Compreendendo que essas adversidades metamorfoseiam a ordem social e transformam as relações internacionais, Duménil e Lévy (2014, p. 12) afirmam que a crise gerada pelo capitalismo atual aponta o princípio “de um processo de transição semelhante, que não só envolve a regulação financeira como também torna necessária uma nova governança corporativa, a reconstrução do setor financeiro e a adoção de novas políticas.”

Nesse aspecto, conforme narra Francisco de Oliveira (1998, p. 19-27), o *Welfare State* foi dilacerado pela internacionalização produtiva e financeirização da economia capitalista, acometendo e prejudicando a ideia de Estado-providência, marcado pela universalização da saúde, educação, previdência, trabalho, transporte, moradia e tantas outras prerrogativas jurídicas conquistadas no decorrer do século XX.

No artigo “Balanço do Neoliberalismo”, Perry Anderson (1996, p. 9) enfatiza que a ideologia neoliberal foi incumbida de ofertar uma narrativa científica para esse movimento neoimperial, cuja função principal está alicerçada no vilipêndio a qualquer restrição dos instrumentos de mercado por parte do Estado, informadas como obstáculos à liberdade econômica e política. Sobre isso, é interessante perceber o pioneirismo da América Latina, pois foi a partir da ditadura sanguinária do general Augusto Pinochet que o neoliberalismo se tornou política de Estado pela primeira vez, antes mesmo de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Portanto, o neoliberalismo praticado na América Latina não se constrangeu com o imperialismo moderno, ao contrário, se aliou a ele para se tornar realidade histórica.

Esse novo imperialismo foi norteado por um acordo de ideias emergido a nível internacional: o Consenso de Washington. O filósofo Noam Chomsky (2002) define esse consenso como um conjunto de fundamentos guiados para o mercado, perfilhados pelos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que coordena. Chomsky sintetiza as ideias gerais do Consenso de Washington da seguinte maneira: liberalização do mercado e do sistema financeiro, ajuste dos preços pelo mercado, estabilidade macroeconômica por meio do fim da inflação e privatização. Tendências nacionais sensíveis às demandas populares por melhoria socioeconômica ou por um desenvolvimento dirigido ao cumprimento dos ímpetus nacionais conflitam com a imposição neoliberal de um ambiente político e econômico favorável ao investimento privado.

Embora o neoliberalismo seja um fenômeno de magnitude global, as suas formas de reprodução têm naturezas distintas a depender de caracteres nacionais, regionais e até mesmo locais. Sob uma perspectiva histórica latino-americana, Octavio Ianni (2006, p. 85) salienta que o desfecho da Guerra Fria foi o ponto de partida para a estruturação de uma inédita divisão internacional do trabalho, institucionalizada por órgãos globais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), revelando que a soberania dos Estados periféricos é muito restrita ou, ainda, inexistente. É justamente nesse aspecto que o marxismo salienta que vige um novo imperialismo, calcado na ideologia neoliberal, atravessando os Estados do sul global e determinando o modo de se fazer política de Estado.

Essa análise descentrada das experiências das economias centrais evidencia que o neoliberalismo no Terceiro Mundo tem particularidades que não podem ser ignoradas. Conforme salienta o economista marxista Theotônio dos Santos (2004, p. 18-19), a democracia latino-americana carece de uma sólida base socioeconômica, cujo capitalismo tem em seu desenvolvimento elementos de dependência, concentração e exclusão. Assim, a realidade latino-americana é marcada pela dependência estrutural, crescimento díspar que se move para setores específicos da população ancorados em exportações de baixo valor agregado, distribuição negativa de renda e retirada vultuosa de excedentes graças à superexploração dos trabalhadores. Assim, para Theotônio dos Santos (2004, p. 20), “as propostas de resolver os problemas da região com base no ‘livre-mercado’ não só têm fracassado como têm agravado os problemas do subcontinente.”

Alfredo Saad Filho e Andréia Galvão procuraram sistematizar aspectos gerais da interpretação marxista a respeito do neoliberalismo. Para o economista marxista Saad Filho (2015, p. 59), o marxismo investigou quatro formas diversas – porém, profundamente relacionadas –, de se apreender o neoliberalismo: 1) enquanto um conglomerado de percepções teóricas guiadas pelas escolas econômicas austríaca e de Chicago e do ordoliberalismo alemão, e estruturadas sob o amparo da Sociedade do *Mont Pèlerin*; 2) como um conjunto de políticas, práticas e instituições, referendadas por essas ideias; 3)

enquanto uma ofensiva de classe orquestrada pelo Estado contra os trabalhadores, sob a gerência da burguesia ou das finanças em específico; 4) e como uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, resultando na assertiva de que o neoliberalismo constitui uma maneira do capitalismo atual de existir, ou ainda, consistindo em um peculiar sistema de acumulação.

Dentre alguns pontos elencados por Alfredo Saad Filho sobre aspectos metodológicos, destaca-se a reflexão de que os exames marxistas são sistêmicos por natureza. Assim, os diagnósticos abarcam questões econômicas, sociológicas, institucionais, políticas, jurídicas, culturais e ideológicas do neoliberalismo. A partir disso, o interesse do marxismo reside na forma como as reformas neoliberais modificaram as estruturas da reprodução econômica e social “após a desarticulação do compacto keynesiano-social democrático no âmbito das principais economias capitalistas, a paralisia do desenvolvimentismo, a implosão do bloco soviético, as transformações aceleradas na China e as crises na periferia europeia” (FILHO SAAD, 2015, p. 59).

Sob outra perspectiva, com base nas reflexões de Gérard Duménil e Dominique Lévy, Andréia Galvão (2008, p. 150) destaca que as abordagens marxistas possuem os seguintes elementos comuns: a) o vínculo entre o neoliberalismo e as classes sociais, que desdobra a interpretação do neoliberalismo a partir do desenvolvimento da luta de classes na história do capitalismo; b) a relação entre economia e política e, fundamentalmente, a concepção da natureza de classe do Estado burguês; c) e a conexão entre as dimensões internacionais e nacionais, tanto pela concepção de imperialismo quanto pela definição de mundialização do capital.

Percebe-se que a análise marxista foca no ambiente macroestrutural, põe em referência o poder do capital a nível global, expondo as consequências de uma globalização desigual, que gera, especialmente para as economias não centrais, o desmantelamento de direitos e políticas sociais. O marxismo revela como o capitalismo no século XX inaugurou uma nova forma de imperialismo, gerando uma inédita correlação de forças, não apenas a nível nacional, mas também em dimensões de dominação que tem como epicentro o discurso neoliberal propagado por instituições internacionais que ameaçam uma narrativa de Estado periférico preocupado com os interesses regionais e locais.

3 | FOUCAULT E O *HOMO OECOMICUS*

O texto referência do filósofo francês Michel Foucault que se debruçou sobre o neoliberalismo – “Nascimento da Biopolítica” – decorreu de transcrições de cursos ministrados em 1979 no *Collège de France*. Nesse momento histórico e filosófico, Foucault examinou o empreendimento genealógico das relações entre o “saber” e o “poder”. A abordagem metodológica empregada para o escrutínio do neoliberalismo constituiu uma reflexão ímpar, pois o contexto filosófico antecedente às discussões genealógicas esteve

vinculado a uma abordagem distinta, caracterizada pela arqueologia das normas que estruturam composições discursivas.

Em consonância com as teorizações de Roberto Machado (2007), a arqueologia disserta acerca dos discursos pela caracterização de suas regras de formação, evidencia sua condição de possibilidade pela definição do discurso como um conglomerado de enunciados. Por enunciado entende-se como a possibilidade de um conjunto de signos, estruturado por uma unidade lógica e gramatical, de se concatenar com as circunscrições de um objeto, angariando um sujeito possível, coordenando com outros enunciados e tornando viável a existência de um objeto, como materialidade repetível (MACHADO, 2007).

Por sua vez, a genealogia constitui a explicitação do surgimento de saberes a partir de condições de possibilidade exteriores às próprias epistemes, situando-as como subsídios de um dispositivo de características fundamentalmente políticas. Em outras palavras, a centralidade da genealogia está na relevância do “poder” para a configuração dos “saberes”, enquanto um exame histórico das condições políticas de viabilidade dos discursos. É nesse contexto metodológico que o neoliberalismo é analisado na obra “Nascimento da Biopolítica”.

Em acordo com as teorizações de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (1995, p. 126), a apreciação genealógica funda uma perspectiva filosófica profundamente original ao trabalhar com a chave poder-saber, pois o poder aqui não é avaliado como um objeto de fruição de uma agremiação societal (classe social) ou instituição específica (Estado), em prejuízo daqueles desprovidos dos instrumentos de poder, tampouco vislumbra o saber como objetivo ou subjetivo, mas como um recurso imprescindível na revolução histórica dos variados regimes de poder e de verdade.

A genealogia foucaultiana trabalha com as noções de poder, saber e corpo, cuja expressão de cada uma delas se dá pelo encadeamento concorrente e não pela individualização. Angela Couto Machado Fonseca (2016, p. 77) argumenta que a própria noção de sujeito é reestruturada, visto que o indivíduo é definido como resultado das condições auferidas pelos poderes e saberes, as quais definem os corpos a partir de discursos e práticas. Assim, nos termos de Nildo Avelino (2016, p. 240), “a partir da perspectiva genealógica, a crítica é definida como atitude, isto é, um comportamento. Um tipo de comportamento constituído pela articulação irreduzível entre poder, verdade e sujeito.” O aparato estatal não constitui mais o centro da reflexão, pois a crítica se direciona às “práticas e relações que, por serem tomadas em um movimento contínuo de estatização, não são redutíveis ao exercício de uma dominação centralizada, vertical e sempre idêntica a si mesma” (LAVAL, 2020, p. 41).

O presente capítulo não fará uma incursão criteriosa e exaustiva a respeito da obra “Nascimento da Biopolítica”, mas trará alguns elementos da análise foucaultiana a respeito da ideia de *homo oeconomicus*, a qual é discutida a partir do modelo estadunidense de neoliberalismo, explicitado fundamentalmente na aula de 14 de março de 1979. Nesse

ínterim, buscando distinguir o neoliberalismo estadunidense do modelo aplicado na Alemanha e na França, Foucault destaca dois elementos: a teoria do capital humano e o programa da exploração da criminalidade e da delinquência. Interessa a esta reflexão a teoria do capital humano, pois foi a partir dela que ocorreu a ingerência da análise econômica em um ambiente até então inexplorado. Passou-se a reinterpretar e qualificar campos não-econômicos em termos econômicos ou estritamente econômicos (FOUCAULT, 2008, p. 302).

Naturalmente, como a investigação foucaultiana não colocou o poder sob a ótica exclusiva do Estado ou de outras instituições e grupos específicos, o neoliberalismo não é pensado como política econômica ordinária deferida por uma autoridade estatal, mas sim como uma técnica de governo, um modo de existir e pensar a vida, isto é, uma maneira de governar os corpos (FOUCAULT, 2008, p. 301).

A singularidade das interpretações neoliberais em seu contexto global reside no fato de que “elas pretendem mudar o que havia constituído de fato o objeto, o domínio dos objetos, o campo de referência geral da análise econômica” (FOUCAULT, 2008, p. 306). A caracterização da economia é transformada, pois agora ela é mecanismo para análise do comportamento humano e de sua respectiva racionalidade interna, da estratégia programada da atividade dos indivíduos. Ao contrário da perspectiva marxista a respeito do trabalho, que o insere no campo da contradição com o capital, o neoliberalismo situa o labor na perspectiva de quem labora, isto é, “será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (FOUCAULT, 2008, p. 307).

Por essa razão, ao contrário do marxismo, que não vê o trabalhador como objeto e sim na forma da sua força de trabalho, o neoliberalismo passa a vislumbrá-lo como um sujeito econômico ativo (FOUCAULT, 2008, p. 307). Pois é nessa perspectiva que Foucault concebe que o neoliberalismo surge como “o retorno ao *homo oeconomicus*”, mas não na concepção clássica (como homem de troca ou parceiro do processo de troca), e sim como empresário, um “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (FOUCAULT, 2008, p. 310-311).

Logo, chega-se à ideia de que o salário não é nada mais que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador (FOUCAULT, 2008, p. 311-312).

É justamente nesse sentido que o neoliberalismo é visto como um método de pensar a realidade, pois essa expansão da análise econômica do mercado opera como um princípio de inteligibilidade, afinal elucida tanto as relações sociais quanto os comportamentos individuais, servindo como método cognoscível de fenômenos que sequer se enquadram

na lógica do mercado (FOUCAULT, 2008, p. 334). Na aula proferida em 28 de março de 1979, Foucault (2008, p. 368) salienta que o *homo oeconomicus* é aquele que “aceita a realidade”, de modo que sua ação racional é “sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma [...] sistemática, e a economia poderá, portanto, se definir como ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente.”

No que se refere ao Estado, a economia passa a ser sua “avalista”, de tal modo que a legitimação surge de um consenso permanente de que todos podem se expressar como agentes desse processo econômico (FOUCAULT, 2008, p. 114-115). Assim, com a eclosão do neoliberalismo, “a economia cessa de funcionar como mero princípio de autolimitação da ação governamental para se tornar o filtro, uma técnica de aferir a ação governamental em termos puramente econômicos” (AVELINO, 2016, p. 273).

No final da Segunda Guerra Mundial, surgiu uma modalidade de Estado que se contrapunha à visão liberal, um Estado interventor na área econômica e social, como um agente prestador de serviços destinado à concretização do bem-estar coletivo, como renda, habitação, saúde, educação, previdência social, trabalho e tantos outros. Pela visão de sujeito como *homo oeconomicus*, percebe-se que o Estado-providência é fatalmente oposição à realização do sujeito como empresário de si mesmo, pois o envolve a prerrogativas jurídicas que afrontam a ideia de sujeito desimpedido a se atracar no jogo concorrencial de mercado.

Interessante notar que a reflexão foucaultiana a respeito do *homo oeconomicus* é inicialmente elaborada a partir do contexto pelo qual o neoliberalismo estadunidense se insurgiu: o *Welfare States*. O Estado de bem-estar social consistiu naquilo que Foucault denominará de elemento de contexto para o desenvolvimento do neoliberalismo estadunidense. Um elemento a ser enfrentado, pois diametralmente oposto à ideia de um sujeito que é capital humano de si mesmo, que não aceita qualquer forma de proteção institucional que atente contra sua condição de partícula do capital no mercado. Assim, Foucault (2008, p. 298-299) cita três elementos de contexto que despertaram a crítica neoliberal: a) o primeiro, diz respeito à política keynesiana do *New Deal*; b) o segundo, refere-se ao plano *Beveridge*, denominado por Foucault como um conjunto de “pactos de guerra”, composto por projetos de intervencionismo econômico e social que foram elaborados durante a Segunda Guerra Mundial; e, por fim, c) o terceiro, relaciona-se com o alargamento da administração federal estadunidense através dos programas econômicos e sociais concebidos desde o governo Truman até a presidência de Johnson.

Conforme destacam Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 117), nessa racionalidade neoliberal, o Estado deve ser comedido, pois precisa respeitar a igualdade formal do jogo concorrencial capitalista, subtraindo tudo o que possa aparentar privilégio ou proteção estatal facultados a tal interesse particular em prejuízo de outros. No neoliberalismo, o Estado constitui uma esfera que é igualmente normatizada por regras

de concorrência e sujeita à demanda de eficácia paralela àquelas a que se submetem as empresas privadas (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 272).

Por isso, essa razão neoliberal não se estampa somente no campo das políticas econômicas, mas avança sobre políticas sociais, culturais, educacionais e outras que, a princípio, não estavam no campo da análise da economia. As próprias controvérsias econômicas vivenciadas pelo Terceiro Mundo são vistas pela ótica da teoria do capital humano, “não tanto em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas em termos de insuficiência de investimento do capital humano” (FOUCAULT, 2008, p. 319). Em outros termos, para os neoliberais, a razão fulcral do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo tem relação direta com a escassez de mecanismos de investimento no capital humano. Países periféricos ainda não subjetivaram suficientemente seus sujeitos a tornarem-se empresários.

Dentro dessa análise, a aplicação desmedida da grade econômica se expande, atravessando cenários não mercadológicos a demandas do capital, especialmente o corpo social, afetando fenômenos “naturalmente” não econômicos, servido como uma régua que mede condutas, tanto do Estado contemporâneo quanto dos sujeitos. Com isso, a investigação econômica serve não apenas para compreender fenômenos sociais gerais, mas também para decifrar o comportamento de cada indivíduo em sua particularidade.

Na forma de governamentalidade neoliberal norte-americana, representada pela escola de Chicago, a lógica da economia e a racionalidade do mercado vão se estender também para a vida social. Se na racionalidade liberal o governo assumia sua veridificação na naturalidade dos processos econômicos, no governo neoliberal a economia precisa produzir condições de competição e concorrência. O artifício da concorrência permite ao mercado padronizar e programar as condutas da população e estabelece a figura do *homo oeconomicus*. O mercado é instrumento de governo na medida em que desenha o homem-capital, ou seja, o homem como empresário de si mesmo e agente econômico infiltrado num contexto no qual é crivado pelos estímulos do mercado aos quais deve responder melhorando continuamente a si mesmo (FONSECA, p. 2016, p. 113-114).

A partir dessas reflexões, é notável que a perspectiva foucaultiana parte de um *locus* metodológico distinto do marxismo. Trata-se de uma reflexão que se volta à forma como o neoliberalismo serve como modo de governar os corpos, que se expande e atravessa diversas relações sociais, não se limitando a ser uma “ideologia de mercado” ou “política econômica” de um governo institucional. O neoliberalismo “conduz condutas”, tanto para delinear o sujeito a partir de critérios mercadológicos, quanto para fundar um Estado que não apenas é silente às intempéries do jogo concorrencial do mercado (princípio da não intervenção), mas também para se tornar uma outra forma de empresa, que procura ativar os sujeitos a serem partículas do capital, sobretudo quando tem o ímpeto de revogar direitos e prerrogativas sociais conquistadas no decorrer do século XX, liberando os freios políticos e jurídicos do capital.

4 | O CONCEITO DE CIDADANIA SACRIFICIAL E A “SUPERAÇÃO” DAS ABORDAGENS NEOMARXISTAS E FOUCAULTIANAS

Wendy Brown consegue revelar a pertinência e as insuficiências das abordagens neomarxistas e foucaultianas. Em seus próprios termos, a abordagem neomarxista centra sua análise “nas instituições, políticas, relações e efeitos econômicos, negligenciando os efeitos de longo alcance do neoliberalismo como forma de governar a razão política e a produção dos sujeitos” (BROWN, 2019, p. 32). Por outro lado, a abordagem foucaultiana tem como ponto de partida “os princípios que orientam, orquestram e relacionam o Estado, a sociedade e os sujeitos, e acima de tudo, o novo registro de valor e valores do neoliberalismo, mas pouco atenta aos novos e espetaculares poderes do capital global que o neoliberalismo anuncia e edifica” (BROWN, 2019, p. 32).

No artigo “O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas ‘democracias’ do século XXI”, Brown (2021, p. 97-98) expõe como o neoliberalismo foi avistado de duas formas distintas. Em um primeiro momento, enquanto um exame comumente reiterado, o neoliberalismo é exposto como um conglomerado de políticas econômicas que fomentam atividades ilimitadas, mobilizações e acumulações de capital por meio de tarifas menores e impostos, promovendo a desestruturação das indústrias, privatizando os bens e serviços públicos, fragilizando o Estado de bem-estar social e aniquilando o trabalho organizado. Em um segundo momento, o neoliberalismo passou a ser exposto como uma racionalidade governamental que fabrica modalidades diferentes de sujeitos, condutas e ordens de significado social e valor. Assim, o neoliberalismo não objetiva somente apreender e domesticar o Estado, mas toda a esfera da vida humana, substituindo uma sociedade solidária produtora de justiça por outra compreendida e estruturada como mercado. O marxismo não conseguiu ou não teve uma suficiente análise teórica dessa dimensão do projeto neoliberal de poder.

Na obra “*Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*”, desenvolvem-se severas críticas ao marxismo e à análise foucaultiana. Para Wendy Brown (2015, p. 74), Foucault combate a perspectiva da “lógica do capital”, condena a falta de uma teoria marxista de governo, descrevendo-a como uma racionalidade política empobrecida e pouco original nos Estados do socialismo real. Nisso, a repulsa completa das categorias e da lógica historiográfica do marxismo proporcionou a Foucault examinar características pouco teorizadas do nascimento da economia política e viabilizou uma percepção nova sobre a arquitetura das relações entre o liberalismo, o Estado, a economia e o sujeito moderno (BROWN, 2015, p. 74-75). Porém, para Wendy Brown (2015, p. 75), essa rejeição teve um preço, sobretudo por se apreender formas únicas de dominação que o neoliberalismo conclui e, em especial, quando Foucault desconsiderou o “capital” enquanto força histórica e social o qual, quando mencionado, traduzia um desprezo pela ideia de que há uma lógica necessária e que acarreta um sistema de dominação.

É nesse momento que a cientista política estadunidense se aproxima das contribuições marxistas, ao afirmar que o capital (e o capitalismo) não podem ser reduzidos/simplificados a uma ordem de razão, nem se deve compreender os imperativos e os impactos do capital enquanto atribuições completas do capitalismo como um regime de verdade (BROWN, 2015, p. 75). Os imperativos do capital de diminuir o custo da mão-de-obra, difundir os mercados, do crescimento econômico e das reestruturações rotineiras da produção (especialmente aqueles de caráter financeiro), indubitavelmente representa uma inédita ordem de razão econômica, uma nova racionalidade governante, novas formas e lugares de mercantilização e, seguramente, novas características do capitalismo e novos tipos de capital – do consumo partilhado ao *bitcoin*, dos derivados ao capital humano (BROWN, 2015, p. 75-76).

Em síntese, Wendy Brown (2015, p. 76) salienta que seu argumento não é que subsista um capitalismo e que este se mobiliza de modo autônomo do discurso, nem que o capital tenha uma lógica unificada e unificadora, mas que o capitalismo tem impulsos que não podem ser negados. O capital e sua forma singular de razão que com ela acarreta, estrutura e fomenta novas possibilidades (ainda que não redutível a ela), para além de suas execuções, mobilizações e objetivos econômicos, sempre dá forma a mundos humanos – relações, pactos e produção do sujeito (BROWN, 2015, p. 76). Desconsiderar que o capital submete os seres humanos e seus respectivos mundos organizados impede o exame da relação complexa entre a racionalidade política e as limitações de ordem econômica, bem como o entendimento completo do poder do neoliberalismo de formatar o mundo (BROWN, 2015, p. 76). Em síntese, Brown (2015, p. 77, tradução nossa) entende que “a questão não é corrigir Foucault com Marx, mas apresentar certas dimensões da análise de Marx do capitalismo que teriam de ser soldadas à apreciação de Foucault da razão neoliberal para gerar um relato rico da desdemocratização neoliberal.”

Nesse sentido, Foucault define classicamente o *homo oeconomicus* como um sujeito de interesse. Para Brown (2015, p. 83) esse “interesse” não tem condão de qualificar o *éthos* ou a subjetividade do sujeito neoliberal hodierno, pois o indivíduo está tão agudamente imbricado e subordinado à meta capital do crescimento macroeconômico que pode tranquilamente sacrificar seu bem-estar por finalidades maiores do que as suas demandas individuais de interesse. A própria ideia de responsabilidade é reordenada pelo neoliberalismo, na medida em que força uma reconfiguração do comportamento adequado do sujeito, que vai de um indivíduo mobilizado naturalmente por interesses para integrar uma estrutura específica de autossustentância que se mescla com a moralidade do Estado e a higidez da economia (BROWN, 2015, p. 84).

Não serão mais os mercados que resolverão a questão da conciliação entre os interesses individuais e os de caráter coletivo (a exemplo das propensões das nações), pois o sujeito que naturalmente procura seus interesses é trocado pela governança de cidadãos que se encontram em um ambiente de particularidades e necessidades macroeconômicas

(BROWN, 2015, p. 84). Assim, “a ideia de interesse desapareceu e, no seu extremo, é substituída pela ideia de sacrifício” (BROWN, 2015, p. 84, tradução nossa).

A reflexão da cientista política estadunidense busca desmistificar esse sujeito neoliberal “interessado” para escancará-lo como elemento subordinado a exigências (macroestruturais) que fogem do seu controle individual. E, logicamente, na medida em que seu interesse é dilacerado por objetivos macroeconômicos (a nível empresarial, nacional ou pós-nacional), perde-se o sujeito ativo politizado que não apenas defende seus direitos historicamente conquistados como reivindica outros. Nesse aspecto, ao definir o neoliberalismo como uma especial racionalidade que avança sobre a totalidade dos aspectos da vida em caracteres fundamentalmente econômicos, Wendy Brown (2015, p. 17) argumenta que esse *modus operandi* neoliberal vilipendia elementos basilares da democracia moderna, referentes a princípios de justiça, culturas políticas, hábitos de cidadania, práticas de governo e, em especial, imaginários democráticos.

A definição de neoliberalismo de Wendy Brown consegue congrega elementos da interpretação marxista e foucaultiana, na medida em que o fenômeno passa a ser apreendido sob dois aspectos: do ponto de vista do indivíduo, enquanto uma racionalidade que formata sujeitos, de maneira a orientá-los a partir de uma engenharia valorativa peculiar, como uma forma globalizada de “economizar” âmbitos e atividades que, em princípio, tinham ordens valorativas diversas do “economicismo”; do ponto de vista da ação governamental, transformando o próprio Estado em empresa, que “produz normas cotidianas de identidade e conduta que configuram o sujeito como capital humano, e define todo tipo de atividade humana em termos de auto investimento racional e empreendedorismo” (BROWN, 2018, p. 14-15). A interpretação do neoliberalismo não é reduzida à política institucional, nem ao sujeito individual, pois avista elementos de contato entre o indivíduo neoliberalizado e o capital enquanto força histórica.

A cientista política reflete sobre o sujeito não apenas sob a ótica do capital humano para si mesmo, mas o vincula a um capital financeirizado, colocando-o como sujeito que pode ser sacrificado pela saúde do capitalismo hodierno. E mais, não se trata de um sacrifício isento de valores, pois o sujeito é compelido moralmente a se martirizar pelo todo. Wendy Brown (2019, p. 32) busca em sua reflexão “saldar [a] negligência mútua [do marxismo e de Foucault] do aspecto moral do projeto neoliberal.” Ambas as abordagens não se detêm sobre o aspecto moralizante que norteia a produção de sujeitos no neoliberalismo.

Assim, esquematicamente, o sujeito neoliberal está orientado a realizar dois deveres: ser capital humano de si mesmo e ser capital humano para uma empresa, nação ou constelação pós-nacional.

Brown (2018, p. 9) descortina a ilusão de liberdade desse empresário de si mesmo, pois as controvérsias geradas a nível de capital global podem ser motivo para desprezar o capital humano para si, de tal maneira que a existência de um discurso nacional-teológico de sacrifício moralizado justifica o comportamento empresarial responsável

não recompensado. Ao desamarrear o sujeito de quaisquer prerrogativas limitadoras de sua liberdade, o neoliberalismo o compromete, discursivamente, com o bem-estar geral – exigindo lealdade e eminente sacrifício em nome da saúde da nação ou do crescimento econômico (BROWN, 2018, p. 10).

Em outros termos, ainda que o neoliberalismo busque libertar os sujeitos do intervencionismo do Estado, acaba por incorporá-los a uma esfera e instituição neoliberalizada da qual integram, coagindo-os a se moldar ao capital como se capital fossem; a autonomia e a liberdade são desconstituídas, considerando que a desregulamentação suprime os diversos bens públicos e benefícios de seguridade social, desamarra os poderes do capital corporativo e financeiro, e liquida a clássica ideia de solidariedade entre trabalhadores, gerando indivíduos completamente atomizados e desamparados, em permanente ameaça de privação dos meios mais básicos para a existência humana, pois completamente atrelados ao capital (BROWN, 2018, p. 7-8).

Wendy Brown (2019, p. 50) destaca que no final do século XX o neoliberalismo concretizou um projeto de “empreendedorização” e “capitalização humana”, de maneira tal que a responsabilidade pelo bem-estar geral passou do Estado-providência para os indivíduos e famílias. Forjou-se uma cidadania do sacrifício, da individualização exacerbada e da desregulamentação e destruição de direitos, cujo aspecto político é sucateado e o único valor resultante é uma moralidade que justifica o suplício.

5 | CONCLUSÃO

A razão neoliberal afeta profundamente o conteúdo concreto e discursivo das democracias vigentes. Um Estado antirregulatório fomenta reivindicações aperfeiçoadas da esfera pessoal, o que gera a desdemocratização da cultura política e descrédito das normas e práticas de inclusão, do pluralismo, da tolerância e da igualdade em todas as áreas (BROWN, 2021, p. 134). Não é trivial o fato de que o neoliberalismo se adequa facilmente a formas de governo totalitárias, pois o conteúdo político é esvaziado ao máximo para que esse “cidadão” se sacrifique pelos anseios do mercado, sem que esse suplício não recompensado seja apreciado criticamente.

Na verdade, a recompensa concreta é uma hecatombe social, especialmente em economias periféricas, que sequer consolidaram um Estado providência hábil a oferecer concretamente dignidade a uma sociedade marcada por desigualdades de variadas naturezas (classe, raça, gênero, etnia, religião, capacitismo, etc.). Os elementos de uma democracia ativa são desencorajados e, com isso, a despolitização desconfigura a intervenção política coletiva e cria hipoteticamente a ideia de consenso, mesmo em conjunturas em que as “partes” tenham interesses distintos.

Por meio do conceito de cidadania sacrificial, Wendy Brown consegue aliar uma interpretação do neoliberalismo que coloca em questão as instituições e os efeitos

econômicos de um capitalismo global cada vez mais fortificado, mas também reflete sobre uma razão neoliberal que formata sujeitos disponíveis ao suplício do capital. E, seguramente, nenhum desses elementos devem ser desconsiderados, pois o neoliberalismo é um fenômeno global complexo que exige uma abordagem científica multifacetada e atenta ao seu *modus operandi* tão singular.

Não se trata de decidir se o neoliberalismo é uma nova etapa do capitalismo ou uma forma de biopolítica, tampouco se o interesse do neoliberalismo é mais o capital macroestrutural ou o *homo oeconomicus*, mas sim de assimilar as interrelações entre o todo e a parte, isto é, captar como o capital individual se concatena com o capital macroestrutural e, especialmente, como essa redução economicista do mundo afugenta hábitos políticos agonísticos. Wendy Brown situa a crítica a nível da ameaça antidemocrática do neoliberalismo, especialmente no que tange à paralisação da política e ao consequente sacrifício do social a pretexto da saúde do jogo concorrencial de mercado. Sem essas mediações teóricas, a dominação neoliberal não será satisfatoriamente posicionada, e nem se poderá reagir politicamente de modo simétrico à essa farta ofensiva desdemocratizante.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 227-284, set./dez. 2016.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. O Frankenstein do neoliberalismo: liberdade autoritária nas “democracias” do século XXI. In: ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara; MELO, Mariana (Orgs.). **Neoliberalismo, neoconservadorismo e crise em tempos sombrios**. 1. ed. Recife: Editora Seriguêla, 2021, p. 91-152.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism’s stealth revolution**. 1. ed. New York: Zone Books Near Futures Series, 2015.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

FILHO SAAD, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**, v. 3, n. 4, p. 58-72, jan./jun. 2015.

FONSECA, Angela Couto Machado Fonseca. **Biopolítica e Direito: Fabricação e Ordenação do Corpo Humano Moderno**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. **Crítica Marxista**, n. 27, p. 149-156, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Tradução de Márcia Pereira Cunha e Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Foucault**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. v. 20. Coleção questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Theotônio dos. **Do terror à esperança: auge e declínio do neoliberalismo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

COMUNICAÇÃO VISUAL NA PESQUISA ACADÊMICA: TORNANDO ACESSÍVEIS AS ATIVIDADES DE UM NÚCLEO DE PESQUISA UNIVERSITÁRIO

Data de submissão: 23/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Larissa Bauer Leone

RESUMO: Este artigo explora o papel da representação gráfica na comunicação das atividades de um núcleo de pesquisa acadêmico. O estudo utilizou a representação gráfica como uma forma de evidenciar visualmente as atividades realizadas pelo NASDESIGN, núcleo de pesquisa integrante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a fim de disseminar suas atividades e os impactos gerados. A abordagem metodológica adotada combina elementos qualitativos e quantitativos para compreender as ações ao longo da história do Núcleo, visando destacar as atividades de forma acessível por meio de representações gráficas eficientes. O resultado foi a criação de um panorama visual abrangente das ações do NASDESIGN, ao longo de seu tempo de atuação, que facilitaram a compreensão quanto às atividades e possibilitaram uma perspectiva mais ampla de cooperação entre os envolvidos e a comunidade em geral. Através dessa abordagem, a clareza na comunicação das informações dispersas foi alcançada, permitindo uma

compreensão mais fácil e rápida das atividades desenvolvidas pelo núcleo.

PALAVRAS-CHAVE: Design de informação; comunicação visual; núcleos de pesquisa universitários

VISUAL COMMUNICATION IN ACADEMIC RESEARCH: MAKING THE ACTIVITIES OF A UNIVERSITY RESEARCH CENTER ACCESSIBLE

ABSTRACT: This article explores the role of graphical representation in communicating the activities of an academic research center. The study utilized graphical representation to visually showcase the activities carried out by NASDESIGN, a research center affiliated with the Federal University of Santa Catarina (UFSC), in order to disseminate its activities and the resulting impacts. The adopted methodological approach combines qualitative and quantitative elements to comprehend the actions throughout the history of the Center, with the aim of effectively highlighting the activities through accessible graphical representations. The outcome was the creation of a comprehensive visual overview of NASDESIGN's actions over its period of operation, which facilitated the understanding of its activities and allowed

for a broader perspective of cooperation among stakeholders and the general community. Through this approach, clarity in communicating dispersed information was achieved, enabling easier and faster comprehension of the research center developed activities.

KEYWORDS: Information design; visual communication; university research centers

1 | INTRODUÇÃO

A disseminação eficiente e acessível das informações representa um desafio comum enfrentado pela comunidade acadêmica em sua totalidade. Em um cenário em que cerca de 40% da população brasileira não sabe o que é feito numa Universidade Pública (CARFADO, 2021), evidencia-se que informações relevantes quanto à produção acadêmica estão dispersas ou não são apresentadas de forma clara e objetiva. Torna-se então fundamental um esforço coletivo por parte dos diversos âmbitos acadêmicos para evidenciar suas atividades e os impactos positivos gerados não apenas para o público externo, mas também interno.

A acessibilidade das informações é crucial não apenas para que os participantes internos tenham um maior envolvimento e compreensão das ações desenvolvidas, mas também para atrair e engajar uma audiência externa, incluindo potenciais colaboradores, financiadores e a sociedade em geral. Neste contexto, o problema central abordado no presente estudo está relacionado a como tornar as informações mais acessíveis, de modo a evidenciar as atividades e os impactos positivos gerados por um núcleo de pesquisa acadêmico.

Ao selecionar como objeto de estudo o trabalho realizado pelo Núcleo de Abordagem Sistêmica (NASDESIGN) ligado ao Programa de Pós-Graduação em Design na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi possível identificar certo nível de dispersão de informações sobre as atividades em andamento e os resultados alcançados. Tal fato acaba por dificultar, em algumas ocasiões, a colaboração e integração entre os membros.

Com o objetivo de facilitar o acesso e entendimento quanto às atividades desenvolvidas pelo Núcleo, optou-se por utilizar representação gráfica como meio de comunicar os resultados e demais informações documentais encontradas. Como instrumento, a representação gráfica é amplamente reconhecida como uma ferramenta eficaz, com diversos estudos desenvolvidos nas últimas décadas. McKim (1980) um dos precursores dos estudos acerca do pensamento visual, afirma que a visualização gráfica permeia todas as atividades humanas e é intrínseca à comunicação. Da mesma forma, Roam (2009) defende que a visualização da informação é eficaz na resolução de problemas na comunicação, uma vez que “o desenvolvimento do pensamento visual é uma ressignificação da inata capacidade humana de visualizar, em busca de uma exploração mais intuitiva e ágil sobre as próprias ideias” (Roam, 2009).

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, foram adotadas estratégias pautadas em métodos de pesquisa científica a fim de orientar e garantir consistência nas diferentes etapas de desenvolvimento deste estudo. O escopo deste trabalho engloba também a exploração de conceitos teóricos e práticos relacionados ao design de informação, pensamento visual e educação, que serviram como fundamento para a coleta, análise e processamento sistemático dos dados obtidos, possibilitando a criação de representações visuais dos resultados por meio de diagramas.

Ao abordar essa problemática espera-se contribuir para a melhoria da acessibilidade das informações não apenas do NASDESIGN, ampliando o alcance e a compreensão de suas atividades desenvolvidas e impactos positivos gerados, mas também sobre as ações dentro da comunidade acadêmica, visando de maneira mais ampla, estimular práticas mais eficientes na divulgação e compartilhamento dos resultados de pesquisa, fortalecendo a interação entre os participantes e a sociedade, promovendo maior colaboração e troca de conhecimento.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Visando estabelecer as bases conceituais deste trabalho, foram abordados os tópicos: educação; pensamento visual e design da informação; as ferramentas metodológicas utilizadas neste trabalho, além de um breve histórico do NASDESIGN — objeto de estudo deste projeto.

Educação

Ao abordar questões relacionadas à educação nas universidades públicas, é fundamental que essa abordagem seja altamente crítica, pois a educação desempenha papel central no ambiente universitário, especialmente no desenvolvimento de um Núcleo de Pesquisa. Posto que este espaço pode contribuir na capacitação dos estudantes na tarefa de enfrentamento dos desafios contemporâneos de forma prática. Isto é, vai além da transmissão de conhecimentos técnicos, promovendo também habilidades de análise, reflexão e questionamento.

No contexto de uma universidade pública, a educação crítica desempenha um papel fundamental na capacitação dos estudantes ao questionar as estruturas de poder, identificar desigualdades e injustiças, e se tornarem agentes de transformação social. Essa abordagem, inclusive, está alinhada com o campo do design social, que visa utilizar o design como uma ferramenta para promover mudanças positivas na sociedade. Portanto, existe uma relação entre a educação crítica e as práticas de design. Para esclarecer, é possível resgatar a atuação de Paulo Freire na construção de uma educação crítica. Como evidenciado por Mazzarotto e Serpa (2022):

“Da mesma maneira, aproximar Freire e Design não pode ser visto apenas

como uma forma de repensar a educação de designers. Entrelaçar a pedagogia crítica Freireana e o Design implica em politizar como fazemos e pensamos design, em entender as relações de poder opressoras ou libertadoras que são exercidas, e tomar partido. Em um mundo de opressores e oprimidos, a quem o seu design serve? Por que você projeta?" (Mazzarotto & Serpa, 2022, p. 173).

Ao aplicar o design no contexto educacional, mais especificamente na representação gráfica das informações, é possível criar uma conexão direta entre a educação crítica e a visualização dos dados. A representação visual das informações, por meio de gráficos, diagramas e outros recursos visuais, facilita a compreensão e a análise crítica dos dados, permitindo que os estudantes identifiquem padrões, relações e tendências relevantes.

Essa abordagem não apenas fortalece a educação crítica, mas também contribui para o desenvolvimento de pesquisas e projetos relevantes para a sociedade. Os núcleos de pesquisa, ao adotarem práticas de design que enfatizam a representação visual das informações, se tornam espaços de reflexão e proposição de soluções inovadoras para os problemas enfrentados pela comunidade. A aproximação clara entre educação e as práticas de design, nesse sentido, torna-se de grande importância para fomentar o engajamento dos estudantes, estimular a criatividade e promover um impacto social positivo.

Design de Informação e pensamento visual

A percepção visual dos objetos e peças gráficas desempenha um papel fundamental no campo do design, e em tempos digitais com o ritmo de informação acelerado, fica ainda mais evidente a necessidade de um pensamento visual e ágil na troca e absorção da informação. Hattie e Yates (2014) em seu livro *Visual Learning and the Science of How We Learn* demonstram por meio de vastos estudos em pedagogia e psicologia cognitiva, os princípios e estratégias as quais nosso cérebro funciona melhor quanto ao aprendizado e retenção de informação. “Nosso cérebro é formado por complexidade e estudos apontam que aprendemos melhor quando os estímulos oferecidos são multimodais ou fornecidos através de diferentes meios [...] Aprendizados profundos acontecem quando imagem e palavras são associadas” (Hattie & Yates, 2014). Os estudos de Hattie e Yates (2014) acerca das funções cognitivas e aprendizado colaboram para reforçar as teorias quanto à eficiência do pensamento visual, que permeiam o design desde sua concepção como linha de pesquisa.

Autores como McKim (1980) e Roam (2009) também corroboram ao que hoje conhecemos como Design Thinking, termo disseminado por Tim Brown em 2009 em seu livro *Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation*, que popularizou esta metodologia que valoriza a simplificação de cenários e o uso da inteligência visual na criação de ideias e resolução de problemas.

Visando esta eficiência comunicativa, o design da informação busca então maneiras

e representações que permitam uma comunicação mais intuitiva e ágil (Roam, 2009). Assim, entende-se que o design da informação, através do uso de recursos visuais, resulta na facilitação da interpretação da informação, tornando a comunicação mais eficiente e objetiva, proporcionando maior entendimento e retenção das informações.

Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NASDESIGN)

Para compreender a atuação e o histórico do Núcleo de Abordagem Sistêmica do Design (NASDESIGN) buscou-se o entendimento de seu posicionamento estratégico a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2020), instituição responsável por sua operação. Conforme este documento, os laboratórios e núcleos de pesquisa são estabelecidos através da iniciativa dos programas de pós-graduação, podendo ser demandados tanto pela instituição quanto pelos próprios pesquisadores. Os recursos para esses laboratórios são, em sua maioria, provenientes de órgãos de fomento ou de projetos em parceria com entidades públicas e privadas, destinados à construção de infraestruturas e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários. Adicionalmente, podem ocorrer apoios complementares com recursos orçamentários, visando à consolidação e manutenção das estruturas de pesquisa.

Quanto à origem do Núcleo, evidencia-se o surgimento no ano de 2009 e desde o seu surgimento tratou de temas como abordagem sistêmica, design, gestão e sustentabilidade. O núcleo faz parte do DESIS-Brasil, grupo conectado à rede *DESI-International*, que articula parcerias em projetos de sustentabilidade, além de estar vinculado ao programa de graduação e pós-graduação em Design da UFSC.

Conforme Martorano (2012), o NASDESIGN realiza suas atividades por meio de estudos embasados na abordagem sistêmica. O grupo desenvolve interações e integrações de diversas esferas (política, social, ambiental e econômica) em comunidades criativas, por meio de projetos sistêmicos. Esses projetos têm como resultado o desenvolvimento de interfaces gráficas, design de serviços e criação de redes, visando à sustentabilidade de seus processos.

3 | PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA E DESENHO DA PESQUISA

A estratégia metodológica adotada para este trabalho combinou abordagens qualitativas e quantitativas, visando uma compreensão abrangente das ações do núcleo de pesquisa, utilizando posteriormente representações visuais como ferramenta de compreensão e divulgação dos resultados.

Nesta perspectiva, a abordagem qualitativa foi exploratória e visou obter *insights* e compreender as percepções dos participantes do núcleo, enquanto a abordagem quantitativa utiliza dados documentais existentes, como o Currículo Lattes do professor-orientador responsável pelo Núcleo, para análise de indicadores.

Para alcançar os objetivos propostos, foram utilizadas as seguintes metodologias descritas no quadro a seguir.

Etapa / Metodologia	Procedimentos realizados
Pesquisa qualitativa exploratória	Foram realizadas entrevistas com o professor responsável pelo núcleo de pesquisa. Essas entrevistas seguiram um roteiro norteador, permitindo a coleta de informações relevantes sobre as ações e impactos do núcleo.
Pesquisa quantitativa documental	Foram coletados dados do sistema de cadastro da universidade, como a quantidade de estágios e bolsas, e da plataforma Sucupira, que fornece informações sobre a quantidade de orientandos e bolsistas no núcleo.
Processamento de dados e técnicas analíticas	Os dados coletados foram processados e analisados utilizando técnicas estatísticas e ferramentas de análise de dados para identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis.

Quadro 1: Metodologias e procedimentos realizados para levantamento dos indicadores do NASDESIGN

Fonte: A autora (2023)

Sobre a etapa de pesquisa qualitativa exploratória, em consonância com Gil (2002), destacamos a importância do planejamento do roteiro de entrevista e desenvolvimento de questionário para um levantamento de dados eficientes. Para tal, destaca o autor, é de suma importância a instrumentalização por meio da organização dos objetivos esperados e das fontes de dados disponíveis/necessárias, assim como seleção da amostra. Os instrumentos mais comuns para a coleta de dados são o questionário, a entrevista e o formulário, todos aplicados neste projeto.

No âmbito do levantamento das informações do histórico de ações do NASDESIGN, caracteriza-se como pesquisa quantitativa documental, que se assemelha à pesquisa bibliográfica, considerando seu desenvolvimento, a qual é elaborada em consulta a “documentos de natureza quantitativa, bem como daquelas que se valem das técnicas de análise de conteúdo” (GIL, 2002).

No que se refere ao processamento de dados, Gil (2002) destaca a importância do tratamento estatístico para obter informações em estudos de natureza quantitativa. Essas informações podem ser obtidas por meio de tabelas dinâmicas, que possibilitam diferentes formas de ordenação lógica. Neste artigo, foi aplicada essa metodologia de tratamento estatístico dos dados, a qual será detalhada posteriormente.

O quadro 2 demonstra as fontes e ferramentas para o levantamento de dados utilizados nesta pesquisa.

Fonte/ Procedimento	Dados obtidos
Sistema de cadastro UFSC	Fornecer informações sobre a quantidade de estágios e bolsas concedidas pelo núcleo, permitindo avaliar seu impacto na formação de estudantes.
Plataforma Sucupira	Possibilitou a obtenção de dados sobre a quantidade de orientandos e bolsistas do núcleo, auxiliando na compreensão do impacto na formação acadêmica.
Currículo Lattes do professor responsável pelo núcleo	Fornecer informações sobre a produção acadêmica e a atuação do professor em projetos de pesquisa, permitindo avaliar sua contribuição para o núcleo.
Entrevista semi-estruturada com o professor responsável	Permitiu obter informações qualitativas sobre as ações, estratégias e percepções do professor em relação ao núcleo de pesquisa.
Transcrição da gravação da entrevista e seleção de <i>insights</i>	A entrevista com duração de 1h30min foi transcrita e analisada para identificação dos principais <i>insights</i> e percepções do gestor em relação ao núcleo de pesquisa, além da extração de dados quanto ao seu histórico e surgimento.
Formulário aplicado aos participantes do núcleo	Coletou informações sobre o nível de graduação e pós-graduação dos participantes, permitindo compreender o perfil e a diversidade dos envolvidos no núcleo, além de informações qualitativas acerca da percepção de valor e participação dos integrantes.

Quadro 2: Fontes e ferramentas para o levantamento de dados sobre o NASDESIGN

Fonte: A autora (2023)

Quanto ao processamento de dados e resultados, Saboya (2023) afirma que consiste em apresentar e detalhar, de forma sistemática e organizada, os resultados (dados encontrados + análises realizadas sobre eles). Desta forma, os dados coletados foram processados conforme descrito no quadro 3:

Processamento de dados	Descrição
Levantamento do histórico de atuação do núcleo	Utilizando o Currículo Lattes do professor responsável, foi realizado um levantamento das atividades desenvolvidas pelo núcleo ao longo do tempo.
Tabulação	Os dados foram transferidos para uma planilha do Excel e passaram por tratamento, incluindo revisão, correções e agrupamentos quando necessário.
Classificação e organização dos dados	Os dados foram classificados em categorias relevantes, como tipo de produção acadêmica, ano, título, palavras-chave, grande área, autores, classificação Qualis, evento de divulgação e local do evento. Essa organização permitiu aplicar filtros e facilitar a análise posterior.

Aplicação de técnicas analíticas	Foram utilizadas técnicas analíticas, como a criação de tabelas dinâmicas, para explorar os dados e identificar relações entre as variáveis
Síntese e validação dos resultados	Os indicadores e medidas encontradas foram sintetizados e avaliados, garantindo a confiabilidade dos resultados obtidos.

Quadro 3: Processamento e métodos para análise de dados sobre o NASDESIGN

Fonte: A autora (2023)

A análise dos dados envolveu o uso de tabelas dinâmicas para gerar novas medidas e indicadores, identificando proporções, taxas entre dados primários, recorrências e cruzamentos de dados. Os dados foram sintetizados e confrontados, permitindo a identificação de relações relevantes (quadro 4).

Dado total	Análise 1	Análise 2
66 artigos publicados	51 com Qualis >= C	39 com Qualis >= A4
143 Trabalhos completos publicados em anais de congressos	73 Eventos internacionais	26 cidades diferentes
51 pessoas formadas	2 doutorados concluídos 21 mestrados concluídos	6 monitorias 13 iniciações científicas 9 estágios
19 projetos realizados/ em andamentos	15 projetos de pesquisa	4 projetos de extensão
194 palavras-chave totais	Maiores recorrências: Gestão de design, Abordagem Sistêmica, Inovação social	Gestão de design 10% Abordagem Sistêmica 8% Inovação social 4%

Quadro 4: Dados levantados e tabulados por itens coletados do Currículo Lattes do gestor do NASDESIGN

Fonte: A autora (2023)

É importante ressaltar que o gestor do NASDESIGN, também exerce a função de professor nos cursos de graduação em Design e Design de Animação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e atuou como orientador de ao menos 30 alunos no período de 2009 até 2022. Salienta-se que muitos destes alunos recorreram às instalações físicas do Núcleo utilizando o espaço físico e maquinário para desenvolver suas atividades.

4 | RESULTADOS

Com base nesse processo de extração e organização das informações, foi possível construir um panorama abrangente dos temas e ações realizadas pelo NASDESIGN ao longo de sua história. Foram levantados indicadores e relações entre dados primários que permitiram o desenvolvimento de diferentes representações visuais em forma de diagramas que, por sua vez, possibilitam a transmissão das informações levantadas acerca

das atividades do Núcleo de maneira mais rápida e objetiva.

Como mencionado anteriormente, a representação visual dos dados foi adotada para facilitar o acesso à informação, por isso, utilizou-se os resultados das análises como fonte para os gráficos a seguir. O primeiro diagrama (figura 1) representa um panorama das atividades acadêmicas desenvolvidas pelo NASDESIGN na UFSC ao longo do período compreendido entre 2009 e o ano de 2022. Este núcleo tem se destacado por sua atuação nos pilares fundamentais de uma Universidade Pública: pesquisa, ensino e extensão.



Figura 1: Atividades acadêmicas desenvolvidas pelo NASDESIGN

Fonte: A autora (2023)

No âmbito da pesquisa, o NASDESIGN, proporciona um ambiente fértil para a formação de estudantes de graduação, concedendo a oportunidade de realização de até o momento 9 estágios (obrigatórios e não obrigatórios), 6 monitorias e 13 iniciações científicas. Destaca-se que essas atividades desempenham um papel crucial no desenvolvimento de habilidades técnicas e científicas dos alunos envolvidos.

No que diz respeito à pós-graduação, o NASDESIGN tem se mostrado um espaço propício para a conclusão de programas de mestrado, contabilizando 21 defesas de dissertações e 2 defesas de doutorado finalizadas. Ademais, o núcleo fomenta a realização de 15 projetos de pesquisa, demonstrando seu compromisso com a produção de conhecimento avançado na área. Complementarmente, 4 projetos de extensão têm sido conduzidos, refletindo o engajamento do NASDESIGN em promover a aplicação prática e a disseminação do conhecimento acadêmico na sociedade.

A produção científica do NASDESIGN tem sido marcada por uma significativa

quantidade de artigos publicados em periódicos especializados. No total, mais de 60 artigos foram divulgados, sendo notável que 64% deles alcançaram veículos de divulgação qualificados como Qualis A4 ou superior. Essa alta proporção evidencia o impacto e a relevância das pesquisas realizadas pelo núcleo. Por fim, é importante ressaltar a atuação do NASDESIGN em eventos nacionais e internacionais, nos quais mais de 140 trabalhos foram apresentados por integrantes do Núcleo de 2009 até 2022.

Em resumo, o gráfico exposto representa a importância das atividades conduzidas pelo NASDESIGN. Por meio do seu envolvimento em ensino, pesquisa e extensão, o núcleo desempenha um papel significativo na capacitação de estudantes, na geração de conhecimento científico e na disseminação do saber tanto no ambiente acadêmico como para além dele.

A representação gráfica da figura 2 em forma de quadrantes ilustra as atividades acadêmicas realizadas por meio dos quatro eixos, sendo eles: pesquisa, ensino, extensão e parcerias. Nesse contexto, alguns projetos específicos são destacados, demonstrando a ênfase e o engajamento em determinadas áreas.

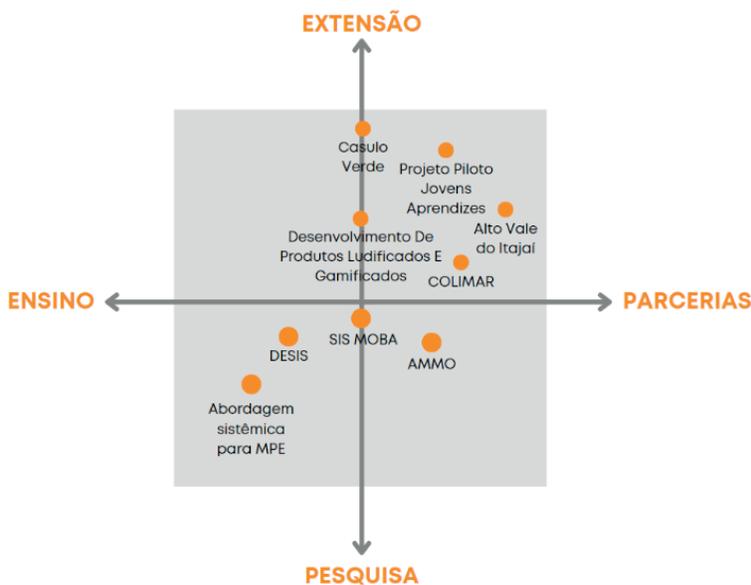


Figura 2: Atividades conduzidas pelo NASDESIGN pelo tripé Ensino, Pesquisa e Extensão

Fonte: A autora (2023)

É possível perceber a adoção de abordagens e enfoques estratégicos distintos pelo NASDESIGN ao se envolver com projetos específicos, refletindo sua visão e objetivos no contexto do desenvolvimento acadêmico e na interação com a comunidade.

A figura 3 demonstra uma linha do tempo com os temas que têm sido mais explorados pelo NASDESIGN de 2009 até 2022. Foi conduzida uma pesquisa de recorrência de

termos de palavras-chave, a qual consistiu na extração das palavras-chave dos trabalhos publicados e apresentados pelos membros do Núcleo (dados retirados do Lattes do gestor do Núcleo). Essa abordagem permitiu uma análise abrangente dos termos utilizados, a fim de identificar quais conceitos e temas emergiram com maior frequência ao longo do período investigado. Por meio da tabulação e tratamento dos dados, três temas se destacaram como os mais recorrentes: abordagem sistêmica, inovação social e gestão de design. Esses resultados evidenciam a relevância desses temas dentro do escopo de pesquisa e atuação do Núcleo, indicando a ênfase dada a essas áreas específicas do conhecimento e demonstrando o interesse acadêmico em torno das mesmas.



Figura 3: Linha do tempo com os temas explorados no NASDESIGN de 2009 até 2022

Fonte: A autora (2023)

O NASDESIGN adota a abordagem sistêmica como um pilar fundamental em suas atividades, reconhecendo a interconexão e interdependência dos elementos em um sistema. Esse enfoque permite uma análise abrangente dos impactos em diferentes níveis, visando a soluções mais eficazes e sustentáveis. Além disso, a inovação social tem sido um tema recorrente, em que o NASDESIGN busca desenvolver soluções criativas para desafios sociais e ambientais, promovendo o bem-estar coletivo e a sustentabilidade. Por fim, a gestão de design é outro tema explorado pelo NASDESIGN, buscando estratégias eficazes para gerenciar processos criativos, equipes multidisciplinares e recursos, visando otimizar a eficiência e a qualidade dos resultados dos projetos.

Destaca-se que a estratégia do núcleo é se manter aberto a demandas dos pesquisadores e da sociedade, e por isso pode haver certa oscilação de foco ao longo do tempo. Contudo, ainda assim há uma consistência que permite ao núcleo se destacar como um agente de mudança e promotor de soluções inovadoras e impactantes no campo

do design.

Por fim, a figura 4 exibe uma nuvem de palavras que representam os temas centrais de pesquisa e trabalho dos membros atuais do NASDESIGN. Os termos utilizados neste diagrama foram extraídos da tabulação dos resultados de um questionário online com os participantes ativos do núcleo.



Figura 4: Nuvem de palavras contendo os temas centrais de pesquisa e trabalho dos atuais membros do NASDESIGN

Fonte: A autora (2023)

A escolha dessa técnica de análise de conteúdo baseou-se na sua eficácia em destacar a variação de recorrência das palavras, e por meio do tamanho das palavras na nuvem, indicam visualmente o volume de participação de cada termo. Dentre os temas destacam-se gestão de design, abordagem sistêmica, moda, sustentabilidade, tecnologia e inovação social. Cabe mencionar, que conforme destacado por McNaught & Lam (2010) a utilização da nuvem de palavras pode ser uma ferramenta vantajosa em estudos que envolvam análise qualitativa e/ou temática de textos orais, escritos e transcritos.

5 | DISCUSSÃO

A utilização de narrativas visuais para divulgar a produção científica e acadêmica do NASDESIGN revelou-se uma abordagem produtiva e promissora no ensino, pesquisa e extensão. É fundamental utilizar adequadamente os elementos na composição, de modo a orientar o leitor, conferir significado, revelar relações e conduzir a conclusões. Esses requisitos foram observados nos exemplos analisados. As experiências nessas atividades forneceram uma ampla gama de conteúdos e abordagens que demonstraram seu potencial no contexto educacional. A aplicação dessas técnicas permitiu a apresentação de informações complexas e densas de forma visualmente atrativa e acessível.

A representação visual dos resultados por meio de diagramas se mostraram eficazes na síntese e organização de dados, pois possibilitaram maior capacidade de capturar a atenção e o interesse do público, tornando as informações mais memoráveis e compreensíveis. No entanto, é importante destacar que ainda existem muitos desdobramentos possíveis para este estudo, desde o levantamento de novos indicadores à produção de outras peças gráficas para divulgação mais ampla dos impactos e atividades exercidas pelo Núcleo.

A discussão sobre o uso de narrativas visuais na divulgação da produção científica e acadêmica do NASDESIGN aponta para a necessidade contínua de aprimoramento e reflexão sobre as práticas de ensino e o engajamento social junto à comunidade acadêmica. A avaliação crítica dessas experiências contribui para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e para a maximização do potencial científico no Brasil.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do processo metodológico adotado ao longo desta pesquisa, foi possível compreender a importância de tornar visíveis as informações relacionadas às atividades e projetos desenvolvidos por núcleos de pesquisa universitários, como o NASDESIGN.

Ficou evidente a necessidade de destacar as realizações do núcleo, tanto para os indivíduos envolvidos nas ações quanto para a comunidade institucional em que está inserido.

Essa visibilidade possibilita oportunidades de maior comunicação sobre as atividades do núcleo, incluindo pesquisas de mestrado e doutorado em andamento, bem como os projetos de extensão, podendo gerar maior sinergia entre projetos e parcerias.

Além disso, a análise dos dados permitiu identificar oportunidades para melhorar a gestão do núcleo, por meio do mapeamento dos envolvidos, colaboradores e o nível de contribuição de cada um. Essa compreensão possibilita maior engajamento dos participantes e a implementação de uma gestão mais organizada, com estratégias e ações mais claras e objetivas, fortalecendo as conexões entre as pesquisas e as parcerias futuras.

Em suma, a coleta de dados e a análise realizada proporcionaram uma compreensão abrangente do NASDESIGN, suas atividades e projetos. Essa compreensão revelou a importância da visibilidade, da comunicação efetiva e da gestão estratégica para promover o crescimento e o impacto positivo do núcleo no âmbito acadêmico e na interação com a comunidade.

REFERÊNCIAS

Brown, T. (2009). *Change by Design, Revised and Updated: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation*. HarperCollins Publishers.

Cafardo, R. (2021). Quase 40% dos brasileiros não sabem o que faz a universidade pública, aponta estudo. O Estado de São Paulo.

Duarte, M. R. B., & Fey, V. A. (2020). Plano de Desenvolvimento Institucional UFSC 2020-2024.

Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa (Vol. 4). São Paulo: Atlas.

Hattie, J., & Yates, G. C. R. (2014). Visible Learning and the Science of How We Learn. Taylor & Francis Group.

Martorano, M. (2012). Sistematização das atividades do NASDesign com foco na Abordagem sistêmica para gestão de Design.

Mazzarotto Filho, M. A., & Bibiana Oliveira Serpa. (2022). Cartas (anti)dialógicas: politizando a práxis em Design através da pedagogia crítica de Paulo Freire. Arcos Design, 15(1), 171–194. <https://doi.org/10.12957/arcosdesign.2022.64305>

McKim, R.H. (1980). Experiences in visual thinking. Monterey, CA: Brooks/Cole Publishing Co.

McNaught, C., & Lam, P. (2010). Using Wordle as a supplementary research tool. Qualitative Report, 15(3), 630-643.

Ribas, B. (2004). Infografia Multimídia: um modelo narrativo para o webjornalismo. Anais do V Congresso Iberoamericano de Periodismo em Internet. https://facom.ufba.br/jol/pdf/2004_ribas_infografia_multimidia.pdf

Roam, D. (2013). The Back of the Napkin: Solving Problems and Selling Ideas with Pictures. Penguin Group, New York.

Saboya, Renato T. de (2023). Instrumentação para a pesquisa científica. Florianópolis: UFSC, Color.

CONTRIBUTO DAS ACTIVIDADES DAS ONG'S NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA CIDADE DE NAMPULA – MOÇAMBIQUE (2023-2024)

Data de submissão: 19/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Domingos Francisco Jasse

Gestor de Recursos humano
Licenciado em Gestão do meio ambiente, pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.
Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Luís Fernando Alfacio

Gestor de contas no banco Bim
Licenciado em Gestão do meio ambiente, pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.
Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Filimone Gabriel

Coordenador Distrital de Fundação Ariel Glaser (ong)
licenciado em Saúde Publica pelo Instituto superior de ciências e tecnologias Alberto Chipante. Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de

Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Hipólito da Graça Elias Branquinho

Docente de educação visual licenciado em Educação Visual, pela Universidade Niroyuma. Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Rivaldo Victor Sales

Especialista em Optometria
Licenciado em Optometria, na Universidade Lúrio, Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

Jamaldine Raja Ali

Especialista em TIC's
Licenciado em informática, pela Universidade Pedagógica Escolar Superior Técnica-Nampula. Estudante de Mestrado em Gestão de Projectos de Desenvolvimento na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Cidade de Nampula.

RESUMO: No princípio da sua actividade, a prioridade da actuação das ONGs centrava-se nos programas de emergência e/ ou de ajuda humanitária às vítimas de desastres de diversa natureza. Com o actual contexto de estabilidade poética e social, as ONGs têm-se envolvido em projectos com maior sustentabilidade local, reactivando a produção e a integração social e económica dos estratos sociais da população mais vulneráveis com destaque para públicos-alvo urbanos e peri-urbanos. Consta-se assim que a distribuição geográfica das ONGs em Moçambique, não obedece a critérios de densidade populacional ou ao grau de desenvolvimento social, devendo-se a maior concentração em Maputo a factores como a facilidade de oficialização, a proximidade das fontes de financiamento e o acesso a informação. Frisar que o artigo tem como objectivo compreender o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula. Quanto a metodologia usou abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica para apoiar o material colhido no campo. quanto ao tipo de pesquisa é explicativa. Os resultados mostram que as contribuições das ONGs e as acções social não respondem as necessidades primárias nem secundárias da comunidade local de forma sustentável. Apesar das ONGs reconhecer a importância de realizar suas actividades de maneira responsável através do seu Projecto social para apoiar e contribuir para o desenvolvimento das comunidades da cidade de Nampula, as acções realizadas não garantem a melhoria da qualidade de vida das populações uma vez que as acções adoptadas nesse sentido pela empresa em estudo, não estão de certa forma de acordo com as principais necessidades da comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE: Ong's, Desenvolvimento Social.

CONTRIBUTION OF NGO ACTIVITIES IN THE SOCIAL DEVELOPMENT OF THE CITY OF NAMPULA – MOZAMBIQUE (2023-2024)

ABSTRACT: At the beginning of their activity, the priority of NGOs' activities was focused on emergency and/or humanitarian aid programs for victims of disasters of various natures. With the current context of poetic and social stability, NGOs have become involved in projects of greater local sustainability, reactivating production and social and economic integration of the social strata of the most vulnerable population, with emphasis on urban and peri-urban target audiences. . It appears that the distributed distribution of NGOs in Mozambique does not comply with the criteria of population density or the degree of social development, with a greater concentration developing in Maputo due to factors such as ease of officialization, proximity to sources of financing and o access information. It should be noted that the article aims to understand the contribution of activities carried out by NGOs to the social development of the city of Nampula. As for methodology, we used a qualitative approach and bibliographic research to support the material collected in the field. As for the type of research, it is explanatory. The results show that NGO contributions and social actions do not respond to the primary or secondary needs of the local community in a sustainable way. Although NGOs recognize the importance of carrying out their activities in a responsible manner through their social project to support and contribute to the development of communities in the city of Nampula, the actions carried out do not guarantee the improvement of the population's quality of life since the actions adopted in this sense by the company under study, are not in some way in accordance with the main needs of the local community.

KEYWORDS: Non-governmental organization, Social Development.

1 | INTRODUÇÃO

O processo do desenvolvimento surge como preocupação da sociedade desde os tempos remotos com a emergência do mundo capitalista assumindo um impulso no aumento da produção, nos meados do sec. XIX, com a extinção do colonialismo histórico-político e a constituição das nações independentes nos países.

Como diz Assis, W.F.F. (2014), citando Quijano (2005), que o pensamento crítico emancipador latino-americano e africano, começou com a emergência do mundo capitalista que tinha como escopo a colonização interna dos povos com identidades diferentes vivendo no mesmo espaço geográfico, originando as desigualdades sociais nas oportunidades pelo emprego e consequentemente no desequilíbrio do desenvolvimento.

No entanto, as ONG são tidas tradicionalmente como tendo a função de preenchimento de lacunas, de acordo com Ulleberg (2009) isto é, assumir actividades onde os governos não têm capacidade de fazê-lo ou não consideram prioritário.

A partir do início década de 90, o surgimento de ONGs nacionais começou a ganhar importância, facto a que está ligado a revisão da Constituição do país, sendo então reconhecido o direito à livre associação e à formação de organizações sociais como instrumento de promoção da participação popular no desenvolvimento (Ginja & Schwartz, 1997).

No princípio da sua actividade, a prioridade da actuação das ONGs centrava-se nos programas de emergência e/ ou de ajuda humanitária às vítimas de desastres de diversa natureza. Com o actual contexto de estabilidade política e social, as ONGs têm-se envolvido em projectos com maior sustentabilidade local, reactivando a produção e a integração social e económica dos estratos sociais da população mais vulneráveis com destaque para públicos-alvo urbanos e peri-urbanos.

De acordo com Dionísio (1997) constata-se assim que a distribuição geográfica das ONGs em Moçambique, não obedece a critérios de densidade populacional ou ao grau de desenvolvimento social, devendo-se a maior concentração em Maputo a factores como a facilidade de oficialização, a proximidade das fontes de financiamento e o acesso a informação

Actualmente o trabalho das ONGs na cidade de Nampula está estruturada numa rede de projectos, coordenada pelas próprias organizações e centrada em diversos sectores: apoio às crianças de rua, educação cívica dos cidadãos, prevenção de doenças, planeamento familiar, combate à violência doméstica, apoio aos deficientes e idosos.

No entanto, a questão da responsabilidade social empresarial não é uma prática nova em Moçambique, as discussões e os interesses a volta da questão nunca foram tão salientes na agenda política, económica e social como na actualidade, sendo movidas pelo recente e intenso debate em volta dos recursos naturais. O debate sobre os benefícios fiscais concedidos às empresas do sector, a transparência dos contratos gira em torno de

processos que envolvem directamente as comunidades locais.

Este sentido, perspectiva que benefícios sociais e económicos para as comunidades, resultantes da indústria extrativa e as organizações sociais são vistas em diferentes ângulos, mas é consensual que devem incluir sempre a criação de infra-estruturas económicas partilhadas com as comunidades (estradas, linhas férreas, portos, linha de fornecimento de energia eléctrica, água potável); investimentos sociais para as comunidades (escolas, hospitais) e conteúdo local (formação, emprego e consumo de produtos e serviços locais). Diante desta problemática questiona-se o seguinte:

Entretanto, esta pesquisa procura confirmar ou refutar definitivamente estas especulações responder qual é o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula?

1.1 Objectivos

1.1.1 Geral

- Compreender o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula.

1.1.2 Específicos

- Identificar projectos de desenvolvimento social realizados pelas ONGs na cidade de Nampula;
- Descrever o papel das ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula;
- Explicar as mudanças ocorridas no seio da comunidade resultante da intervenção das ONGs que trabalham em diversos sectores na cidade de Nampula;

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Após a fase introdutória segue o presente capítulo que tem em vista a contextualização da pesquisa, a revisão da literatura e é subdividido por seguintes tópicos: conceitos básicos, historial das ONGs em Moçambique, actividades exercidas, papel da ONGs em prol do desenvolvimento social.

2.1 Organizações Não Governamentais (ONGs)

A expressão ONG foi criada pelas Organizações das Nações Unidas-ONU, na década de 40, para designar entidades não oficiais, que recebiam recursos financeiros de órgãos públicos, para executar projetos de interesse social, dentro da filosofia de trabalho

denominado “desenvolvimento de comunidade”. A designação ONG fazia referência às instituições não oficiais, que se diferenciavam das instituições decorrentes de acordos entre governos nacionais, como a própria ONU e suas agências especializadas, aptas a receber recursos financeiros para executar projetos de interesse de grupos e comunidades sociais (Fischer, 1994 & Silva, 2004).

De acordo com Paiva (2003), a expressão não governamental se estabeleceu nuns cenários onde muitos cidadãos perderam seus direitos civis. Neste sentido, as ONGs constituíram na época um dos poucos espaços onde era possível a atuação política. Ressalta-se que muitos militantes políticos de partidos proibidos se abrigaram neste espaço.

Nos anos 80, as ONGs passam a se estabelecer como portadoras da esperança, construindo o elo necessário entre as instituições dos governos e as populações locais. Esta década pode ser considerada como o período de crescimento, de uma grande expansão de ONGs no Brasil. Nos anos 90, destacaram-se na cobertura de fóruns e campanhas associados a essas organizações como a Conferência Mundial de Meio Ambiente, ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, as ONGs brasileiras destacaram-se como um dos principais atores no fórum paralelo à conferência oficial, que reuniu movimentos sociais do mundo para discutir propostas de desenvolvimento sustentável, e a Campanha Contra Fome e pela Solidariedade, liderada pelo sociólogo Hebert de Souza, Betinho. Esses dois movimentos, o primeiro ligado a preservação do meio ambiente e o segundo em prol da população pobre brasileira, deram início aos primeiros debates sobre as implicações de suas missões (Fischer, 1994 & Silva, 2004).

Segundo Tenório (2004):

As ONGs são organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Têm suas ações financiadas por agências de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com o trabalho voluntário (p.11).

Nessa perspectiva, segundo Fernandes (1996), o debate atual refere-se a essas instituições como novos atores sociais que assumem uma postura política, engajadas com um projeto de transformação social.

Para Alves (2002), as ONGs constituem e são espaço institucional onde abrigam ações de caráter privado associativo e voluntarista, voltadas para a geração de bens de consumo coletivo, desprovidas de qualquer tipo de apropriação particular de excedentes econômicos eventualmente produzidos.

Segundo a ideologia dos autores acima citados compreende-se que as Organizações Não-Governamentais (ONG's) são pessoas colectivas de direito privado, de natureza não lucrativa, envolvidas, nomeadamente, em programas de emergência, reabilitação ou desenvolvimento. Podem ser associações, fundações ou outras pessoas colectivas

da mesma natureza que prossigam fins de cooperação para o desenvolvimento social e económico.

2.1.1 Raízes das ONGs moçambicanas

Praticamente todas as ONGs moçambicanas foram criadas por pessoas com bastante formação académica ou técnico-profissional. Pode-se afirmar que os fundadores das ONGs geralmente pertencem à classe média da sociedade. Estudantes universitários, técnicos de vários ramos, funcionários de instituições estatais, são alguns exemplos de grupos que tomam a iniciativa para criar uma ONG (Nuno, 2000).

No entanto, são de facto muito raros os casos em que uma ONG nacional é criada na base e pela base. Consequentemente a base social da grande maioria das ONGs não está nas comunidades de base. Curiosamente as organizações que constituem uma excepção à regra, como por exemplo, a Cruz Vermelha, a Unac (União nacional dos camponeses) e algumas organizações religiosas, preferem não ser chamadas «ONG» para salientar e defender a sua base social de voluntários e ativistas (Nuno, 2000).

A classe média moçambicana concentra-se nas cidades, começando pela cidade capital, Maputo, mas gradualmente também nas capitais provinciais. Resulta daí que as ONGs nacionais são basicamente organizações urbanas. O estilo e ritmo de vida e as condições de trabalho da cidade são diferentes, e geralmente muito melhores, da vida dos camponeses nas zonas rurais. E a população nota esta diferença e dificilmente se identifica com a organização que diz vir para apoiar. Se por razões históricas as ONGs nacionais não têm a priori a sua base social constituída, a edificação desta base coloca-se como uma questão crucial, sob o ponto de vista da contribuição que se espera das ONGs no desenvolvimento da democracia no país (Nuno, 2000).

2.2 O papel das organizações não governamentais

Willets (2002) refere que nas democracias, os cidadãos comuns podem organizar grupos independentes que servem as necessidades da comunidade ou nação em que vivem e complementam, complementam ou mesmo desafiam o trabalho do governo. Tais organizações são frequentemente chamadas de organizações não-governamentais, ou ONGs, porque não são uma extensão dos escritórios do governo.

- As ONG permitem que os cidadãos melhorem a sua sociedade, defendendo, educando e mobilizando a atenção em torno das principais questões públicas e monitorizando a conduta do governo e das empresas privadas.
- As ONG permitem que cidadãos de diferentes origens aprendam a trabalhar em conjunto e desenvolvam as competências, as relações e a confiança necessárias para um bom governo.

- As ONG servem uma grande variedade de interesses dos cidadãos. Podem actuar como prestadores de serviços sociais, defensores do ambiente ou dos padrões de vida, dos padrões de trabalho ou como catalisadores da mudança democrática.
- As ONG representam frequentemente os interesses dos cidadãos que, de outra forma, poderiam ficar de fora dos debates políticos nacionais. Abrem o discurso público a pessoas de todas as classes económicas e sociais e a mulheres e minorias (Willets, 2002).

Os governos e as ONG trabalham frequentemente como parceiros. As ONG podem fornecer conhecimentos e pessoal local e regional no terreno para a implementação de projectos financiados pelo governo. As ONG podem não ter filiação política ou podem basear-se em ideais partidários e procurar promover uma causa específica ou um conjunto de causas de interesse público. Em qualquer dos modelos, o ponto chave é que as ONG devem operar sob um controlo político mínimo dos Estados (Willets, 2002).

Segundo Akinyemi, GM; Abiddin (2013) as ONG desenvolvem programas locais e internacionais em praticamente todas as áreas que contribuem para a promoção dos princípios da democracia, incluindo:

- a) Direitos humanos: promovendo normas internacionais e monitorizando violações e abusos; Estado de direito: através de assistência jurídica gratuita ou de baixo custo, educando todos os cidadãos sobre os seus direitos e defendendo reformas jurídicas.
- b) Participação das mulheres: preparando-as para a participação política e protegendo-as da discriminação socioeconómica.
- c) Educação cívica: através de programas educativos centrados no papel do cidadão numa sociedade democrática e diversificada.
- d) Uma imprensa livre: promovendo meios de comunicação independentes, formando jornalistas e estabelecendo padrões para o jornalismo ético.

2.3 Tipos e Áreas de atuação das ONGs na comunidade

As ONG estão frequentemente na vanguarda da identificação das necessidades sociais mais prementes numa comunidade. Através de extensas pesquisas e avaliações de necessidades, obtêm conhecimentos sobre os desafios enfrentados pelas populações marginalizadas. Ao compreender estas necessidades, as ONG podem desenvolver programas e iniciativas personalizadas que abordem directamente as causas profundas dos problemas.

De acordo com Tumin e Norhadi (2017) mencionam as seguintes áreas/sectores de atuação:

- Mobilização de Recursos: Um dos principais pontos fortes das ONG reside na

sua capacidade de mobilizar recursos de forma eficaz. Estas organizações dependem de uma combinação de financiamento público e privado, subvenções, doações e apoio voluntário para sustentar os seus projetos. Além disso, as ONG colaboram com empresas, governos e outras instituições para reunir recursos e conhecimentos especializados, amplificando o seu impacto. Ao alavancar uma gama diversificada de recursos, as ONG asseguram a utilização óptima dos fundos para alcançar os resultados sociais desejados.

- **Advocacia e Influência política:** as ONG actuam como defensoras da mudança social e influenciam as decisões políticas a nível local, nacional e internacional. Através de evidências apoiadas em investigação e argumentos baseados em dados, destacam questões críticas e defendem políticas que promovam a justiça social e a igualdade.

As ONG participam em diálogos com os decisores políticos, contribuem para a formulação de políticas e pressionam por legislação que apoie o bem-estar das populações vulneráveis. Os seus esforços de defesa ajudam a criar um ambiente propício ao desenvolvimento social sustentável.

- **Promoção da educação e da consciencialização:** A educação e a consciencialização desempenham um papel vital na concretização da transformação social. As ONG realizam workshops, seminários e campanhas de sensibilização sobre diversas questões sociais, capacitando as comunidades com conhecimento e informação. Ao promover a educação, as ONG dotam os indivíduos com as competências necessárias para melhorar o seu estatuto socioeconómico, promovendo a autossuficiência e o empoderamento.
- **Cuidados de saúde e bem-estar:** as ONG contribuem significativamente para melhorar o acesso aos cuidados de saúde em áreas remotas e mal servidas. Eles estabelecem instalações médicas, clínicas móveis e campos de saúde para fornecer serviços básicos de saúde aos necessitados. Além disso, as ONG realizam campanhas de sensibilização sobre cuidados de saúde preventivos, práticas de higiene e gestão de doenças, contribuindo para comunidades mais saudáveis.
- **Empoderamento das Mulheres:** A promoção da igualdade de género e do empoderamento das mulheres é um foco proeminente para muitas ONG. Estas organizações trabalham para garantir que as mulheres tenham oportunidades iguais e acesso a recursos, educação e independência económica. Ao capacitar as mulheres, as ONG criam um efeito cascata positivo nas comunidades, uma vez que as mulheres empoderadas muitas vezes reinvestem no bem-estar das suas famílias e comunidades.
- **Conservação Ambiental:** as ONG desempenham um papel essencial na conservação ambiental, promovendo práticas sustentáveis, defendendo a acção climática e protegendo os recursos naturais. As suas iniciativas centram-se na consciencialização sobre as questões ambientais e no envolvimento das co-

comunidades nos esforços de conservação, promovendo uma responsabilidade colectiva para com o planeta (Tumin & Norhadi,2017).

A contribuição das ONG para o desenvolvimento é inestimável. Através do seu compromisso, paixão e abordagens inovadoras, as ONG têm sido fundamentais na transformação da vida de inúmeros indivíduos e comunidades em todo o mundo. O seu papel na identificação de necessidades, na mobilização de recursos, na defesa da mudança, na promoção da educação e na resposta aos desafios ambientais e de saúde teve um impacto duradouro. À medida que avançamos em direcção a um futuro mais brilhante, a colaboração entre governos, empresas e ONG continuará a desempenhar um papel fundamental na criação de um mundo mais equitativo e sustentável (Tumin & Norhadi,2017).

As ONG desempenham um papel transformador no desenvolvimento, trazendo esperança e oportunidades às populações mais vulneráveis do mundo. Os seus esforços incansáveis na educação, saúde, defesa dos direitos humanos, ajuda humanitária, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável produziram resultados significativos. Ao colmatar lacunas na prestação de serviços e capacitar as comunidades, as ONG continuam a ser fundamentais na construção de um mundo mais equitativo e compassivo. À medida que avançamos, reconhecamos e apoiamos o trabalho inestimável das ONG, pois é através dos seus esforços altruístas que preparamos o caminho para um futuro melhor para todos (Tumin & Norhadi,2017).

2.4 Impacto e importância das ONGs

Através das ONGs, diversos povoados e comunidades carentes possuem a possibilidade de conhecer e se tornar peça de uma realidade diversa àquela habituada e expandir sua visão do mundo. Elas atuam como meio de inovação e criatividade na busca de uma solução para problemas complexos onde o Estado é negligente ou não tem alcance. A principal finalidade de uma ONG e seu motivo de existir é que são menos burocráticas e mais flexíveis do que o governo. Essas associações são compostas muitas vezes por mentes jovens e abertas ao novo, sem temor a mudanças. Esse posicionamento favorece e amplia a busca de parcerias para buscar soluções de problemas que prejudicam o nicho da sociedade que elas buscam atender (Garrison, 2000).

As atividades arrojadas das ONGs produzem benefícios sociais e até mesmo indicam caminhos para as políticas públicas de responsabilidade do Governo. Um dos fatos notórios é o da política de AIDS. No início do surto, o Poder Público estava inerte. As ONGs de DSTs/Aids ou de portadores do vírus passaram a pressionar o Estado, pleitando políticas públicas para o combate do problema (Garrison, 2000).

Essa política pública foi elaborada, estabelecida e aplicada em parceria dos órgãos de saúde com as próprias organizações. Hoje o Brasil é um modelo global em política pública de tratamento e prevenção de DSTs/AIDS. Outros exemplos estão às iniciativas

como clubes de leitura onde projetos que ampliam a educação e o gosto pela leitura em crianças e adolescentes que lêem livros e fazem resumos escritos daquilo que entenderam, no qual são avaliados por voluntários e recebem notas (Garrison, 2000).

Projetos de empoderamento feminino onde ocorrem rodas de conversa com mulheres e meninas das comunidades, com objetivo de atender demandas e assuntos que vezes se tornam tabus em seus lares, e no intuito de esclarecer eventuais dúvidas que elas possuem sobre questões diversas da vida. ONGs de animais que dão abrigo a cães abandonados ou que sofreram maus-tratos, vacinando, castrando e desvermifugando e encaminhando-os para adoção. Ações de visita a hospitais que visam apoiar e trazer conforto a enfermos e doentes terminais em clínicas e ambulatórios, com atendimento psicológico, confecção de perucas e palestras de prevenção a câncer e demais doenças. Causas nas quais são criados projetos auto-sustentáveis em comunidades de baixo nível sócio econômico, promovendo programas de capacitação profissional e oficinas comunitárias; provendo assistência médica, odontológica e educacional; instalando infraestrutura que proporcione lazer às famílias; distribuindo cestas básicas, medicamentos, artigos de higiene, roupas, calçados e brinquedos; dentre outras ações (Garrison, 2000).

Atitudes visando à capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Entidades que oferecem cursos de comunicação com módulos de fotografia, design, comunicação escrita, marketing e mídias sociais. Organizações que trabalham pela defesa dos direitos de pessoas que vivem nas favelas mais precárias, diminuindo sua vulnerabilidade por meio do engajamento comunitário e da mobilização de jovens voluntários, resgatando a dignidade humana e a cidadania plena, respeitando o meio ambiente. ONGs que buscam a promoção da cidadania LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Grupos que se mantêm por meio de recursos captados para a execução de projetos pontuais específicos e também através de doações de colaboradores com a causa LGBT.

Enfim, são muitos os exemplos praticados por voluntários que fazem a diferença na vida de diversas comunidades, pessoas essas que seriam literalmente esquecidas e abandonadas pelo Estado e que viveriam na beira do caos, fragilizadas por falta de recursos e desinteresse social e a mercê da própria sociedade.

No Brasil, desde cedo, tais indivíduos sofrem com a falta de direitos sociais básicos como alimentação, profissionalização, habitação, escolarização, e do respeito às diferenças raciais, sociais e de gênero. O fato é que vivenciamos um sistema estruturado, que ao oposto de políticas rumo ao interesse do povo, de uma atuação direta modificadora, justa e igualitária, oferecem políticas assistencialistas, que só fazem aumentar a pobreza e a desigualdade social, permitindo à perpetuação da desigualdade no contexto social.

Para Schilling (2004), nessas sociedades em tempos de “globalização”, “mundialização”, “sociedade pós-industrial”, “pós-modernidade”, “modernidade radical”, não se supõe a existência de uma igualdade de acesso a novos bens ou possibilidade ou

às novas possibilidades.

De acordo com Romão (1982) a partir de uma breve análise, percebe-se que existem vários elementos que promovem a dificuldade de acesso a serviços e infraestrutura básicas, mas a ausência de renda mínima é um dos fatores desencadeadores da situação de exclusão e o mais perverso deles. Daí deriva a condição de não cidadania por ausência de direitos sociais básicos.

No entanto, alguns estudiosos afirmam que há hoje um consenso internacional sobre o importante papel que o Terceiro Setor representa na construção de uma sociedade menos conflituosa. Essas entidades teriam a eficiência necessária para atuarem com eficácia, agilidade e comprometimento, com objetivos que não a maximização do interesse individual (Romão, 1982).

2.5 Desenvolvimento social

O desenvolvimento social consiste em melhorar o bem-estar de cada indivíduo na sociedade para que possam atingir o seu pleno potencial. O sucesso da sociedade está ligado ao bem-estar de cada cidadão (Rodrigues, 1998).

Com isso compreende-se que o desenvolvimento social significa investir nas pessoas. onde exige a remoção de barreiras para que todos os cidadãos possam caminhar em direção aos seus sonhos com confiança e dignidade. Tratando-se de recusar aceitar que as pessoas que vivem na pobreza serão sempre pobres. Trata-se de ajudar as pessoas para que possam avançar no seu caminho para a auto-suficiência (Vanclay, 2002).

Cada New Brunswicker deve ter a oportunidade de crescer, desenvolver as suas próprias competências e contribuir para as suas famílias e comunidades de uma forma significativa. Se forem saudáveis, bem-educados e treinados para ingressar no mercado de trabalho e forem capazes de ganhar um salário digno, estarão mais bem equipados para satisfazer as suas necessidades básicas e ter sucesso. As suas famílias também ficarão bem e toda a sociedade será beneficiada (Vanclay, 2002).

Para reduzir a pobreza, precisamos de adoptar uma abordagem de desenvolvimento social e investir no nosso povo. Ao investir nas pessoas podemos reduzir a pobreza. Precisamos de ir além da análise do governo para encontrar formas de desenvolver os nossos recursos mais valiosos, o nosso povo. Precisamos de partilhar a responsabilidade com organizações comunitárias, empresas, universidades e municípios na tarefa de melhorar o bem-estar de todos os habitantes e prevenir e reduzir a pobreza (Vanclay, 2002).

O desenvolvimento social tenta explicar as mudanças qualitativas na estrutura e estrutura da sociedade, que ajudam a sociedade a concretizar melhor as metas e objetivos. O desenvolvimento pode ser definido de uma forma aplicável a todas as sociedades, em todos os períodos históricos, como um movimento ascendente que apresenta maiores níveis de energia, eficiência, qualidade, produtividade, complexidade, compreensão,

criatividade, domínio, prazer e realização (Vanclay, 2002).

Segundo Serva (1993), O mecanismo básico que impulsiona a mudança social é aumentar a consciência, levando a uma melhor organização. Quando a sociedade percebe novas e melhores oportunidades de progresso, desenvolve novas formas de organização para explorar com sucesso essas novas aberturas. As novas formas de organização são mais capazes de aproveitar as energias, competências e recursos sociais disponíveis para aproveitar as oportunidades para obter os resultados pretendidos.

No entanto, desenvolvimento é o resultado da capacidade da sociedade de organizar recursos para enfrentar desafios e oportunidades. A sociedade passa por estágios bem definidos no decorrer do seu desenvolvimento. São sociedades nômade caçadoras e coletoras, rurais, agrárias, urbanas, comerciais, industriais e pós-industriais (Serva, 1993).

Os pioneiros introduzem novas ideias, práticas e hábitos aos quais os elementos conservadores inicialmente resistem. Numa fase posterior, as inovações são aceitas, imitadas, organizadas e utilizadas por outros membros da comunidade. As melhorias organizacionais introduzidas para apoiar as inovações podem ocorrer simultaneamente em quatro níveis diferentes – físico, social, mental e psicológico. Além disso, quatro tipos diferentes de recursos estão envolvidos na promoção do desenvolvimento. Destes quatro, os recursos físicos são mais visíveis, mas menos capazes de expansão. A produtividade dos recursos aumenta enormemente à medida que a qualidade da organização e o nível de insumos de conhecimento aumentam (Serva, 1993).

3 | METODOLOGIA

Portanto a realização da pesquisa usou-se abordagem qualitativos. Segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças.

Visto que, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Onde os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Correlacionado a pesquisa bibliográfica usou-se porque possibilitou o desenvolvimento do artigo com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2008).

Quanto a técnica de coleta de dados usou-se a entrevista semi-estruturada, através dela foi possível obter uma compreensão aprofundada da realidade da comunidade em termos da assistência que elas recebem com as ONGs. Portanto, a entrevista semi-

estruturadas podem ser definidas como uma lista das informações que se deseja de cada entrevistado, mas a forma de perguntar (a estrutura da pergunta) e a ordem em que as questões são feitas irão variar de acordo com as características de cada entrevistado. Geralmente, as entrevistas semi-estruturadas baseiam-se em um roteiro constituído de uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista (Marconi & Lakatos, 1999).

4 | ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As perguntas levantadas durante a entrevista semi-estruturada foram agrupadas em categorias de acordo com a natureza das respostas obtidas. Desta feita, analisadas as perguntas obtidas a partir dos entrevistados e alvos da pesquisa, obteve-se as seguintes categorias:

- ***Que apreciação faz sobre o nível de desenvolvimento social da cidade de Nampula?***

Esta questão abrangeu dezoito pessoas, participantes da pesquisa das quais doze correspondentes a 67 por cento responderam que o nível de desenvolvimento social da cidade de Nampula ainda é baixo, outras seis pessoas correspondentes a 33 por cento responderam que a cidade de Nampula está num bom nível de desenvolvimento.

fala-se muito em desenvolvimento social, mas se olharmos para a cidade de Nampula, não há nada que espelha esse desenvolvimento pese embora o crescimento económico se verifique como resultado das trocas comerciais abertas, mas as condições de acesso são péssimas. as infra-estruturas existentes são para o benefício das próprias empresas, as comunidades locais vivem o seu dia-a-dia como sempre na esperança de ver melhorias como ocorrem um pouco pela província (Entrevistados 1, 2, 3,4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

A cidade de Nampula encontra-se em um bom nível de desenvolvimento [...], hoje a localidade tem energia eléctrica, o comércio aumentou, o afluxo de visitantes oriundos de vários cantos do distrito e da província têm sido indicadores do desenvolvimento do. (Entrevistados, 13, 14, 15 e 16). [...] é do nosso conhecimento que o desenvolvimento se processa numa velocidade reduzida daí que haja muito por fazer, [...] com instalação da empresa notou-se mudanças significativas no contexto do desenvolvimento local. (Entrevistados 12)

Colman e Nixon, (1981), referem que: Ao se trabalhar com as diversas formas de mensuração da qualidade de vida e do desenvolvimento deve se ter em mente que a medida directa do desenvolvimento ou de qualquer outro fenómeno estudado pelas ciências sociais é impraticável, sendo necessária, portanto, a utilização de indicadores para o desempenho desta tarefa.

Amartya Sen, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, critica as avaliações de desenvolvimento baseadas apenas na dimensão renda. Ele advoga que o crescimento

económico não pode ser considerado um fim em si mesmo, o que importa é a melhoria da vida que a pessoa pode levar e a ampliação das liberdades que pode desfrutar (Sen, 2005:91).

Em suma como se pode observar, o nível de desenvolvimento da cidade de Nampula é bastante fraco, muito baixo. As comunidades na têm um nível de vida aceitável que espelhe um desenvolvimento social e económico.

• **As ONG'S têm construído infra-estruturas sociais na cidade de Nampula?**

Esta questão abrangeu dezoito pessoas que fizeram parte da pesquisa e dessas treze pessoas correspondentes a 72 por cento responderam que as ong quase nada faz nessa vertente, quatro correspondentes a 22 por cento responderam que a empresa tem construído infra-estruturas e uma correspondente a 6 por cento disse não ter uma opinião formada a respeito.

Com base nos dados acima, pode-se afirmar que as ONG muito pouco têm feito no domínio das infra-estruturas sociais para um bem das comunidades na cidade de Nampula.

[...], tomemos como ponto de partida a estrada que estava prevista no contrato e ainda não foi construída desde a instalação da empresa em 2007, usa-se estrada de terra batida, construída e mantida pelo Fundo Nacional de Estradas. (Entrevistados 1, 2, 3,4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12).

As ONG's não constroem estradas porque não precisa. As deslocações para Nampula, Maputo ou outras regiões são feitas por ligações aéreas através de avionetas. Os poucos trabalhadores que se deslocam de viatura para Nampula são os moçambicanos e têm viaturas com tracção a quatro rodas para circular em todo o terreno. (Entrevistados 13)

[...], a empresa tem de dedicado a construção de infra-estruturas sociais que podem se espelhar através das duas escolas construídas durante o período em que a mesma opera. (Entrevistados: 14, 15, 16 e 18)

Desta forma, se entende que as ONG's *não cumprem* com suas obrigações na construção de infra-estruturas sociais referenciadas no contrato que esta tem com o governo de Moçambique, as duas escolas referidas foram construídas e não apetrechadas com carteiras. A estrada até hoje se encontra em precárias condições.

No entanto, a economia mundial está a sofrer grandes transformações, resultado da globalização, o que faz com que as organizações sejam forçadas, pelas próprias circunstâncias, a enfrentar e superar os desafios e, ao mesmo tempo, pressupõe a necessidade de implementação de mecanismos que lhes permitam a adequabilidade, a diferenciação e a flexibilidade exigidas pelos novos tempos.

Os memorandos de parceria entre as Organizações Não Governamentais e os Governos Provinciais ou Locais deviam ser acompanhados por um espírito de sensibilidade com a pobreza de modo a permitir que estes parceiros entendam que a principal missão é aliviar o sofrimento das comunidades e não tirar benefícios como instituições ou como

funcionários dessas instituições (António, 2005).

No entanto, percebe-se que as parcerias são de facto uma alternativa ideal e sustentável para o desenvolvimento comunitário desde que se perceba a parceria como sendo um acordo entre as partes (interventor e comunidade local) que prevê benefícios mútuos com base no acesso e exploração dos recursos (serviços) e acesso à terra pelas comunidades locais, e que inclui alguma forma de participação activa e contínua por ambas partes na actividade pretendida (António, 2005).

- Em que medida as ONG'S contribuem para o desenvolvimento social da comunidade?

Esta questão abrangeu dez (10) pessoas envolvidas na pesquisa das quais oito (8) pessoas correspondem a 80% afirmaram que as ONGs não contribui quase em nada para o desenvolvimento social da cidade de Nampula, outras duas (02) pessoas correspondentes a 20% responderam que a empresa contribui bastante para o desenvolvimento social da comunidade.

É questionável o contributo das ongs para o desenvolvimento da comunidade de tendo em conta o nível de produção e inserção no mercado na comercialização dos seus produtos. Só se vê um lado que é o económico, que beneficia a própria empresa, quanto benefício das comunidades tem sido apenas boatos. No contexto político, a nível dos mídias, diz-se que a fábrica de cerveja tem contribuído bastante nessa vertente mas no campo real nada se faz. (8 pessoas entrevistadas)

A empresa tem contribuído bastante para o desenvolvimento das comunidades de Mutauanh. A empresa tem construído hospital e fonte de água (2 pessoas entrevistadas)

Como se pode perceber, a empresa quase não contribui para o desenvolvimento das comunidades no domínio social, ou seja de proporcionar o bem-estar das populações das comunidades. As poucas actividades que se verificam são meramente de marketing cuja finalidade é para benefício da própria empresa.

Segundo Colman e Nixson (1981), apontam que o processo de desenvolvimento precisa ter uma visão comum, onde as iniciativas económicas, sociais, culturais, políticas e ambientais culminem para a mesma missão. Nesse trilho, o desenvolvimento da comunidade é na verdade uma vontade comum de melhorar a vida das pessoas, alicerçada na confiança dos próprios recursos e na capacidade de combiná-los de forma lógica para a obtenção de um futuro próspero. As empresas devem contribuir para o desenvolvimento apresentando projectos sociais que visam erradicar problemas de natureza não somente económica, mas também social e ambiental pois, as questões como exclusão, pobreza, poluição, corrupção, etc, de segmentos populacionais desfavorecidos são globais. É neste contexto que o Governo de Moçambique tem incentivado as empresas multinacionais, no sentido de se envolverem mais nos projectos sociais edificando infra-estruturas sociais e garantindo emprego para as comunidades locais como forma de ajudar a alcançar o

5 | CONCLUSÃO

Para que uma multinacional contribua para o desenvolvimento de uma comunidade onde está inserida, deve apostar nas acções de filantropia. As acções das ONGs distingue quatro dimensões de actuação de empresas: A dimensão económica, legal, ética e filantrópica. Mas tal como sucede nos países industrializados, em Moçambique a questão social é dominada por questões económicas deixando a preocupação da sustentabilidade.

Apesar deste conceito ser novo tanto no contexto africano como no moçambicano, ela é implementada em Moçambique mesmo de forma insustentável, sobretudo pelas empresas multinacionais.

É tido como comportamento socialmente responsável as ONGs em Moçambique se a empresa se dedicar principalmente em questões económicas e filantrópicas, isto é, basta que produza e dê assistência as comunidades por via dos chamados projectos sociais. A prática de Responsabilidade Social Empresarial não deve ser apenas uma opção para as empresas, pois trata-se de uma questão de visão estratégica, e muitas vezes, de sobrevivência, de forma a gerar valor para si própria, mas também para todos aqueles que com ela interagem.

As acções da prática pelas ONGs com foco nas comunidades locais são formas de promoção de desenvolvimento a partir de acções de reforço da sustentabilidade das comunidades, capacitando-as a identificar suas vocações, e aproveitando suas potencialidades por meio de parcerias.

Assim, para responder à questão de partida, pode-se dizer, portanto, que o contributo das actividades realizadas pelas ONG's no desenvolvimento social da cidade de Nampula? pois as contribuições da empresa e as acções social não respondem as necessidades primárias nem secundárias da comunidade local de forma sustentável.

Apesar das ONGs reconhecer a importância de realizar suas actividades de maneira responsável através do seu Projecto social da Associação de Desenvolvimento, criado para apoiar e contribui para o desenvolvimento das comunidades próximas à cidade de Nampula, existem razões suficientes para afirmar que a estratégia da prática utilizadas pelas ONGs não garantem a melhoria da qualidade de vida das populações uma vez que as acções adoptadas nesse sentido pela empresa em estudo, não estão de certa forma de acordo com as principais necessidades da comunidade local nem do país, o que não ajuda a colmatar as principais deficiências locais.

REFERENCIAS

Fisher, J. (1994). *NGO and the political development Ofertas the third World*. West Hartford (USA): Kumarian Press,

- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnica De Pesquisa Social*. (2ª ed.). Brasil, São Paulo: atlas.
- Garrison, M. (2000).. *Teoria e Prática do Serviço Social: Com Referência Especial ao Paquistão*; Academia Kifayat: Karachi, Paquistão
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1999). *Metodologia Científica*. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Rodrigues, M. C. P. (1998). *Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil*. *Revista de Administração Pública*, 32(5), 25-67
- Trivinões, V. (1987). *Metodologia Científica: Métodos e técnicas de pesquisa monografias, Dissertação, teses e livros*. Brasil, São Paulo: Ideias & letras.
- Tenório, F. (2004). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. Brasil, Rio de Janeiro: FGV,
- Vanclay, F. (2002). *Conceptualising social impacts. Environmental Impact Assessment. Review*
- Willets, P. 2002. *O que é uma organização não governamental?* Artigo produzido a partir do projeto de pesquisa sobre redes da sociedade civil na governança global; City University: Londres, Reino Unido.
- Jones, GE (1982). *Progresso na Extensão Rural e Desenvolvimento Comunitário*. Londres: John Wiley and Sons.
- Kenny, S. (1946). *Developing Communities for the Future*. Austrália: CENGAGE Learning.

EL NIVEL SOCIOECONÓMICO DE LOS ESTUDIANTES COMO FACTOR SIGNIFICATIVO EN LA DESERCIÓN ESCOLAR EN LA UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA

Data de submissão: 18/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Misael Enríquez Félix

Doctorado en Administración Educativa
Escuela Normal Superior Plantel Navojoa
Navojoa, Sonora, México.

Félix Jonathan Díaz Tuyub

Doctorado en Educación
Escuela Normal Superior Plantel Navojoa
Navojoa, Sonora, México.

Cira María Pérez Torres

Doctorado en Educación
Escuela Normal Superior Plantel Navojoa
Navojoa, Sonora, México.

Diana Plavlova Parra González

Doctorado en Educación
Escuela Normal Superior Plantel Navojoa
Navojoa, Sonora, México.

Luis Ignacio Riosmena Gaxiola

Maestría en Educación con Campo en
Formación Docente
Escuela Normal Rural "Gral. Plutarco Elías
Calles"
Etchojoa, Sonora, México.

Karina Guadalupe Flores Hoyos

Maestría en Educación Media Superior
Escuela Normal Superior Plantel Navojoa
Navojoa, Sonora, México.

Manuel Héctor García Palomares

Maestría en Educación Media Superior
Escuela Normal Superior Plantel Navojoa
Navojoa, Sonora, México.

RESUMEN: El derecho a la educación se ha vuelto un estandarte en distintos Sistemas Educativos a nivel internacional y en nuestro país no es la excepción. Las políticas actuales del gobierno ofreciendo nuevas oportunidades para que las personas interesadas puedan incorporarse a una universidad a realizar sus estudios superiores. El Instituto Tecnológico de Huatabampo, es un referente en cuanto a educación superior se refiere en el sur del estado. Este año ha tenido una demanda de ingreso fuera de lo habitual y todos los que cumplieron con los requisitos mínimos para el ingreso, han sido ubicados en cada una de las cerreras que se ofrecen para este ciclo escolar 2022-2023. Este estudio analiza las características familiares, socioeconómicas y de desarrollo humano de los alumnos de nuevo ingreso, a fin de generar políticas institucionales que permitan una mejor atención y desarrollo de los programas, toda vez que los índices de deserción son

muy altos y los de titulación muy bajos. Conociendo a los alumnos, es la clave para diseñar estrategias de rescate y que no deserten, convencerlos de alcanzar su meta profesional, es una prioridad de la nueva visión formadora de la institución. Para lograr el objetivo planteado, se requiere del apoyo de todos los actores en los procesos; directivos, personal académico, administrativo y de servicios, alumnos, padres de familia y sociedad.

PALABRAS CLAVES: Deserción, Ambiente Familiar, Competencias profesionales, Modelos educativos.

INTRODUCCIÓN Y PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA

La educación superior tecnológica, más que ninguna otra modalidad, está influida por la dinámica del entorno y por el ritmo de desarrollo de la ciencia y la tecnología (que actualmente es muy acelerado), de manera que, aun cuando su propia naturaleza y finalidad le asignan el compromiso social de atender y solucionar problemas reales en función de las condiciones locales, como respuesta lógica a su relación con el individuo y la comunidad, de forma paralela la realidad mundial actual –caracterizada por la complejidad y amplitud de los efectos derivados de los fenómenos económicos, sociales, políticos y culturales que se suceden en el mundo globalizado– le impone la obligación permanente de adaptar sus procesos, estructuras y relaciones al contexto y las demandas dominantes y emergentes en los dos ámbitos, el local y el mundial.

El acelerado avance de la ciencia y la tecnología ha generado dos máximos muy pronunciados en una hipotética gráfica de desarrollo –el de la creación y acumulación de conocimiento, y el de la especialización profesional–, que influyen notoriamente en los contenidos y los enfoques de la educación; y el amplio y vertiginoso desarrollo de tecnologías –instrumentales, sistémicas y programables– que han intensificado la virtualización, convirtiéndolas en poderosas herramientas para la comunicación y la gestión de información de toda índole.

Como efecto directo de esta realidad, el panorama en los sectores laboral, productivo, científico y tecnológico demanda profesionales para puestos de trabajo cada vez más cambiantes y competitivos, debido a las exigencias que imponen las innovaciones, la profusión y diversidad de tecnologías, la movilidad de personas y empresas, su internacionalización, los nuevos estándares de calidad que opera la competencia, y la integración de ambientes multidisciplinarios y multiculturales en los que la colaboración, la cooperación y los procesos adaptativos son indispensables.

Son por estas razones que la formación en las instituciones tecnológicas, y más en aquellas que se encuentran insertadas en contextos económicos desfavorecidos, como lo es Tecnológico de Huatabampo Sonora, requiere de mejorar sus procesos educativos y estrategias para disminuir el abandono escolar y la reprobación y aumentar el nivel de logro académico de sus alumnos. Para esto es muy necesario tener desde un inicio, un panorama claro de quienes son los estudiantes que entran a la escuela, sus características

y formas de relación familiar, toda vez que toda esta información brinda herramientas para diseñar estrategias de trabajo docente, asesoría y capacitación para atender los problemas que ocasiona los bajos índices en los indicadores de calidad.

OBJETIVO

- Determinar la influencia del nivel socioeconómico de los alumnos en la deserción escolar en los primeros semestres del Instituto Tecnológico de Huatabampo.

ANTECEDENTES

Los primeros Institutos Tecnológicos surgieron en México en 1948, cuando se crearon los de Durango y Chihuahua. Poco tiempo después se fundaron los de Saltillo (1951) y Ciudad Madero (1954). Hacia 1955, estos primeros cuatro Tecnológicos atendían una población escolar de 1,795 alumnos, de los cuales 1,688 eran hombres y sólo 107 mujeres. En 1957 inició operaciones el IT de Orizaba. En 1959, los Institutos Tecnológicos son desincorporados del Instituto Politécnico Nacional, para depender, por medio de la Dirección General de Enseñanzas Tecnológicas Industriales y Comerciales, directamente de la Secretaría de Educación Pública.

En 1958, se marcó la desincorporación plena de los IT y el inicio de una nueva etapa caracterizada por la respuesta que dan estas instituciones a las necesidades propias del medio geográfico y social, y al desarrollo industrial de la zona en que se ubican.

Al cumplirse los primeros veinte años, los diecisiete IT existentes estaban presentes en catorce estados de la República. En la década siguiente (1968-1978), se fundaron otros 31 Tecnológicos, para llegar a un total de 48 planteles distribuidos en veintiocho entidades del país. Durante esta década se crearon también los primeros centros de investigación y apoyo a la educación tecnológica, es decir, el Centro Interdisciplinario de Investigación y Docencia en Educación Tecnológica (CIIDET, 1976) en Querétaro y el Centro Regional de Optimización y Desarrollo de Equipo (CRODE), en Celaya.

En 1979 se constituyó el Consejo Nacional del Sistema Nacional de Educación Técnica (COSNET), el cual representó un nuevo panorama de organización, surgiendo el Sistema Nacional de Educación Tecnológica, del cual los Institutos Tecnológicos fueron parte importante al integrar el Sistema Nacional de Institutos Tecnológicos (SNIT).

De 1978 a 1988 se fundaron doce nuevos Tecnológicos y tres Centros Regionales de Optimización y Desarrollo de Equipo. La investigación y los posgrados se impulsaron con gran intensidad gracias a la creación progresiva de los Centros Regionales de Estudios de Graduados e Investigación Tecnológica (CREGIT) en cada uno de los planteles. Para 1988 los IT atendían una población escolar de 98,310 alumnos, misma que en los cinco años siguientes creciera hasta 145,299, con una planta docente de 11,229 profesionales y

7,497 empleados como personal de apoyo y asistencia a la educación.

En 1990 iniciaron actividades los Institutos Tecnológicos Descentralizados, con esquemas distintos a los que operaban en los IT federales ya que se crearon como organismos descentralizados de los gobiernos estatales.

En 2005 se reestructuró el Sistema Educativo Nacional por niveles, lo que trajo como resultado la integración de los Institutos Tecnológicos a la Subsecretaría de Educación Superior (SES), transformando a la Dirección General de Institutos Tecnológicos (DGIT) en Dirección General de Educación Superior Tecnológica (DGEST). Como consecuencia de esta reestructuración, se desincorpora el nivel superior de la Dirección General de Ciencia y Tecnología del Mar y de la Dirección General de Educación Tecnológica Agropecuaria y se incorpora a la recién creada DGEST.

El 23 de julio de 2014 fue publicado, en el Diario Oficial de la Federación, el Decreto Presidencial por el que se crea la institución de educación superior tecnológica más grande de nuestro país, el Tecnológico Nacional de México (TecNM). De acuerdo con el Decreto citado, el TecNM se funda como un órgano desconcentrado de la Secretaría de Educación Pública, que sustituye a la unidad administrativa que se hacía cargo de coordinar este importante subsistema de educación superior.

El Tecnológico Nacional de México está constituido por 254 instituciones, de las cuales 126 son Institutos Tecnológicos federales, 128 Institutos Tecnológicos Descentralizados, cuatro Centros Regionales de Optimización y Desarrollo de Equipo (CRODE), un Centro Interdisciplinario de Investigación y Docencia en Educación Técnica (CIIDET) y un Centro Nacional de Investigación y Desarrollo Tecnológico (CENIDET). En estas instituciones, el TecNM atiende a una población escolar de más de 600 mil estudiantes en licenciatura y posgrado en todo el territorio nacional, incluida la Ciudad de México.

Todas las instituciones educativas nivel nacional e internacional, miden sus logros a través de los indicadores de calidad, tales como aprovechamiento escolar, deserción, reprobación, titulación y eficiencia terminal. Dependiendo de muchos factores internos como externos, la deserción en distintos planteles se da una parte en el primer semestre, otros más a mitad de carrera y un porcentaje menor ya casi al finalizar.

En el Instituto Tecnológico de Huatabampo, existen porcentajes superiores al 50% de deserción (Inclusive en la generación 2012-2018, de la Ingeniería en Sistemas, tiene un 84% de deserción) y la mayor parte se da en los primeros semestres. Es por esta razón que es muy importante revisar y caracterizar a los alumnos de estos semestres al inicia su carrera, detectar algunos factores por los cuales están desertando y poder diseñar una propuesta para atenderlos y brindarles mayores posibilidades de que concluyan sus estudios universitarios.

Como una Institución de Educación Superior (IES) con tanta trayectoria a nivel nacional y siendo el ITHUA un referente educativo universitario a nivel región en Sonora, es necesario plantear algunos análisis y estrategias para abatir los rezagos en los indicadores

de deserción en los primeros semestres, eficiencia terminal y titulación. La deserción escolar es una problemática que hoy en día afecta a nivel de vida tanto en los jóvenes que dejan de asistir a la escuela como en las instituciones que lo experimentan siendo de las mayores preocupaciones de las instituciones educativas, gobierno y sociedad (ARAIZA; MARÍN, 2009).

Esta investigación a través de la Escala de Clima Familiar (ECF) se centra en atender el indicador de deserción primeramente y posteriormente se llevarán a cabo otros estudios que permitan identificar los factores que inciden en los otros indicadores.

FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

Modelo Educativo para la Educación Superior Tecnológica

En el mundo actual, existen relaciones económicas y políticas ampliamente complejas, que van más allá de lo que se acuerda entre las naciones. México no está exento de esto y a cada momento se discuten nuevas ideas y necesidades en los diferentes contextos de la actividad humana. En el campo de la educación, nada de esto puede pasar desapercibido, porque es en este ámbito donde las mayores y más sorprendentes descubrimientos se renuevan y caducan al instante; donde la frontera de la investigación, del desarrollo científico, tecnológico y de la innovación se amplía continuamente (DGEST, 2012).

Es imposible evitar que, junto con la alimentación y la salud, la educación es uno de tres motores que impulsan el avance de la sociedad y dan sustento a la vida humana. Por esta razón el Sistema Nacional de Institutos Tecnológicos (SNIT), considera a la educación como clave para el desarrollo económico y social y un componente esencial de la vida democrática del país, brindando una distribución más justa de los bienes y los beneficios, al llevar oportunidades a las comunidades y sectores menos favorecidos, garantizando el acceso y la permanencia de los jóvenes estudiantes de las clases sociales más vulnerables, así como a las regiones donde predomina la población indígena, a fin de disminuir las brechas sociales y económicas y promover la equidad. De esta manera, el SNIT, situando a sus institutos a lo largo y ancho del país, contribuye en esta máxima de equidad.

Por esta razón el SNIT se dio a la tarea de actualizar los procesos, planes y programas de estudio para estar acorde a las exigencias del mundo. De esta manera se ha tomado como referencia para la construcción del modelo educativo que poseen las instituciones tecnológicas, las competencias profesionales que requieren las personas del siglo XXI.

Las líneas rectoras de este nuevo modelo son las siguientes:

- Incrementar el número de programas académicos reconocidos por su buena calidad.

- Elevar la calidad de los servicios educativos en las instituciones del SNIT.
- Fomentar la atención de los temas urgentes y emergentes para mejorar las condiciones de vida de todos los mexicanos.

Este modelo educativo para el SNIT, se sustenta en tres dimensiones del proceso, las cuales son:

- **Dimensión Filosófica:** Que se centra en la reflexión trascendental del hombre, la realidad, el conocimiento y la educación como componentes que permiten al ser humano –en su etapa de formación académica– identificarse como persona, ciudadano y profesional capaz de participar, con actitud ética, en la construcción de una sociedad democrática, equitativa y justa.
- **Dimensión académica:** Que asume los referentes teóricos de la construcción del conocimiento, del aprendizaje significativo y colaborativo, de la mediación y la evaluación efectiva y de la práctica de las habilidades adquiridas, que se inscriben en dos perspectivas psicopedagógicas: sociocultural y estructuralista.
- **Dimensión Organizacional:** Que tiene como conectores esenciales la visión y la misión del Sistema, y en cuyo campo, la gestión por procesos y la administración educativa despliegan una perspectiva de excelencia sustentada en el alto desempeño y en el liderazgo transformacional.

La deserción escolar en la universidad en México

Tomando como referencia el informe de la ANUIES (2000), la eficiencia terminal en los estudios universitarios en nuestro país, disminuyó en el año 2000, la cual se ubicaba en el 39%, mientras que los ciclos escolares 1981-1982 y 1993-1994, era de un 54%. De igual forma, la deserción escolar ha aumentado en las últimas décadas y esto pudiera tener como razón que hoy por hoy son mucho más los alumnos que tienen acceso a la educación universitaria, pero pronto se dan cuenta o no tienen los recursos para continuar sus estudios y se ven en la necesidad de desertar.

En algunos estudios sobre deserción escolar, se menciona que ésta es provocada por la incapacidad de las instituciones educativas para retener a sus poblaciones estudiantiles y en ese sentido establecen como problema de fondo a la falta de integración del sistema universitario (TINTO, 1992). Por otro lado, en EU se argumenta que la deserción escolar en la universidad es producto del bajo rendimiento escolar derivado de una limitada capacidad de estudiar de haber problemáticas socioeconómicas familiares (BEAN, 1982; SREB, 2000; HERRERA, 1998; LANGBEING Y ZINDER, 1989).

Algunos otros estudios, sin desconocer las explicaciones anteriores, se inclinan por reconocer en el estudiante un aspecto activo para decidirse por la carrera y la institución una vez que han probado, durante algún tiempo, los estudios en un determinado lugar; en ese sentido la salida se vería como el resultado racional de haber tomado una decisión luego de aplicar un criterio de selección respecto de la carrera e incluso de la institución universitaria (BEAN, 1982).

Pero en este caso, nos encontramos ante un evento muy recurrente en las personas que buscan su educación superior: elegir una carrera en una institución particular, con el agregado de haberlo hecho luego de probar en la práctica.

Particularmente los estudios abocados a indagar la deserción escolar en los países latinoamericanos, en donde el fenómeno estadísticamente hablando es considerable (alrededor del 40% en promedio), además de observar la influencia de los aspectos relacionados con las presiones económicas de las familias y la forma de integración de las mismas, se ha observado la importancia de la violencia intrafamiliar y social, problemas de salud psicosomática, problemas con la justicia, problemas de disciplina, así como el arribo a la escuela a edad tardía.

En otros estudios, se ha sugerido que también el sistema de aprendizaje y la relación docente-alumno son elementos destacados en las explicaciones de la decisión de desertar, (PÁRAMO; CORREA, 1999), (OSORIO; JARAMILLO, 2000), (PÉREZ, 2001).

En el caso de México, los pocos estudios sobre el comportamiento del fenómeno han encontrado que parecen existir causas que podemos identificar como universales: las presiones económicas familiares y las dificultades de integración familiar, siguen presentes en las explicaciones, pero junto a ellas se agregan las relativas a la inadecuada orientación escolar (que muchas veces provoca una defectuosa elección profesional), la reprobación escolar reincidente, problemas de salud, la edad de ingreso, o bien el traslape de horarios estudios-trabajo. Esto último ha sido también particularmente relevante en los países menos favorecidos, donde la difícil situación económica de las familias tiende a ejercer presión sobre sus miembros en edad escolar para ingresar al mercado de trabajo (FRESAN, 2001; CHAÍN REVUELTAS et.al. 2001; MUÑIZ MARTELÓN, 1997).

La familia

La familia es la sociedad más básica y esencial del ser humano, en ella se generan gran parte de las cualidades del individuo, desde su personalidad, hasta la forma de relacionarse con los demás; es a la impulsora de los límites y de la disciplina, sin embargo, la libertad emerge de la autodisciplina, de ese dominio interno que genera la autonomía para elegir lo mejor para uno mismo (ALONSO, 2006).

Por esta y otras razones, es muy importante que las instituciones educativas, descubran, analicen y diseñen estrategias que logren determinar la forma en el que individuo aprende y los estilos de crianza ayudan a descifrar muchos de las incógnitas a las que se enfrentan los maestros cuando existen problemas para la integración y el aprendizaje de sus alumnos.

Diferentes estudios empíricos internacionales concluyen que el problema del rendimiento académico inadecuado se debe abordar desde una perspectiva interactiva, en la que se consideren, tanto los factores intrínsecos del alumno, como los factores extrínsecos relativos al medio ambiente cultural, pedagógico y sociofamiliar en el que éste

se desenvuelve (RUIZ, 2001).

Si bien, pese a que son muchas y muy variadas las variables que inciden en el rendimiento de los estudiantes, el entorno familiar, al parecer, juega un papel protagonista al respecto, debido principalmente a la cantidad de tiempo que los niños pasan en ese ambiente y a la fuerza de los lazos afectivos establecidos con sus figuras de referencia (MO; SINGH, 2008) (RATH et al. 2008). Numerosa bibliografía teórica y empírica ha identificado la implicación familiar en la educación como una de las dimensiones que correlaciona directa o indirectamente con los resultados satisfactorios de los niños en la escuela (GREEN, et. al. 2007) (SIRVANI, 2007).

Al parecer, la colaboración de la familia en tareas educativas produce efectos positivos, no sólo para el alumno, mejorando su rendimiento, potenciando en él el desarrollo de actitudes positivas hacia el colegio, la adquisición de hábitos regulares de estudio o la mejora de su autoestima, sino también para los padres, al contribuir al aumento de su conocimiento sobre el desarrollo y la educación de los hijos, al incremento del número de interacciones de calidad con el centro educativo o a la consecución de un desarrollo más ajustado de su autoestima parental (GONZALEZ; WILLEMS; DOAN, 2005).

La implicación familiar en la educación es, por lo tanto, una garantía de mejora del rendimiento, al actuar como factor de protección ante el fracaso escolar y prevenir el abandono (MARTÍNEZ, et. al. 2004) (SPERA, 2005). Por otra parte, pero en conexión con lo señalado, cabe destacar que las finalidades perseguidas por el sistema educativo actual cada vez son más ambiciosas, pretendiendo en el alumnado la consecución de objetivos y el desarrollo de competencias (MUÑOZ, 2008).

Concretamente la adquisición de la competencia de Comunicación lingüística se erige como primordial en la escuela, haciéndose indispensable promover una mejor formación en relación a las habilidades específicas que la componen y detectándose la necesidad de potenciar el desarrollo específico de su dimensión escrita (FERNÁNDEZ, 2007) (PÉREZ; ZAYAS, 2007).

En línea con esto y en relación al papel de la familia, diferentes estudios han demostrado cómo el hábito de la escritura es más frecuente en el alumnado cuyas familias comparten actividades en común, entablan diálogos fluidos con frecuencia y ofrecen modelos y actitudes positivas hacia las tareas de composición escrita (REYES; ALEXANDRA; AZUARA, 2007) (ROMERO, 2007). Igualmente se ha evidenciado que frecuentemente en muchos hogares se desarrollan inconscientemente tareas de escritura ligadas a actividades de la vida cotidiana.

Estas tareas ejercen una influencia muy importante en la valoración que los niños hacen en relación a la utilidad y aplicabilidad social que tiene la escritura, despertando en ellos el interés hacia la misma (LACASA, et. al., 1999) (MENDOZA, 2004).

Según Mark, F. (2007), la familia tiene una función de cohesionar a los propios integrantes y a todos aquellos que pertenecen a la misma colectividad; tiene como principal

encargo la procreación y el aseguramiento de las condiciones mínimas de existencia de los hijos, hasta que puedan ser autosuficientes y contribuir a la economía familiar.

Para Carbonell (2012), la definición de familia está vinculada como el lugar primordial donde se comparte y gestionan los riesgos sociales de sus miembros, por lo que la educación que se lleva a cabo, dentro de vínculo tan estrecho como lo es la familia es determinante para ver el futuro y presente desarrollo de los seres humanos. Por otra parte, la ONU (1994), concibe a la familia como una entidad universal, que se manifiesta de diversas formas, según las sociedades y culturas, por lo que no existe ni puede existir una definición universalmente aplicable.

La implicación familiar en la educación es una garantía de mejora del rendimiento, al actuar como factor de protección ante el fracaso escolar previniendo el abandono.

En la familia se favorece el aprendizaje de los valores morales, los cuales reflejan el modo de ser y sentir de cada persona. La educación moral supone que todo ser tiene de manera instintiva deberes morales mínimos y es tarea de los padres y maestros presentárselos al niño o alumno y buscar la manera de formarlos en los entornos, sociales, educativos y/o familiares (KANT, 2011).

El nivel formativo de los progenitores constituye un **factor que condiciona el desarrollo académico y laboral de los hijos e hijas**, especialmente en España, según el informe *Education at a Glance 2018* de la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE), que analiza anualmente la evolución de los sistemas educativos de los 36 países que integran la entidad y asociados.

“Aunque el rendimiento educativo se ha incrementado considerablemente en una década, las personas cuyos padres tienen un bajo nivel de educación gozan de **menos probabilidades de participar en programas de educación desde la primera infancia**, de finalizar la educación Secundaria Superior y de **avanzar a niveles educativos más altos**”, menciona el informe.

Para conseguir la igualdad en la educación, **la OCDE recomienda que los países inviertan fondos y recursos en la educación de los más vulnerables**, que implementen acciones encaminadas a evitar la repetición de curso y a impulsar que las personas en desventaja accedan a estudios superiores.

Todo individuo nace con el potencial para tener éxito, y merece la oportunidad de crecer, desarrollarse y contribuir plenamente a la sociedad, la responsabilidad de los gobiernos es la de garantizar que las circunstancias personales o sociales no impidan a los estudiantes desarrollar ese potencial. Esta debería ser la promesa de la educación para todo el mundo.

Como resultado del cambio tecnológico, la digitalización y la innovación se concede un gran valor a las competencias avanzadas, al tiempo que los empleos menos cualificados están siendo suprimidos del mercado.

Las mujeres representan un **porcentaje cada vez mayor de los titulados**

universitarios en los países de la OCDE. En España, por ejemplo, **un 50% de las mujeres de 25 a 34 años tenían estudios universitarios en 2017**, frente al 38% de hace una década; mientras que en los hombres los porcentajes pasaron del 30% al 38%. Pese a esos avances, la brecha salarial entre ambos sexos roza el 20%.

“A pesar de sus mejores logros educativos, las mujeres aún tienen peores perspectivas laborales”, señala el informe. De hecho, en todos los países de la OCDE, **el 80 % de las mujeres jóvenes con educación terciaria (FP de Grado Superior y Universidad) tienen empleo**, en comparación con **89% de los hombres jóvenes** con la misma educación. Sin embargo, ganan 26 % menos que los hombres.

España también mantiene una desigualdad de género en los ámbitos de estudio, de acuerdo con el estudio, que pone como ejemplo el hecho de que tan solo haya un **8% de mujeres entre los graduados de FP en ingeniería, producción industrial y construcción**, frente a una media en la OCDE del 11%. Además, el 77% de los graduados de FP en ámbitos de salud y servicios sociales son chicas, un porcentaje que coincide con la media de la OCDE.

El informe revela también que, **cuanto más elevado es el nivel educativo, mejores son los resultados en empleo y salarios.** Por ejemplo, la tasa de desempleo de los jóvenes que no han completado la segunda etapa de Educación Secundaria (FP de Grado Medio o Bachillerato) es el 28 %, frente al 18 % de quienes sí lo han hecho y el 14 % de los que han estudiado una FP de Grado Superior o Universidad.

Sin embargo, **en España las tasas de empleo son más bajas que el promedio de los países de la OCDE**, mientras que resultan más altas en cuanto al desempleo. Muestra de ello es que el porcentaje de titulados universitarios españoles con empleo, un 77 %, es inferior al 84 % de la media de la OCDE.

METODOLOGÍA

En cuanto al método que se utilizó para hacer los primeros análisis del Clima Familiar de los alumnos de nuevo ingreso, es bajo la metodología cuantitativa, con corte descriptivo transversal. En este primer momento se analizó la información obtenida del primer parte de datos generales del instrumento “Escala de Clima Familiar (ECF)”. Esta parte contempla información referente al nivel socioeconómico de la familia, estado civil de los padres, entre otros, que se consideran como variables importantes al momento de permanecer o desertar de una Institución de Educación Superior. En este primer momento, los datos procesados serán los obtenidos del primer parte del instrumento, que se centra en los datos generales de los alumnos; el resto de los resultados del Clima Familiar serán procesados y analizados para presentarse en otros escenarios educativos, debido a que no alcanzan los tiempos para hacerlo de manera consistente y analítica.

Muestra

Para que los resultados de la investigación sean viables y contribuyan de manera sustentable a la mejora continua, es muy importante la selección de la muestra. En este caso el instrumento de les aplicó a dos grupos de los alumnos de nuevo ingreso de ingeniería, las cuales son las que mayor índice de deserción tienen en las últimas tres generaciones.

La aplicación se hizo a través del Google Form, en la sala de cómputo de la escuela.

Descripción del instrumento “ECF”

El instrumento, tiene un componente inicial, que se refiere a los datos generalas de los alumnos, como su edad, sexo, lugar de residencia y bachillerato de egreso, situación y grado académico de los padres, entre otros. Los datos antes mencionados, son los procesados para la realización de este primer análisis de la información referente a la investigación presentada. La Escala de Clima Familiar, muestra enunciado a los cuales los estudiantes tienen que poner “Sí” o “No”, según corresponda. Todos los enunciados están relacionados con la forma en la que el alumno interactúa con los miembros de su familia. Esta escala nos mide las siguientes dimensiones:

DIMENSIÓN	DESCRIPCIÓN
COHESIÓN (CO)	Mide el grado en el que los miembros del grupo familiar están compenetrados y se apoyan entre sí.
EXPRESIVIDAD (EX)	Explora el grado en el que se permite y anima a los miembros de la familia a actuar libremente y a expresar directamente sus sentimientos.
CONFLICTO (CT)	Grado en el que se expresan libre y abiertamente la cólera, la agresividad y conflicto entre los miembros de la familia.
AUTONOMIA (AU)	Grado en el que los miembros de la familia están seguros de sí mismos, son independientes y toman sus propias decisiones.
ACTUACION (AC)	Grado en que las actividades (tal como en el colegio o el trabajo) se enmarcan en una estructura orientada a la acción o competición.
INTELLECTUAL – CULTURAL (IC)	Grado de interés en las actividades de tipo político – intelectuales, culturales y sociales
SOCIAL – RECREATIVO (SR)	Grado de participación en diversas actividades de esparcimiento.
MORALIDAD – RELIGIOSIDAD (MR)	Importancia que se les da a las prácticas y valores de tipo ético y religioso.

Tabla 1. Dimensiones del instrumento de la Escala de Clima Familiar (Fuente: Fernández Ballesteros y Sierra, 1989).

RESULTADOS

En los relativo a la edad de los alumnos, cerca del 50% (46%) tienen 18 años, 4 superan los 20 años y 10 alumnos tienen 17 años. Los lugares de procedencia solo el 24% es de Huatabampo y el resto de las comunidades de sus alrededores. Poco más del 40% de los alumnos, vienen de CBTIS (44.9%) y de COBACH un 16.3%.

El nivel socioeconómico de los alumnos, en un 61.2 % es bajo, es decir, el sustento familiar es \$3,000.00 pesos o menos mensuales. Mientras que el 32.7% corresponde al nivel medio bajo, con un ingreso de \$4,500.00 o menos al mes; y únicamente el 6.1 % ostenta un nivel medio alto, con ingresos mensuales igual o mayor de \$8,000.00, pero menor de \$15,000.00.

En cuanto al nivel académico del padre, el 40.8% no terminó la Educación Básica y solamente el 4.1 % tiene un título universitario, mientras que en el caso de las madres es ligeramente superior con un 8.2%. El 69.4% de los padres de familia están casados y en ese mismo porcentaje, sus hijos viven con ellos y el resto viven con alguno de los dos.

CONCLUSIONES

Después de la aplicación del instrumento y hacer los análisis pertinentes de la información de la primera parte, se llegó a las siguientes conclusiones:

- El nivel socioeconómico de la familia juega un papel muy importante en la deserción de sus hijos de la universidad.
- Una amplia mayoría de los alumnos tienen un nivel socioeconómico bajo, lo que perjudica que concluyan sus estudios universitarios.
- La forma en la que interactúan en el ambiente familiar repercute también en sus relaciones en la escuela.
- Es necesario ampliar el sistema de apoyos con becas a los alumnos de escasos recursos que en verdad desean estudiar la universidad.

El Instituto Tecnológico de Huatabampo se encuentra en las afueras de la ciudad, lo que hace que los alumnos tengan que viajar por cualquier medio para estudiar en la escuela. Muchos de los alumnos que entran a esta institución vienen de comunidades marginadas que se encuentran en los alrededores de Huatabampo. Por lo regular todos estos estudiantes no tienen la capacidad económica para ir a otra escuela en otra ciudad debido a que la oferta educativa universitaria es relativamente poca en esta área.

Más de la mitad (62%) de los alumnos tienen ingresos socioeconómicos bajos, lo que hace ver que realmente la familia no tiene los recursos suficientes para la alimentación en sus casas, mucho menos para estar sufragando el costo de estudiar en la universidad y apoyar a sus hijos con los gastos de traslado y alimento en la escuela.

Como una alternativa para apoyar el traslado de los alumnos, tienen que ver con la gestión de la escuela para generar con ayuda del gobierno municipal y estatal, una ruta de transporte escolar, que recoja y lleve a la escuela a los alumnos que lo requieran y tengan la necesidad.

El nivel socioeconómico también nos dice que no nada más se batalla para sufragar los gastos básicos de hogar como la alimentación, luz y agua, sino tenemos la seguridad

de que tampoco tienen acceso a internet para la realización de las tareas educativas que tienen que ver la consulta e investigación de información y elaboración de trabajos para las asignaturas, lo que hace que poco a poco los alumnos en estas condiciones, se vayan rezagando.

Solo el 6% de los alumnos de nuevo ingreso tienen un nivel socioeconómico medio alto, el resto es medio bajo y bajo.

El 54% de los padres de familia tiene la Educación Básica sin terminar y solamente el 4% tiene un título universitario. Lo que nos dice que realmente en este sector del sur del estado de Sonora, son pocas las oportunidades que se tiene para realizar estudios universitarios, o bien, es poco el interés por realizarlos. En cuanto a las madres de familia, el 8% tiene título universitario, mientras que el 36% no concluyó la Educación Obligatoria.

En el caso del nivel de estudios de los padres, está comprobado que influye mucho para que los hijos también deseen tener una carrera universitaria. Los padres que tienen estudios profesionales, exigen más a sus hijos para que también posean uno, inclusive los mismos hijos lo ven con algo necesario y se responsabilizan por concluir su carrera. Además, el nivel socioeconómico de los padres con carreras universitarias es superior a la media del ingreso familiar de la mayoría de los encuestados en esta investigación.

El informe *Education at a Glance 2018* de la OCDE señala que el 55% de los estudiantes cuyos progenitores no cuentan con Bachillerato, tampoco alcanzan dicho nivel educativo. El dato positivo es que el 96% de los niños y las niñas de 3 años reciben educación.

REFERENCIAS

ANUIES, (2000). La educación superior en el siglo XXI. México: ANUEIS.

BARBER, M. Y M. MOURSHED (2007). *How the World's Best- Performing School Systems Come Out on Top*. McKinsey & Company, Londres.

BEAN, JOHN P. (1980). Dropouts and Turnover: The synthesis and Test of a Causal Model of Student Attrition. *Research in Higher Education*, 12 (2).

CARBONELL, J; CARBONELL, M Y GONZÁLEZ MARTÍN, N., (2012) Las Familias en el siglo XXI: Una mirada desde el Derecho. Universidad Autónoma del Estado de México, Instituto de investigaciones jurídicas. Serie: Estudios Jurídicos, Núm. 205. Coordinadora México. Editorial: Elvia Lucía Flores Ávalos.

DGEST,(2012). Modelo Educativo para el Siglo XXI: Formación y desarrollo de competencia profesionales. SNIT, SEP, México.

LACASA, P., GÓMEZ, M., REINA, A. & COSANO, C. (1999). Los deberes escolares en una clase de lengua. *Cultura y educación*, 13, 71 - 88.

FERNÁNDEZ, BALLESTEROS; SIERRA (1989). Validación y adaptación de Escala de Clima Familiar. Madrid: Tea Ediciones, S.A.

- FERNÁNDEZ M^a. P., (coord. 2007). La competencia en comunicación lingüística en las áreas del currículo. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, Instituto Superior de Formación del Profesorado.
- GONZÁLEZ-DEHASS, A., WILLEMS, P., & DOAN, M. (2005). Examining the relationship between parental involvement and students motivation. *Educational Psychology review*, 17 (2), 99-123.
- GREEN, C., WALKER, J., HOOVER, K., & SANDLER, H. (2007). Parents' motivation for involvement in children's education: an empirical test of a theoretical model of parental involvement. *Journal of educational psychology*, 99(3), 532-544.
- MARTÍNEZ, R., PÉREZ, M., PEÑA, A; GARCÍA, M.; MARTÍNEZ, R. (2004). Parent-teacher partnership through a literacy programme for kindergarten children. *Infancia y aprendizaje*, 27 (4), 425-435.
- MARK, F. (2007). *Herbert Spencer y la invención de la vida moderna*. Prensa de la Universidad de Cornell, New York, EU.
- MENDOZA, R. (2004). La escritura reflexiva como práctica cotidiana de los pre-adolescentes y adolescentes españoles: situación actual y características asociadas. *Revista de Educación*, 335, 467-496.
- MO, Y., SINGH, K. (2008). Parents relationship and involvement: effects on students' school engagement and performance. *Research in middle education online*, 31(10), 1-11.
- MUÑOZ, C. (2008). Desarrollar competencias. Un desafío de los docentes de primaria. *Aula de innovación educativa*, 15(170), 13-15.
- NORMA, A. (2006). *La familia como impulsora de los límites de disciplina*. Educación emocional de la Familia. Ed. Producciones Educación Aplicada, México.
- OCDE (2018). Informe Education at a Glance 2018 .
- PÁRAMO, GABRIEL J. Y CARLOS A. CORREA, (1999, abril-junio). Deserción estudiantil universitaria. Conceptualización. *Revista Universidad EAFIT*, 65-80.
- PÉREZ, P., & ZAYAS, F. (2007). Competencia en comunicación lingüística. Alianza Editorial, colección El libro universitario, Materiales, Competencias básicas en educación.
- RATH, J., GIELEN, A., HAYNIE, D., SOLOMON, B., CHENG, T., SIMNOS, B. (2008). Factors Associated with Perceived Parental Academic Monitoring in a Population of Low-Income, African American Young Adolescents. *Research in middle level education online*, 31 (8).
- REYES, I., ALEXANDRA, D., & AZUARA, P. (2007). Las prácticas de lectoescritura en los hogares de inmigrantes mexicanos. *Cultura y Educación*, 19 (4), 395-407.
- ROMERO, S., ARIAS, M., & CHAVARRÍA, M.M. (2007). Identificación de prácticas relacionadas con el lenguaje, la lectura y la escritura en familias costarricenses. *Actualidades Investigativas en Educación*, 7 (3), 1-15.
- RUIZ, C. (2001). Factores familiares vinculados al bajo rendimiento. *Revista complutense de educación*, 12(1), 81-113.

SIRVANI, H. (2007). The effect of teacher communication with parents on students' mathematics achievement. *American secondary education*, 36(1), 31-46.

SOUTHERN REGIONAL EDUCATION BOARD - SREB. (2000), Reducing dropout rates. SREB Educational Benchmarks 2000 Series. Recuperado el 28 de marzo 2008, de www.sreb.org

SPERA, C. (2005). A review of the relationship among parenting practices, parenting styles, and adolescent school achievement. *Educational Psychology review*, 17 (2), 125-146.

TINTO, VINCENT. (1992). El abandono de los estudios superiores. Una nueva perspectiva de las causas del abandono y su tratamiento. México: ANUIES.

ZORRILLA, M. (2002). *Diez años después del Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica en México: Retos, tensiones y perspectivas*. En *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, 4 (2). Extraído el 27 de noviembre de 2012, en: <http://redie.uabc.mx/vol4no2/contenido-zorrilla.html>

FORTALECIMIENTO DEL SUSTENTO TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICO EN LA INVESTIGACIÓN EDUCATIVA. UNA REFLEXIÓN SOBRE LA ACCIÓN TEORIZADORA Y LA INTERDISCIPLINARIEDAD

Data de submissão: 21/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

José-Luis Anta Félez

Universidad de Jaén (España)
<https://orcid.org/0000-0001-7063-5288>

Carlos E. Massé Narváez

Universidad Autónoma del Estado de México
(México)
<https://orcid.org/0000-0002-0006-697X>

RESUMEN: Este texto aborda la complejidad del proceso de teorización, la relación entre teoría y práctica y la influencia de los discursos teóricos en la investigación educativa. Se hace referencia a la importancia de la interdisciplinariedad y se presenta un esbozo de la problemática que implica. En ese sentido analiza la importancia de la sociología de la educación y se destaca la necesidad de abordar los procesos, instituciones y sistemas escolares, así como la interdependencia que existe entre la estructura y la organización sociales, de una parte, y los procesos educativos de otra. En el texto se plantean varias preguntas que invitan a la reflexión: cómo se abordan los discursos teóricos en la investigación educativa, cuáles son sus influencias en algunos autores, cuánto puede causar “enfocar” la educación desde

esos discursos, entre otras. Se destaca la importancia de demostrar que no sólo se puede, sino que debe hacerse ya, fortalecer el sustento teórico-epistemológico en los proyectos de investigación educativa, en particular en el contexto mexicano. En definitiva, una reflexión académica que pone el acento en la importancia que tiene la acción teorizadora y la interdisciplinariedad en la comprensión de la problemática educativa.

PALABRAS CLAVE: Teorización. Investigación educativa. Sustento teórico-epistemológico. Acción teorizadora. Interdisciplinariedad.

STRENGTHENING THE THEORETICAL-EPISTEMOLOGICAL FOUNDATION IN EDUCATIONAL RESEARCH: A REFLECTION ON THEORIZING ACTION AND INTERDISCIPLINARITY

ABSTRACT: The paper delves into the intricacies of the theoretical process, the nexus between theory and practice, and the impact of theoretical discourses on educational research. Emphasis is placed on the significance of interdisciplinary approaches, and a delineation of the associated challenges is provided. In this

regard, it scrutinizes the relevance of the sociology of education and underscores the necessity to scrutinize school processes, institutions, and systems, as well as the interdependency between social structures and organization, on one hand, and educational processes, on the other. The text raises several thought-provoking questions, such as how theoretical discourses are approached in educational research, their influence on certain authors, and the extent to which education can be “oriented” by these discourses, among others. It underscores the importance of demonstrating that not only can this be accomplished but should be undertaken promptly to bolster the theoretical-epistemological foundation in educational research projects, particularly in the Mexican context. In summary, it is an academic reflection that underscores the significance of theorizing action and interdisciplinary approaches in comprehending educational issues.

KEYWORDS: Theorization. Educational research. Theoretical-epistemological underpinning. Theorizing action. Interdisciplinarity.

INTRODUCCIÓN

Se parte de la necesidad de abrir el debate sobre la debilidad presente en los proyectos de investigación educativa en México. Esto se comprueba al identificar la falta de sustento teórico-epistemológico en la gran mayoría de los trabajos de investigación sobre el problema educativo. No pasamos por alto los esfuerzos realizados por diversos sectores de investigadores de la educación, que se presentan en los diversos foros nacionales e internacionales que con ese fin se promueven, porque dichos trabajos están orientados a otros fines, de los que huelga decir, son necesarios. Estos trabajos han aportado un gran número de investigaciones descriptivas y al nivel de empírico analíticos útiles al estado del conocimiento sobre la problemática educativa en México y probablemente en Latinoamérica. En el estado actual del desarrollo informacional y de la concepción predominante sobre la economía del conocimiento, los trabajos mencionados quedan, al menos, ayunos de soportes teóricos, ya no se diga de la acción teorizadora de procesos socio-educativos. No pretendemos un análisis histórico de estos eventos ni de una revisión de la *investigación educativa*, pues el mosaico que se recopila en estos eventos es no obstante el mejor indicador posible de su estado de conocimiento, el que aun cuando resulta ser diverso y multidimensional, sus aportaciones son mayoritariamente descriptivas y de base *experiencial* de los docentes. Lo que demuestra también la poca preocupación por la teorización de procesos socioeducativos.

En México hay un fuerte ánimo e impulso para que la “investigación” se oriente hacia objetos de estudio en el ámbito de la educación, a los que sin mayor rigurosidad se les atribuye el mote de campos. Sin embargo, son muy discutibles desde el punto de vista epistemológico un gran número de pretendidos *campos* existentes de estudios sobre problemas educativos y de otros de carácter *emergentes*, que existen o surgen sin mayor rigurosidad científica y aunque algo aportan a constituir efectivamente nuevos campos, su

constitución adolece del rigor señalado. Se entiende que su inicial taxonomía, en aras de abarcar la totalidad de la problemática en educación es necesaria; pero esto no debería dar pie a asignarles un objeto propio como *campo* o; incluso en ocasiones se cae, en la confusión de que los campos pueden constituirse en una *nueva disciplina*.

Si observamos los avatares históricos del inicio del conocimiento científico y el de las ciencias sociales o, solamente alguna de ellas; como el caso de la historia de la Sociología como ciencia, o mejor aún el viejo debate que en torno al objeto de las ciencias humanas y, o sociales entre el naturalismo y el historicismo, y el actual entre naturalismo y ciencias sociales, nos damos cuenta de que la cosa es mucho más seria de lo que podría pensarse sin profundidad. Solo contemporáneamente podemos distinguir en Europa (en donde existe una gran tradición en las discusiones sobre el método), sobre la lógica de aprehensión-apropiación, por ejemplo; o, sobre el asunto del relativismo en la ciencia, así como el retorno del sujeto, pasando por el paradigma de lo complejo, la especificidad frente al sistema, etcétera; sin dejar de lado el origen del conocimiento y sobre los fines del mismo, tan solo recordemos la crítica de Popper al naturalismo y al historicismo marxista, pero también contra el inductivismo del Círculo de Viena (propuesto por Carnap y otros) y aún antes, la crítica de Marx frente a la filosofía especulativa; posteriormente los debates sobre la sociología alemana (en Tubinga, Alemania) entre Popper y los empírico analíticos (Albert) frente a la Escuela de Frankfurt (Adorno y Habermas), igualmente sobre un gran número de cuestiones epistemológicas nunca definidas de una vez y para siempre. Siempre en la arena de debate entre las ideologías y las metodologías (Guevara y otros, 2020. Labraña, 2022. Salcedo y Delgado, 2021). En la actualidad, un buen número de campos científicos han sido abordados por filósofos, sociólogos y naturalistas para la construcción de propuestas paradigmáticas como pueden ser: la Dialéctica Crítica (Bloch, Kosik, Zemelman y Covarrubias y quien suscribe), y el paradigma de lo complejo (Maturana, Morín, Luhmann).

Así las cosas, uno de los aspectos de esta gran problemática a la que queremos dedicar un poco de atención, es el asunto de cuestionar, por qué en el país (independientemente de que el problema seguro impregna otras latitudes latinoamericanas) la llamada *investigación educativa* adoptó acríticamente a la llamada teoría educativa y, o a la teoría pedagógica clásica. Cómo veremos más adelante, una pretendida perspectiva de base “experimental” no puede autoproclamarse poseedora del instrumental de conocimiento para la investigación educativa y, o declarar que ese es *el paradigma correcto*.

Parte del atraso de nuestro país es la confusión reinante sobre lo que son: el conocimiento sin más, la investigación descriptiva, otra que se contenta con la prueba de hipótesis de teorías ya hechas y ajenas al objeto *de investigación*, con la intención de “aplicarlas”, la construcción de conocimiento científico con fundamentos sólidos y claros en el investigador. Esto es así, porque en la actualidad la auto crítica y la discusión escasean en el ámbito académico universitario, dando paso a la implementación de investigaciones

al interior de paradigmas cuyas bases epistemológicas son desconocidas para el propio investigador; realizando generalmente lo que Khun llama “ciencia normal”, con la agravante diferencia de que en el terreno de la investigación educativa en el país, la mayoría de la investigación que se hace no alcanza a constituirse en ciencia “normal”, pues difícilmente podemos hablar en México de una comunidad científica en términos khunianos en las ciencias sociales por su gran complejidad y diversidad, por lo dicho líneas arriba; pero si hay, por supuesto, comunidades donde se produce conocimiento específico pero corresponde a las ciencias llamadas duras (Baldivieso 2020. Pascagaza y Estrada, 2020). Por todo ello, se considera que buena parte de la *investigación educativa* en México se encuentra –en su mayoría– lejos de ser ciencia.

No existe novedad alguna en nuestra pretensión de señalar las carencias teóricas y, o el agotamiento explicativo de discursos teóricos que han sido hoy rebasados por la cambiante realidad (Miranda y Ortiz, 2020). De hecho “la comunidad científica global” (así hay que decirlo ahora), ha “explicado” y vuelto a explicar innumerables problemas pedagógicos. Se reconoce sin embargo que la producción teórica no avanza al mismo ritmo sino mucho más lentamente. Esto es así por la complejidad que implica el proceso de teorización mismo. Sobre este aspecto abundaremos más adelante. De hecho “la comunidad” propuso alegremente con ganas de salir de la crisis de los paradigma–, el mito de la interdisciplinariedad, como pensando que varias disciplinas “aportan” más que una; al respecto, más adelante presentamos un esbozo de la problemática que implicaba solamente “montar” este pretendido macro-paradigma; pero antes, a continuación presento un acercamiento al complejo mundo de la educación, para apoyar nuestra tesis de que las llamadas teoría educativas con base pedagógica no pueden dar cuenta de problemáticas que corresponden o corresponder deben a una multiplicidad de dimensiones de lo real, temporales, específico concretas, psicológicas, subjetivas etcétera.

DIMENSIONES QUE ATRAVIESAN AL ESPECTRO EDUCATIVO

En este apartado se alude a una mínima parte de la diversidad de dimensiones de lo real intrínsecas al objeto: trans-históricas, estructurales, prácticas disciplinarias, temporales, contextuales, etcétera. A continuación, anotamos una serie de categorías y conceptos que, con diferentes connotaciones, son expuestos por diversos autores y aluden a una gran diversidad de problemáticas posibles tan sólo para que el lector se convenza de la complejidad a la que aludimos. Obviamente, relacionado a un concepto amplio de educación se encuentra el concepto de *finalidad* en algunos de los autores que se han ocupado y los que se ocupan del asunto; o *los fines* de la educación. No obstante, en la mayoría de los casos la connotación de su significado se entiende como proveniente de sus diversos contextos históricos culturales (Massé, 2008). Lo que debe entenderse, como el conjunto de referentes empíricos y teóricos que circulan socializadamente en la época

de los diversos autores; por ejemplo, con tintes liberales, conservadores, socialistas etc.

Al lado (no se quiere proponer un orden o jerarquía a los conceptos y categorías aquí enunciados) aparece el concepto de *sujeto* (objeto de la educación), (su naturaleza); y se ha podido percibir también, una alusión preponderante a este sujeto, como *al niño*; por lo menos en autores del siglo pasado o incluso de la antigüedad. Esto aparece, por un lado, como algo muy natural; y por otro, al reflexionar esto con la realidad y la literatura actual se extraña que no se hable del adulto. Dirigirse al educando únicamente como al niño, se estaría definiendo al sujeto de la educación como al alumno de educación básica. Pero por ejemplo en nuestro país, los jóvenes al cumplir dieciocho años, se convierten por ese sólo hecho en *ciudadano* (en el sentido más limitado del término), ya que, a partir de cumplirlos, se hace del derecho a votar dentro del sistema político, aunque el nivel educativo adquirido sin interrupciones al arribar a dicha edad, no lo hace un ser consciente. Lo que tiene que ver con la dupla: poder y control.

Si para algunos autores el fin de la educación es “sacar lo que está dentro del hombre”; supondría “sacar lo bueno” del individuo al educarlo. Por otra parte, la discusión sobre el sujeto, pasa necesariamente por la pregunta antropológica: ¿es el sujeto un ser bueno o malo? Y en este planteamiento propongo que, “lo malo” es la magnitud de la ignorancia. Podría decirse entonces, que se educa para reducir el nivel de la ignorancia; esto se vincula al concepto de *necesidad (de la educación)*, concepto casi indiscutible – por demasiado obvio en nuestros días–; el cual se articula de diferente forma desde las distintas visiones de los autores; por ejemplo, con otro concepto de la mayor importancia, el de *libertad*. Para algunos la educación es *necesaria* porque libera al individuo de los mitos y prejuicios; que la falta de ésta (de la educación), permite que circulen pesadamente en la sociedad, *pre-nociones* y prejuicios de las diversas cosas, materiales e inmateriales (espirituales), que viajan como verdades para ciertas clases sociales impidiéndoles su liberación. Por poner un ejemplo, el concepto *par excellence* del discurso de la ilustración en el siglo XIX, *sapere aude* (atrévete a pensar por ti mismo), fue un concepto político frente al viejo orden de organización social (el feudal), que surge como parte del discurso de una clase social emergente (la burguesía) en ese contexto histórico cultural, como ariete para la liberación mental. Dicho grito de guerra es trashistórico. Hoy los indignados que protestan –aunque no lo usan–, están mandando mensajes de las aberraciones del sistema capitalista actual.

El mismo concepto de *libertad* de la educación es construido en el presente siglo por Paulo Freire, para luchar precisamente, contra de una corriente pedagógica a la que consideraba enajenante y alienadora. Perspectiva a la que consideraba nefasta y obstaculizante, para una libertad necesariamente requerida para el desarrollo cultural en general de los pueblos latinoamericanos. Ahora bien, si vinculamos al concepto de *cultura* con el de *creatividad*; ambos en general, podrían aceptarse como indisolubles. Consideramos que una cultura o una época cultural, implica un desarrollo social (incluiría

los niveles económico, político, cultural y psicosocial); es comparablemente mayor a otra en el desarrollo histórico, porque ha pasado por grandes momentos de creatividad. No entraré en la bizantina discusión de cuál fue primero, cual permitió que la otra se desarrollara. Lo interpretamos dialécticamente, como un proceso cuyas incidencias materiales y culturales (economía, política y cultura) articuladamente, impulsaron a esta última, la que se caracterizó por su mayor o menor creatividad. Ahora bien, creatividad puede ser también sinónimo de invención y de innovación en donde aquella incluye a estas últimas.

No podría estar ausente la problemática de los *medios* (los métodos) para adquirir la educación con los fines mencionados y donde existe mucha confusión sobre el término, por ejemplo, a la preparación de una clase de un curso se le llama investigación, y, o a la hechura de una antología. A estas tareas de docencia se les llega a confundir con la investigación básica y, o aplicada y a la de frontera. De hecho, también se confunde con los “estados del arte”, etc. sin embargo, en nuestra opinión el asunto es algo muy complejo y difuso. En la perspectiva en que por el momento aquí se le concibe, no se exagera considerarlo además de un reto, como un campo de batalla entre las diferentes escuelas de pensamiento, autores y paradigmas; pues tanto la creación-asunción o adopción, con respecto a su uso, conlleva una concepción del mundo y tiene que ver, con la perspectiva de los fines. Es decir, el método está relacionado con la pregunta: ¿para qué y a quién? educar, ¿con qué fin?

La problemática por abstracta que parezca, se articula empíricamente con el nivel institucional; con el *sistema*, los *sistemas* educativos. Con las universidades, pero también con los otros niveles escolares y con las distintas orientaciones, énfasis, etc. La educación de los niños en la escuela ortogénica; la aplicación psicoanalítica a la vida familiar; a los problemas sociales. Se pasa también por la reinterpretación del psicoanálisis (el que también es una *hermenéutica*), a las “medidas” en psicología. Así también, al estudio del individuo como objeto de la ciencia. Sin dejar, además, la preocupación latente del perfil del educador a la manera de Durkheim, profesional: ético, formativo, y actualmente “competitivo” –como el sistema quiere que sea–.

Obviamente, también están presentes los asuntos de la Pedagogía: sus problemas didácticos fundamentales; la relación pedagógica, etc (Daza-Orozco y otros, 2022). La educación de adultos (sus tiempos culturales). El interés por educar, pero también por aprender. Educación con metas específicas, por ejemplo: para la paz; para la conservación del ambiente; para la “buena” sexualidad; para mejorar la ciudadanía, los derechos humanos, etcétera. Y en este punto detenernos para reflexionar sobre la función de la teoría (de la teoría pedagógica), pero también de la social y educativa; sin desatender la individualidad, el vínculo (sociología-psicología) habrá que dar lugar también a la visión genética; a los mecanismos del pensamiento y sus tiempos: a la psico-tempo-génesis.

En el mismo sentido, no se puede dejar de lado la relación entre dogmatismo y ética: entre ellos se arma el discurso político en general; el que, vinculado a la retórica, puede

armar el discurso demagógico; y, retornamos –por fuerza– al problema antropológico: de si la mayor capacidad del ser humano es hacer el mal (Nietzsche y Hobbes); o si es la de hacer el bien (Kant y Hegel). Y, tampoco, podemos dejar de articular a éste, con el discurso del vínculo científicismo y progreso, cuya unión pseudoprogresista no resiste la pregunta: ¿progreso para quién?

Tampoco son, todos estos elementos, simples conceptos provenientes de discursos disciplinarios sin más; son elementos empíricos fundamentales del régimen monopolístico ayer y hoy, bastiones del globalismo económico, pero también político y cultural. Su impacto en la educación es un tema actual de la mayor complejidad. Para su análisis, hay que acotar, sustanciar las expresiones, desdoblar los conceptos, estar a la casa de los fenómenos emergentes y su posible tendenciosa definición; ir de la Filosofía, a la Sociología y a la Psicología, y de ahí a la pedagogía; a la que no está de más una crítica epistemológica y ontológica. Algo que igualmente no está fuera de este objeto (la educación), es estudiar el vínculo entre la escuela de la vida y la educación formal, distinguir aquella de la educación informal de la “formal”. Cómo vive el niño el paso del juego al trabajo “productivo”. ¿Productivo para quién?: Preguntarse por la relación entre productividad y depredación ambiental y fáunica es obligado en un concepto amplio de educación. En política (concreta, educativa) ¿Quién, ¿quiénes, para qué, por qué se delinearán de una forma y no de otra? ¿Cuáles requisitos hay que cumplir para ser tomador de decisiones de tales políticas; con qué argumentos, con qué bases se construyen; y cuál es la relación entre *Conocimiento e Interés* (Habermas)? ¿Más aún, preguntar con Foucault cuanta producción de saberes está siendo producida como base de la normalización y el control social? (escuela y poder).

En este nivel, político también, cómo podemos articular lo anterior con la relación entre educación y democracia; y estos conceptos-problema, con el concepto, pero también con el proceso de globalización y exclusión, soberanía y nacionalismo en la educación. Individualismo o solidaridad. Se trata también de ver cómo inciden las reformas, pero también cuales son sus alcances de acuerdo a la estructura socialmente construida. Cómo ha incidido en todo esto la educación. ¿No se perfila ya, desde estos planteamientos como parte *estructurante* de los sistemas sociales? Y finalmente (por el momento), ¿Cómo han incidido también las corrientes de las ciencias sociales volcadas al estudio de la educación? ¿Cómo lo abordan, qué sesgos le imprimen, cuáles son sus influencias en algunos autores, cuánto puede causar, “enfocar”, la educación desde esos discursos? ¿Se puede abordar aquella sin éstos; cuáles opciones existen desde la ciencia? ¿Se puede hablar de ciencia alternativa que lo permita?, y de ser así cual o cuales serían los paradigmas más sólidos para su abordaje? Demostrar que no sólo se puede, sino que debe hacerse ya, es uno de los principales objetivos de esta investigación que apenas empieza; la cual debía haberse hecho, mucho antes de que, arbitrariamente y sin mayor fundamento, algunos de estos discursos descriptivos y empíricos sin más se constituyeran en *supuestos campos* con sus discursos disciplinarios denominados *científicos* (con teoría, objeto y método propios); y

también incursionar en éstos para mostrar su desnudez sistemática.

ALCANCE Y LÍMITES DE LA SOCIOLOGÍA DE LA EDUCACIÓN

Pero enunciar esta multiplicidad de dimensiones del objeto, tiene por finalidad preguntar al lector ¿Toda esta multidiversidad problemática, analíticamente (Descartes), no podría encuadrarse a nivel general para su estudio, en no más de cuatro niveles de realidad (teóricos si se quiere): el nivel político, el nivel económico, el nivel cultural y el psicosocial? Y, a partir de ahí ir pensando en la multiplicidad también de disciplinas cuyos hábeas teóricos tendrían algo que decir sobre el espectro educativo; ¿así como pensar también en la gran complejidad que significaría su articulación sistemática en la construcción de conocimiento científico posible? Ahora bien, ante esta gran diversidad de dimensiones y conexiones entre fenómenos que atraviesan tan variada problemática, existe una disciplina: la Sociología; la que siendo subdividida en múltiples recortes va dando cuenta de los muchos campos de la educación; casi siempre a partir de cuerpos teóricos ya construidos y con ello va aportando conocimiento sobre algunos campos. No obstante, existe poca teorización sobre los mismos; aun cuando se actúa metodológicamente dentro del paradigma general llamado “método hipotético deductivo”, el cual se conforma con “explicar” con base en pruebas de hipótesis la realidad educativa estudiada. Como se verá en nuestra propuesta, esta es una limitación que fue ya señalada desde los años treinta por Karl Popper y que sin embargo continúa vigente en los investigadores de todas las latitudes.

El planteamiento implícito en este enunciado intenta ir fraguando el camino que abra paso a la sustentación de una perspectiva epistemológica para el estudio de la educación (Gisella Boarini, 2020. Llanos, 2022). Para ello se exponen algunos elementos de diversas perspectivas de la sociología de la educación y otros enfoques sobre el problema educativo con puntos de apoyo para la identificación de los fundamentos que sustentan a dichos discursos, con el fin de construir los más idóneos para a investigación educativa como investigación científica. Más allá de los límites disciplinarios teóricos de esta o aquella disciplina, incluyendo a la misma sociología de la educación.

Otra cuestión es, la necesidad de aclarar por qué se incluye en este trabajo a la sociología de la educación y no a algún otro paradigma que estudia a la educación. El argumento es que la sociología de la educación, incluye una visión explicativa amplia de la misma, es decir, racionaliza y, o, la puede cuantificar desde esa visión teórica global que es la sociedad. Implica por ello, una multidimensional visión de la misma: en su relación con el Estado, con la política, con la economía, con la cultura (de la que forma parte), etcétera. Sin embargo, el agotamiento de los alcances explicativos teóricos caduca por cuestión de tiempo. De ahí la necesidad de insistir en la búsqueda de una propuesta más firme que la sola teoría. Es decir, una propuesta de base epistemológica. Un argumento fuerte es la caída en cuenta de que los pensadores dialéctico-críticos y de los posmodernos (Morín)

de que la fragmentación del conocimiento por disciplinas condujo al estancamiento del conocimiento y, o al conocimiento limitado y sesgado del positivismo.

Existen diversos enfoques de la Sociología Clásica que me atrevería a dividir en tres grandes corrientes generales, de las cuales se desprenden otras muchas más específicas, según existan propuestas de conocimiento sociológico sobre la educación. Entre las primeras encontraríamos a los representantes ya considerados Clásicos de la sociología: Durkheim, Weber y Marx. El primero si escribió específicamente al nivel ontológico sobre la educación, (ésta ha de ser como la sociedad específica quiere que sea) y metodológicamente hablando, dejó un legado genérico para el estudio de cualquier hecho social, objeto de la sociología. El segundo autor se orientó más a los estudios de economía, burocracia y al de las religiones en general. Se dijo arriba que, metodológicamente hablando, dejó un legado breve pero claro acerca del abordaje de los problemas sociales como objeto de la sociología y de cómo tipologizarla. En él cabría –si se me permite– obviar que, para este autor, la educación sería un objeto implícito en su obra; ya que a ésta el mismo le ha catalogado como a “las ciencias de la cultura”. De hecho, su concepto de profesión implica una determinada educación (religiosa o laica) que distingue culturalmente a algunas sociedades que las practican.

En el caso de Marx no se encuentran escritos específicos sobre el asunto de la educación; pero a través de sus conceptos de: *ideología*, *estado* y *superestructura*, algunos marxistas posteriores, fueron construyendo discursos explicativos sobre el papel de la educación en la sociedad capitalista. Por ejemplo, Luis Althusser la concibió como un aparato ideológico de control del Estado Burgués, a la manera como Marx concebía a éste.

Resumiendo, podría decirse que la sociología “clásica” ha contribuido de alguna manera en la construcción de discursos teórico-explicativos sobre las causas o factores que inciden en la problemática educativa, tanto cuando a ésta se le fundamenta como en proceso de evolución, tanto cuando se argumenta en su contra (como obstáculo para la libertad). A Durkheim se le va a atribuir su influencia en el funcionalismo norteamericano y a Weber las raíces del estructural-funcionalismo también norteamericano y sajón en general; y a Marx y sus epígonos, la crítica de la cultura (incluye a la educación), y conlleva el énfasis en el elemento *liberación*.

Aunque fue Durkheim el primero en abordar la educación como rama particular de la sociología, le antecedieron Saint Simon y Comte; quienes al observar la transición de la sociedad del Antiguo régimen a la sociedad industrial a lo largo del siglo XIX, con la consiguiente preocupación por el *desorden moral* derivado de la creciente diferenciación-estratificación social, se concede a la educación la noble tarea de garantizar –a través de ella–, la comunión moral de la sociedad y la cohesión partiendo de la aceptación (acrítica pensamos) de la ciudadanía a un conjunto de ideas y hábitos compartidos. Con ello se crean las instituciones educativas necesarias y suficientes que aseguren el orden social y eviten el vacío moral; a lo que Durkheim añadirá la función de adaptación como pre-

requisito de la articulación social orgánica.

Así, las primeras teorías sociológicas de la educación señalan la importancia de la educación como *subsistema social* de aprendizaje de las normas y valores sociales en los que se fundamenta la sociedad, pautando la transmisión de saberes y hábitos, del orden técnico y expresivo (discursivo) diría Foucault (1980). Tanto la primera sociología formal de la educación, como el análisis genealógico foucaultiano, parecen enfocar la educación como una sociología de las instituciones escolares. La primera, en aras de contribuir a la armonización que condujera al orden y al progreso positivistas; la segunda, a desentrañar cómo la producción de saberes académicos contribuye a los procesos de normalización y control social. En este mismo sentido, desde el siglo XIX, nos dice Bonal:

“Se trata, sin duda, de la importancia de la educación en el proceso de asignación y distribución de las posiciones sociales. En efecto, en la sociedad meritocrática capitalista la escuela adquiere una importancia fundamental como institución clave para la adquisición de estatus” (Bonal, 1988: 19).

LA HERENCIA DE DURKHEIM

En tiempos más recientes, pero retomando algunas raíces de estos clásicos de la Sociología, que no de la educación; se vino desarrollando en diversas latitudes del orbe, lo que podríamos denominar estudios sobre la educación. Por ejemplo, (Azevedo, 1997) escribió un libro al que intituló *Sociología de la educación* y que fue publicado por vez primera en 1940. En la cuarta de forros de la edición 1997, el autor afirma que después de Durkheim “quien empezó la investigación sobre la sociología en su rama educativa. [...] Su obra se perdió entre las especulaciones pragmáticas que sus alumnos elaboraron confundiéndola con una sociología aplicada a la educación”.

Se alude también en ese resumen a que últimamente otros autores han vuelto a la *sociología de la educación estricta*; pero señala que sus trabajos han quedado como meras monografías y apuntes que abordan aspectos sólo fragmentarios de la materia. Según la editorial (FCE, México), Azevedo se propuso además de abordar los procesos, instituciones y sistemas escolares”, –la interdependencia que existe entre la estructura y la organización sociales, de una parte, y los procesos educativos de otra–, hacer el análisis de las teorías y doctrinas pedagógicas. Considerando también que, el libro es a la vez, un tratado, un libro de texto y una fuente de información. En efecto, es todo eso a través de un esfuerzo de sistematización y síntesis contribuyente al estudio *científico* (según su óptica), de los fenómenos pedagógicos y de sus relaciones con los demás fenómenos sociales. Decimos en nuestra opinión que es además una síntesis muy loable; por el hecho de que Azevedo –no dudamos aceptaría, la cantidad de problemas propios de la pedagogía y su vinculación con otras dimensiones sociales–, aunado a la cantidad de autores y propuestas que las discuten, proponen y critican entre sí –directa o indirectamente–, etc.; lo que hace

de la problemática un estudio difícil para ser misión de un solo hombre, y para tan sólo una variante de la sociología.

Ahora bien, del otro lado del Atlántico, en los EEUU, existió una revolución cultural con la obra y escuela de John Dewey la “sociología educativa” (*educational sociology*), desarrollada desde departamentos de pedagogía de universidades norteamericanas, respondió a la auténtica revolución que experimentó el sistema educativo norteamericano de comienzos de siglo y a su función de preparación de masas de trabajadores para la creciente economía industrial. Se dice que durante la primera época del siglo la “sociología educativa de Dewey surgió como alternativa a la orientación metafísica y esencialista dominante de la pedagogía (Jerez Mir, 1990, pág. 358). Con este autor, la educación es contemplada como un proceso activo y crítico fundamental para la cohesión social; acercándose con ello a la obra de Durkheim.

Sin embargo, y a manera de anécdota; con respecto a la discusión de los *finés*, mientras que la mayoría de los sociólogos asumimos como cierto el hecho de que la determinación social es preponderante a nivel macro con respecto al impacto en los fenómenos educativos, como Durkheim, o como Marx; Alain exponía, por ejemplo, casi en la misma época que en éstos, es enorme el peso de la individualidad en la valoración por la educación. Esto demuestra que los discursos disciplinarios crean concepciones del mundo cerradas a otras fuentes proveedoras de conocimientos. Dicha parcialidad también ha sido ya señalada por los epistemólogos formados en la Dialéctica Crítica.

OTRAS VISIONES SOCIOLÓGICAS DE LA EDUCACIÓN

Aunque no abundaremos en las varias sociologías de la educación (existen varios buenos estudios algunos citados, como para detenerme en ello); Pero si habremos de detenernos en los trabajos que dan cuenta de la evolución, crisis y estancamiento de los estudios e investigaciones educativas, para ir articulando la problemática. Cabe hacer mención al asunto de los llamados paradigmas en el sentido de que, para nuestros objetivos, sin embargo, por paradigmas entendemos a la manera de Kuhn, aquella ciencia que se realiza con base en teorías probadas, las cuales sólo se aplican a un objeto que se pretende explicar, de ahí que en este trabajo no profundizaremos en ellos, toda vez que como se podrá ir viendo, la propuesta de científicidad implica separarse de cualquiera predeterminación teórica. Aunque como hemos dicho, no es el objetivo seguir profundizando en la sociología de la educación, cabe mencionar, sin embargo, algunas de las corrientes contemporáneas más conocidas y los avatares de su evolución apoyados en estudios recientes, pues hay consenso en que es posterior a la segunda guerra mundial cuando se acrecienta la producción sociológica de la educación, apareciendo nuevos ámbitos, así como nuevos campos en la sociología de la educación (Cruz Campos y oros, 2020. Gómez y otros, 2020). Entre ellos tenemos: el funcionalismo tecno-económico y la teoría del capital

humano; el funcionalismo reformista: educación e igualdad de oportunidades; la teoría credencialista de Randall Collins; la teoría de la reproducción de Bourdieu y Passeron; la sociología de las clases, códigos y el control de Bernstein; Educación y reproducción económica o del marxismo y sociología de la educación; Althusser: la educación como aparato ideológico del Estado; la teoría de las redes escolares de Baudelot y Establet; la teoría de la correspondencia y su revisión.

Más recientemente, a partir de los años ochenta surgen nuevos paradigmas: el “paradigma interpretativo” al interior de la sociología de la educación; también el interaccionismo simbólico; la sociología del currículum; la teoría de la producción cultural y resistencia; la de la hegemonía y resistencia en la educación; las dimensiones de género y etnia; las formas de transmisión del sexismo en la escuela; y la escuela y la educación multicultural. Actualmente la sociología de la educación ha constituido nuevos paradigmas: la sociedad de la información y la relación entre educación y empleo; la sociología de la política educativa; y, la de la educación y la atención a las diferencias (Bonal, 1998).

En este trabajo no se pretende tampoco, a partir de la búsqueda de los fundamentos de todas estas y otras perspectivas que seguramente abordan a la educación. Intentamos sólo exponer algunas de las muchas perspectivas que la abordan, para convencer de la necesidad de una proposición más abierta y por ello, más duradera y general para el abordaje de los distintos problemas de la educación. Por ello nos limitaremos a reseñar el escenario actual de la sociología de la educación. Es sabido que cualquier división de los tiempos históricos resulta más bien superficial con respecto de los efectos posibles de los procesos sociales; sin embargo, contribuyen a demarcar aproximadamente los pesos o los énfasis de dichos procesos. También es bien aceptado el hecho de que no existe fenómeno educativo alguno que no esté vinculado a las contingencias económicas y sociales. La investigación educativa no tendría por qué escapar a ellas.

Partimos del supuesto que, en las diversas épocas históricas, ya sean demarcadas por acontecimientos sociales relevantes en la praxis humana, y, o por efecto de los cambios en la historia de las ideas, se puede decir que, existen al menos dos grandes períodos que se distinguen bajo el concepto de modernidad, con base en la emergencia, en el siglo XIX, de la primacía de la razón humana sobre la perspectiva teológica como cosmovisión del mundo. Con esto no se quiere decir que, la educación y el estudio sobre sus implicaciones sea totalmente diferente entre toda la producción mundial escrita al respecto hasta antes de la época de Kant, Hegel y Rousseau, pero si son significativos los cambios que la educación sufre a partir de estos tiempos, los cuales en la praxis humana se identifican con la primera revolución industrial, la que desarrolla un tipo de empresa y de burocracia de magnitudes nunca vistas en la historia de la humanidad. La producción manufacturera y la gestión se racionalizan para dar respuesta a sus necesidades, progresar y aportar el máximo beneficio:

“Este objetivo se logra mediante la aplicación de principios científicos de alto componente metrológico, cuya expresión más clara es posiblemente el taylorismo. Como lo recuerda A. León [...] Rice, quien fundó en 1903 la primera *Society of Educational Research*, apenas tres años después de la aparición de los *Principles of Scientific Management* de F. W. Taylor, publicó su *Scientific Management in Education*” (De Landsheere, 1996, p. 11).

Partiendo del estudio de los obreros en el trabajo, Taylor, ingeniero estadounidense, elaboró un sistema que persigue esencialmente dos objetivos: aumentar el rendimiento y aumentar el desperdicio de tiempo. Sus principios son: La individualización del trabajo, fundada en el estudio psicológico del trabajador, la especialización en una sola función y la estandarización en función de criterios precisos. La educación se vuelve, así, un imperativo de las diversas clases sociales, lo que permite al fin fundar exigencias educacionales para todos. Lo que da paso a la exigencia de estudios e investigaciones sobre el currículo: ¿Qué enseñar?, ¿Cuánta enseñanza?, ¿Cómo ser eficaz? ¿Por qué se generan diferencias en los aprendizajes de los alumnos?, ¿Cómo evaluar resultados? Y ¿Cómo formar docentes en función de sus nuevas tareas? Es decir, desde el punto de vista de una educación con base en la ciencia. Y ya que hemos entrado en el terreno de los *pedagogos*; una aclaración conceptual sobre el asunto merece nuestra atención. Según de De Landsheere (1996, p. 12-13):

“A semejanza de una “psicología nueva” se califica, a principios del XX, de «pedagogía nueva» a una amalgama de pedagogía *experimentada* con un alto componente empírico, de psicología pedagógica y de pedagogía experimental propiamente dicha. [...] La primera carece de rigor científico; la segunda confunde los campos de investigación. Sólo la tercera constituye el objeto particular de la presente historia. Pero esto no significa –lo que señalaremos en diversas ocasiones–, que las aportaciones de las otras dos modalidades sean desdeñables ni mucho menos”.

El enunciado de *pedagogía experiencial* deviene del siglo XIX, expresión que se forjó paralelamente a la noción de *psicología experimental*; y aunque, el término *pedagogía* limita el campo de investigación al niño –considerado sobre todo a éste en el medio escolar–; hoy, la concepción de los tiempos de educación se ha extendido. De otra parte, *experimental* connota un tipo preciso de proceder con la intencionalidad de modificación.

Según el autor antes citado, lo anterior es la causa de que la expresión *investigación educativa* (se sobreentiende que *científica*) se sustituye progresivamente por el término *pedagogía experimental*. No obstante, el término *investigación educativa* tiene evidentemente un significado más amplio, que los resultados empíricos-cuantitativos, producto de la *pedagogía experimental*. Como se verá, actualmente el enfoque cualitativo se reserva un mayor campo de acción a la investigación educativa. Sin duda, la historia, la filosofía, la psicología y la sociología han incursionado con sus corpus teóricos en la realización de *investigación educativa*. Por lo anterior, es indispensable ir demarcando a nuestra vez, los linderos por los cuales ha de connotarse nuestro entendimiento en torno a

la *investigación educativa*. La intencionalidad apunta a un enfoque de las diversas ciencias sociales pero *articulados* estos discursos en una lógica de aprehensión de lo real como *totalidad*; pero por ahora me centraré en decantar lo más precisamente, por el momento, las particularidades que implicamos en nuestra acepción de la *investigación educativa*.

En principio, las preocupaciones arriba mencionadas de las investigaciones sobre el currículo: ¿Qué enseñar?, ¿Cuánta enseñanza?, etcétera; las consideramos mayormente en su contenido social, como supeditada al contexto histórico en el cual se le estudia. Así mismo, la toma en cuenta su historia (deviniente) y de su historicidad (coyuntura, actualidad, presente), el cual se funde con la perspectiva de futuro —el que involucra la praxis social—, es decir con el factor político, deben ser estudiados primeramente por las ciencias sociales. Y, sin embargo, estos elementos no se contraponen con los estudios micro-pedagógicos; son su contorno explicativo y teorizante posibles. Ahora bien, como se verá estos planteamientos chocarán con las distinciones de De Landsheere, como por ejemplo aquí se acota:

“Sin dejar de tomar en cuenta la importancia capital de las normas (sobre todo en el terreno cultural y de la filosofía), reflexión que está orientada a reunir, coordinar y a hacer coherentes no sólo los resultados de las ciencias particulares, sino también los de los demás órdenes del saber, a fin de alcanzar una concepción global del mundo, estructurada y unificadora” (La traducción es nuestra. Cardinet y Schmutz, 1976, p. 40).

No hemos considerado, en este trabajo, las investigaciones de tal índole. Estas se basan esencialmente en juicios de valor y escapan de ese modo al campo de la ciencia, que exige un acuerdo en función de los hechos (y no de las creencias). La concepción de ciencia de Landsheere es sin duda durkheimiana. Señala el énfasis que la ciencia debe partir de los hechos (sociales) punto de partida de las “Reglas del método sociológico” de su compatriota. Existe demasiada evidencia de las limitaciones de dicho paradigma, como para discutir sobre su efectividad en los estudios socioeducativos. Sin embargo, De Landsheere consciente de lo útil de la mayor acotación posible en la delimitación de los campos, lo asume volviendo aún más claro tanto el campo de los hechos que le interesa estudiar, así como la metodología implícita (de las ciencias exactas), que conlleva finalmente una definición posterior. “Bien mirado es la expresión *investigación experimental educativa* la que menos se presta a confusión” (De Landsheere, 1996: 14).

A MANERA DE CONCLUSIÓN

No obstante, la seguridad con la que De Landsheere emite sus juicios sobre lo que debe ser y cómo se debe estudiar, no le autorizan a elevarlos a rango de ley o autoridad en la materia. Con un poco de modestia intelectual, debería decir que ese es un punto de vista entre otros posibles para el estudio de lo educativo y sólo de una parte. Si bien no puede negarse que ciertos experimentos pedagógicos pueden coadyuvar a la mejora de

la educación, las ciencias encargadas de distinguir y explicar los contextos en que tales experimentos deban tener lugar; son sin duda alguna las ciencias sociales, incluyendo a la psicología social y al pseudo-marxismo. La psicopatología de la sociedad contemporánea señalada por Fromm; así como los problemas de malestar socio cultural denunciados por Freud y la unidimensionalidad puesta al descubierto por Marcuse, demuestran las grandes dimensiones de los problemas mundiales que ha generado la “evolución” de la sociedad moderna; a los cuales sin duda la investigación educativa ha de tomar en cuenta para intentar incidir en mejoras culturales; antes de innovar enmiendas a la educación que se transmite sin reflexión autocrítica de generación en generación.

De Landsheere, atrincherado en los fundamentos de la ciencia experimental (el viejo, viejo mapa de las ciencias), pretende que sólo debe llamarse investigación educativa a la que realiza experimentos y los prueba; oculta que el motor de qué se observa tiene un ineludible rasgo subjetivo (la creencia de que eso es lo que se debe de observar y experimentar. Dichos fundamentos implican una concepción estática y ahistórica del mundo, digna de la época del mecanicismo. El autor siente desprecio por los problemas filosóficos que circundan al objeto educativo, así como por el pensamiento racionalista y crítico. Olvida que los cacareados “hechos de la ciencia” son producto de mediaciones sociales en donde los sujetos construyen su propia historia, por deleznable que esta sea en ocasiones. Su anacrónico método y su ideológica cosmovisión positivista del mundo, le impiden ver que las conciencias a educar son también productos sociales. Más aún, sus propios “principios” son resultado del alcance de sólo una mínima parte del conocimiento producido en una época específica.

Sin duda, la fragmentación del conocimiento inducida por el positivismo ha incidido negativamente en el *espartismo*, que se ha hecho famoso por su gran conocimiento sobre un “campo”; perdiendo de vista el andamiaje de la maquinaria de la totalidad social que, inercialmente arrolla a su paso todo intento de cambio a la maquinaria del *establishment* “cultural” actual. Pero a diferencia de la visión del marxismo diletante latinoamericano de los años setenta, aquí, la burguesía no son sólo victimarios y la demás sociedad civil las víctimas. Con el desastre ecológico mundial y la pauperización de la humanidad marginada, la ciencia positivista ha llevado a la totalidad mundial (incluyendo a las clases pudientes), a ver de cerca el fin del mundo, más allá de las predicciones bíblicas y, más acá de la realidad palpable.

Suponemos que al final todo se puede reducir a una pregunta: ¿por qué, o para qué la crítica a la llamada “Investigación Educativa”? Las razones son varias, pero la más importante radica en que, es una visión que permea a la mayoría de los objetos de investigación en educación en la Región latinoamericana. Esta es fomentada por personas que asumen sin más el discurso experimental; el que teme y odia a cualquier discurso que no acepte sus premisas. Más allá de las posibles discusiones sobre la materia, están también los intereses grupales y, dicho de manera muy llana, los “clubes de amigos” en que

se han constituido tales grupos, para constituirse a su vez en entes de presión al sistema. Al auto-presentarse como los directrices de la llamada investigación educativa, se forman en primera fila para la consecución de apoyos para sus “aportadoras” investigaciones –por lo menos en México–, según ellos científicas. Más aún, desde el centro geográfico en donde están al acecho del presupuesto, pretenden dictar línea de trabajo sobre los campos que deben ser prioridad en la *investigación educativa*, ya no digamos como median intereses creados por factores ajenos como ha sido la pandemia del covid (Aznar y otros, 2020). Los cuales no pasan de ser meros intentos de parches a la gran problemática educativa. Pronto estarán investigando, cómo un niño analfabeto, marginado y en pobreza extrema puede aprender inglés y computación, para lo cual negociarán un puesto en el gobierno y, o pedirán recursos para realizar tan importante trabajo en el cual ya sería el colmo que creyeran. O tal vez se lo creen por la excesiva falta de autocrítica. Se pasa por alto o se ignora, que existe una casi oculta división internacional del conocimiento: se recomienda a los países subdesarrollados institucionalizar un espíritu pragmático del conocimiento (el *know how* del uso tecnológico); mientras que los países líderes del mundo se apropian del derecho de erigirse como los productores del conocimiento.

REFERENCIAS

- Alian (Emile Chartier) (1986). *Propos sur l'éducation*. Paris, PUF.
- Azevedo, F. de (1997). *Sociología de la educación*. México, FCE
- Aznar Díaz, I.; Cáceres Reche, M. P.; Marín Marín, J. A. y Moreno Guerrero, A. J. (2020). *Desafíos de investigación educativa durante la pandemia COVID19*. Madrid, Dykinson.
- Baldivieso, S. (2020). La construcción del saber del investigador en educación. *Sinergias educativas*, 5(2), 129-149.
- Bettelheim, B. y Janowitz, M. (1964). *Cambio social y perjuicio*. México, FCE.
- Binet, Alfred. (1973). *Les idées modernes sur les enfants*. Paris, Flammarion.
- Bonal, Xavier (1998). *Sociología de la educación. Una aproximación crítica a las corrientes contemporáneas*. Barcelona, Paidós.
- Buber, Martin (1992). *On intersubjectivity and cultural creativity*. Chicago, Chicago University Press.
- Cardinet, J., y Schmutz, M. (1976). Critères pour un Catalogue des Recherches Pédagogiques. *Paedagogica Europaea*, 11(1), 37-73.
- Claparede, Edouard (1982). *Quelques mots sur le Collège de Genève*. Ginebra, Stapelmor.
- Condorcet (1983). *Reflexions et notes sur l'éducation*. Naples, Bibliopolis.

- De Landsheere, Gilbert (1996). *La investigación educativa en el mundo*. México, FCE.
- Daza-Orozco, C. E., Luque-Forero, A. C. ., & Padilla-Murcia, E. (Edits.) (2022). *Educación superior: sustentabilidad y prácticas innovadoras*. Bogotá, Editorial Politécnico Internacional.
- Durkheim, Emile (1990). *L'évolution pédagogique en France*. París, PUF.
- Durkheim, Emile (1992). *Education et sociología*. París, PUF.
- Ehrlich, L. H. y Wisser, R. (Comps.) (1988). *Karl Jaspers Today: Philosophy at the Thershold of the Future*. Nueva York: Center for Advanced Research in Phenomenology.
- Freinet, Célestin (1957). *L'école moderne francaise*. Montmorillon, Rossignol.
- Freire, Paulo (1965). *La educación: práctica de la libertad*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freire, Paulo (1974). *Educación para el cambio social*. Buenos Aires, Tierra Nueva.
- Freud, Sigmund. (1976) *Presentación autobiográfica*, Buenos Aires, Amorrortu.
- Guevara Alban, G. P.; Verdesoto Arguello, A. E. y Castro Molina, N. E. (2020). Metodologías de investigación educativa (descriptivas, experimentales, participativas, y de investigación-acción). *Recimundo*, 4(3), 163-173.
- Gramsci, A. (1981). *La alternativa pedagógica*. Barcelona, Fontamara.
- Gramsci, A. (1984). *Los intelectuales y la organización de la cultura*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Gisella Boarini, M.; Inés Portela, A. y Elisa Di Marco, M. (2020). Epistemología y educación: ciencias de la educación e investigación educativa desde una mirada epistemológica. *Apuntes Universitarios*, 10(3), 113-130.
- Gómez García, G.; Cruz Campos, J. C. de la; Rodríguez Jiménez, C. y Ramos Navas-Parejo, M. (2020). *Teoría y práctica en investigación educativa: una perspectiva internacional*. Madrid, Dykinson.
- Hegel, G. (1966). *Fenomenología del Espíritu*. México, FCE.
- Hegel, G. (1975). *Principios de la filosofía del derecho*. Buenos Aires, Sudamericana.
- Illich, I. (1973). *En América latina ¿para qué sirve la escuela?* Buenos Aires, Ediciones Búsqueda.
- Illich, I. (1974). *La sociedad desescolarizada*. Barcelona, Barral.
- Jobert, J. C. (1970). *Doctrina y praxis de los educadores representativos chilenos*. Santiago de Chile, Andrés Bello.
- Kant, Immanuel (1978). *La filosofía de la historia*. México, FCE.

Labraña, J. (2022). La teoría de sistemas sociales y el campo de estudios en educación superior. *Cinta de moebio*, 74, 51-64.

Llanos Ceballos, A. L. (2022). Metodología de la investigación interdisciplinaria: fundamentos y proyecciones. *Quipukamayoc*, 30(64), 63-76.

Massé Narváez, C. E. (2008). La construcción de objetos socioeducativos con base epistemológica. *Sociologías*, 19, 274-301.

Miranda Beltrán, S. y Ortiz Bernal, J. A. (2020). Los paradigmas de la investigación: un acercamiento teórico para reflexionar desde el campo de la investigación educativa. *RIDE. Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo*, 11(21), e064.

Pascagaza, E. F. y Estrada, L. C. C. (2020). Las teorías sobre la sociología de la educación y su impacto en los sistemas y políticas educativas en América Latina. *Revista Boletín Redipe*, 9(5), 55-76.

Salcedo, R. A. S. y Delgado, E. C. (2021). *Selección de lecturas de metodología de la investigación educativa*. La Habana, Editorial Pueblo y Educación.

OPRESSÃO E RESISTÊNCIA FEMININA EM *JAMAIS O FOGO NUNCA* DE DIAMELA ELTIT

Data de submissão: 21/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Wanice Garcia Barbosa

Doutoranda - UFG

Ellen Sâmila dos Santos Marinho

Mestranda - UFG

Ana Oliveira Barbosa

Mestranda - UEG

entre outros autores que contribuíram na produção textual deste artigo. Espera-se que este contribua para reflexão da importância feminina na sociedade como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Diamela Eltit. Histórico. Ditatorial. Feminino.

RESUMO: Esse artigo tem por foco o estudo da narrativa contemporânea na obra *Jamais o fogo nunca* de Diamela Eltit (2017). Nosso objetivo será verificar as seguintes temáticas: a releitura histórica do Chile (ditadura de Pinochet), o regime ditatorial e o papel da narradora feminina. Esse estudo se justifica por demonstrar a escrita feminina durante os regimes ditatoriais na América Latina e de como as mulheres tiveram um papel fundamental para o fim destes regimes políticos cruéis mandatórios. O romance realista e ao mesmo tempo um romance de resistência e psicológico. Tem como referência o artigo Biondi e Dafferner no artigo “O corpo como testemunha: políticas da escritura feminina em Diamela Eltit” (2021), Lukács no livro *O romance histórico*. (2011), Silva na sua obra *História, Memória Literatura* (2020)

OPPRESSION AND FEMININE RESISTANCE IN *NEVER THE FIRE EVER* BY DIAMELA ELTIT

ABSTRACT: This article focuses on the study of contemporary narrative in Diamela Eltit’s *Never the Fire Ever* (2017). Our objective is to examine the following themes: the historical reinterpretation of Chile (Pinochet’s dictatorship), the dictatorial regime, and the role of the female narrator. This study is significant as it highlights female writing during dictatorial regimes in Latin America and demonstrates how women played a fundamental role in ending these cruel political regimes. The novel is both realist and a work of resistance, as well as psychological in nature. The study draws upon references such as Biondi and Dafferner’s article “The Body as Witness: Politics of Female Writing in Diamela Eltit” (2021), Lukács’ *The Historical Novel* (2011),

and Silva's *History, Memory, Literature* (2020), among other authors who contributed to the textual production of this article. It is hoped that this study will contribute to a deeper reflection on the importance of women in society as a whole.

KEYWORDS: Diamela Eltit, Historical, Dictatorial, Feminine

INTRODUÇÃO

Ao tomar essa obra, *Jamais o fogo nunca* de Diamela Eltit (2017), como objeto de estudo, faz-se necessário uma explanação sobre o papel do romance como um elemento forte na luta contra os processos coercitivos, chamados por Agamben (1985) de dispositivos.

O que é dispositivo? Para Agamben, o dispositivo recupera a exposição dos elementos relacionados a subjetivação. Profanar é um ato de subjetivação, ou seja, transpor a história, ir contra o tempo e a eternidade para focar no aqui e agora. Os dispositivos, por outro lado, são a dessubjetivação, nos quais os homens se tornam objetos de algo, tanto cultural quanto politicamente criando imagens fantasmagóricas que representam uma máquina estatal sedentária, ou seja, perdem a capacidade de lutar e romper barreiras históricas. O objetivo é demonstrar porque essa obra é uma forma de resistência contra o Estado opressor, capaz de criar linhas de fuga. Como fantasmas e inventores da máquina de guerra, os sujeitos criam para si outros modos de habitar o mundo, inventam seu próprio território e vagam por trajetos indefinidos, abertos pelos traumas históricos – no caso, uma linguagem literária contrária ao maniqueísmo realista/naturalista.

Sendo assim, essa obra é este romance empreende um percurso na psique da protagonista, ou seja, um romance com uma inclinação à abordagem psicológica onde cada linha contém uma entrelinha impregnada por um contexto histórico que remete a dor e ao sofrimento. A partir de um estudo da gênese da obra, a investigação sobre a ditadura no Chile faz-se necessária. É importante perceber que a narrativa psicológica não é o estudo da obra em si, mas um jogo de quebra cabeça, o que irá aplicar o ouvir das vozes abafadas pelo opressor. No romance, é possível perceber as relações entre o eu e o outro, o tempo e o espaço, bem como as dimensões plurilíngues, dialógicas e polifônicas, conforme a visão de Bakhtin sobre o romance psicológico diacrônico.

A palavra romanesca teve uma longa pré-história que se perde nas profundezas dos séculos e dos milênios. Ela se formou e amadureceu nos gêneros do discurso familiar ainda pouco estudados, da linguagem popular falada, e do mesmo modo em alguns gêneros literários e folclóricos inferiores. No seu processo de surgimento e desenvolvimento inicial a palavra romanesca refletiu a antiga luta de tribos, povos, culturas e línguas, ela era uma ressonância completa dessa luta. (BAKHTIN, 1990, p. 371).

A gênese da forma romanesca mostra que estarem envolvidos pelo plurilinguismo cultural popular influencia as transfigurações históricas, trazendo consigo a percepção de época histórica nas quais estão inseridos. O romance psicológico sentimental as tensões e

quebras estabelecidas entre o homem e sua posição no mundo: “linguagem do romance é construída sobre uma interação dialógica ininterrupta com as linguagens que a circundam” (BAKHTIN, 1990, p.191).

Diante da leitura da obra de Eltit percebe-se as tensões e quebras que envolvem a narrativa, as quais acreditamos serem reflexo de um período, descrito como pós-período, trazendo à tona um neorealismo, onde apenas fantasma revivem o passado.

AUTORA E SUA OBRA

A ditadura militar no Chile começou com um golpe de Estado em 11 de setembro de 1973, que depôs o presidente Salvador Allende. O General Augusto José Pinochet Ugarte assumiu o poder, marcando o início de um dos períodos mais sangrentos da América Latina. Durante esse regime, aproximadamente 3.065 pessoas foram mortas ou desapareceram, e 40.018 sofreram abusos físicos, incluindo tortura. Muitos chilenos foram forçados a se exilar para escapar da opressão do regime.

Esse contexto de repressão é o pano de fundo que inspira Diamela Eltit, escritora, professora universitária, artista performática e crítica cultural chilena. Nascida em 1949 na capital do Chile, Eltit é uma figura proeminente na literatura e na arte, com reconhecimento nacional e internacional. Sua obra “Jamais o fogo” não aborda diretamente a ditadura chilena, mas usa analogias para refletir o contexto histórico. O romance descreve, entre outros aspectos, a militância em células clandestinas e a vida cotidiana de um casal que, mesmo após o fim da ditadura, permanece preso a uma rotina marcada por lembranças e costumes que perpetuam a opressão passada.

Além de sua carreira literária, Eltit participou ativamente do CADA (Colectivo de Acciones de Arte) entre 1979 e 1985, desafiando o regime de Pinochet através da performance artística. Hoje, ela continua a abordar os desafios pós-ditadura por meio de sua escrita e contribui de forma significativa para a Revista de Crítica Cultural no Chile.

A autora introduz a obra com um poema de César Abraham Vallejo Mendoza:

*E infelizmente
a dor cresce no mundo o tempo todo,
cresce a trinta minutos...
Nunca, homens humanos,
tinha tanta dor no peito, na lapela, na bolsa,
no vidro, no açougue, na aritmética!
Nunca tanto afeto doloroso,
nunca tão perto atacou longe,
nunca atire nunca
desempenhou seu papel como frio morto melhor!
Nunca, Senhor Ministro da Saúde, foi saúde
mais mortal*
Nove Monstros (MENDOZA, 1938)

O poema apresentado serviu como fonte de inspiração para a autora Diamela Eltit. Escrito pelo poeta peruano César Abraham Vallejo Mendoza, é considerado uma obra de vanguarda. Vallejo, amplamente reconhecido pelos críticos como um dos maiores poetas hispano-americanos do século XX, nasceu em 1892 e faleceu em Paris, em 1938. Sua obra marcou a história da luta política contrarregimes ditatoriais nesta região do mundo, desde o período da colonização.

O poema revela a singularidade dos “nove monstros” apresentados na obra: primeiro, o todo e o nada; segundo a alma e o corpo; terceiro, o alto e o baixo; quarto, o nunca e o sempre; quinto, o tempo e a eternidade; sexto, a vida e a morte; sétimo, Deus e o vazio; oitavo, a igreja e o pagão; nono, a política e a negligência. Embora fosse um poeta do início do século XX, Vallejo rompe com o passado e vivencia o presente, refletindo a angústia do abandono sofrido pelo povo nativo peruano, a coerção e a tristeza que, apesar de profundas, permanecem à margem, raramente vistas ou captadas diretamente.

A obra Mendoza está ligada a personagem feminina que luta, e sua luta é impercebível. Quando em seu poema *Nove monstros* (1938), ele diz: “ a dor cresce no mundo o tempo todo, cresce a trinta minutos por segundo, passo, a passo, E a natureza da dor, e a dor duas vezes” (MENDONZA, 1938), assim começa o romance de Eltit, pois lembrar é sofrer duas vezes ou mais, mais, mais infinita dor, pois essa é a “condição do martírio, carnívoro, voraz é a dor duas vezes” (MENDONZA, 1938), a máquina alegórica, estatal que engole a dor: “ A miséria cresce, irmãos, mais rápido do que a máquina, para dez máquinas, e cresce” , a ditadura cresce, aumenta a dor e os tramas surgem atingindo a todos

A obra *História, Memória, Literatura: O Testemunho na Era das Catástrofes* (2003), o autor Márcio Seligmann-Silva discute a relação entre trauma, memória e literatura, especialmente no contexto de catástrofes históricas, como o Holocausto. O trauma é apresentado como uma experiência limite, que desafia a linguagem e a representação, sendo difícil de narrar devido à sua natureza disruptiva. O autor explora como a literatura, por meio do testemunho, torna-se um espaço privilegiado para lidar com o trauma, ajudando a construir e preservar a memória de eventos traumáticos.

A reflexão sobre o testemunho: as aporias entre o lembrar e o esquecer e seus desdobramentos no debate entre a memória e a história. Aqui aparece o *Status* singular do “real” tal como ele aparece na abordagem do testemunho. Esse “real” exige uma nova *ética da representação*, na medida em que não se satisfaz nem como o positivismo inocente que acredita na possibilidade de se “dar conta” do passado, nem com o relativismo inconsequente que quer “resolver” a questão da representação eliminando o “real”.[...] Toda obra de arte, em suma, pode e deve ser lida como um testemunho da barbárie.(SILVA, 2020, p 09/10).

Seligmann-Silva destaca a importância do testemunho literário como um meio de dar voz a aqueles que viveram experiências extremas, sendo a literatura uma forma de articular

o que muitas vezes escapa às formas tradicionais de historiografia. Para ele, o trauma afeta tanto a vítima quanto a sociedade, e a literatura funciona como uma ponte entre o passado traumático e a necessidade de transmitir esse sofrimento às gerações futuras.

Assim, na obra, o trauma não é apenas uma questão psicológica, mas também uma questão cultural e histórica, que a literatura tenta traduzir, preservando a memória de eventos catastróficos que, de outra forma, poderiam ser esquecidos ou distorcidos.

SOBRE O ROMANCE

A obra rejeita qualquer compromisso com a cronologia e a linearidade, revisa episódios passados ao mesmo tempo em que examina o colapsado presente que compartilha com seu companheiro, a imagem alquebrada de um líder militante autoritário. A obra traz à luz uma releitura histórica que é, fundamentalmente, da ordem do sensível, o primeiro romance da Chilena Diamela Eltit publicado no Brasil é uma narrativa auto diegética guiada pela voz corpórea (com musicalidade, percebe-se a figura de linguagem sinestesia). Todas essas características que assinalamos confirmam se tratar de um romance psicológico.

Para esquadrihar a relação dialética que o passado estabelece com o presente e expor aquilo que incansavelmente atravessa o tempo histórico, Eltit se apropria de um dos traços mais angustiantes da ditadura militar chilena: “a prática do desaparecimento”.

Em certos momentos, parece ser mesmo uma narradora póstuma (ressalta-se que a morte aqui é subjetiva, trata-se de uma morte de alma); em outros, toma os contornos de alguém que se encontra ainda no campo da vida, pois a narradora sai para trabalhar e ganhar recursos, a morte de alma parece ocorrer quando ela se encontra no apartamento, junto com seu companheiro, afinal nesses momentos ela não consegue deixar de pensar na célula, no filho morto e nos fatos que ocasionaram a perda de companheiros militantes, então vem a dúvida: “Vamos morrer, você diz ou talvez diga: estamos mortos ou fomos mortos, você diz.” (ELTIT, 2017, p.73).

Talvez a narradora e sua companheiro foram mortos porque toda a revolução que antes sustentavam com seus próprios corpos já não existe mais, e já que eles não conseguem ser nada além da própria revolução, já que permanecem vivendo como se ainda fossem clandestinos, estão mortos pois a essência revolucionária que os constituía já não existe. O romance é um corpo- matéria, corpo político, corpo memória. Um corpo que é suporte, objeto e instrumento, ao mesmo tempo. A narrativa é em primeira pessoa, a personagem narra se apropriando inclusive das respostas do companheiro através de uma espécie de monólogo, que muitas vezes se inicia introspectivamente, não fica claro se existe um diálogo com seu companheiro, ou se tudo está em seu imaginário:

No entanto, continuo, continha uma ambiguidade, qual, você pergunta, que ambiguidade, escute com atenção, eu lhe digo: “os operários não tem pátria. Não se pode arrebatar aquilo que eles não possuem”. Ah, você me diz, chega, chega, você me diz, até quando, você murmura e levanta a voz para dizer, por

que você não traz uma xícara de chá estou com sede, quero chá, uma xícara, você me pede. (ELTIT, 2007, p.25)

A resposta a seus questionamentos é descrita pela própria personagem, evidenciadas pelas emoções e pensamentos, sendo assim, são memória e as sensações da personagem que conduzem a narrativa. E partindo do ponto de vista, no qual, a narração é conduzida, essa narração por ser subjetiva própria do sujeito, é alterada na visão do leitor, pois cada leitor traz consigo uma carga psicológica de si mesmo, característica do romance psicológico:

[...] romance psicológico sentimental, mesmo que haja diferenças entre eles com relação às tensões e rupturas estabelecidas entre o homem e sua posição no mundo, porque “a linguagem do romance é construída sobre uma interação dialógica ininterrupta com as linguagens que a circundam” (BAKTHIN, 1990, p.191)

A personagem rompe com o futuro, vive apenas o presente, como descrito na abertura da obra pelo tradutor Julián Fuks:

Estamos de novo fechados num espaço restrito, o interior do quarto beckettiano talvez, o quarto em cujas paredes ecoa uma mesma voz incessantemente. Outro, porém, é o delírio, outra a loucura que aqui se ordena – estamos entregues às lembranças infundáveis de uma vida atravessada pela política. A experiência da militância torna-se o centro de todas as lembranças, os muitos erros cometidos durante a resistência, erros que se reencenam no presente, na fricção entre os corpos, na inviabilidade de qualquer contato real, de qualquer entendimento. (FUKS, 2007, p.10)

A narradora personagem da obra revisa episódios passados ao mesmo tempo em que examina o trágico e solitário presente que compartilha com seu companheiro, a imagem alquebrada de um líder militante, secretário e ela uma copista, pois o nunca é o vazio que tortura de forma contínua.

Tudo é incerto em um romance psicológico, devido a ausência da materialidade sendo o objeto o pensamento, o devir, mas é possível perceber a história por detrás deste pensamento mostrando uma aliciação ideológica, dura e inflexível, que para os personagens lhes custa muito caro, como as perdas (do filho, dos companheiros ou da própria resistência) , não fica claro devido a obscuridade de um único pensamento, falta peças neste quebra cabeça, o que fica a cargo do leitor imaginar, poderia ser qualquer regime opressor se dissociar a obra do autor.

As questões alegóricas transmutam o pensamento do leitor como uma máquina de guerra como a fala de Walter Benjamin: “a alegoria é a máquina-ferramenta da Modernidade” (1985, p.143). Célula (resistência e a própria resistência); criança (a resistência ou ela mesma); marido ou companheiro (diretor da célula, resistência ou a própria resistência). “Máquina de guerra” é a teoria de Deleuze e Guattari, respectivamente filósofo e psicanalista, essa teoria afirma que: “um fluxo de guerra absoluta que escoar de um polo ofensivo a um polo defensivo e não é marcado senão por quanta (forças materiais e psíquicas que são

como que disponibilidades nominais da guerra)” (DELEUZE & GUATTARI, 2004, p. 97). Máquina de guerra descrita na teoria dos autores chama as estratégias de linhas de fuga, apesar de ser um conceito político e filosófico, a ideia de máquina de guerra pode funcionar no campo da literatura, como forma de resistência nas seguintes linhas de fuga que fogem da opressão dos regimes estatais opressores como: guerra da sexualidade, a guerra das repressões, a guerra da vida e da morte, a guerra das passagens.

Para Nietzsche em sua obra *Genealogia da Moral* (2009 p. 60 /61) a promessa e depois o abandono do estado após a consolidação do poder sendo que o esquecimento seria a guardiã da paz e da felicidade. E que não ser esquecido tem que se tornar o homem confiável, diz Nietzsche, foi feito com ajuda da moralidade do costume e da camisa de força social, e o não confiável a exceção deve ser punida:

Pode o subjugado falar? Pode o oprimido falar? Pode o desiludido falar? Pode o derrotado falar? Nas páginas deste livro não despontará nenhuma resposta precisa a essas questões fundamentais. Nas páginas deste livro, o subjugado, o oprimido, o desiludido, o derrotado, todos eles um só, uma só voz, falam.” (FUKS, 2007, p.09, prólogo de *Jamais o fogo nunca*).

A opressão em nome de uma moral de controle, a história é marcada por desmando em nome da ordem, o que é verdade? O que é bom? Estou certo ou errado? Onde o meu desejo deixa de existir? Onde a grande massa me consome e me uniformiza? Somos iguais ou diferentes? A obra da autora nos leva questionar o que tira a voz, direitos, o gado ruminante que segue o fluxo indesejado, mas coerente com a opressão, e os que se negam a ela são oprimidos e abandonados e punidos pelo estado opressor.

Lukács fala da importância da abordagem que envolvem os personagens, a genealogia a base de questões que dialogam com o leitor criando imagens acerca de uma sociedade em conflitos em relação ao um passado seja ele distante, próximo e quem sabe pretérito: “a ascensão e o declínio do romance histórico são consequências necessárias das grandes convulsões sociais dos tempos modernos, e provar que seus diferentes problemas formais são reflexo dessas convulsões histórico-sociais.” (LUKÁCS, 2011, p. 31).

O REGIME DITATORIAL E IMPORTÂNCIA DO PAPEL FEMININO

O papel das mulheres durante as ditaduras na América do Sul foi diverso e fundamental, tanto como vítimas quanto como protagonistas de resistência. Em regimes autoritários como os que ocorreram na Argentina, Chile, Brasil, Uruguai e outros países da região, as mulheres foram diretamente afetadas pela repressão, mas também desempenharam papéis centrais na luta contra esses regimes e na busca por justiça.

As Vítimas da repressão, durante as ditaduras sul-americanas, muitas mulheres foram perseguidas, presas, torturadas e mortas. Elas não apenas sofreram a violência física, mas também a violência sexual, usada como ferramenta de humilhação e controle.

Em países como a Argentina, as mulheres grávidas que eram detidas nas prisões militares tinham seus bebês sequestrados ao nascerem, o que levou a lutas como a das **Avós da Praça de Maio**, que até hoje buscam identificar essas crianças roubadas.

Protagonistas da resistência, em muitos casos, as mulheres foram as primeiras a se mobilizar contra as ditaduras. Um exemplo marcante é o das Mães da Praça de Maio, na Argentina, que se reuniam semanalmente para exigir informações sobre seus filhos desaparecidos. Esse movimento feminino desempenhou um papel crucial na denúncia dos crimes cometidos pelo regime militar argentino, desafiando a repressão de forma pacífica, mas poderosa. No Chile, mulheres também participaram ativamente de movimentos contra a ditadura de Pinochet, tanto no contexto de organizações populares quanto nas ruas.

Organizadoras de movimentos sociais, além dos movimentos de mães e familiares, muitas mulheres participaram ativamente na organização de movimentos sindicais, estudantis e de direitos humanos. No Brasil, durante a ditadura militar (1964-1985), mulheres foram fundamentais tanto na resistência armada quanto nas articulações políticas e sociais. Algumas se tornaram ícones da luta, como Zuzu Angel, que buscou denunciar o desaparecimento e assassinato de seu filho e acabou sendo morta por sua militância.

Transformação do papel feminino: A experiência de resistência feminina durante as ditaduras também contribuiu para mudanças nas percepções de gênero na América do Sul. Muitas mulheres que começaram sua atuação política em resposta às violências do regime tornaram-se líderes importantes nas lutas por igualdade de gênero e direitos das mulheres. A resistência durante esses períodos autoritários, portanto, foi uma porta de entrada para uma maior visibilidade e atuação das mulheres nas esferas públicas e políticas.

Assim, o papel das mulheres durante as ditaduras sul-americanas foi multifacetado: como vítimas, mobilizadoras e protagonistas de movimentos de resistência, elas desempenharam um papel essencial na construção da memória, da verdade e da justiça em relação aos abusos cometidos por esses regimes.

Sobre o papel das mulheres na ditadura chilena pode ser encontrada no trabalho de Julieta Kirkwood, uma socióloga e feminista chilena que destacou a resistência feminina durante o regime de Pinochet. Em sua obra “Ser política em Chile: los nudos de la sabiduría feminista”, Kirkwood afirmou:

A resistência das mulheres no Chile durante a ditadura militar não se deu apenas como uma resposta ao autoritarismo, mas como uma forma de reivindicar novos espaços de ação e participação política. Elas transformaram sua dor e perda em força coletiva, mostrando que o ato de cuidar, de amar e de preservar a memória também são atos profundamente políticos. (KIRKWOOD 1987)

Essa citação reflete como as mulheres chilenas não apenas resistiram ao regime de Pinochet em defesa de seus direitos e familiares, mas também desempenharam um papel crucial na redefinição do espaço político, transformando-se em protagonistas da luta por

justiça e pela democracia no Chile.

O enredo se constrói em torno de um casal que foram militantes enquanto a ditadura de Pinochet estava em vigência, ele secretário que ascende de posição dentro da célula, ela copista que deseja ascender dentro da célula, mas que não consegue devido a sua condição de mulher. Outras divergências podem ser percebidas e sinalizadas como distinções no modo como eles atuaram na militância e lidam com as consequências dessa atuação.

O homem enquanto líder possui grande influência dentro da célula, faz tudo pela revolução, mesmo quando o fracasso é eminente ele quer que a revolução prossiga, além disso, o fim da militância é sentido pelo seu corpo, sem a resistência seus ossos se calcificam, por isso ele fica na cama, se restringindo a poucos movimentos, e não quer falar sobre, pois para ele lembrar os fatos é como rememorar o próprio fracasso. Além disso, esquecer para esse homem é uma necessidade, porque como líder ele sente culpa de ter instigado pessoas a permanecerem e até se sacrificarem numa resistência que foi incapaz de vencer e promover a tão sonhada liberdade, o fracasso que deixou tantos mortos e desaparecidos se transforma em um peso que para ele é tão insuportável que o impede de viver no presente, o caso dele é como o caso dos alemães no pós-nazismo:

E por que os alemães dos anos 50 e 60 desejavam tanto esquecer, segundo Adorno? Porque o peso do passado era tão forte que não se podia mais viver no presente; esse peso era insuportável porque era feito não apenas (!) do sofrimento indizível das vítimas, mas também, e antes de tudo, da culpa dos algozes, da Schuld alemã. (GAGNEBIN, 2006, p.101)

Já a mulher não conseguiu papel de destaque dentro da célula, o máximo que conseguiu foi ser analista, suas ideias não foram respeitadas, seu próprio companheiro a desrespeita e não a defende quando ela é chamada de stalinista, essa mulher chegará a contestar a resistência, pois sabe que o preço da revolução incerta está sendo pago em vidas. Distintamente do parceiro ela sai e trabalha afinal seu corpo não sofre pela ausência da revolução e sim pelas perdas e feridas que a resistência lhe causou, ela quer lembrar, mas não consegue. O tempo todo ela insiste em tentar lembrar e recorre ao homem para preencher as lacunas, mas ele se recusa a falar e a repreende. Por que ela se recusa a esquecer? Por que mesmo sem lembrar dos detalhes ela insiste em narrar? Segundo Gagnebin:

É próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição. Assim, seu primeiro esforço consistia em tentar dizer o indizível, numa tentativa de elaboração simbólica do trauma que lhes permitisse continuar a viver e, simultaneamente, numa atitude de testemunha de algo que não podia nem devia ser apagado da memória e da consciência da humanidade. (2006, p. 99).

Logo podemos concluir que a mulher aceita o fim da militância, tentando levar a vida adiante, mas para isso ela precisa se lembrar e narrar como parte da reelaboração

do trauma, por isso a insistência em falar sobre. Já o seu companheiro, não aceita que a revolução chegou ao fim, ter fracassado é o seu ressentimento, ele sente culpa por não ter conseguido fazer a resistência ser um sucesso, assim como os alemães se culpavam por não terem conseguido impedir os algozes, ele precisa esquecer para conseguir continuar agindo como militante no presente, ainda que sua militância não seja mais necessária, ele não pode assumir que fracassou, afinal não sabe ser mais do que a célula.

Esse casal vive nas mesmas condições em que viviam durante a militância, se alimentam pouco e a mulher continua agindo com cautela na rua, o homem não sai de casa, e seu corpo é relatado como dolorido, atrofiado como se seus ossos se calcificassem por falta da militância. A relação dos dois se constrói durante a militância, e para eles é impossível deixar de viver assim, ainda que a revolução tenha acabado:

Sim, aquela precisa noite marcou o rumo do que ia ser a nossa própria vida, a dois. A vida exata depois que nos desprendemos daquela célula. Mas, embora o tempo não cesse de transcorrer, nunca, vivemos como militantes, austeros, concentrados nos nossos princípios. Pensamos como militantes. Estamos convencidos de que nossa ética é a única pertinente. Sabemos isso, isso é o que constatamos a cada instante. Entendemos que não podemos nos deixar avassalar por sentimentos comuns, sabemos que a história acabará nos dando razão. Não precisamos de nenhuma confirmação, nem sequer discuti-lo no interior da célula em que nos convertimos. Somos uma célula, uma única célula clandestina enclaustrada no quarto, com uma saída controlada e cuidadosa a cozinha ou ao banheiro. Você continua no posto de líder, você dirige. Eu tenho que obedecer. (ELTIT, 2017, p. 30)

A estrutura da célula permanece, o ambiente, a saída controlada, o homem líder, a mulher conseguem sair de casa e trabalhar para sustentar a si e ao companheiro, no entanto quando anda na rua conta os próprios passos, e faz de tudo para ser discreta. Além disso, sempre que está dentro do apartamento é atormentada pelas lembranças ou pela ausência delas. O fato é que mesmo a relação conjugal dos dois se converteu na própria relação das células militantes, onde ele mandava e ela obedecia. Ambos os corpos foram convertidos em célula revolucionária, dois corpos a mesma célula, eles deixam de ser indivíduos, como vemos no trecho:

Talvez o mais sensato fosse dizer de uma vez por todas: nosso corpo, para assumir que estamos fundidos numa mesma célula, na célula que somos e que nos dispara já em direção à crise, uma crise celular ou um estado celular deteriorado, sim, convertidos numa verdadeira república de células que nos ratifica como orgânicos ou congênitos demais, não me toque, não me toque com o pé, eu digo, meu tornozelo, não faça isso, tire o pé, tire o pé da cama. Tire o pé se for preciso, corte o pé, morra. (ELTIT, 2017, P.66)

A ideia ganha ainda mais força em: “Observei a máquina de morte exterminando a máquina celular. Dali em diante nos convertimos em meras células, só isso.” (ELTIT, 2017, P.67). A máquina de morte é a ditadura, a máquina celular é a revolução ou o próprio casal, com seus corpos desejantes de uma liberdade, e que se tornaram presos por outra

máquina utópica que seria a própria liberdade, que hoje longe das duas máquinas cria uma terceira que é a máquina pensante, a única livre para questionar, repensar seus pesares, mas sem um futuro desejante, que leva a dificuldade em superar o tempo. O corpo convertido em máquina celular (militante) acaba por exterminar o ser biológico, o problema é que acabada a revolução o corpo celular perde completamente seu propósito, no entanto não consegue retornar a sua condição individual e biológica novamente, mostrando que os efeitos causados pelo regime ditatorial são permanentes.

Nitidamente a vida pós-célula não transcorre, nas palavras da narradora: “Já transcorreram, de certa maneira, cinco década (não, não, não, mil anos). Cinco décadas que deslizaram sem dar mais que uma conta ultra precária do tempo, do meu, do nosso tempo. Aprisionados nas últimas cinco décadas que tiveram que nos conter.” (ELTIT, 2017, p.65) A resistência foi marcante para o casal, a tal ponto que permanecem célula militante ainda quando já está encerrada a revolução. Isso porque apesar do tempo transcorrer, os traumas ainda não passaram, a ditadura, a opressão, nada disso foi dissolvido ou reelaborado e é por isso que eles não conseguem viver o presente de outro modo, eles escolhem viver em um mundo irreal onde seus corpos ainda são necessários para se opor ao regime totalitário: “Na verdade, nos esquivamos da realidade de cada uma das décadas, só pudemos participar do seu perímetro como ínfimos roedores em perpétua fuga. No entanto, no entanto, eu lhe disse enfatizando a repetição, assim se constrói a história.” (ELTIT, 2017, p. 65) Ainda sim percebemos que a narradora possui consciência de sua condição e permanece nela porque julga ser o preço a pagar para se construir a história.

A NARRADORA DE ELTIT

Depois de todos os apontamentos realizados até aqui, podemos chegar ao consenso de que no decorrer da narrativa, o feminino desempenha um papel decisivo. Eltit escolhe para seu texto uma narradora não por acaso, a autora quer dar voz a um ser duplamente marginalizado, reprimido e silenciado, primeiro por se tratar de um corpo militante em estado de sobrevivência, depois por ser este corpo uma mulher. Em consonância,

É precisamente essa escolha que oportuniza o questionamento de cada uma de nossas equívocas naturalizações. Quando o relato vem de uma mulher, o opressor não é o mesmo. Ou, pelo menos, não é somente o mesmo. No relato de uma mulher ex-militante não há espaço para maniqueísmos simplistas. A opressão que nos assola – ontem e hoje – não escolhe espectro político. Aconteceu, como nos diz a narradora, a torto e a direito. (CARVALHO, 2020, p. 71).

No romance observamos que a mulher é oprimida não apenas pela violência de estado, a própria estrutura das células militantes é machista e opressora, nessa estrutura a personagem não consegue ganhar destaque, está sempre subordinada a homens que diminuem seu trabalho e a acusam de modo recorrente “Frentista, estalinista, assassina

louca.” (ELTIT, 2017, p.27) Mesmo o homem que ela elege como seu companheiro não a apoia nem a defende:

Ele me chamou de estalinista. Repetiu. Sei quem foi que disse isso, Martín (da beira da cama ele toca a própria cabeça, alardeia, exhibe seu contorno ostensivamente irregular, deteriorado). Tenho em minha retina seus olhos e os matizes de sua expressão, mas agora espero que seja você que diga quem foi, para assim escutar de seus lábios, dos seus, porque você não disse nada, em que ponto de deserção você estava, imperturbável, eu lembro. (ELTIT, 2017, p. 16, 17).

A condição de mulher dentro da célula não é nada agradável, ela não é reconhecida, ninguém vê diferença em seu trabalho de copista quando ela erra, e isso a coroe porque é como um atestado de sua falta de importância. Ela quer ser ativa na luta, quer ascender a uma posição de chefia. Quando isso está para acontecer seus planos são frustrados simplesmente por sua condição de mulher, ser mulher neutraliza sua capacidade e seus esforços:

Eu estava justo no ponto de ou no instante de, não sei, ser escolhida como chefe celular de um corpo que podia se converter em lenda. Quando o maneta Juan disse, esta boneca, pode ter dito, inclusive, bonequinha, percebi como minhas esperanças naufragavam e não pude senão me resignar. (ELTIT, 2017, p. 86, 87)

A lembrança acima é desencadeada pela dor que o homem sente em sua munheca, daí se desencadeia um jogo de palavras que Julián Fuks, o tradutor da obra, assume ser difícil de traduzir, explicando em nota de rodapé que a palavra *muñeca* em espanhol pode significar tanto boneca quanto munheca em português. Mais a frente na narrativa uma mulher grávida é agredida:

[...] a mulher grávida não consegue resistir à primeira paulada na cabeça e cai no chão da cozinha. A paulada na cabeça a entontece: sua força e seu ruído seco, ósseo. Entende que precisa se erguer, se levantar sobre os dois pés e tentar fugir, fazer isso já, ficar de pé, mas simultaneamente entende que o pau vai voltar a arremeter uma e outra vez, de maneira desordenada sobre seu corpo, a cabeça, as costelas, a perna, um pé e o braço.

Quebrou suas duas mãos.

Desta vez sim vai matá-la, um crime passional, mais um, o meu, exatamente neste dia e, quando passarem não mais de sete minutos, estará inanimada no chão da cozinha. (ELTIT, 2017, p.147)

Não sabemos se esses fatos narrados são literais ou metafóricos, afinal outras passagens da obra contam versões diferentes sobre a gravidez e a criança. Mas o fato é que a mulher grávida é a narradora, seu agressor é a militância que quebra suas duas mãos, impossibilitando sua ação, está concluído o jogo, o mesmo que a impede de ascender na célula a impede agora de se defender de seu agressor: a *muñeca* tanto como boneca, (metáfora para mulher frágil) quanto como munheca, (parte da mão, símbolo de trabalho,

ação) evidenciam como sua condição de mulher a impede de agir, assim como os líderes da militância limitam suas ações, seu agressor acaba com qualquer possibilidade de defesa ou reação quebrando suas mãos. O “ser mulher” é o suficiente para minar suas forças, a colocando em uma situação de violência, discriminação e anulação.

Uma versão distinta da morte do filho é narrada, mas algo é comum, em ambos os casos é a impossibilidade de ação que causa o maior trauma na narradora, a perda do filho: “Temos que nos apressar, levá-lo ao hospital. Ou você leva ou eu levo. Não, não, não, é impossível, impossível.” (ELTIT, 2017, p. 35) a criança, seu filho acabam morrendo por falta de socorro. A militância que a desprezou por ser mulher, agora tira sua ação, afinal se ela levar o filho para o hospital pode ser capturada e acabar expondo a célula, a consequência da falta de ação é a negação do direito de exercer a maternidade. Na realidade desde o início da gravidez o homem tenta convence-la a fazer um aborto, como ela insiste no propósito de ser mãe, Ximena ajuda traçando um plano para um parto clandestino, afinal ela, uma militante, não pode ir ao hospital, lá só encontraria a “possibilidade mais concreta de uma morte segura”, um plano adicional é traçado para se desfazer dos corpos caso o parto dê errado. E ao fim do romance encontramos:

Estamos falando das mortes, a do menino e a minha. Você me deu, eu sei, uma quantidade incrível de éter, assim você nos matou, com o éter. Essa foi sua tarefa, sua missão, esse o encargo da última partícula de célula que restava, tínhamos que morrer. Sim, exatamente. Ia ou íamos morrer porque assim decidiram você e Ximena, não é verdade? Chegaram a esse acordo depois de analisar um número considerável de fatores, quiseram proteger a si mesmos e proteger os átomos de células que ainda eram capazes de se sustentar. Sei que não houve nada pessoal nessa decisão, que se tratava de uma simples medida de segurança, embora urgente. (ELTIT, 2017, p. 164).

A voz feminina volta a ressaltar a culpa do companheiro e da militância na perda do filho e na sua morte, nesse trecho observamos a certeza da narradora de que o pai da criança age atendendo não as necessidades da mulher e do filho, e sim a necessidade das células, para ele a militância sempre esteve em primeiro lugar. Contudo, como elucidamos anteriormente, a resistência anula a condição de mulher da narradora personagem, tirando dela o direito a maternidade, a ascensão dentro da célula e até mesmo a feminilidade. Ela afirma: “Eu tinha me tornado uma não, não, nunca oficializada subalterna sua”. (ELTIT, 2017, p. 112). O poder exercido pela militância é transferido ao parceiro, e ela continua sendo subalterna, afinal o parceiro continua oprimindo a mulher assim como fora durante a vigência da resistência. Ele herda o poder e faz uso dele para silenciar essa mulher, mandando-a se calar sempre que tenta se lembrar das coisas vivenciadas no passado.

O romance de Eltit é antes de tudo a reivindicação de uma voz, é a resistência de uma mulher oprimida que parece aos poucos se rebelar contra seus opressores. Sua rebelião começa quando ela, mesmo sabendo que seria acusada de estalinista, como sempre, não deixa de manifestar sua opinião. A rebelião está na contestação da liderança.

O corpo dessa mulher grita por resistência de modo tão irracional, que nem ela mesma compreende, frente ao vestido vermelho:

Lutei para tirar as calças desorbitadas, a blusa amorfa, o colete, queimá-los, aniquilá-los na potência devastadora de uma fogueira e acudir cega ou virginalmente em direção ao vestido para renascer ou ressurgir ou evitar um destino marcado pelo excesso total de corpo, pela ausência de contornos, um corpo que tinha experimentado a história nua ou real, uma história que em toda extensão de seu tempo incomensurável teve que se dedicar sempre a aniquilar. Assumimos isso, tomamos a direção inamovível de uma escassez realmente militante, austera, os dois, sua austeridade, minha austeridade. A não ser naquele dia. *O que aconteceu naquele dia? O que aconteceu comigo ou conosco para que desencadeasse em mim a alienação de uma vitrine cosmética e reprovável? O que aconteceu em mim para que eu parasse e me entregasse a um desejo infame que rompeu a qualidade mais pétrea dos meus ossos? A imagem do vestido os debilitou, de certo modo, os desprezou: meus ossos aos meus ossos.* Meu olhar ávido, um desejo que explodiu imprevisível, que rompeu limites, cada uma das estratégias que tive ou tivemos que construir e que possibilitou que os ossos rodassem feito cacos rumo à mais incrível alienação. Sim, eu mesma, especializada em linguística e absolutamente consciente da rejeição como procedimento imperativo e liberador, *me vi diante de uma vitrine que me convocava em direção a um vestido tortuoso, desenhado para seduzir e fugir dos avatares de uma história, um vestido que ia me liberar da infâmia, que ia me distrair de um poder que finalmente tinha me perfurado até a medula dos ossos.* Sim, um poder que tinha ofendido a única consistência do corpo, que, sabíamos, era primordialmente ósseo. (ELTIT, 2017, p.112,114, grifo nosso.)

A tentativa de desvestir-se da roupa de militante e se apossar do vestido vermelho é a materialização do seu desejo de recuperar a liberdade para ser mulher, liberdade essa tolhida pelos opressores que apontamos até aqui. A luta para se livrar da roupa de militante é a necessidade que seu corpo tem de deixar de ser célula e recuperar sua condição de indivíduo, seus contornos de mulher. Sua rebelião é para recuperar o que o regime totalitário, a ação revolucionária e o companheiro tiraram dela, a possibilidade de ser ela mesma, um ser feminino.

Narrar mesmo sem se lembrar é o último ato de resistência dessa mulher. Ela recorre ao homem para lembrar, ele se recusa a ajudar e várias vezes ordena que ela se cale, cansada ela decide prosseguir na narrativa ainda que fragmentada sua memória. Narrará o que lembra, pois precisa narrar para reelaborar o trauma, essa consciência é o que faz dessa mulher um corpo-memória, em consonância:

Reescrever a História a partir dos restos. É o que faz essa mulher. Um corpo-memória que se nega a consentir com o próprio apagamento. Um corpo-memória que expõe sua potência política quando instaura um dissenso; quando reconfigura o passado no presente. Um corpo-memória que sabe que não estará salvo, que não poderá descansar enquanto não redimir o “tempo-do-agora”: “Mas eu não posso, não sei como dormir se não recupero a parte perdida, se não escapo do buraco nefasto do tempo que preciso atrair”. Um corpo-memória, enfim, que inspeciona avidamente cada uma das peças

que edificaram sua derrota perseguindo uma questão fundamental: como terminaram, ela e seu companheiro, naquele quarto insólito? (CARVALHO, 2020, p. 67).

Narrar é uma militância empreendida contra o parceiro que continua sendo líder, como se ainda estivesse em uma célula. Narrar também é um ato final de resistência contra o totalitarismo que mesmo quando chega ao fim aprisiona mentes e corpos. Quando fala, essa mulher não poupa seus opressores, ela os coloca lado a lado em posição de igualdade, parceiro, ditadura, militância. O trauma não é gerado apenas pelo regime ditatorial, esse corpo-memória também fora pisoteado pelo movimento de resistência, afinal a militância não passou de um projeto:

Um projeto que não admitia nem desvios, nem concessões; que ignorou a dimensão do desejo e desprezou o corpo e seus movimentos vitais. Uma racionalidade – ela parece sugerir – que a militância incorporou de seu opositor uma vez que, como ele, não hesitou em reprimir, controlar, uniformizar e transformar o corpo – sobretudo o seu corpo – num dispositivo totalmente disforme. (CARVALHO, 2020, p. 76)

A conclusão de que a militância foi também um de seus carrascos, pois acabou incorporando a racionalidade do totalitarismo, é cruel para essa mulher, afinal reconhecer isso é como admitir que todos os seus esforços e sacrifícios foram em vão. Nas lembranças da narradora não é possível dissociar o filho do século seguinte, afinal é por conta da ausência do filho que o século não vem, o tempo não transcorre. A medida que o filho não vinga o tão sonhado século de liberdade também não:

O século pena, ainda fala ou murmura a torto e a direito. Arrasta suas correntes tétricas e infantis, ri de si mesmo com gargalhadas destemperadas e patéticas. Eu escuto e me dá pena.

Morremos no meio de um parto atroz.

Não cheguei a dar à luz ao século que vinha. O menino. O meu, nasceu morto depois da minha morte. Um parto estéril.

Foi completamente inútil, Ximena. (ELTIT, 2017, p. 163, 164, grifo nosso).

Ela não conseguiu salvar nem o século vindouro nem o filho, no fim resta a ela mais que traumas e frustrações, resta também o questionamento, teria valido a pena? A conclusão é:

Tenho que levantar da cama, ir à cozinha, preparar o arroz, pôr no prato dois pães, só dois. Tenho que voltar ao quarto e passar o pente na minha cabeça quebrada, golpeada, tenho que inventar mãos para mim porque não posso sair assim à rua, não quero delatar você, não é oportuno nem necessário. Visto o agasalho. Olho o monte de células que já estão em deterioração avançada, paro nas células tacanhas e me dá uma vontade infinita de lhe dizer: levante daí, ou dizer: ressuscite de uma vez por todas e vamos sair para a rua com o menino, o meu, o de dois anos, meu menino amado, vamos leva-lo ao hospital. Precisamos leva-lo porque, depois de tudo, *já não temos mais nada a perder.* (ELTIT, 2017, p.168, grifo nosso).

A narradora de Eltit ao afirmar que já não há nada a perder assume que a militância, o parceiro e o totalitarismo tiraram tudo dela. Ao dedicar a sua vida e a de seu filho à revolução essa mulher não recebe nada em troca, todos os seus anseios por liberdade são frustrados, não foi possível a libertação proposta pela militância, também não foi possível à libertação de seu corpo feminino, seu direito a maternidade também não foi restituído, mas felizmente narrar torna possível ao menos a libertação de seu corpo-memória. A obra de Eltit é uma expurgação de traumas a serem revistos e reelaborados por todas as sociedades que já passaram por regimes opressores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opressão iniciada pelo Estado expande-se e acaba por contaminar até mesmo os movimentos que tentam combatê-la, gerando um ciclo de violência que permeia toda a sociedade. Nenhuma forma de violência pode ser justificada; nenhuma violência vale o sacrifício. É fundamental que vozes de resistência se ergam e não se calem. Como seres histórico-sociais, devemos revisitar o passado, falar sobre ele, pois há muito a ser expurgado nas histórias de países que enfrentaram regimes opressores.

Enquanto não realizarmos esse trabalho de resgate e revisão da memória, continuaremos, como as personagens deste livro, em diferentes graus, oprimidos, silenciados, vítimas de uma violência que persistirá até que obtenhamos respostas – mesmo que fragmentadas – e identifiquemos os responsáveis. O esquecimento imposto perpetua nossa condição de vítimas.

A opressão começa em pequenos núcleos, e à mulher, historicamente, foi transferida a carga da culpa, já que é forçada a formar indivíduos com preconceitos e conceitos preestabelecidos pela sociedade. Assim como Nietzsche afirmou, a sociedade cria sua própria moral e, no final, torna-se vítima dessa mesma moral.

A nova versão melhora a coesão e a clareza do texto, mantendo a profundidade e a força argumentativa da reflexão original.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó-SC: Argos, 1985.

_____. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó-SC: Argos, 2009.

ARAÚJO, Maria Rojanski. *Alegoria: Desvendamento da fábula "amoral" de Wilson Bueno em cachorros do céu*. Anais do SILEL. Volume 2. Número 2 Uberlândia: EDUFU, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 2.ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1990.

BIONDI, Angie & DAFFERNER, Sílvia. O corpo como testemunha: políticas da escritura feminina em Diamela Eltit, *Revista Decifrar*, Vol.8, N.16, p. 90, 24 de mar de 2021.

CARVALHO, Camila. *O anjo da História tem corpo de mulher: estética e política em Jamais o fogo nunca*. 2020. Dissertação de mestrado UFMG. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/35104/1/O_anjo_da_historia_tem_corpo_de_mulher_CamilaCarvalho.pdf. Acessado em: 01/ago/2022.

ELTIT, Diamela. *Jamais o fogo nunca*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

KIRKWOOD, Julieta. “Ser política en Chile: los nudos de la sabiduría feminista.” Santiago: Editorial Cuarto Propio, 1987.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTÍNEZ, Laura Lara. “Messianismo político e legitimação religiosa na Espanha e no Chile no século XX: um estudo histórico político de sociologia da religião”. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, ano 4, ed. 11, set./dez. 2010.

MOTTA, RODRIGO PATTO SÁ. *Pinochetismo e guerra social no Chile(1937-1989)*. In: “Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.” Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

PEDRO, Joana Maria. WOITOWICZ, Karina Janz. “O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo”. *Dossiê gênero, feminismo e ditaduras*. Ano X, n. 21, 2o. Semestre 2009, (43-55) – ISSN 1518-4196.

SILVA, Márcio Seligmann. *História Memoria Literatura: O testemunho na era das Catástrofes*. Campinas, São Paulo SP, 2020.

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO: UMA JORNADA DO ANTIGO AO DIGITAL

Data de submissão: 10/10/2024

Data de aceite: 01/10/2024

José Arivaldo Moreira Prado

Mestrando do PPGCI/UFS
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/6253183056494343>

Valéria Aparecida Bari

Professora Dra. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/PPGI/UFS
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>

RESUMO: Esta pesquisa, por meio de uma revisão narrativa da literatura, aprofunda a análise qualitativa das principais discussões sobre Organização do Conhecimento e da Informação (OCI). Objetiva-se contextualizar as transformações na organização de documentos e conceitos, no âmbito da Ciência da Informação (CI), com enfoque no impacto da Sociedade em Rede sobre as práticas contemporâneas de OCI. O referencial teórico, embasado em autores clássicos da CI, traçou um panorama histórico-conceitual da OCI. A evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) foi associada às práticas e processos

de organização, com destaque para a teoria da informação na sociedade contemporânea e seu impacto nas tipologias documentais no contexto da Gestão da Informação (GI). A pesquisa aprofundou a discussão sobre Sistemas de Classificação e Representação da Informação e do Conhecimento, analisando a construção de linguagens documentárias, seus sistemas e processos, bem como os sistemas de representação da informação, no que diz respeito à recuperação da informação. A pesquisa conclui que a Ciência da Informação (CI) tem impulsionado o protagonismo da Organização do Conhecimento e da Informação no contexto social atual, com destaque para os temas de memória, identidade e representação documental de grupos sociais e étnicos. Essa área do conhecimento, marcada por um mosaico interdisciplinar, fortalece a curadoria da informação e de seus registros.

PALAVRAS-CHAVE: Organização do Conhecimento e da Informação; documentação; recuperação da informação; Ciência da Informação.

ORGANIZATION OF KNOWLEDGE AND INFORMATION: A JOURNEY FROM ANCIENT TO DIGITAL

ABSTRACT: This research, through a narrative literature review, delves into a qualitative analysis of the main discussions on Knowledge Organization (KO). It aims to contextualize the transformations in the organization of documents and concepts within the field of Information Science, with a focus on the impact of the Network Society on contemporary KO practices. The theoretical framework, grounded in classic authors of Information Science, outlines a historical and conceptual overview of KO. The evolution of Information and Communication Technologies (ICT) has been associated with organizational practices and processes, with emphasis on information theory in contemporary society and its impact on document typologies within the context of Information Management. The research delves deeper into Classification and Information and Knowledge Representation Systems, analyzing the construction of documentary languages, their systems and processes, as well as information representation systems, regarding information retrieval. The research concludes that Information Science has driven the protagonism of Knowledge Organization in the current social context, with a focus on the themes of memory, identity, and documentary representation of social and ethnic groups. This field of knowledge, marked by an interdisciplinary mosaic, strengthens the curation of information and its records.

KEYWORDS: Knowledge and Information Organization; documentation; information retrieval; Information Science.

1 | INTRODUÇÃO

A Organização do Conhecimento e da Informação (OCI) é uma disciplina fundamental para pesquisadores de pós-graduação no campo da Ciência da Informação (CI). Desde os primórdios da civilização, a acumulação de suportes de conhecimento, como manuscritos, artefatos e documentos, e suas respectivas linguagens de registro, tem desempenhado um papel estratégico nas sociedades humanas. Esses registros não apenas servem como repositórios de saber, mas também como ferramentas de poder que, historicamente, ajudaram a definir distinções sociais, culturais e econômicas. A capacidade de organizar e acessar esse conhecimento foi, e continua sendo, crucial para superar os desafios impostos pela natureza, pelas guerras e pela necessidade de avanço civilizatório.

Segundo Hjørland (2008), a OCI configura-se como um campo de estudo que abrange os processos e sistemas empregados para organizar documentos, informações e conceitos. Trata-se de um domínio interdisciplinar que transcende a simples organização de conteúdos, tocando em aspectos epistemológicos e sociais que influenciam a forma como o conhecimento é produzido, estruturado e acessado.

A Biblioteconomia, campo de estudo da CI, desempenha um papel central neste processo, fornecendo as bases metodológicas e teóricas para a organização e recuperação eficiente da informação, ou seja, é uma área que cientificamente e tecnicamente fornece as bases metodológicas e teóricas para a organização e recuperação eficiente da

informação. No entanto, o próprio Hjørland (2008) argumenta que esses campos precisam ser complementados pela sociologia do conhecimento e, em um nível mais amplo, pela metafísica, pois a OCI não se restringe à simples classificação ou catalogação, mas também envolve a compreensão das dinâmicas sociais que moldam o conhecimento.

Segundo Cordovil e Francelin (2023), a construção do conhecimento é um processo eminentemente sociocultural, moldado pelas dinâmicas sociais. A experiência prática demonstra que o uso, o tratamento e o fluxo da informação e do conhecimento são influenciados por fatores sociais, políticos, econômicos, culturais e institucionais, indicando uma construção coletiva do conhecimento.

Em estudo recente, Lehmkuhl e Silva (2023) destacam a importância do conhecimento do arquivista e sua equipe na organização do conhecimento e da informação. Ao caracterizarem a informação como um processo e o conhecimento como um ato cognitivo, os autores demonstram que a organização do conhecimento é fundamental para o desempenho das funções arquivísticas. O conhecimento específico do arquivista, adquirido a partir da necessidade de avaliar e destinar documentos, desempenha um papel central nesse processo.

A discussão sobre OCI evidencia a transformação que a área da CI tem experimentado com o avanço das tecnologias digitais. A adoção de ferramentas e sistemas de gerenciamento de informação cada vez mais sofisticados tem ampliado as possibilidades de organização e recuperação do conhecimento, superando os limites dos sistemas de classificação tradicionais. No entanto, a crescente influência de algoritmos e inteligência artificial na organização da informação levanta questões sobre neutralidade, viés e acesso equitativo ao conhecimento, demandando uma reflexão ética e filosófica sobre os impactos dessas novas tecnologias.

Através de uma revisão narrativa da literatura, este estudo qualitativo e de natureza básica tem como objetivo analisar as transformações nas Práticas de OCI na CI, com foco no impacto da Sociedade em Rede. A pesquisa busca contextualizar as mudanças nas formas de organizar documentos e conceitos, evidenciando as influências das tecnologias digitais e da conectividade na OCI.

2 | A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

A acumulação de documentos, com suas respectivas linguagens de registro, constituiu um elemento estratégico nas sociedades antigas. Esses registros, que englobam desde objetos até textos escritos, permitiram a preservação do conhecimento acumulado e proporcionaram ferramentas essenciais para o enfrentamento de desafios complexos, como os decorrentes de fenômenos naturais, conflitos bélicos e a necessidade de avançar no processo civilizatório.

A transição para a Idade Média evidenciou a insuficiência da memória individual para a gestão eficiente de documentos. A crescente complexidade das sociedades e a acumulação de conhecimento exigiram o desenvolvimento de sistemas mais estruturados para a organização, preservação e recuperação da informação. A necessidade de documentar métodos e técnicas de organização tornou-se imprescindível para garantir a acessibilidade e a longevidade do conhecimento registrado, ou seja, torna-se necessária a documentação de métodos e técnicas de organização.

A história da OCI revela uma evolução constante, marcada por tentativas de superar as limitações da memória individual. Na Idade Média, a crescente produção de documentos e a necessidade de preservá-los para as futuras gerações impulsionaram o desenvolvimento de sistemas mais estruturados de organização. As *Pinakes* de Calímaco, um dos primeiros catálogos conhecidos, exemplificam essa tendência, demonstrando a preocupação em estabelecer critérios claros para a classificação e recuperação da informação.

Vieira (2014) destaca o papel do Renascimento na transformação da produção e disseminação do conhecimento. Com a expansão da cultura laica e o declínio do teocentrismo medieval, observou-se um crescente interesse pela cultura clássica e pela investigação científica. Esse movimento impulsionou a produção de livros e a formação de bibliotecas particulares, democratizando o acesso ao conhecimento e estimulando a criação de novas formas de organizar, classificar e descrever a informação, suas fontes e origens.

Tanus (2015) argumenta que o Renascimento foi um período fundamental para a construção de identidades culturais e nacionais, processo intimamente ligado à OCI. A proliferação de bibliotecas e a produção de ferramentas de pesquisa, como bibliografias e catálogos, permitiram a preservação e a disseminação do patrimônio cultural. A classificação e a organização dos acervos, além de facilitar o acesso à informação, contribuíram para a construção de narrativas históricas e a formação de identidades coletivas. Nesse contexto, a Biblioteconomia emergiu como uma disciplina fundamental para a gestão e a preservação do conhecimento, desempenhando um papel crucial na construção das sociedades modernas.

A reprodutibilidade técnica do livro, proporcionada pela imprensa, foi um fator fundamental para a evolução do conhecimento científico. A possibilidade de disseminar rapidamente novas ideias e descobertas científicas permitiu a construção de comunidades científicas mais conectadas e colaborativas. A necessidade de organizar e classificar o crescente volume de publicações científicas impulsionou o desenvolvimento de sistemas de catalogação e indexação mais sofisticados. A codificação, a sistematização e a padronização de registros bibliográficos se tornaram essenciais para a construção de bases de dados e a realização de pesquisas bibliográficas, contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas.

Isso levou a avanços em codificação, sistematização e padronização, culminando

na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação promovida pela IFLA em 1961, conhecida como “Princípios de Paris”.

2.1 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) impulsionaram uma profunda transformação na forma como a informação é acessada, organizada e compartilhada, impactando significativamente a Biblioteconomia. O advento da era digital expandiu o conceito de biblioteca, antes restrito a um espaço físico, para um centro dinâmico de acesso à informação no mundo virtual. Ferramentas digitais como bases de dados online, plataformas de pesquisa e repositórios digitais revolucionaram a OCI, facilitando a busca, o acesso e o compartilhamento de informações em escala global. Essa nova realidade exige que os profissionais da Biblioteconomia dominem as ferramentas e tecnologias digitais para organizar, classificar e disponibilizar o conhecimento de maneira eficiente e eficaz. A integração das TIC à Biblioteconomia impulsiona a democratização do acesso ao conhecimento e redefine o papel da biblioteca no mundo contemporâneo.

A convergência das mídias para o ambiente digital revolucionou a forma como organizamos e acessamos a informação. A explosão de dados e a diversidade de formatos exigiu o desenvolvimento de sistemas de OCI cada vez mais sofisticados (Pereira, 2018). Segundo o autor, a adoção de ontologias e esquemas de classificação compartilhados, que permitem a representação unificada de conceitos em diferentes sistemas, tornou-se fundamental para a realização de buscas eficazes e a integração de informações provenientes de diversas fontes. A interoperabilidade entre sistemas heterogêneos, ou seja, a capacidade de diferentes sistemas trocarem e utilizarem informações de forma transparente, é um dos grandes desafios e oportunidades da atualidade (Pereira, 2018).

Com a transição para o ambiente digital, a centralidade dos suportes físicos na OCI foi drasticamente reduzida. A informação, desmaterializada e fragmentada em bits, tornou-se o foco das estratégias de busca. Os conceitos, antes implicitamente presentes nos suportes físicos, ganharam protagonismo, sendo representados de forma estruturada e permitindo a realização de buscas mais precisas e abrangentes. A convergência das mídias digitais possibilitou a criação de sistemas de OCI capazes de identificar e relacionar conceitos em diferentes contextos, superando as limitações impostas pelos suportes tradicionais.

Influenciado pelas iniciativas da Federação Internacional de Documentação (FID) e impulsionado pelo contexto da Guerra Fria e da corrida espacial, Alexander Ivanovich Mikhailov desempenhou um papel fundamental na consolidação da teoria da documentação na União Soviética. Sua teoria, que se diferenciava de outras abordagens por [inserir as principais características da *teoria de Mikhailov*, teve um impacto significativo na organização e recuperação da informação no país (Santos Júnior, 2021).

Em 1969, Mikhailov fundou o VINITI, um instituto de pesquisa dedicado à CI, que rapidamente se tornou um centro de excelência internacional. Vinculado à Academia de Ciências da Rússia, o VINITI tinha como missão fornecer informação científica e técnica de alta qualidade para pesquisadores e especialistas soviéticos. Através de suas diversas atividades, como a edição do *International Forum on Information and Documentation* e a colaboração com a FID, o VINITI contribuiu significativamente para o desenvolvimento da CI, tanto no âmbito nacional quanto internacional. (Santos Júnior, 2021).

O legado de Mikhailov e do VINITI é duradouro. Suas ideias e práticas influenciaram gerações de pesquisadores e profissionais da informação, e o VINITI continua sendo uma referência na área, mesmo após as profundas transformações ocorridas na Rússia após a queda da União Soviética.

A teoria da informação na união soviética recebe o nome de INFORMATIKA. Nesse sentido, o Paradigma Físico da CI foi o predominante neste aporte teórico.

3 | TIPOS DE DOCUMENTOS E SUA ANÁLISE

Ao longo da história, o conceito de documento passou por significativas transformações. Inicialmente compreendido como um mero registro de fatos ou ideias, o documento, a partir do século XX, ampliou seu significado. Passou a ser visto não apenas como um suporte físico para a informação, mas também como um artefato cultural que carrega em si a materialidade e a história de uma determinada sociedade. Essa nova perspectiva desvincula o documento de sua função original de registro e o eleva à condição de testemunho material da experiência humana, englobando desde objetos cotidianos até edificações complexas.

Na CI, autores como Paul Otlet e Suzanne Briet ampliaram o conceito de documento, como descrito por Gugliotta:

[...] a Ciência da Informação cada vez mais em seus estudos sobre documentos se remetem a Paul Otlet por reconhecerem no jurista belga o pioneiro em buscar uma maior precisão para o conceito de documento. Assim, coube a Paul Otlet iniciar a marcha pela ampliação do conceito de documentos que poderia incluir tanto os impressos como imagens, gráficos e até objetos (Gugliotta, 2017, p. 321).

Por sua vez, a presença da nova definição de documento aproxima campos profissionais que antes eram distanciados, pois o seu objeto passa da curadoria de registros para a Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC): Biblioteconomia, Arquivologia, Arqueologia, Museologia, Comunicação, História e Educação.

Os documentos são registros de informação, podendo ser classificados em:

- a) Documentos Intrínsecos: Livros e monografias.
- b) Documentos Extrínsecos: Documentos de arquivo.

c) Materialidade ou Realia: Documentos que não constituem registro linguístico, mas são passíveis de análise.

Esses documentos podem ser categorizados em primários, secundários, terciários e quaternários, cada um com suas particularidades e funções:

- Documentos primários: Fontes de informação extrínsecas e intrínsecas, que são ativos em relação a atualidade e função.
- Documentos secundários: Documentos de conteúdo analítico, em relação às fontes primárias, ou cujas informações são valorizadas cientificamente e historicamente além de sua função primária.
- Documentos Terciários: O primeiro documento terciário foi o catálogo. O catálogo e outros sistemas de organização e recuperação, criados por meio dos processos técnicos, são atribuição dos profissionais da informação.
- Documentos quaternários: Documentos referentes à POC e SOC, utilizados nos processos técnicos.

Sistemas de OCl, são estruturas conceituais construídas a partir de vocabulários controlados. Esses vocabulários são derivados da linguagem natural, mas são rigorosamente selecionados, hierarquizados e padronizados para mapear e recuperar informações contidas em diversos registros. Através desses sistemas, é possível estabelecer relações entre conceitos e facilitar a busca e a recuperação de conteúdos específicos.

Os sistemas de classificação surgiram como as primeiras ferramentas de organização da informação, com o objetivo específico de gerenciar o crescente volume de dados. Discutidos amplamente pela Federação Internacional de Documentação e Informação (FID) desde o primeiro congresso mundial de 1937, esses sistemas evoluíram ao longo do tempo, acompanhando as mudanças sociais e científicas (Viana, 2015).

Segundo Bezerra et al. (2013), até os anos 1990, quando os suportes de informação eram predominantemente físicos, os sistemas de classificação desempenhavam um papel crucial na organização física dos materiais em bibliotecas e arquivos, além de servir como base para a criação de catálogos e índices, facilitando a busca e a recuperação da informação. Podem ser exemplificados, em Biblioteconomia, pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC), entre outras.

A criação dos sistemas de classificação possibilitou o desenvolvimento de ferramentas e recursos indispensáveis para a organização e o acesso à informação. Graças a eles, surgiram os catálogos sistemáticos, tanto em formato físico (fichários e impressos) quanto digitais (OPACs), além de sistemas de metadados (como MARC e Dublin Core) que descrevem e estruturam os recursos informacionais. Esses avanços culminaram na criação de bases e bancos de dados pesquisáveis, facilitando significativamente a busca e a recuperação da informação.

4 | SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Os sistemas de classificação, discutidos pela FID desde 1937, foram desenvolvidos para organizar de forma lógica e hierárquica as fontes de informação, acompanhando a evolução do conhecimento científico e social. Exemplos emblemáticos desses sistemas são a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal, que por décadas serviram como pilares para a organização de bibliotecas e centros de informação em todo o mundo

A representação da informação na CI envolve a produção de documentação terciária e quaternária, sendo a primeira composta por instrumentos analíticos de recuperação e a segunda, por sistemas de recuperação de informação. Ou seja, é a atividade criativa de produção de documentação terciária e quaternária. Enquanto a documentação terciária se caracteriza como a composição de fontes ou instrumentos analíticos de recuperação de informação, a documentação quaternária se caracteriza como a composição de sistemas de recuperação da informação.

A OCI, por meio da documentação terciária e quaternária, possibilita a criação de bases de dados que facilitam a recuperação da informação. Essas representações estruturadas do conhecimento não apenas agilizam o acesso a fontes primárias e secundárias, mas também potencializam a experiência do leitor. Ao oferecer ferramentas para a descoberta e a organização de conteúdos, a organização da informação promove a autonomia do leitor e facilita a personalização da experiência de leitura, alinhando-a com seus interesses e preferências.

A representação do conhecimento e da informação criam a documentação terciária e quaternária, que possibilitam a recuperação da informação organizada em bases de dados, por meio de compilação ou acesso às fontes nas quais elas encontram-se registradas. As experiências de fruição da leitura literária também são potencializadas pela OCI, sendo que as representações criam autonomia e promovem uma mediação documental dos conteúdos e preferências leitoras.

Os sistemas de recuperação de informação baseiam-se em linguagens artificiais, ou documentárias, que diferem das linguagens naturais por sua estrutura rígida e controlada. Essas linguagens, embora limitadas na expressão de nuances e complexidades, são eficazes na representação concisa e precisa tanto da informação quanto das necessidades de busca, tornando possível a construção de sistemas de recuperação eficientes. A representação da informação em linguagens documentárias permite a indexação e a recuperação de documentos de forma rápida e precisa, facilitando o acesso à informação por parte dos usuários.

Quando os conceitos dos sistemas de recuperação são enriquecidos pelas expressões correntes do discurso e a caracterização regionalizada da linguagem natural, o

sistema possui *folksonomia*. A *folksonomia* encontra-se entre as teorias da representação temática e descritiva mais recentes, que correspondem ao Paradigma Social da CI.

4.1 Construção das linguagens documentárias

A construção de linguagens documentárias, impulsionada pelas TIC, pode basear-se em dois princípios fundamentais: as necessidades e características dos usuários e da comunidade em que atuam, seja ela a comunidade discursiva ou a comunidade servida por uma unidade de informação.

Na CI, comunidades são grupos de indivíduos com interesses e conhecimentos em comum que interagem em torno da informação. Suas necessidades informacionais, relações de pertencimento e práticas de construção do conhecimento definem a comunidade e a unidade de informação que melhor atende às suas demandas. Os estudos iniciais sobre comunidades, focados no perfil do leitor e em suas competências informacionais, contribuíram para o desenvolvimento do paradigma cognitivo na área

Com a digitalização de acervos e as evoluções nos serviços informacionais remotos síncronos e assíncronos, a influência da comunidade vem crescendo e a OCI vêm se especializando na customização dos relacionamentos de representação das informações e das questões de busca.

Comunidades científicas são redes de comunicação onde se inserem as comunidades discursivas, formadas por especialistas que produzem e compartilham conhecimento. Estas comunidades, por meio de suas interações e publicações, geram o conteúdo a partir do qual são construídas as linguagens documentais, as quais servem como base para a recuperação da informação.

[...] as comunidades discursivas compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. mas se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. a história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento (Nascimento, 2006, p.31).

Na OCI, a construção do conhecimento se dá a partir da análise de argumentos teóricos e empíricos, que permitem a formação de conceitos. Esses conceitos, extraídos de discursos especializados, são unidades coerentes que servem como base para a criação de sistemas de descrição, tematização e representação. A análise de domínio, que leva em consideração as comunidades e suas práticas, é fundamental para garantir que a informação seja relevante e útil para os usuários.

É possível construir uma linguagem documentária por meio da prospecção de conceitos dos campos teóricos representados, seu controle e sua hierarquização. Quando

isso se dá por meio de conceitos aplicados a uma comunidade discursiva, a representação leva à necessidade da análise de domínio. O estudo dos conceitos de Disciplinaridade, Comunidade, Especialidade, Profissões e Contexto compõem o que se chama de Análise de Domínio, e se refere ao conjunto de conhecimentos que podem ser agregados por uma mesma propriedade válida (no passado, chamada de ramo). A “Análise de Domínio é a primeira abordagem que visa a uma fundamentação metodológica de forma sistemática para Organização do Conhecimento” (Hjørland, 2008, p. 90). Segundo Hjørland e Albrechtsen:

O paradigma da análise de domínio na Ciência da Informação (CI) afirma que a melhor maneira de compreender a Informação é estudar os domínios de conhecimento como o pensamento ou discurso das comunidades, que são partes da divisão do trabalho da sociedade. Formas de organização do conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, de linguagem e comunicação, sistemas de informação e critérios de relevância são reflexos dos objetos do trabalho dessas comunidades e de seu papel na sociedade. Na psicologia, o conhecimento do indivíduo, as necessidades de informação e critérios subjetivos de relevância devem ser vistos nesta perspectiva (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400).

Para que as comunidades de usuários encontrem a informação de forma mais eficiente, é preciso que as linguagens utilizadas nos sistemas de recuperação sejam mais flexíveis e inclusivas. Ao incorporar expressões comuns e regionalismos, esses sistemas se aproximam da folksonomia, permitindo buscas mais precisas e relevantes.”

Na Organização Social do Conhecimento o que interessa é o método histórico, as investigações sociológicas e as perícias bibliométricas. Então, a fonte de prospecção de conceitos e noções é o discurso das comunidades de interesse e comunidades de prática, como utilizam e recuperam a informação especializada.

Os estudos de comunidade fornecem um ponto de partida crucial para a implementação de Processos de Organização do Conhecimento (POC). Ao analisar as necessidades e práticas das comunidades de usuários, é possível desenvolver linguagens documentárias mais precisas e eficazes. A aplicação dessas linguagens em Sistemas de Organização (SOC) permite otimizar a recuperação da informação, facilitando o acesso ao conhecimento e impulsionando a inovação.

5 | SISTEMAS E PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA INFORMAÇÃO

Os sistemas de classificação representaram um marco inicial na Organização da Informação (OI), com um enfoque específico nas fontes de informação. Desde o primeiro Congresso Mundial de Documentação Universal, em 1937, organizado pela FID, esses sistemas foram objeto de debates globais. Inicialmente concebidos para atender às demandas de um contexto social e científico em constante transformação, os sistemas de classificação desempenharam um papel fundamental na organização e acesso à

informação. Na era dos suportes físicos, além de facilitar a busca e a recuperação de documentos, esses sistemas também guiavam a organização física das coleções e a criação de catálogos, moldando a forma como as bibliotecas e os centros de informação eram estruturados.

Podem ser exemplificados, em Biblioteconomia, pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU), Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC), entre outras.

Com os sistemas de classificação, foi possível criar os catálogos sistemáticos (fichários e impressos), os catálogos digitais (OPAC), os sistemas de metadados (MARC, Dublin Core etc.), as bases e bancos de dados pesquisáveis na atualidade.

No período posterior à Segunda Guerra Mundial, ou seja, a partir de 1945, a CI passou por um momento evolutivo, que muitos pesquisadores identificam como sua real origem. Esse marco temporal é identificado por Vannevar Bush, em 1945, no seu artigo “*As we may think*”, no qual era caracterizado o crescimento exponencial de conhecimento em ciência e tecnologia, que ele chamou de explosão informacional na ocasião. Segundo Amorim Neto:

Bush evidenciou que os sistemas de classificação e indexação existentes eram limitados, e introduziu a noção de associação de conceitos ou palavras na organização da informação. portanto, os processos de tratar e, armazenar e recuperar a informação deveriam ser operacionalizados por essa mesma associação de conceitos, assim como é o padrão do cérebro humano (Amorim Neto, 2013, p. 13).

A escolha de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) deve ser realizada com base nas características e necessidades da comunidade de usuários. É fundamental considerar os aspectos sociais, culturais e tecnológicos da comunidade, adaptando o SOC às suas práticas e recursos. A adoção de tecnologias avançadas, por si só, não garante o sucesso da implementação. A proficiência dos usuários e a relevância do sistema para suas atividades cotidianas são fatores cruciais para a efetividade da ferramenta.

Ainda é adotada, em muitas unidades de informação, para o conjunto das práticas de SOC e dos Processos de Organização do Conhecimento (POC) o termo coloquial “Processos Técnicos”. Este termo se reveste de grande importância, uma vez que descreve as atividades privativas da Biblioteconomia no Brasil.

Os Processos de Organização do Conhecimento (POC), aplicados às fontes e informação, como objetos passíveis de representação no Sistema de Organização da informação (SOC) são:

- A descrição;
- A nomeação;
- A abstração;

- A catalogação (representação descritiva);
- A classificação (representação temática);
- A indexação (representação temática).

Ao aplicar às linguagens documentárias na representação descritiva e temática, os profissionais da informação, com ênfase no trabalho dos bibliotecários, geram pontos de acesso, que por sua vez geram os atuais campos descritivos da informação e suas fontes. Os campos de acesso adotados pelos Princípios de Paris são: título, autor, assunto, data, data, local. O aprofundamento dos catálogos se deu por meio de descrições analíticas (detalhadas), assim como o resumo indicativo. Esses procedimentos geram os campos de acesso, que são incorporados aos atuais portais digitais das unidades de informação (OPAC), como representações.

6 I SISTEMA NOCIONAL E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Às relações entre os conceitos e terminologias adotadas por um sistema de recuperação, chamaremos de sistema nocional. O sistema nocional organiza a hierarquização e as relações de pertencimento, espaço e tempo, entre os conceitos, em um sistema de recuperação. Ele depende da epistemologia, da hermenêutica, da organização intelectual e social do domínio pesquisado.

A simples adoção de indexadores permite interpretações que estão sujeitas à dinâmica da língua, cultura e regionalidades, e pode induzir ao erro dos instrumentos documentários e ruído na recuperação da informação representada.

Epistemologia é um estudo discursivo que determina se um domínio é científico, profissional, especializado ou leigo. Isso é feito com base nos princípios lógicos, valor social e importância objetiva do domínio estudado. A epistemologia vai se concentrar na produção do conhecimento científico, ou seja, aquele que é passível de teste, inclui fundamentos, validade (que termina), consistência e principalmente de limites (tamanho e profundidade do domínio).

Relacionando-se com a metafísica, ou seja, aqueles conhecimentos sobre os quais não se pode testar a eficiência, nem se pode provar a origem ou fazer experimentações, eles são preferencialmente validados pelo “doxa”.

No paradigma religioso da Antiguidade e Idade Média, o doxa foi hipervalorizado, em detrimento da epistemologia, para negar o desenvolvimento de conhecimentos de natureza especializada, profissional e científica, como estratégia de poder político, para autorizar destruição da natureza, extermínios de vida animal e humana, poluição, dominação, entre outros efeitos funestos.

No paradigma positivista da modernidade, a epistemologia foi hipervalorizada, em detrimento do doxa, para negar o desenvolvimento de conhecimentos de natureza

metafísica, como estratégia de poder político, para autorizar a mesmíssima destruição da natureza, extermínios de vida animal e humana, poluição, dominação, entre outros efeitos funestos.

Percebendo que negar a epistemologia ou o doxa faz parte de estratégia de poder político, não de construção de conhecimento, a academia evoluiu seus procedimentos de construção de conhecimento, embora ainda ocorram embates vindos da mentalidade e tradição anteriores.

No século XXI, sob o paradigma Pós-Moderno, a epistemologia e o doxa encontram-se em processo de valorização e equilíbrio, revelando a riqueza de teorias e aproximações que tem sido praticada na academia em nível mundial. Sendo assim, temos formações e pesquisas acadêmicas nos campos da filosofia, psicologia, parapsicologia, religião, da arte e estética.

Quanto a Hermenêutica, ela se refere à interpretação da “mensagem”, ou seja, dos registros do conhecimento e das fontes de informação. A chamada leitura interpretativa e crítica é essencial para os tempos atuais, nos quais a diversidade de fontes de informação e conhecimento nos exige muito quanto à legitimidade (ou falsidade) dos conteúdos, assim como das tendências apresentadas. Na atualidade, a hermenêutica se apropria de métodos científicos, para além de seus princípios filosóficos, assim como busca adaptar-se à dinâmica sócio-histórica da sociedade e sua diversidade.

Questões como a da internacionalização, linguagem neutra, lugar de palavra, entre outras, participam dos debates da hermenêutica e são essenciais à representação, busca e recuperação de informações e conhecimentos da atualidade.

6.1 Representando a informação das obras raras

Embora tenham sido desenvolvidos, especialmente no séc. XX, sistemas e procedimentos pelos quais a Organização do Conhecimento e da Informação (OCI) se concretizam, ainda existe uma séria dificuldade na recuperação de obras raras e coleções especiais.

Esta questão, resultante da falta de critérios claros de identificação e descrição, assim como a ausência de instrumentos de representação que pontuem a raridade e a qualidade da informação, compromete a acessibilidade e a visibilidade dessas obras.

Outra das dificuldades, identificada na comunidade de Bibliotecários brasileira, é a característica da predominância da formação tecnológica, em detrimento da erudição. Segundo Pinheiro:

No entanto, a deficitária formação do Bibliotecário brasileiro na área de História do Livro, de disciplinas afins aos aspectos técnicos e estilísticos do livro (papel, tinta, tipos, impressão, ilustração, encadernação) e ao impacto do livro impresso no Ocidente, como uma força econômica, social e cultural, ao longo da sua História, tem impedido o estabelecimento de políticas e

procedimentos efetivos no setor. Estudos sobre História do Livro, Codicologia, Encadernação, Papel Artesanal e Industrializado, Evidências de Propriedade e Ex-Librística são, há anos, alvo do interesse de diversas organizações estrangeiras. No Brasil, essas áreas ainda são monopolizadas por bibliófilos e artistas, de modo geral, autodidatas no colecionamento de livros preciosos (Pinheiro, 1990, p. 46).

A tipografia no Brasil foi proibida no processo de colonização, sendo apenas liberada no séc. XIX, afetando de uma forma indelével os costumes. Por conseguinte, a leitura não é um gesto natural, ainda causa estranhamento. A identificação das obras raras brasileiras, presas a um passado de perseguições, processos e até prisões e empastelamento de gráficas, possui muitas lacunas. Muitas notícias reportam a existência de obras raras, com tiragens pequenas, perseguidas e destruídas, que somente se tem notícia. Ao pesquisar sobre a Imprensa Régia no Brasil, Abreu (2010, p. 44), relata que:

As possibilidades da Organização da Conhecimento e da Informação (OCI) são muitas, em relação às obras raras e coleções especiais. Uma vez que as obras raras passam a ser tratadas como documentos, devido à unicidade, a representação, disponibilização, manipulação, guarda e cuidados associados à preservação acompanham os tradicionais processos de OCI geram produtos e serviços informacionais que abrem acesso à conteúdos inéditos, que se ocultam nessas publicações de difícil acesso.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A OCI é um campo dinâmico e multidisciplinar que exige uma abordagem crítica e reflexiva. Mais do que uma prática instrumental, a OCI deve ser compreendida como uma disciplina que interage com questões epistemológicas, sociais e tecnológicas. Ao considerar não apenas as ferramentas e métodos de organização, mas também os contextos mais amplos que influenciam esses processos, a OCI pode oferecer uma compreensão mais rica e profunda das dinâmicas que estruturam o conhecimento em nossas sociedades.

Na atualidade a OCI vive um momento de crescente importância e reconhecimento. Sabemos, de antemão, que os compromissos assumidos pela comunidade acadêmica, na emergência atual do paradigma social da CI, nos levam à preocupação com a disseminação e apropriação da informação e do conhecimento pela humanidade. O sentido dessa preocupação tem de ser o bem-estar, a felicidade, a segurança e qualidade de vida, assim como a preservação do meio ambiente. Então, a OCI encontra-se, nesse momento histórico, orientada para a valorização da vida e da inteligência, seja ela humana ou não-humana.

A Ciência da Informação (CI), devido a predominância atual do paradigma social, tem se voltado para as questões de memória e identidade. É muito importante, ao longo do desenvolvimento de novas tecnologias, que os conhecimentos e suas fontes de informação sejam preservados, e lhes dado livre acesso,

Por conseguinte, também se torna representativo que grupos sociais e étnicos, antes excluídos das possibilidades de documentação de sua cultura, conhecimento e expressão, possam integrar com suas obras as chamadas informações recuperáveis.

Outra grande contribuição, esta identitária, é a de demonstrar a origem e contribuição de diferentes protagonistas à construção do conhecimento, que se encontram apagados por uma pretensa atualização, que fica nas mãos da academia, de centros de poder, ou de diferentes hegemonias.

Desse modo, ao analisar e contextualizar a OCI, não apenas compreendemos o seu processo e sua finalidade, como também observamos a curadoria da informação e de seus registros, a diversidade de ideias recuperáveis e a identidade dos diferentes protagonistas que constroem o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia (org.). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis et al. Paradigmas contemporâneos da ciência da informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v.6, n.1, p.16-27, 2007. DOI: <https://doi.org/10.36311/1807-8281.2007.v6n1.745>. Acesso em: 20 maio 2024.

AMORIM NETO, Miguel Romeu. Organização do Conhecimento na Ciência Da Informação: Uma Análise Métrica Nos Periódicos Brasileiros (1972-2012). 2013, 181 f. Dissertação (mestrado em ciência da informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/143>. Acesso em: 20 maio 2024.

ARAÚJO JR., Rogério Henrique de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília: thesaurus, 2007.

BEZERRA, Midinal Gomes et al. Trajetória histórica da classificação: mudança do status de arte para ciência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis, SC, **Anais** [...]. Florianópolis, SC: UFSC, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2532/1644-1657-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

CORDOVIL, Verônica Ribeiro da Silva; FRANCELIN, Marivalda Moacir. Organização e representação da informação e do conhecimento e a modelagem do sistema teórico de informação e conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/257839>. Acesso em: 15 out. 2024.

DIAS, Eduardo Wence; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. (estudos avançados em ciência da informação, 3).

FONSECA, Edson Nery da. **introdução à biblioteconomia**. 2ª. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2007.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. Pensando e repensando o documento. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 314-331, jul. 2017. ISSN 1983-5213. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/18427>. Acesso em: 12 dez. 2018.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995. disponível em: https://www.academia.edu/1304539/toward_a_new_horizon_in_information_science_domain_analysis. Acesso em: 23 maio 2021.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995. Disponível em: https://www.academia.edu/1304539/toward_a_new_horizon_in_information_science_domain_analysis. Acesso em: 23 maio 2021.

KOBASHI, Nair Yumiko; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Conceitos, categorias e Organização do Conhecimento. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 16 n. 3, p. 1 –24, jan./jun. 2011. Doi: 10.5433/1981-8920.2011v16nesp.p1.

LEHMKUHL, Camila Schwinden; SILVA, Eva Cristina Leite da. A Organização do Conhecimento e da Informação: aspectos conceituais e sua aplicação nas funções arquivísticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/218851>. Acesso em: 12 set. 2024.

NASCIMENTO, Denise M. A abordagem sócio-cultural da informação. **Inf. & Soc: est.**, João Pessoa, v.16, n.2, p.25-35, jul./dez. 2006. disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96274> . acesso em: 23 maio 2021.

OLIVEIRA, Regina Maria Soares de. Classificação Decimal Universal: origem, estrutura, situação atual. Brasília: ABDF/inl, 1980. PINHEIRO, Ana Virgínia. Biblioteconomia de livros raros no Brasil: necessidades, problemas e propostas. **R.Bibliotecon. & Comun.** Porto Alegre, v. 5, p. 45-50, jan/dez. 1990. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/99671>. Acesso em 23 de dez. 2023.

PEREIRA, César Antonio. A mídia na Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 30, n. 2, p. 141-152, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/nsdBmvfdqSQMGCPvYyNnVMb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 maio 2024.

POSSENTI, Sírio. Sobre dois conceitos de Foucault. **Revista do Gel**, S. J. do Rio Preto, v. 4, n. 2, p.11-22, 2007. disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/358>. Acesso em 23 maio 2024.

POZZI, M. The concept of concept in terminology: a need for a new approach. In: **Proceedings Of International Conference on Terminology And Knowledge Engineering TKE'99**, 5, 1999 - Innsbruck. Viena: Termnet, 1999. p. 28-42.

SALDANHA, Gustavo Silva (org.) ALMEIDA, Tatiana de (org.); SILVEIRA, Naira. **Teorias Críticas em Organização do conhecimento**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/> . Acesso em 26 ago. 2022.

SANTOS JÚNIOR, Roberto Lopes dos. Após o Comunismo: A Biblioteconomia e a Ciência da Informação nas Antigas Repúblicas Soviéticas (1991-2021). **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/44913>. Acesso em: 12 maio 2024.

SHERA, Jesse Hauk. **Curso de Documentação e organização bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Serviço de informações técnico-científicas, 1957.

TANUS, Gabrielle Francinne. Da prática à produção do conhecimento: bibliotecas na modernidade e biblioteconomia protocientífica. **RDBC! Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 546-560, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8639460>. Acesso em: 20 ago. 2024.

VIANA, Cleverson Tabajara. **Sistemas de informação no contexto da inovação, dos sistemas, da informação e dos processos gerenciais**. Florianópolis: Publicações IFSC, 2016. 108 p.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 330 p.

LEITURA E ESCRITA: IDENTIDADES NA CAATINGA

Data de submissão: 10/10/2024

Data de aceite: 01/10/2024

José Arivaldo Moreira Prado

Mestrando do PPGCI/UFS
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/6253183056494343>

Valéria Aparecida Bari

Professora Dra. Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Informação/
PPGI/UFS
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>

Vanderléa Nóbrega Azevedo Cortes

Profa. Mestra em Gestão da Informação e
do Conhecimento
Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão - Sergipe
<http://lattes.cnpq.br/5544481320922328>

RESUMO: A Caatinga, um bioma único e rico em cultura, encontra na leitura e na escrita ferramentas poderosas para preservar sua identidade. Este estudo, baseado em uma revisão narrativa da literatura, investiga o papel da biblioteca comunitária na formação e expressão da identidade do povo da Caatinga com o objetivo de dialogar, despretensiosamente, sobre os

novos projetos de vida e suas leituras, dentro das possibilidades das bibliotecas Comunitárias, unidades de informação que se distribuem nas cidades e localidades do semiárido, fomentadas por políticas públicas, investimentos internacionais, ou até mesmo pela organização social de algumas comunidades, garantindo o direito de leitura para a completude da cidadania e identidade dos que lá vivem. Através de uma análise qualitativa, foram analisados trabalhos de diversas áreas que dialogam com a Ciência da Informação, com foco nas relações entre leitura, escrita e identidade cultural nesse contexto. Os resultados evidenciam a importância da palavra como instrumento de preservação da cultura e memória da Caatinga, além de destacar o papel da biblioteca comunitária na mediação da leitura e na promoção da diversidade linguística. A pesquisa conclui que a leitura é um direito humano fundamental e que a promoção da leitura pública é essencial para a resistência cultural e a valorização da identidade local.

PALAVRAS-CHAVE: leitura; escrita; biblioteca comunitária; Biblioteca do Paiajá; Ciência da Informação.

READING AND WRITING: IDENTITIES IN THE CAATINGA

ABSTRACT: The Caatinga, a unique and culturally rich biome, finds in reading and writing powerful tools to preserve its identity. This study, based on a narrative literature review, investigates the role of the community library in the formation and expression of the identity of the Caatinga people, with the aim of engaging in an unpretentious dialogue about new life projects and their readings, within the possibilities of community libraries. These information units are distributed in cities and localities of the semi-arid region, fostered by public policies, international investments, or even by the social organization of some communities, ensuring the right to read for the completeness of citizenship and identity of those who live there. Through a qualitative analysis, works from various fields that dialogue with Information Science were analyzed, focusing on the relationships between reading, writing, and cultural identity in this context. The results highlight the importance of the word as an instrument for preserving the culture and memory of the Caatinga, as well as emphasizing the role of the community library in mediating reading and promoting linguistic diversity. The research concludes that reading is a fundamental human right and that the promotion of public reading is essential for cultural resistance and the appreciation of local identity.

KEYWORDS: reading; writing; community library; Paiaí Library; Information Science.

1 | INTRODUÇÃO

A Caatinga, bioma brasileiro de rica diversidade e beleza singular, abriga um universo cultural igualmente vibrante, marcado por tradições, histórias e saberes transmitidos de geração em geração. Nesse contexto, a leitura e a escrita emergem como recursos de preservação da identidade e memória do povo nordestino, imbricando-se profundamente com a cultura local. A presente pesquisa, intitulada “Leitura e Escrita: Identidades na Caatinga”, busca desvendar o papel crucial da escrita na construção e perpetuação da identidade regional, explorando a relação profunda entre a palavra escrita e a cultura catingueira.

A palavra caatinga, criada pelos povos originários brasileiros para denominar a “floresta branca”, descreve um bioma repleto de significados históricos para os brasileiros. O clima semiárido e as incríveis paisagens representaram um desafio, muitas vezes intransponível, ao processo civilizatório dos colonizadores europeus. Contudo, para os povos originários, a caatinga foi gentil esconderijo, no qual muito de sua identidade e cultura, ainda hoje, encontram-se ao mesmo tempo preservados e dinâmicos.

É incrível pensar, inclusive, que o polígono das secas é uma região geográfica que guarda mais que encantos. São, aproximadamente 700 mil km² de extensão, com um solo arenoso, que pode estar coberto de galhos nus, ou de verdejantes campos e flores coloridas. Desta origem, grandes cabedais da intelectualidade brasileira se originaram, e contribuíram com a construção do conhecimento e os aspectos mais brilhantes de nossa cultura.

Paradoxalmente, no século XXI, em plena Era da Informação, encontramos comunidades isoladas por barreiras tecnológicas. O elevado custo do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) impede que muitas pessoas, especialmente em regiões mais remotas como o sertão, participem plenamente das novas experiências de aprendizagem e cidadania. Diante desse cenário, é necessário repensar, além de uma leitura que ultrapasse essas muralhas de sinais de satélite, uma nova forma de interação entre os sertanejos, a leitura, a escrita, e seus projetos de vida.

O objetivo deste capítulo é dialogar, despreziosamente, sobre os novos projetos de vida e suas leituras, dentro das possibilidades das Bibliotecas Comunitárias, unidades de informação que se distribuem nas cidades e localidades do semiárido, fomentadas por políticas públicas, investimentos internacionais, ou até mesmo pela organização social de algumas comunidades, garantindo o direito de leitura para a completude da cidadania e identidade dos que lá vivem. Como campo empírico observado, a Biblioteca do Paiaíá falará por si, como edificação coletiva de uma comunidade fincada no coração da caatinga.

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão narrativa da literatura, para compreender o papel das bibliotecas comunitárias na construção de novos projetos de vida e na formação da identidade cultural no contexto da Caatinga. A revisão se concentrou em estudos que investigassem as relações entre leitura, escrita e identidade cultural, com um olhar especial para as especificidades das bibliotecas comunitárias nesse contexto, que envolve questões identitárias e informacionais. Duas das obras adotadas, inclusive, foram coletâneas produzidas como conhecimentos emergentes dos estudos sobre o próprio campo empírico analisado, ou seja, organizados em eventos de ação cultural da Biblioteca do Paiaíá (Novaes (org.) et al., 2016; Novaes (org.) et al., 2020).

Foram analisados trabalhos de diversas áreas do conhecimento, com foco em diálogos interdisciplinares com a Ciência da Informação (CI), buscando identificar as principais tendências e debates sobre o tema. A Biblioteca do Paiaíá, com sua história e características únicas, serviu como um caso exemplar para aprofundar a análise e compreender como as práticas de leitura e escrita se manifestam em uma comunidade específica.

2 | A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA CAATINGA

A ocupação dos territórios da Caatinga apresenta particularidades em relação a outras regiões com diferentes biomas. Enquanto em outros climas, a organização dos espaços urbanos e rurais costuma estar diretamente relacionada aos modos de produção, na Caatinga essa distinção é menos evidente. A escassez hídrica impera, unindo a população em torno de um objetivo comum: o acesso à água. Essa busca por um recurso tão fundamental molda a organização social e espacial da região.

Tanto em áreas urbanas quanto rurais, a água exerce um papel central na organização social, lembrando as antigas civilizações que floresceram às margens de grandes rios como o Tigre, o Eufrates e o Nilo. No caso da Caatinga, o rio São Francisco desempenha um papel similar, atraindo para si as águas de inúmeras veredas intermitentes e formando paisagens dinâmicas, com praias e deltas em constante transformação.

Sob uma aparente serenidade, a leitura e a escrita na Caatinga acompanham as transformações rápidas e dramáticas da paisagem. Assim como as águas subterrâneas alimentam e moldam o ecossistema, as ideias e os conhecimentos, muitas vezes ocultos, impulsionam a cultura e a identidade dos povos que habitam essa região. Infelizmente, essa riqueza cultural e intelectual permanece invisibilizada pelas políticas públicas, persistindo, no entanto, nas práticas e tradições desses povos.

Nessa narrativa, a Associação Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado, mais conhecida como Biblioteca do Paiaíá, emerge como o cerne da narrativa, o campo empírico do qual vamos tratar.

Nascida de amor e desejo, não possui uma estrutura utilitária, nem um objetivo formal. Apenas, cresce e se desenvolve para realizar as aspirações leitoras, e permitir a cada cidadão que nela ingresse a aventura de uma “caça ao tesouro”, entre muitas estantes de livros aproximados pela afinidade de assunto. Inclusive, é um ambiente social no qual é possível ler algo que vai além das palavras:

Como não se emocionar com a história do pequeno produtor rural que, mesmo analfabeto, é um sócio assíduo da biblioteca, onde lê nas figuras dos folhetos da Embrapa os conhecimentos telúricos sobre as plantas e os bichos do seu roçado? Como não se comprometer com o futuro dos pequeninos que vão fazer a lição de casa no espaço de leitura da biblioteca, minúsculo fisicamente, mas imensurável nas histórias e estórias das páginas impressas e das imaginações dessas crianças (Reis; Besnosik; Novaes, 2020, p. 57).

Fundada em 2001 e registrada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2004, a biblioteca é fruto da iniciativa do docente e pesquisador Geraldo Moreira Prado e da mobilização de jovens estudantes do povoado de São José do Paiaíá, em Nova Soure (BA). Entre esses jovens, encontra-se o próprio autor deste capítulo, que tem dedicado seus esforços à continuidade e ao desenvolvimento deste projeto de vida na Caatinga.

2.1 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)

A verdadeira libertação não surge de decretos em gabinetes, mas sim da construção individual, em nossos próprios territórios mentais. A leitura, como mediadora documental, transporta o sertanejo para os confins da imaginação humana, permitindo-lhe um acesso direto ao conhecimento. Conforme a célebre máxima de Shiyali Ramamrita Ranganathan, “Os livros são para usar. Para cada leitor, seu livro. Para cada livro, seu leitor. Poupe o

tempo do leitor. A biblioteca é um organismo em crescimento” (Ranganathan, 2009). Nesse princípio, a leitura se revela um ato transformador, tanto para o indivíduo quanto para a comunidade.

Já a versificação, um fato mais antigo, fazia possível a memorização de narrativas que, aparentemente, não mereciam o registro escrito dos detentores dos poderes instituídos. Em muitos cantos do mundo, a rima foi utilizada para cadenciar a memória, assim como as cantigas nos vem para apoiar sua expressão. Assim como os trovadores e bardos europeus, os *griots* africanos, os *manaschis* asiáticos ou os modernos *rappers* estadunidenses, os repentistas da Caatinga constituem uma tradição oral que une música, poesia e improvisação.

No semiárido nordestino, a prática do repente se manifesta de forma singular, democratizando o acesso à palavra e à criação artística. Em desafios e brincadeiras, crianças e adultos se envolvem em embates poéticos, demonstrando um profundo conhecimento do idioma e uma criatividade ímpar. Essa tradição, ao longo dos séculos, tem sido fundamental para a preservação da cultura popular, da memória coletiva e da identidade regional, transmitindo valores, conhecimentos, temas e histórias de geração em geração.

3 | A LÍNGUA, AS LINGUAGENS E A DIVERSIDADE

Em contraponto às políticas públicas que negligenciam a oferta de serviços culturais em áreas remotas, a biblioteca comunitária surge como um oásis de conhecimento e cultura. Superando distâncias e desafiando a infraestrutura precária, a biblioteca se torna um ponto de encontro para pessoas de todas as idades, desde crianças ávidas por novas histórias até universitários em busca de aprofundar seus estudos. A biblioteca comunitária, assim, não apenas satisfaz as necessidades informacionais da comunidade, mas também fortalece os laços sociais e promove o desenvolvimento cultural da região.

Em dezembro de 2014, a Biblioteca do Paiaíá plantou a semente de um sonho que floresceria nos anos seguintes. O primeiro “Encontro sobre o livro, a leitura e a inclusão social no território nordeste II da Bahia” reuniram, pela primeira vez, amantes da literatura e entusiastas da leitura em torno de um objetivo comum: democratizar o acesso ao conhecimento e fortalecer a cultura local. Graças a parcerias com universidades, que viabilizaram recursos fundamentais para a realização do evento, e à participação massiva da comunidade, o encontro superou todas as expectativas.

A energia contagiante e a sede de conhecimento da população demonstraram o quanto a biblioteca já era um ponto de referência cultural para a região. A partir desse marco inicial, o evento evoluiu e se consolidou como a Festa Literária do Paiaíá, um dos mais importantes eventos literários do Nordeste, que continua a inspirar e a transformar vidas.

O que se torna importante, na proatividade do grupo social que, sem apoio financeiro, transforma uma pequena localidade em um torrão visível nos quatro continentes? Tudo se constrói em torno de um relacionamento, estabelecido entre a humanidade e a sua leitura.

É possível definir o papel primordial dos bibliotecários, professores, pais e responsáveis, na formação leitora dos chamados novatos, colocando-os em contato com obras tangíveis ou digitais, povoando sua vida de fantasia e afetividade. Mas, quem é que vai construir, para este leitor, um perfil próprio e o instinto da “caça às fontes de informação e conhecimento”, inerente aos ancestrais naturais que nos trouxeram até aqui?

Redefinir re-conceituar, ampliar as acepções sobre leitor e leitura, propõe uma abertura para novos olhares sobre a prática do letramento e compreensão da dimensão dos desafios impostos aos espaços tradicionais de formação. Os manuais tornam-se obsoletos, porque ainda desconsideram a realidade contemporânea da velocidade de acesso à informação. Se esta informação, promovida com os filtros das redes sociais e das grandes plataformas como o Google, é qualificada, é um outro aspecto a ser analisado, mas não se pode desconsiderar esta realidade, nem pensar as práticas de letramento a partir da ótica nostálgica de que “os jovens não leem” (Reis; Besnosik; Novaes, 2020, p. 71-72).

Nesse contexto, o preconceito linguístico emerge como um desafio a ser superado. Os habitantes locais, cuja fala é ricamente entremeada por elementos do Guarany e do Paiaíá, encontram-se em uma situação de bilinguismo e multiculturalismo, mas frequentemente se sentem deslocados diante da norma culta da língua portuguesa. A escrita formal e os conteúdos midiáticos, muitas vezes, parecem códigos inacessíveis, criando uma barreira entre a cultura local e o mundo letrado. No entanto, à medida que a necessidade de qualificação profissional e de participação na vida pública se intensifica, a valorização da língua padrão se torna cada vez mais evidente.

Essa tensão entre a identidade linguística local e as demandas da sociedade contemporânea exige políticas públicas e ações educativas que promovam a valorização da diversidade linguística e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que articulem a língua materna dos estudantes com a língua portuguesa padrão. Segundo Bagno,

O preconceito linguístico se baseia na crença de que existe [...] uma única Língua Portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários (Bagno, 1999, p.40 *apud* Greimes, 2021, p.83).

Uma das reações, que se configura como resultado de movimentos sociais que tem trazido para nível mundial a questão da decolonização da fala, pensamentos que vão contra a corrente da padronização estabelecem uma polifonia possível aos moradores da caatinga: “Parece que o melhor será conduzir os alunos a alternar a fala familiar com a norma culta, em conformidade com as situações do intercurso verbal” (Pereira, 2020, p. 91). Mas, onde é o espaço possível para esta alternância?

A biblioteca comunitária, sendo um espaço que acolhe as diferentes fontes de registro

da informação e do conhecimento, representa também um ambiente de desenvolvimento do lugar de fala. Ao trazer para a existência da juventude na comunidade um espaço de interlocução, um contato desobrigado de deveres e reforços com a leitura, este encontro é passível de construir expressões, além de estilos mais individualizados de expressão da fala e do pensamento. E, como deixar de ver o sublime da variante do Português, num espaço geográfico que se constrói na poesia? A experiência válida com o poeta José da Luz, pode nos dizer:

Ai! Se sêsse!...

Se um dia nós se gostasse;
Se um dia nós se queresse;
Se nós dois se impariásse,
Se juntinho nós dois vivesse!
Se juntinho nós dois morasse
Se juntinho nós dois drumisse;
Se juntinho nós dois morresse!
Se pro céu nós assubisse?
Mas porém, se acontecesse
qui São Pêdo não abrisse
as portas do céu e fosse,
te dizê quarqué toulíce?
E se eu me arriminasse
e tu cumigo insistisse,
prá qui eu me arrezorvesse
e a minha faca puxasse,
e o buxo do céu furasse?...
Tarvez qui nós dois ficasse
tarvez qui nós dois caísse
e o céu furado arriasse
e as virge tôdas fugisse!!!

Ver-se sob a marca identitária de um cidadão nordestino, em especial do sertanejo da Caatinga, revela também que nossas origens foram apropriadas e ressignificadas, de acordo com os interesses culturais e identitários da coletividade. Observando os arcaísmos da impressão dos folhetos e da maneira como ocorre a expressão mais profícua da poesia local, nos deparamos com uma variedade e, ao mesmo tempo, com elementos comuns de identificação.

A relação das pessoas do Nordeste, principalmente das regiões sertanejas, com a poesia popular difere do que entendemos e vemos na região Sudeste, por exemplo. O folheto nordestino está inserido neste contexto de riqueza poética, de lazer através das cantorias, declamações, contações de história e tudo que envolve este universo da poesia popular nordestina (Grisi, 2020, p. 135).

É possível ter uma visão mais ampla da identidade sertaneja como um mosaico complexo, formado por diversas peças que se encaixam e se complementam. Ao longo da história, essa identidade foi moldada por fatores como a geografia, a economia, a cultura

e a política.

A análise da cultura popular do sertão, em particular dos folhetos de cordel, nos permite compreender melhor essa complexidade e a riqueza da identidade sertaneja e sua relação com a escrita e a leitura. Ao valorizarmos nossa história e nossas tradições, contribuimos para fortalecer a identidade regional e para construir um futuro mais justo e equitativo para todos os sertanejos.

4 | O ENCONTRO DE GERAÇÕES NA BIBLIOTECA DO PAIAIÁ

Enquanto a juventude é frequentemente associada à busca por sentido através da leitura, a terceira idade também encontra nessa prática um refúgio e uma fonte de enriquecimento. O aumento da longevidade, resultado de avanços na saúde e na qualidade de vida, trouxe consigo um contingente crescente de idosos em todo o mundo. Nesse período, marcado por transformações e novos desafios, a leitura emerge como uma companheira fiel, capaz de proporcionar momentos de prazer, conhecimento e reflexão. No entanto, a sociedade, muitas vezes, impõe aos idosos uma série de limitações, negligenciando suas necessidades e potencialidades. A leitura, nesse contexto, torna-se um ato de resistência, uma forma de manter a mente ativa, de se conectar com o mundo e de encontrar um novo sentido para a vida.

É um olhar capitalista sobre o ciclo da vida humana. Se existe, contudo, um momento especial, dar acesso à leitura, ou aquela atmosfera que a cerca, são marcas de cultura verdadeiramente inclusivas e revolucionárias. Na Biblioteca do Paiaíá, a participação dos idosos é constante. Seu fundador, Geraldo Moreira Prado, que já se inscreveu na terceira idade mesmo antes do registro da Associação, é o espelho no qual muitos puderam se mirar.

A comunidade de São José do Paiaíá, que sedia a Biblioteca do Paiaíá, tem cerca de 800 habitantes, desta população grande parte são idosos que se constituem um patrimônio de memória cultuado nas diversas ações realizadas pela biblioteca (Santos; Leite, 2020, p. 197).

Encontro de gerações, encontro da leitura. Encontros. Quando o sol está se pondo, pessoas voltam de suas ocupações laborais, descendo no ponto de ônibus próximo à biblioteca. Muitos caminham para lá, como uma passagem de seu caminho para casa. Alguns seguem para casa, outros se detêm na biblioteca, um oásis de conhecimento e tranquilidade. Nesse ir e vir, a biblioteca se transforma em um espaço dialógico, onde diferentes gerações se cruzam e trocam experiências.

Nesses caminhos, amigos se cumprimentam, estudantes trocam as últimas impressões sobre suas aulas. Pessoas correm para pegar os ônibus, de dentro da biblioteca, caso necessitem se deslocar para mais longe, no lusco-fusco da tarde. Os idosos são membros com igual protagonismo, neste ponto de encontro, e são mais que

parte da paisagem. Nós os temos ali, como mediadores e referências.

Como é permitido o empréstimo domiciliar de obras, este é um momento da troca, ou de bisbilhotar o que os amigos estão lendo. É uma mediação entre pares, O interessante é observar quem são os pares. Cidadãos, de diferentes idades, gêneros, origens, etnias. O olhar atento capta algo muito eletrizante, que ocorre nestas tardes.

A biblioteca é lugar de encontro da leitura, é o tempo dos livros e dos leitores. Ser assíduo à biblioteca é marcar encontro com os acervos, é fazer escolhas, é encontrar os amigos sempre abertos a compartilhar saberes e segredos. Uma biblioteca pode mudar a vida de uma pessoa, abrindo-lhe caminhos e possibilidades capazes de moldar o seu destino (Fonseca, 2020, p. 2016).

Então, para que a comunidade continue a existir e ser a razão de viver desta biblioteca comunitária, é necessária a resiliência a cultura exclusivamente utilitária da leitura, assim como a estruturação de relações voltadas para as finalidades específicas do estudo e do trabalho. Parece que a proibição de ler, a qual fomos constrangidos em nossa fase colonial, criou raízes na cultura e nos faz pensar em todos os acervos literários como bibliotecas escolares. E, por conseguinte, também não instalamos adequadamente as verdadeiras e necessárias bibliotecas escolares, que deveriam configurar ambientes de aprendizagem, dentro das unidades escolares.

É muito significativo, para a Biblioteca do Paiaia, oferecer a melhor experiência leitora aos estudantes, sabendo de antemão que as “chamadas” bibliotecas escolares pelos dirigentes da Educação, são estantes ou salas com livros, sem bibliotecários ou equipe própria, sem acesso contínuo, sem produtos e serviços informacionais, sem programação de ação e animação cultural, internet ou outros recursos imprescindíveis à leitura e pesquisa escolar da atualidade.

[...] cabe ressaltar que existe uma grande diferença entre a biblioteca escolar e a biblioteca pública, pois a escolar atua de maneira integrada com o projeto pedagógico da escola e, atende preferencialmente os alunos professores e funcionários da unidade escolar, enquanto que a biblioteca pública é aberta a todos e deve estar preparada para atender as diferentes demandas de informação e leitura da comunidade, ou seja, a curiosidade de uma dona de casa é tão importante quanto a autoinstrução de pessoas que buscam na biblioteca a possibilidade de aprimorar seus conhecimentos para obter melhores empregos, ou ainda, crianças e jovens que buscam na biblioteca atividades culturais (Machado, 2016, p. 89).

Ao proporcionar um espaço acolhedor e equipado, a biblioteca escolar com bibliotecário contribui para a formação de leitores críticos e conscientes, democratizando o acesso ao conhecimento e estimulando a paixão pela leitura. Afinal, a leitura é mais do que apenas decodificar palavras; ela é uma porta de entrada para outros mundos, um convite à reflexão e à construção de um futuro mais justo e equitativo.

A biblioteca do Paiaia, assim como outras bibliotecas que ocupam esse espaço de “resistência”, ao perceber a carência de bibliotecas escolares e municipais adequadas, se

propõe a ser um complemento e um incentivo à leitura, oferecendo um acervo diversificado, atividades culturais e um ambiente propício ao estudo. Ao ir além de uma simples estante de livros, a Biblioteca do Paiaia se torna um centro cultural, um espaço de encontro e troca de ideias, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e social da comunidade.

A Biblioteca do Paiaia representa um refúgio para aqueles que buscam conhecimento e inspiração. Em um contexto marcado pela precariedade de muitas bibliotecas escolares e municipais, a instituição se destaca como um farol de esperança, oferecendo um acervo diversificado e atividades culturais que vão além da simples leitura. Ao se posicionar como um centro cultural vibrante, a Biblioteca do Paiaia contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual e social da comunidade, promovendo a inclusão, a cidadania e a construção de um futuro mais justo e equitativo

5 | O MARKETING BIBLIOTECÁRIO E AS REDES SOCIAIS

Como efeito social da concretização de muito do que se pretendia, veio a fama e o marketing de boca a boca, que trouxe pessoas de longe. Pesquisadores e pesquisadoras, do Brasil e do exterior, observavam a leitura se realizando, o letramento acontecendo. Inclusive, muito surpresos, esses pesquisadores se depararam com o espaço público que finalmente oferecia aos munícipes sua primeira experiência com a tecnologia wireless. Ao implantar a rede Wi-Fi, foi possível proporcionar aos habitantes uma possibilidade de acesso a informações diversas, que não enfraqueceu, contudo, os laços criados com a literatura impressa.

Afinal, a leitura não está relacionada ao suporte no qual o registro se encontra. Está muito mais relacionada à linguagem, assim como aos elementos narrativos que dialogam com o seu leitor. Compreendemos, por meio das vivências proporcionadas na Biblioteca do Paiaia, durante os seus vinte anos de existência como organização, que a leitura é um processo que se constrói à medida que atribuímos sentido aos conhecimentos, informações e experiências leitoras. Joseane Maia comenta:

Da mesma forma, Martins, ao ampliar a noção de leitura, afirma que ler deve ser considerado um processo de apreensão de símbolos expressos através de qualquer linguagem, portanto “o ato de ler se refere tanto a algo escrito quanto a outros tipos de expressão do fazer humano, caracterizando-se também como acontecimento histórico e estabelecendo uma relação igualmente histórica entre o leitor e o que é lido” (Martins, 1994, p. 30 *apud* Maia, 2007, p. 28).

Atualmente, o site da Biblioteca do Paiaia, assim como seu canal do Youtube, são realidades que comportam a audiência dos moradores do povoado e de pessoas de muitas partes do mundo. Segundo as pesquisadoras Lima e Besnosik:

Conhecer de perto a Biblioteca do Paiaia foi uma mistura de emoção e encantamento. Nós já conhecíamos a biblioteca por meio da reportagem de uma revista, mas quando surgiu a oportunidade de virmos pessoalmente

ao espaço físico da biblioteca, conhecer sua história e dialogar com o Prof. Geraldo Prado, idealizador do projeto, ficamos ansiosas (Lima; Besnosik, 2016, p. 264).

A afetividade e o carinho de quem não se conhece, que podemos atribuir à fama, geralmente não tem se dado sobre este tipo de relacionamento. Temos visto, nas redes sociais, o advento dos influencers, pessoas surpreendentes pela sua forma de falar, vestir, consumir. Algumas habilidades aparecem, principalmente musicais, muitas vezes voltadas para o culto ao corpo. Mas, leitura também cria influencers, muito inusitados.

Geraldo Prado, também conhecido como Alagoinhas, é uma pessoa apaixonada pela leitura, que saciou a sua sede por livros no Sudeste, e propiciou aos cidadãos de Nova Soure/BA a perfeita retribuição do carinho pela sua terra natal. O reconhecimento e o status de *influencer* veio, pois, ao contrário do que o senso comum aponta, os brasileiros gostam de ler e sabem admirar pessoas que se preocupam com a cultura leitora.

6 | AS POLÍTICAS E A INVISIBILIDADE DA LEITURA PÚBLICA

Pode-se afirmar, com base em fatos históricos, que o estado da Bahia, onde a maior parte da Caatinga se encontra presente, constitui-se numa sociedade leitora com muita antecedência, em relação às demais regiões do país. Para Martins:

Ao governo do Conde dos Arcos, ensina Varnhagen, “deveu-se a Bahía a sua primeira oficina tipográfica e o primeiro jornal e a primeira biblioteca pública, além de muitas obras que engrandecem a cidade”. [...] A Bahia teve, assim, a segunda biblioteca pública brasileira, fundada em 13 de maio de 1811 (Varnhagen *apud* Martins, 1996, p. 365).

Então, ler também é caminho de respostas no campo político, ou afirmação de que se pode compreender o regramento do mundo. É possível afirmar, mediante a experiência de 20 anos da Biblioteca do Paiaíá como organização, que fazer a leitura do mundo político também é algo que se aprimora.

A recente valorização das bibliotecas comunitárias por parte dos gestores públicos é uma notícia muito bem-vinda. A oferta de recursos para esses espaços, construídos com tanto esforço e dedicação por comunidades locais, representa um investimento fundamental para o desenvolvimento social e cultural. Esses recursos poderão ser utilizados para ampliar o acervo, melhorar a infraestrutura, capacitar os mediadores de leitura e, conseqüentemente, fortalecer o papel dessas bibliotecas como centros de aprendizagem e socialização. Será como a chuva na caatinga, que faz logo verdejar e florir.

A promulgação do Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024, que “Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita”, amplia os horizontes e demarca o reconhecimento das bibliotecas comunitárias como espaços públicos relevantes à formação leitora do país. Em seu artigo 11, posiciona formalmente as bibliotecas comunitárias no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), como estabelecido pelo Sistema Nacional de

Bibliotecas Públicas e Comunitárias (SNBP).

Ao receber a significativa menção, a biblioteca comunitária passa a desfrutar de prerrogativas legais. Isso pode vir a constituir novas oportunidades, mas não se deve perder a referência de sua identidade e origem. Desse modo, embora a gestão e a obtenção de recursos serão apoiadas por políticas e até rubricas federais, é necessário que não se perca de vista a comunidade que funda o recurso informacional, seus interesses e necessidades informacionais.

Falando de outro modo, a obtenção de reconhecimento formal e recursos financeiros é um marco importante para a biblioteca comunitária, mas não deve significar uma ruptura com seus princípios fundadores. Ao contrário, essa conquista deve servir como um impulso para fortalecer a participação da comunidade na gestão da biblioteca. É fundamental que a biblioteca continue sendo um espaço de diálogo e cocriação, onde as necessidades e os interesses da comunidade sejam sempre priorizados. A adaptação às novas realidades, sem perder de vista a identidade local, é o grande desafio a ser enfrentado.

71 OS PRODUTOS E SERVIÇOS INFORMACIONAIS DA BIBLIOTECA DO PAIAIÁ

Quanto aos produtos e serviços informacionais da Biblioteca do Paiaiaá, como exemplo de trabalho que se constrói em comunidade, sempre foram resultado de discussões em reuniões, assim como da abertura constante para as sugestões dos frequentadores. Depois de todos esses anos, pudemos notar muitas aproximações aos serviços prestados por bibliotecas públicas da região, mas também muitas divergências.

Os produtos e serviços que são esperados de uma biblioteca que serve à leitura pública estão lá presentes, como o empréstimo de obras, o apoio às pesquisas e a resposta de questões diversificadas, foram rapidamente organizados. Ocorre que este verdadeiro dispositivo de leitura pública trilhou caminhos que aumentaram a sua capacidade.

A programação cultural contempla, até o presente, a cultura popular e a erudita, na medida certa para conquistar um público eclético e exigente. São organizadas rodas de leitura, contemplando diferentes interesses literários. Os docentes e mediadores de leitura da região recebem formações e orientações em seu espaço, com a presença de vários especialistas. Festivais de cinema, teatro e dança vão acompanhando o calendário, as ocasiões específicas e as efemérides. Uma síntese de todas essas práticas de ação e animação cultural é a Festa Literária do Paiaiaá, anualmente ofertada e hoje coberta por transmissões e gravações de registros fílmicos nas mídias, atividades presenciais e remotas, apresentações artísticas e científicas.

Foi possível, ao longo dos anos, tornar esta ação cultural um espaço de discussão de políticas públicas, assim como de diversidade. Representações dos povos originais, de movimentos sociais, de etnias, dos coletivos de leitura e bibliotecas comunitárias, também

consagraram a Biblioteca do Paiaia como ambiente deliberativo de decisões coletivas. A classe política e suas frentes parlamentares, seja em relação ao Nordeste ou ao Brasil, também se reúnem neste espaço, longe das intrigas palacianas de Brasília, para discutir a leitura pública e entrar em contato com seus protagonistas.

8 | O SURGIMENTOS DE NOVAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

A prática da abertura de bibliotecas comunitárias é considerada comum no Brasil, já que a necessidade de leitura dificilmente é contemplada por políticas públicas, e as pessoas acabam ampliando a utilização de suas bibliotecas pessoais, ou desenvolvendo outras estratégias de compartilhamento de livros, disponibilizados por diferentes situações.

No Paiaia, não foi diferente. Em 2001, uma ideia de implantação da “geloteca”, que nada mais é do que uma geladeira doméstica desativada, que é utilizada com estante de livros para uso público, foi o primeiro passo para organizar a comunidade em torno da constituição do que hoje conhecemos como a Biblioteca do Paiaia. Normalmente, estas iniciativas são como uma faísca, e a malha social toma conta do resto, dinamizando a implantação.

A criação de uma rede de bibliotecas comunitárias, em nível nacional e inscrita no Ministério da Cultura, exige não apenas o desenvolvimento de tecnologias e a capacitação de profissionais, mas também a participação ativa das comunidades. Ao envolver os usuários na construção e na gestão da rede, é possível garantir que as necessidades e os interesses da população sejam atendidos de forma mais eficaz. A crescente conscientização sobre o papel das bibliotecas na promoção da cidadania e do desenvolvimento local impulsiona essa participação.

Uma frequente reflexão é a de que as bibliotecas comunitárias um dia poderão assumir uma articulação em rede, devido às possibilidades abertas pelo software livre e pelo barateamento dos recursos de armazenamento em nuvem. Ainda existem alguns empecilhos, mas as competências informacionais da população têm aumentado, como êxito da educação pública e das medidas afirmativas.

O engajamento de bibliotecários, ou seja, bacharéis formados e com registro ativo no Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), está potencializando a maturidade das bibliotecas comunitárias do país, tendo como exemplo o que ocorreu na Biblioteca do Paiaia. Esta profissionalização e empreendedorismo significam, para a comunidade, contar com os conhecimentos explícitos e autorizações de um especialista, que também funciona como captador e gestor de projetos, tecnologias e fomentos.

9 | POR FIM, AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, as bibliotecas brasileiras têm incorporado tecnologias e softwares para otimizar seus processos, desde a Organização do Conhecimento e da

Informação (OCI), até a oferta de produtos e serviços informacionais diversos, assim como a capacitação da comunidade. A automação de bibliotecas no Brasil tem sido um processo contínuo e fundamental para a modernização dos serviços informacionais oferecidos por essas instituições. Um aspecto crucial desse processo é a crescente adoção de softwares livres pelas bibliotecas brasileiras.

Essa transformação digital trouxe inúmeros benefícios, como a agilidade no atendimento aos usuários, a ampliação do acesso aos acervos, a possibilidade de integrar diferentes sistemas e a geração de dados para análise e tomada de decisão. Além disso, a automação permitiu que as bibliotecas brasileiras se alinhassem às tendências globais da informação e se tornassem instituições mais dinâmicas e inovadoras.

A primeira geração do software livre, para automação de bibliotecas no Brasil ainda foi vinculada à Federação Internacional das Associações de Bibliotecários (*International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA*), oferecendo-nos o Micro-Isis, software configurado em linguagem C e uso livre. Cooperativamente, outros softwares com seus princípios foram adotados no Brasil. Temos exemplos de softwares livres para bibliotecas na atualidade, como: BibLivre, BiblioteQ, Educatux, *Evergreen*, *GNUTeca*, *Greenstone Digital Library*, *Koha*, *New Gen Lib*, *Open Library*, *PHL*, que tem sido testados e, comunitariamente, atualizados. Eles têm interoperabilidade com sistemas livres para gestão de atividades de produção e gestão de conteúdos, como: Linux, Firefox, *LibreOffice*, *Audacity*, *WordPress*.

A opção por esta adoção, que é o caso da Biblioteca do Paiaí, desde seu princípio, implica no autodidatismo e na opção por soluções pesquisadas, na Gestão da Informação e do Conhecimento (GIC). Mas, isso não impede que determinadas bibliotecas comunitárias não desfrutem de assinaturas de softwares, já que esta decisão libera tempo para as atividades-fim da organização. Contudo, uma questão de soberania, em relação à dependência do capital internacional, pode levar a uma importante reflexão, no tocante a autonomia da biblioteca comunitária como unidade de informação.

A construção de uma rede de bibliotecas comunitárias que compartilhem recursos e conhecimentos, utilizando software livre e plataformas abertas, pode ser uma alternativa promissora para garantir a autonomia e a sustentabilidade dessas instituições. Ao desenvolverem soluções colaborativas, as bibliotecas comunitárias podem reduzir custos, fortalecer suas identidades e contribuir para a democratização do acesso à informação. Além disso, a criação de uma comunidade de prática pode facilitar a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos inovadores.

Esta reflexão, como todas as outras apresentadas neste artigo, vislumbra que tudo o que acontece na biblioteca comunitária exerce influência sobre a comunidade que a mantém viva.

10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado, com frequência, constrói uma narrativa que busca unificar a população e criar uma identidade nacional. No entanto, a valorização da identidade muitas vezes reside nas nossas diferenças. Pertencer à Caatinga nunca foi um obstáculo para o desenvolvimento intelectual e a produção de conhecimento. Ao contrário, a vivência nessas comunidades, com suas diversas etnias e origens, pode fomentar um contato mais íntimo com caráter cultural e identitário. Poder-se-ia afirmar que o pertencimento à estas comunidades, de várias etnias e origens, configura um contato muito estreito com a arte, a poesia e a identidade local.

A Caatinga, com sua rica biodiversidade e cultura, é um território fértil para a produção de conhecimento. As comunidades tradicionais que habitam essa região possuem um conhecimento profundo sobre a natureza, a história e a cultura local, transmitido de geração em geração. Ao valorizarmos esse conhecimento ancestral, podemos fortalecer a identidade dessas comunidades e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. As bibliotecas comunitárias desempenham um papel fundamental nesse processo, ao preservar e difundir esse patrimônio cultural, promovendo a leitura, a pesquisa e o diálogo entre diferentes culturas.

Mas, olhar pelo passado e para o futuro, são marcas essenciais à sobrevivência da cultura, identidade e modo de vida. A resistência e a resiliência às práticas hegemônicas do silenciamento daqueles que diferem em opinião e expressão da hegemonia e do capital segue. Vamos buscando, por diferentes meios, compartilhar os momentos que estão guardados na literatura, nas obras científicas, nas histórias em quadrinhos e em outras formas de leitura, a que todos deveriam ter acesso.

Assim como a Caatinga resiste às adversidades climáticas e se renova a cada estação, as comunidades que habitam esse bioma também resistem às imposições e às desigualdades. A leitura, nesse contexto, é uma fonte de inspiração e conhecimento, que fortalece a identidade cultural e a luta por direitos. Ao compartilhar histórias que refletem a realidade dessas comunidades, as bibliotecas comunitárias contribuem para a valorização da cultura local e para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Ao oferecer um acervo diversificado e promover atividades culturais, essas bibliotecas contribuem para a formação de cidadãos críticos e conscientes, além de notabilizar o registro escrito de sua produção de conhecimento. Ao compartilharmos experiências, fortalecemos os laços comunitários e construímos um futuro mais justo e igualitário para todos.

A leitura pode ser considerada um direito humano básico. A legislação brasileira também prevê a criação e manutenção de bibliotecas públicas para todos os cidadãos brasileiros. Se as políticas públicas, até o presente momento no Brasil, dedicaram pouca energia à disseminação da leitura e à edificação de ambientes e equipamentos públicos de leitura acessíveis para todos, o que isso significa?

Se devemos lutar para pertencer e sermos soberanos, diante da cultura letrada, a postura proativa em relação à leitura pública é um ótimo começo. Defender este direito humano, fará de nós mais humanos. Perceber-se como pessoa, empoderar-se, ter direito de sonhar, também são direitos que nos assistem e fazem parte da dignidade humana, independentemente da idade, sexo, etnia, crenças, preferências, convicções, apenas porque estamos aqui. E as flores da caatinga sempre decidem quando querem florir.

A leitura não se limita ao ato de decodificar palavras escritas em um determinado registro. Ela é uma prática social e política que nos permite construir pontes entre diferentes pessoas, culturas e tempos, questionar o status quo e imaginar futuros alternativos. Ao promover a leitura, estamos fortalecendo a democracia, a cidadania e o pensamento crítico. As bibliotecas comunitárias, nesse contexto, atuam como espaços de resistência e de construção democrática do saber, onde todos têm o direito de acessar a informação e de expressar suas ideias.

Assim como as flores da Caatinga encontram força para florescer em um ambiente aparentemente hostil, a leitura nos proporciona a resiliência necessária para superar os desafios e construir um mundo mais humano. Perceber-se como pessoa, empoderar-se, ter direito de sonhar, também são direitos que nos assistem e fazem parte da dignidade humana, independentemente da idade, sexo, etnia, crenças, preferências, convicções, apenas porque estamos aqui. E as flores da caatinga sempre decidem quando querem florir.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico, o que é, como se faz**. São Paulo, Edições Loyola, 1999.

BERALDO, Jairo. "Preconceito linguístico". **Site Brasil Escola**, 2023. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/portugues/preconceito-linguistico.htm>. Acesso em 29 de maio de 2024.

FONSECA, Aleilton. Literatura: profissão de fé e esperança. *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); PRADO, Geraldo Moreira (org.); PRADO, José Arivaldo (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e Inclusão social no sertão da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2020. p. 211-217.

GREMES, Rayany Peixe. A sociolinguística e a desconstrução do preconceito linguístico. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 78-89, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1364/1431>. Acesso em: 29 maio 2024.

GRISI, Maria Vitória de Resende. Literatura de cordel como material didático: análise de modelos e implicações. *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); PRADO, Geraldo Moreira (org.); PRADO, José Arivaldo (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e Inclusão social no sertão da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2020. p. 129-150.

LIMA, Rita de Cássia Brêda Mascarenhas; BESNOSIK, Maria Helena da Rocha. A formação de leitores no cenário atual: desafios e responsabilidades. *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); BESNOSIK, Maria Helena da Rocha (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e inclusão social no sertão baiano**. Feira de Santana: UFES Editora, 2016. p. 263-280.

MACHADO, Elisa Campos. O papel das bibliotecas públicas e comunitárias para o incentivo à leitura e para inclusão social e cultural dos pequenos municípios brasileiros. *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); BESNOSIK, Maria Helena da Rocha (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). Livro, leitura e inclusão social no sertão baiano. Feira de Santana: UFES Editora, 2016. p. 87-100.

MAIA, Joseane. **Literatura na formação de leitores e professores**. São Paulo: Paulinas, 2007.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

NOVAES, Claudio Cledson (org.); BESNOSIK, Maria Helena da Rocha (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e inclusão social no sertão baiano**. Feira de Santana: UFES Editora, 2016.

NOVAES, Claudio Cledson (org.); PRADO, Geraldo Moreira (org.); PRADO, José Arivaldo (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e inclusão social no sertão da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2020.

PEREIRA, Aurea da Silva. Que escola se quer? A da diversidade ou a da exclusão? *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); PRADO, Geraldo Moreira (org.); PRADO, José Arivaldo (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e inclusão social no sertão da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2020. p. 81-94.

RANGANATHAN, S. R. **As Cinco Leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

REIS, Mirian Sumica Carneiro; BESNOSIK, Maria Helena da Rocha; NOVAES, Claudio Cledson. Biblioteca do Paiaíá: território de memórias e identidades para a formação de leitores. *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); PRADO, Geraldo Moreira (org.); PRADO, José Arivaldo (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e inclusão social no sertão da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2020. p. 55-75.

SANTOS, Grasielle Santana; LEITE, Nidnês Nascimento. Bioética, ancianidade e envelhecimento: o direito de envelhecer com dignidade. *In*: NOVAES, Claudio Cledson (org.); PRADO, Geraldo Moreira (org.); PRADO, José Arivaldo (org.); REIS, Mirian Sumica Carneiro (org.). **Livro, leitura e inclusão social no sertão da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2020. p. 197-207.

O TECER DOS FIOS COMUNICATIVOS: UM CONVITE À REFLEXÃO DAS MÍDIAS SOB AS PERSPECTIVAS DE WOLTON

Data de submissão: 24/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Francisca Oleniva Bezerra da Silva

Doutora em Ciências da Educação, Psicopedagoga, formação em Letras e Pedagogia. Professora da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – AM.

Joneide do Nascimento Gomes

Graduada em Letras/Inglês e Pedagogia, pós-graduada em Libras.

“OS HOMENS COMUNICAM, AS TÉCNICAS TRANSMITEM”

Este ensaio emerge em face de inquietações surgidas a partir da leitura e discussões sobre “Internet, e depois? Uma teoria Crítica das Novas Mídias”, e “Informar não é comunicar”, obras do autor Dominique Wolton que abordam tópicos relacionados à informação e à comunicação vinculadas às mídias. O autor é referência internacional na área de mídia, é pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França, entidade pública sediada em Paris, com mais de 10 mil acadêmicos, tem 16 livros

publicados sobre comunicação, dentre outras pesquisas.

As pesquisas de Wolton têm por finalidade estudar a comunicação interdisciplinar em relação aos indivíduos, técnicas, culturas, sociedades. Escreveu extensivamente sobre mídia, comunicação, televisão, rádio, *internet*, ele examina as consequências políticas e culturais da globalização da informação e comunicação. Para ele, informação e comunicação constituem relevantes questões políticas do Século XXI em uma exigência de coabitação cultural como uma condição para a construção da globalização.

Trazemos alguns posicionamentos em relação às formas de pensar as mídias articuladas às ideias de Wolton e, ainda intentamos reflexões sobre a relação entre a importância da compreensão do estatuto da comunicação e sua contribuição para pensar as mídias na contemporaneidade direcionadas ao contexto educacional.

Wolton nos leva a refletir sobre consideradas discrepâncias entre informar e comunicar e, assevera que não existe

comunicação sem informação, o que faz com que a comunicação se torne mais complexa, mais difícil, pois a comunicabilidade impõe a questão da relação, ou seja, a questão do outro (WOLTON, 2010, p. 11). Desta forma, informação e comunicação subsistem com uma relação de interdependência, pois uma necessita da outra e ambas se complementam.

A informação e a comunicação são o cerne da modernidade, mas vale ressaltar que não há informação sem um projeto de comunicação. Assim, comunicar-se 'bem', torna-se um desafio, tanto para as mídias de massa quanto para as novas tecnologias, embora observado que no processo comunicativo o essencial não é a tecnologia, e sim a necessidade de pensar a comunicação. Nas palavras de Wolton "Quanto às tecnologias, da televisão à informática, elas desempenham, desde muito tempo, um papel essencial na emancipação individual e coletiva, sendo onipresentes em nossas vidas". (WOLTON, 2010, p.12).

Com objetivo de mostrar uma visão geral e contundente de Wolton, refletir sobre seus questionamentos, bem como suscitar, no leitor, algumas reflexões, optamos por fazer um levantamento sinóptico acerca do que consideramos principais tópicos abordados em obras do referido autor, em especial, o livro: "Internet e depois? Uma teoria Crítica das Novas Mídias?". Para isso, destacamos alguns pontos que nos remeterão a uma visão mais ampla dos questionamentos levantados pelo autor, a saber: a comunicação e a modernidade, fundamentação teórica da comunicação e por fim, algumas reflexões acerca da comunicação na perspectiva humanista.

A COMUNICAÇÃO NO CORAÇÃO DA MODERNIDADE

Falar em modernidade e, especial, relacionando-a a comunicação, nos remete, sem dúvida alguma, a pensar em evolução e, conseqüentemente, pensar em evolução é compreender que evolução está associada às mudanças que conduzem ao progresso. É notório o ritmo com que se desenvolve a evolução científica e tecnológica, e observa-se que o progresso, de forma geral, torna-se cada vez mais visível a partir do século XX.

A partir de então, resume-se este momento, em uma era em que a humanidade caminha a passos largos em busca de conquistar novos conhecimentos e, como processo natural da teoria evolutiva, o sistema de comunicação tecnológica - da invenção do telefone à informatização – vem avançado, porém de forma avassaladora e bem célere, o que nos permiti dizer que pensar o mundo atual sem a informatização, ou seja, sem as 'novas tecnologias', é sem dúvida, uma regressão ao tempo, pois, o surgimento dos meios de comunicação de massa, veio para ficar, não dá mais para se pensar no mundo, sem todo esse aparato tecnológico que, como observamos e vivenciamos, evolui o tempo todo.

A grande diferença entre a comunicação da imprensa e a comunicação da era tecnológica, também denominada era digital é estabelecida por meio do aparato tecnológico que é capaz de transmitir som e imagem, atingindo mais rapidamente os meios sociais

e culturais e seus diferentes públicos. Assim, a comunicação - cerne da modernidade - é símbolo da sociedade de hoje e estrutura-se em um tripé formado pela sociedade de consumo, democracia de massa e mídias de massa. (WOLTON, 2007).

Segundo Wolton, pouco se tem pensado a respeito da quantidade e das massas, ele assevera a primordialidade de incluir a questão das novas tecnologias em uma teoria geral da comunicação e dos meios de comunicação de massa, para que se seja compreendido seus limites e interesses.

Nesse contexto, a sociedade passa a ser chamada de sociedade da informação ou de comunicação; as mudanças técnicas, ou estruturação de novo mercado, não significam uma ruptura na economia geral da comunicação; o modismo e as revoluções – características da submissão ao que surge, ao novo - provocam uma crença cega nas tecnologias e no mercado, desencadeando assim, devido à proliferação das tecnologias de comunicação, uma certeza de que tudo vai mudar, cada vez mais, na comunicação humana, nas diferentes esferas: familiar, laboral, ou seja, no trabalho, no lazer e na política. Um outro ponto importante para Wolton refere-se à comunicação como um valor de emancipação no âmago da cultura ocidental.

Este estudo também, de forma bem sucinta, traz à baila algumas possíveis causas da resistência ao entendimento teórico da comunicação, dentre elas destacam-se: o mito da onipotência e da manipulação; dificuldade de análise; vontade de saber; onipresença da tecnologia em todos ou quase todos os atos da vida cotidiana; meios intelectuais; dificuldade teórica; objeto do saber; fraca demanda de conhecimento; amplitude do movimento; o público faz por si próprio sua opinião. Ainda, sinaliza parte das características da comunicação, a saber: legitimidade cultural e intelectual; as práticas dentre elas as inovações técnicas e os modismos; o essencial da comunicação está na necessidade de pensar a comunicação e, para se pensar em comunicação faz-se necessário, em primeiro momento, entender a fundamentação teórica da comunicação, de acordo com Wolton.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA COMUNICAÇÃO

Wolton fundamenta seu estudo na teoria da comunicação humanista, enfatizando que os aspectos sociais devem ultrapassar o paradigma tecnológico. O autor estrutura a teoria da comunicação, por ele defendida, em cinco etapas, mas vale ressaltar que tal teoria diz respeito tanto à comunicação entre humanos quanto à comunicação mediada pelas tecnologias, “a comunicação é o eixo da relação social” (GOMES, 2004, p. 55).

Assim, na primeira etapa o autor assegura que a comunicação é inerente à condição humana, ou seja, todo ser humano tem necessidade nata de se comunicar, tanto na escala individual quanto na coletiva, portanto, é irrefutável a assertiva de Bronckart (1999); que diz que a interação social é fator essencial na constituição da ação humana; na segunda etapa Wolton sinaliza três razões pelas quais o ser humano sente desejo de comunicar-se,

a saber: desejo de compartilhar, de convencer e de seduzir; na terceira etapa o autor nos remete a pensar em um provável erro na comunicação, “o receptor não está sintonizado ou discorda”, o que para o autor é denominado de “a comunicação esbarra na incomunicação”; a quarta etapa é a fase de negociação em que os indivíduos tentam chegar a um acordo; a quinta e última etapa chamada de “convivência” é o resultado positivo da negociação.

As etapas quatro e cinco - negociação e a convivência – juntam-se a fim de evitar a incomunicação e suas consequências. Apesar de essa teoria mostrar-se aparentemente modesta, é notório e inegável que tanto o indivíduo quanto à sociedade não pode escapar à comunicação (WOLTON, 2010, p. 20). Neste contexto, observa-se que parte significativa da humanidade vê na sociedade da era digital, em que as tecnológicas avançam acirradamente, uma ‘sociedade da comunicação’ na qual a maior parte das aflições do homem será resolvida, mas sobre isso Wolton se contrapõe, afirmando que não tem como o avanço tecnológico funcionar como carro-chefe na superação das mazelas sociais.

REFLEXÕES ACERCA DA COMUNICAÇÃO NA PERSPECTIVA HUMANISTA

Sem dúvida, as percepções de Wolton acerca da comunicação sob as perspectivas humanistas nos remetem a reflexões e discussões que nos levam ao vislumbre de um avanço, tão significativa na liberdade de comunicação, a ponto de contribuir, em grande medida, para uma luta em favor da valorização da democratização das relações sociais. Como a comunicação está permeada por dimensões teóricas, científicas, políticas e culturais, podemos reconhecê-la como campo fundamental da vida humana, ou seja, a comunicação entretetece, de maneira inseparável: o homem, as ideias, as técnicas, os interesses e os valores de cada tempo.

A comunicação é um aspecto fundamental da emancipação humana rumo aos modos sociais mais democráticos. E, a liberdade de lidar com a informação por meio da expansão das possibilidades comunicativas, certamente, trará novas perspectivas para as interlocuções sociais diversas. As mídias, nesse contexto, devem ser (re)pensadas tendo como diretrizes os sentidos dos fluxos sociais, pois em uma sociedade em que a informação e a comunicação são onipresentes, a busca por proximidade entre comunicação e informação, não deve priorizar a aproximação entre os indivíduos ou entre os grupos sociais, mas sim, deve buscar estabelecer formas que proporcionem o equilíbrio entre suas diferenças e as alteridades presentes nas relações homem-homem, homem-coletividade e coletividade-coletividade. Vale ressaltar, aqui, a significância dada ao termo Sociedade de Informação.

A supra sociedade deve ter o compromisso e a obrigatoriedade de enfatizar o papel da informação no contexto social, ou seja, agir diretamente na sociedade e, a informação deve ser vista em seu sentido mais amplo, por exemplo, como comunicação de conhecimentos e de ciência, algo que denota extrema fundamentabilidade a todas as sociedades, em outras

palavras isso quer dizer que, no geral, a informação deve impulsionar a uma infraestrutura intelectual (CASTELLES 1999, p. 65).

Entretanto, percorrer o caminho de aproximação com as mídias parece requerer além da compreensão do estatuto da comunicação, outros estudos e questionamentos que nos permitam vislumbrar uma perspectiva técnica sobre as mídias, nos possibilitando, talvez, separar questões essenciais de problemas infundados. Não há como negar que a necessidade de se levar tudo isso em conta, tem que se fazer presente, principalmente, nesta sociedade - a Sociedade da Informação – ambiente onde as mudanças acontecem em grande volume e de forma celerada e contínua.

Neste contexto, parece interessante (re)pensar as mídias sob a perspectiva de compreensão e aceitação numa antevisão que seja também pautada em reflexões teóricas acerca da comunicação, o que poderá promover a ampliação do foco, que hoje parece predominar nas dimensões políticas e comerciais. O ato de pensar as mídias deve transcender essas dimensões, que de modo algum correspondem a uma representação da sociedade como um todo.

A comunicação combina tanto a luta pelos ideais de liberdade e a democracia quanto os interesses e os benefícios de uma lógica comercial, principalmente com as novas tecnologias. O interesse investigativo da comunicação reside, justamente, na mescla dessas dimensões. (MONTARDO, 2002, p. 117).

Conhecer a comunicação (atrelada à tecnologia da informação) depende, também, de uma refinada base pautada na teoria sociológica, em que a expansão do pensar possa direcionar o olhar para outros campos e dimensões com vista à “penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana” (CASTELLES, 1999, p. 24).

Embora, parte dos indivíduos use, erroneamente, o senso comum para se ‘taxarem’ de apolíticos, sabe-se que a humanidade sempre precisou e precisa de limites, de regras, de acordos para desenvolver o autodomínio para poder viver e conviver em sociedade, isso tudo corresponde a atitudes políticas. Assim, reflexões sobre as mídias, também precisam estar imbuídas em um caráter político, pois a atuação humana no mundo é eminentemente política. Todavia, esse caráter político tem que estar associado ao respeito e aceitação da importância de permear a discussão sobre as questões da comunicação por meio de debates de fundo teórico e culturais e, nestes debates devem ser aceitas as contradições próprias dessa discussão.

Ainda se torna parte significativa nesta discussão, refletirmos que não seja coerente pensar os sujeitos sociais diversos como seres apolíticos e/ou acríticos, referindo-se, aqui, em especial, às questões relacionadas às mídias.

Ora, os sujeitos que como membros de um Estado gozam de direitos civis e políticos por este garantido, e desempenham os deveres que nesta condição lhe são atribuídos, assegurado seu direito de cidadão, são capazes de certa análise crítica de seus contextos políticos, identificando os aspectos negativos e positivos das relações políticas diversas.

Diante dessa conjectura, entende-se que esses sujeitos também são capazes de se situar criticamente em relação à informação e às mídias que suportam os processos de linguagem nessa comunicação.

Em face da tessitura de conjecturas tão significativas sobre formas de comunicação configura-se imprescindível incluir nesse estudo as três lógicas das quais a comunicação se ocupa, a saber: a lógica do receptor, do emissor e da mensagem. E não é simplesmente isso, essas lógicas têm de ser abordadas levando em consideração suas dicotomias, contradições e o novo contexto comunicacional emergido em face às novas formas de comunicação.

A respeito disso, Marco Silva (2003) afirma que se trata de verificar o que muda no estatuto do receptor e o que muda quando a mensagem muda de natureza e o emissor muda de papel, ressaltando que toda mudança traz seus prós, seus contras e suas consequências. Conquanto, essa mudança nas formas de comunicação traz severas implicações paradigmáticas na teoria da comunicação. Até então, um conteúdo informacional era considerado uno e indivisível, pois se fundamentava apenas na emissão e na transmissão – sem tantas ou quase nenhuma interferência e/ou distorção, diferentemente do novo contexto mundial em que as novas e sofisticadas tecnologias da comunicação se apresentam, tornando perceptível o caráter de multiplicidade e complexidade que envolvem emissor, mensagem e receptor, o que, segundo Marco Silva (2003), implica delinear a informação como manipulável.

O autor ora citado também enfatiza que tal mudança supõe redefinição de estratégias de organização e funcionamento da mídia de massa e de todos os agentes envolvidos no processo de comunicação. Acredita-se então que as mídias sociais, impulsionadas, principalmente, pelo célere avanço tecnológico, não mudam a lógica da comunicação, mas sim, as suas consequências. Vivenciamos a era da democratização e, conseqüentemente, a aceleração do processo comunicativo, em que a significativa mudança ocorre na abrangência por diferentes vias e canais: de um para um, de um para muitos etc.

Outro ponto significativo para as reflexões suscitadas neste ensaio é permear as análises sobre as mídias por meio da ideologia de que a essência da compreensão da comunicação não reside somente na observação da tecnologia, mas reside também, no que os atores sociais fazem com essa tecnologia e como ela impacta as dimensões políticas, sociais, econômicas, cognitivas e culturais de nossa sociedade.

Pensar numa teoria da comunicação significa, antes de tudo, “destecnologizar” a questão da comunicação, trazendo de volta a história, a política e a cultura. É reconhecer a importância das sociedades por trás dos sistemas tecnológicos.” (WOLTON, 2010, p. 89).

ENTRELAÇANDO OS FIOS: UMA MISCELÂNEA NECESSÁRIA

Refletir sobre informação, comunicação enfim, pensar sobre todo este vasto compêndio midiático e tecnológico carece também de adentrar em questões relacionadas às esferas da existência humana, que são os domínios: econômico, político e simbólico, o que parece não se distanciar dos interesses da sociedade contemporânea.

Embora, muitos enfatizem que a atualidade se estrutura numa sociedade meramente materialista, partindo deste ponto de visão, questiona-se: será que sempre não foi assim? Só que em outro contexto sócio-histórico e social? Quem sabe em um contexto em que o “materialismo era, talvez, menos voltado ao consumismo?”

Reflitamos sobre isso:

A produção de idéias, de representações da consciência, está de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como na linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas (MARX & ENGELS, 1989, p. 35).

Compreender as articulações entre a econômica, a política e a cultura é algo imprescindível ao entendimento no que tange à estruturação das relações sociais, que sem dúvida, se estabelecem a partir da informação e da comunicação.

Não é novidade que a informação, para o indivíduo, sempre foi e sempre será mediada pela linguagem, que é construída intersubjetivamente, mas que também conta com a mediação tecnológica. Também não é novidade que a sociedade contemporânea vive processos de aceleradas mudanças e rápidas transformações devido à ascensão tecnológica que parece ser o símbolo dessa nova era.

Consoante o pensamento de Wolton, nesse novo cenário, nota-se uma sociedade de consumo, onde se inscreve uma democracia de massa cujas relações comunicacionais são ‘quase’ que predominantemente operacionalizadas pelas mídias de massa.

É falso pensar que basta informar sempre mais para comunicar, pois a onipresença da informação torna a comunicação ainda mais difícil. [...]. O resultado é imprevisível. O problema não é mais somente o da informação, mas antes de tudo o das condições necessárias para que milhões de indivíduos se comuniquem ou, melhor, consigam conviver num mundo onde cada um vê tudo e sabe tudo, mas as incontáveis diferenças – lingüísticas, filosóficas, políticas, culturais e religiosas – tornam ainda mais difíceis a comunicação e a tolerância. A informação é a mensagem. A comunicação é a relação, que é muito mais complexa. (WOLTON, 2010, p. 12).

A informação é a mensagem e a mensagem necessita de ser comunicada. A

suportabilidade midiática, no sentido etimológico, refere-se a uma visão lógica de algo que dar suporte, que carrega, logo, trazendo isto para nosso tema em questão, o aparato tecnológico teria a função de receber a informação e fazer as devidas pontes no sentido de comunicá-la aos indivíduos, vê-se então a importância da informação. Mas em tese, essa arguição parece estabelecer limites que nos levam ao pensamento reducionista de que a comunicação está completamente contida em suas tecnologias e à mercê dela, de tal modo que o sentido norteador da reflexão passa a ser as tecnologias.

No entanto, o foco dessa discussão não deve ser a tecnologia e suas tecnicidades, mas sim, a variedade de formas, conteúdos e filosofias presentes nos processos comunicacionais que são mediados pela tecnologia. Dessa forma, o cerne da discussão conduziria a uma prática analítica sob perspectivas de compreensão da importância da cidadania e das subjetividades humanas nos processos midiáticos. "... na comunicação, o mais simples tem a ver com as tecnologias e mensagens, enquanto o mais complicado tem a ver com os homens e as sociedades". (WOLTON, 2010, p. 12- 13).

O contexto atual nos impele a pensar que os meios comunicativos tenham como objetivo maior, a articulação e a integração, numa extraordinária tessitura com homem e sociedade, homem aqui, no sentido mais lato. Essa leitura antropossociológica, a fortiori, projeta o pensar as mídias com a intenção de contribuir para a evolução e emancipação humana que estão vitalmente intrincados aos preceitos da democracia e liberdade de expressão, fatores essenciais que devem estar, de fato, presentes no estatuto da comunicação.

Dando uma pausa nas nossas reflexões, mas pretensões futuras, parafraseamos Wolton que analisa a comunicação como ideal de expressão da sociedade, pressupõe a existência de indivíduos livres e iguais e assevera que "a comunicação compreende um conjunto de valores, símbolos e representações que organizam o espaço público". (WOLTON, 2007, p. 206).

REFERÊNCIAS

BRONCKART, Jean Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. GOMEZ, Margarita Victoria. *Educação em rede: uma visão emancipadora*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. – (Guia da escola cidadã; v. 11). MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. 7. Ed. São Paulo: Hucitec, 1989. MONTARDO, S. *Uma teoria crítica dos novos meios de comunicação*. Ensaio acadêmico. Revista FAMECOS: Porto Alegre. Nº18, agosto 2002.

WOLTON, Dominique. *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010. _____ Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas tecnologias. Porto Alegre: Editora Sulina – 2ª edição, 2007.

Documento eletrônico

SILVA, Marco. *Interatividade: uma mudança fundamental do esquema clássico da comunicação*. Boletim Técnico do Senac: A Revista da Educação Profissional v. 26 n. 3: Setembro/Dezembro 2000. Disponível em <<https://www.bts.senac.br/bts/article/view/822>>: Acesso em 26 de nov. 2023.

MARIANNE SOUSA BARBOSA - Possui graduação em Filosofia, pela Universidade Estadual da Paraíba (2010), em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (2019) e em Pedagogia e Artes Visuais (Claretiano – 2022;2023). Possui especialização em Filosofia (Estácio – 2014) e em Educação de Jovens e Adultos (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – 2022). Obteve seu Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2012) e Doutorado no mesmo Programa de Pós-graduação em 2020. Atuou como professora de Sociologia e Filosofia na UEPB, UFCG, IFPB, em cursos de graduação e pós-graduação, orientando diversos trabalhos acadêmicos durante sua atuação docente. É coordenadora do Grupo de Pesquisa “Sobre Subjetividades”, devidamente cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolvendo pesquisas, publicações e orientações na área da Filosofia, Sociologia e Educação. Atualmente, desempenha atividade docente no Ensino Básico (SEE-PB) e Superior (UEPB/CAPES), possui vasta experiência em formação de professores, atuando como Professora Formadora do PARFOR/CAPES por diversos períodos (2012-2016 – 2023-Atual). Possui publicações científicas na área de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Educação. Faz parte do Conselho Editorial da Atena Editora, Revista Instante e IBRATES. Autora do livro “Famílias na contemporaneidade: Uma análise sociológica sobre uniões igualitárias”, publicado em 2024. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5952-0410>

A

Ambiente Familiar 97, 107

Análise qualitativa 76, 146, 163

Assistência aos desamparados 34, 35, 36, 44, 45, 46

C

Cidadania 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 59, 61, 62, 63, 88, 89, 163, 165, 172, 175, 178, 187

Cidadania Sacrificial 48, 50, 59, 63

Ciência da informação 19, 20, 21, 31, 32, 33, 146, 147, 151, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 165

Competencias profesionales 97, 100

Comunicação 20, 29, 65, 66, 69, 77, 79, 85, 88, 146, 150, 151, 154, 155, 165, 166, 175, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Comunicação visual 65

Copenhagen Consensus 1, 2, 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16

Custo-Benefício 1, 7, 9, 10, 11, 13, 14

D

Desdemocratização 48, 60, 62

Desenvolvimento social 79, 80, 81, 82, 84, 86, 89, 91, 92, 93, 94, 173

Deserción 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 109

Design de informação 65, 67, 68

Direito 20, 25, 26, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 49, 64, 81, 83, 85, 139, 141, 143, 144, 145, 163, 165, 177, 178, 179, 184

Direitos humanos 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 85, 87, 136

Documentação 146, 149, 150, 152, 153, 155, 160, 161

Dominação neoliberal 48, 50, 63

E

Educação 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 24, 33, 34, 35, 36, 42, 43, 44, 45, 47, 52, 57, 67, 68, 79, 81, 85, 86, 87, 88, 151, 171, 175, 180, 187, 188, 189

F

Feminino 88, 129, 135, 136, 139, 142, 144

Foucault 48, 49, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 117, 120, 161

G

Gestão de dados 19, 20, 21, 22, 24, 26, 29, 30

I

Informação jurídica 19, 20, 27, 29, 30

Interdisciplinarietà 111, 114

Intervenção 51, 58, 62, 82

Investigación educativa 110, 111, 112, 113, 114, 118, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

J

Jurimetria 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33

M

Mídias 88, 93, 150, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Moçambique 79, 80, 81, 82, 92, 93, 94

Modelos educativos 97

Modernidade 88, 134, 157, 162, 181, 182

N

Nampula 79, 80, 81, 82, 91, 92, 93, 94

Neoliberalismo 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

O

ONG's 79, 80, 82, 83, 92, 93, 94

Organização da informação 148, 152, 153, 155, 156

Organização do conhecimento 146, 147, 148, 155, 156, 158, 160, 161, 175

P

Participação social 34, 35, 42, 44

Perspectivas de Wolton 180

Pobreza 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 16, 88, 89, 92, 93, 126

Q

Qualitativo 90, 148

R

Recuperação da informação 146, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 160

Reflexión académica 111

Regime Ditatorial 129, 135, 139, 143

Representação gráfica 65, 66, 68, 74

Resistência feminina 129, 136

Revisão de literatura 82

Romance 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 141, 144, 145

S

Segurança pública 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46

Sustentabilidade 1, 3, 69, 75, 76, 80, 81, 94, 176

T

Teórico-epistemológico 111, 112

W

Wendy Brown 48, 49, 50, 59, 60, 61, 62, 63

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

desafios e perspectivas para
a sociedade contemporânea

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br